

NOAM CHOMSKY

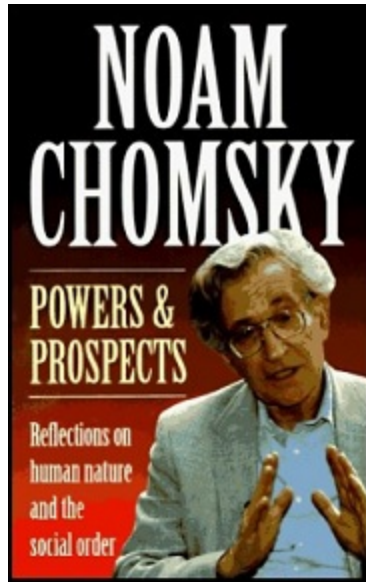
Os caminhos do
PODER

Reflexões sobre a natureza humana e a ordem social

NOAM CHOMSKY

Os Caminhos do Poder

Artmed, 1998



Título original

*Powers and Prospects: Reflections on Human Nature and the Social
Order*

1996

Introdução

Em janeiro de 1995, depois de esforços que datam de quase 20 anos, consegui finalmente organizar uma visita de uma semana à Austrália, algo que queria fazer há muito tempo, mas que não pude em função de muitos compromissos. O ímpeto decisivo foi a sugestão de um velho amigo, José Ramos-Horta, para que eu fizesse a visita sob os auspícios da Associação de Auxílio ao Timor Leste (AATL) para falar da questão do Timor Leste — sempre urgente, mas com importância especial naquele momento devido à decisão iminente da Corte Mundial sobre o Tratado Timor-Austrália-Indonésia e ao vigésimo aniversário do fim da invasão ocidental à Indonésia uns poucos meses mais tarde, em dezembro. A AATL planejou uma campanha com seis meses de duração para levar todos esses temas ao conhecimento público, e eu estava mais do que satisfeito — mais precisamente, encantado e honrado — de poder fazer parte dos dias de abertura do projeto. Outros eventos ocorreram na mesma época, dentre eles a publicação de alguns dos ensaios mais importantes de um outro velho amigo, Alex Carey, que liderou a investigação sobre um dos fenômenos mais significativos e menos estudados da era moderna: a propaganda corporativa. Novamente, eu estava mais do que satisfeito por poder estar presente quando a editora da Universidade de New South Wales lançou o livro esperado durante tanto tempo, o primeiro de muitos volumes, espero.

Durante os poucos dias na Austrália, tive a oportunidade de proferir palestras em Sydney, Melbourne e Canberra sobre uma variedade de tópicos, as quais servem de embasamento para os ensaios apresentados aqui, que foram reorganizados a partir de anotações e transcrições informais e então atualizados — em alguns casos, incluindo material dos meses subsequentes. Os capítulos 1 e 2 formam, mais ou menos, uma unidade integrada dedicada aos problemas da linguagem e da mente, baseados em conferências na Universidade de New South Wales e do Museu da Ciência

em Sydney, respectivamente. O capítulo 3 é baseado nas anotações para uma palestra no Centro dos Escritores em Sydney; o capítulo 4, em anotações e na transcrição de uma palestra para a conferência sobre visões de liberdade dos anarquistas australianos, também em Sydney. O capítulo 5 foi organizado a partir de anotações para a Conferência Comemorativa Wallace Wurth da Universidade de New South Wales e para a conferência organizada pela Deakin University atualizadas com material dos meses que se seguiram. O capítulo 6 baseia-se em uma palestra no Centro do Oriente Médio da Macquarie University, também atualizada. Os capítulos 7 e 8 formam, de novo, uma unidade. O primeiro é baseado em palestras em Sydney e Melbourne, organizadas pela AATL como parte do lançamento de sua campanha; o capítulo 8, em uma palestra no Clube Nacional de Imprensa em Canberra.

Foi um grande prazer encontrar velhos amigos, alguns dos quais eu conhecia pessoalmente ou, às vezes, somente por meio de correspondência extensa, e muitos novos, tão numerosos para mencionar como aqueles aos quais eu devo agradecer por organizar uma visita bastante estimulante e compensadora. Estou particularmente grato às várias pessoas maravilhosas da comunidade timorense que encontrei, muitos dos quais dificilmente posso agradecer o bastante por garantir que um programa intenso e complexo se realizasse com uma facilidade extraordinária (para mim, provavelmente não para eles): Inês Almeida, Agio Pereira e muitos outros. Também estou em dívida com outros amigos, antigos e novos, dentre eles Peter Slezak, Peter Cronau, Scott Burchill, Peter McGregor e Wilson da Silva. Para Peter Cronau, devo um pouco mais de gratidão por seus esforços para preparar e implementar a publicação destes ensaios. Por sua ajuda em organizar a visita, também gostaria de agradecer a Ceu Brites, Benilde Brites e Arianne Rummery.

Foi também um grande prazer poder encontrar novamente ou, em alguns casos, finalmente — as pessoas cujo trabalho tem sido, durante longo tempo, fonte de inspiração e compreensão: José Ramos-Horta, Shirley Shackleton, um Dunn, Stephen Langford, Ken Fry; Brian Toohey, Michele Turner, Pat Walsh, Tom Uren e muitos outros.

É difícil que esta seja uma época feliz para grande parte do mundo, à parte de uns poucos privilegiados em setores mais restritos. Porém deveria ser também uma época de esperança e, até mesmo, otimismo. Essa ideia estende-se desde os primeiros capítulos — que abordam algumas

perspectivas por mim consideradas verdadeiras para uma compreensão consideravelmente mais profunda sobre pelo menos certos aspectos de natureza humana essencial e de poderes — ao último capítulo. À parte da importância crítica de sua própria luta, a coragem surpreendente do povo timorense e o número crescente de indonésios que os estão mantendo e pedindo justiça e liberdade em seu próprio país deveriam ser uma inspiração a todos aqueles que reconhecem a necessidade urgente de reverter os esforços com o intuito de destruir os direitos humanos fundamentais, assim como a democracia, que tomou uma forma feia e assustadora nos últimos anos, e de mover-se em direção à construção de uma ordem social na qual um ser humano decente gostaria de viver.

NOAM CHOMSKY
Cambridge, Massachusetts

1

Linguagem e Pensamento: Algumas Reflexões sobre Temas Veneráveis

O estudo da linguagem e da mente remonta à Antiguidade clássica à Grécia e à Índia clássicas na era pré-cristã. Frequentemente tem-se considerado, durante este milênio, que essas duas investigações guardam alguma relação íntima. A linguagem tem sido descrita, algumas vezes, como sendo o "espelho da mente". Assim, o estudo da linguagem deveria fornecer uma visão única a respeito do pensamento humano. Essa convergência, que tem sido repetida ao longo dos séculos, ocorreu novamente há aproximadamente 40 anos, nas origens do que é comumente chamado a "Revolução Cognitiva". Usarei o termo com a certeza de que você ouvirá outras referências a respeito desse termo "revolução cognitiva", expressando algum ceticismo; na minha opinião, aquilo não foi exatamente uma revolução.

De qualquer forma, não importando a maneira como a consideramos, Ocorreu uma mudança importante de perspectiva: passou-se do estudo de comportamento e seus produtos (textos, etc.) aos processos internos que subjazem às atitudes das pessoas e sua origem em seus dons biológicos naturais humanos. A abordagem para o estudo da linguagem que quero considerar aqui se desenvolveu nesse contexto e foi um fator significativo em seu surgimento e subsequente progresso.

A primeira revolução cognitiva

Muito dessa mesma convergência aconteceu no século XVII, a qual podemos denominar "a primeira revolução cognitiva" — e talvez a única verdadeira. Era parte da revolução científica geral daquele período — "revolução de Galileu", como é, de vez em quando, chamada. Há características interessantes em comum entre a revolução cognitiva contemporânea e a sua predecessora. A semelhança não foi valorizada de início (e é ainda dificilmente conhecida completamente) porque a história foi amplamente esquecida. Os trabalhos acadêmicos existentes eram enganadores, ou pior do que isso, e mesmo textos básicos não estavam disponíveis ou eram considerados sem interesse. Em minha opinião, o tópico merece atenção não somente por razões de antiguidade.

Minha visão pessoal é de que temos muito que aprender com a história antiga e de que tem havido até alguma regressão no período moderno. Mais tarde, voltarei a esse tema.

Um elemento de similaridade é o estímulo para a imaginação científica fornecido por máquinas complexas. Hoje em dia, isso quer dizer computadores. Nos séculos XVII e XVIII significava os autômatos que estavam sendo construídos por artesãos habilidosos, um espanto para todos. Tanto antes como agora, as conquistas aparentes desses artefatos levantam uma pergunta um tanto óbvia: "Os seres humanos são simplesmente máquinas mais complexas?". Este é um tópico de debate intenso atualmente, e era assim também no período antigo. Estava no âmago da filosofia cartesiana — mas é válido lembrar que a distinção entre ciência e filosofia não existia naquela época: uma grande parte da filosofia era o que chamamos ciência. A ciência cartesiana surgiu, em parte, da confusão sobre a diferença — se é que existe alguma — entre humanos e máquinas. As questões foram muito além da curiosidade sobre a natureza humana e o mundo físico, atingindo a imortalidade da alma, as verdades imutáveis da religião estabelecida e assim por diante — não assuntos triviais.

Em segundo plano estava "a filosofia mecânica", a ideia de que o mundo é uma máquina complexa que poderia, a princípio, ser construída por um exímio artesão. O princípio básico foi extraído do simples senso comum: para interagir, dois objetos devem estar em contato direto. Para continuar o programa de "mecanização da visão mundial", foi necessário libertar a ciência de paixões, antagonismos, imagens solidificadas neoescolásticas e outras teorias ou práticas místicas, e mostrar que conhecimentos mecânicos bastavam. Esse esforço avançou

consideravelmente com a física e a fisiologia de Descartes, consideradas por ele o coração de sua realização. Em uma carta a Mersenne, seu confidente e defensor mais influente no mundo intelectual respeitável da época, Descartes escreveu que seu *Meditações*, hoje em dia tido por muitos como sua contribuição mais fundamental, era um trabalho de propaganda, planejado para levar os leitores passo a passo a aceitarem sua física sem se darem conta disso; dessa forma, no final, estando inteiramente convencidos, eles renunciariam à visão aristotélica de mundo e aceitariam a visão mecânica de mundo. Nesse contexto, a questão dos limites de autômatos não fracassaria em se tornar proeminente.

Os cartesianos sustentaram a visão mecânica de mundo estendida a o mundo orgânico e inorgânico à parte dos seres humanos, mas incluindo uma parcela substancial de sua fisiologia e psicologia. Todavia, os humanos transcendem as fronteiras de qualquer máquina possível, sendo, portanto, fundamentalmente diferentes dos animais — estes, sim, meros autômatos, diferentes dos relógios somente em complexidade. Por mais complicado que um mecanismo possa ser, os cartesianos sustentaram que aspectos cruciais do que os humanos pensam e fazem estão além da sua liberdade de ação, principalmente atitudes voluntárias. Regule uma máquina de uma certa forma em uma situação externa determinada e ela será "compelida" a atuar de um maneira determinada (desconsiderados os elementos do acaso). Mas sob circunstâncias comparáveis, um humano é somente "incitado e inclinado" a fazê-lo. As pessoas podem se inclinar a fazer o que elas estão incitadas e inclinadas a fazer; seu comportamento pode ser previsível e um cálculo prático de motivação pode ser possível, mas em teorias de comportamento sempre vai faltar um ponto crucial: a pessoa poderia ter escolhido agir de outra maneira.

Nessa análise, as propriedades da linguagem tiveram um papel central. Para Descartes e seus seguidores, especialmente Géraud de Cordemoy, a habilidade para utilizar a linguagem de um modo normal é um critério para a posse da mente — por estar além dos limites de qualquer mecanismo possível. Foram planejados procedimentos experimentais que poderiam ser usados para determinar se algum objeto que se pareça conosco é, na verdade, uma máquina complicada ou se, realmente, tem urna mente como a nossa. Os testes estavam tipicamente relacionados com o que eu chamei de "aspecto criativo do uso da linguagem", uma característica normal da utilização diária: o fato de que é claramente inovadora, direcionada, mas

não determinada, pelo estado interno ou condições externas, apropriada às circunstâncias, mas desmotivada, evocando pensamentos que o ouvinte pode ter expressado da mesma maneira. Se um objeto passa por todos os testes que podemos planejar para que se determine se ele manifesta todas essas características, seria razoável atribuir-lhe uma mente como a nossa, argumentavam os cartesianos.

Observe que essa é ciência normal. A evidência disponível sugere que alguns aspectos do mundo, especialmente o uso normal da linguagem, não se adaptem à filosofia mecânica, consequentemente não podem ser duplicados por uma máquina. Nós, por esse motivo, postulamos um princípio adicional, um tipo de "princípio criativo", que vai além do mecanismo. A lógica não era distinta da lógica de Newton, a quem retorno mais adiante. No quadro de referência da época o movimento natural foi o de postular uma segunda substância, mente, uma "Substância pensante" ao lado do corpo. Depois vem o problema da Unificação: como relacionamos esses dois componentes do mundo? Esse era um grande desafio da época.

Esses movimentos intelectuais não foram somente ciência normal, foram também bastante razoáveis. Os argumentos apresentados não eram destituídos de força. Estruturaríamos os temas e as possíveis respostas de forma diferente hoje em dia, mas as questões fundamentais se mantêm ainda confusas e sem resposta.

A fascinação com os (possíveis) limites de autômatos é um aspecto no qual a primeira revolução cognitiva tem sido, em parte, revivida nestes últimos anos, apesar de a preocupação usual da atualidade ser a natureza da conscientização e não as características da ação humana normal que interessavam aos cartesianos; em essência, um fato visível coerente e apropriado, mas sem uma causa específica. Outra semelhança está relacionada com o que, hoje em dia, chamam-se "teorias computacionais da mente". De uma forma diferente, havia também uma característica notável da primeira revolução cognitiva. Talvez a contribuição científica mais duradoura de Descartes seja exatamente essa: seu esboço de uma teoria da percepção com inclinação computacional (apesar de ainda não serem conhecidas as nossas noções de computação) juntamente com propostas sobre sua realização em mecanismos corporais.

Para estabelecer a filosofia mecânica, Descartes procurou eliminar as "características ocultas" evocadas pela ciência do momento para justificar o que acontece no mundo. O estudo da percepção foi um caso importante.

Como, por exemplo, podemos ver um cubo em rotação no espaço quando a superfície do corpo — a retina, neste caso — registra somente uma sequência de exposições bidimensionais? O que está acontecendo no mundo exterior e no cérebro para que seja esse o resultado?

A ortodoxia predominante sustentou que, de alguma forma, a imagem de um cubo rotando no espaço passa para dentro de seu cérebro. Assim, há um cubo em seu cérebro, presumivelmente em rotação, quando você vê um cubo rotando. Descartes ridicularizou esse tipo de noções misteriosas e fantasiosas, sugerindo uma alternativa mecânica. Ele nos pediu que considerássemos a analogia de um homem cego com um bastão.

Suponhamos que haja um objeto em sua frente, digamos uma cadeira, e ele bata de leve sobre ela com a ponta do bastão, recebendo uma sequência de sensações táteis nas mãos. A sequência mobiliza recursos intrínsecos de sua mente, que a computa de alguma maneira, produzindo a imagem de uma cadeira por meio de métodos oriundos de seus próprios recursos internos. Dessa forma, o cego percebe uma cadeira, racionalizou Descartes. Ele afirmou que a visão do cubo em rotação para o homem que enxerga é mais ou menos equivalente. De acordo com a visão mecânica de mundo, não pode haver espaço vazio: o movimento é causado pelo contato direto. Quando João vê a cadeira, uma haste física se estende de sua retina à cadeira. Se o olho de João está examinando a superfície da cadeira, a sua retina está recebendo uma série de sensações da haste que se estende a ela, exatamente como os dedos do homem cego são estimulados quando ele bate levemente na cadeira com o bastão. E a mente, utilizando-se de seus recursos computacionais intrínsecos, constrói a imagem de uma cadeira — ou um cubo rotando no espaço, ou o que quer que seja. Dessa forma, o problema da percepção pode ser solucionado sem as misteriosas formas que se movem rapidamente pelo espaço de algum modo imaterial e místico.

Esse foi um passo importante visando à eliminação de ideias obscuras e ao estabelecimento de uma visão mecânica de mundo. Também abriu caminho para a neurofisiologia moderna e a teoria da percepção. É claro, os esforços de Descartes para trabalhar em tudo isso tem um tom curioso: tubos com espíritos de animais fluindo por eles, *etc.* Mas não é muito difícil transportá-los a narrativa contemporânea em termos de sistema neurais transmitindo sinais que, de alguma forma, fazem o mesmo — e continuando sendo história em certa medida; nisso, ele não é muito compreendido. A lógica é um tanto semelhante se considerada através de tubos com espíritos

de animais ou através de rede de neurônios com transmissores químicos. Um grande avanço da teoria moderna da visão e outras atividades sensomotoras pode ser o desenvolvimento dessas ideias, obviamente um aperfeiçoamento extraordinário, baseado em um pensamento similar. Os mecanismos não são mais mecânicos, mas elétricos e químicos. Porém as imagens são equivalentes. Em um nível mais abstrato, teorias computacionais explícitas das operações de mecanismos internos foram agora delineadas, fornecendo muito conhecimento sobre esses assuntos: por exemplo, a demonstração de Shimon Ullman, com estímulo notadamente escasso, pode levar a uma grande percepção quando um padrão intrínseco o interpreta em termos de objetos rígidos em movimento – seu "princípio da rigidez".

Estas duas conquistas — o estabelecimento de uma visão mecânica de mundo e da base para a neurofisiologia moderna e a teoria da percepção — aconteceram de forma muito diferente. O último foi desenvolvido nas ciências médicas e na fisiologia nos anos que se seguiram, além de ter sido, de uma certa forma, revivido atualmente. Mas a filosofia mecânica sucumbiu em uma geração.

Newton demonstrou que o mundo não é uma máquina. Pelo contrário, possui forças ocultas apesar de tudo. Os mecanismos de contato simplesmente não funcionam para o movimento terrestre e planetário. É necessário alguma noção mística de "ação à distância". Esse foi um grande escândalo da física newtoniana. Newton foi severamente criticado pelos cientistas mais conceituados da época por retroceder ao misticismo e minar as conquistas da filosofia mecânica.

Ele pareceu ter acordado, julgando a ideia de ação à distância um "absurdo", não obstante seja necessário um acordo, de alguma forma, se é refutada também a filosofia mecânica.

Observe que a evocação newtoniana de forças imateriais para relatar acontecimentos usuais é similar em sua base lógica à evocação de uma segunda substância pelos cartesianos para superar os limites do mecanicismo. Havia, é claro, diferenças fundamentais. Newton *demonstrou* que a filosofia mecânica não poderia ser considerada para os fenômenos da natureza; os cartesianos somente argumentaram que os aspectos do mundo estavam além desses limites. Mais importante ainda foi o fato de Newton apresentar um relato teórico contundente do funcionamento de forças ocultas e seus efeitos, enquanto os cartesianos tinham muito pouco a dizer

sobre a natureza da mente pelo menos nos arquivos de que dispomos (alguns foram destruídos).

Os problemas que Newton tentou superar se mantiveram muito inquietantes por séculos, e muitos físicos creem que eles ainda o são. Mas foi logo compreendido que o mundo não é uma máquina que poderia, a princípio, ser construída por um habilidoso artesão: a filosofia mecânica é insustentável. Descobertas posteriores destruíram essa imagem ainda mais completamente à medida que a ciência vinha avançando.

Ficamos sem um conceito de corpo, ou físico, ou material, e sem um problema mente–corpo coerente. O mundo é o que é, com seus vários aspectos: mecânico, químico, elétrico, ótico, mental, *etc.* Podemos estudá-los e tentar relacioná-los, mas não existe um problema mente-corpo mais do que existe um problema eletricidade–corpo ou valência–corpo. Indubitavelmente, pode-se delinear diferenças artificiais que permitam que tais problemas sejam formulados, mas não parece fazer muito sentido na prática e, de fato, eles não são jamais separados dos aspectos mentais do mundo. O porquê de se ter acreditado, comumente, que tais aspectos mentais devem ser de alguma forma tratados de maneira diferente dos outros é uma boa pergunta, mas tenho consciência de que não há justificativa para esta crença, nem, tampouco, reconhecimento de que este é um ponto problemático.

Assim, a tese mais importante — a filosofia mecânica — não durou; desapareceu em uma geração para o desgosto de cientistas conceituados. Por outro lado, a filosofia cartesiana teve um impacto duradouro e ideias com aspectos, de alguma maneira, similares sobre neurofisiologia e percepção ressurgiram em teorias modernas nas ciências do cérebro e cognitivas.

O interesse pela linguagem apresenta um terceiro ponto de contato entre a primeira e a segunda revolução cognitivas. O estudo da linguagem foi fortemente estimulado pelo pensamento cartesiano e levou a um consenso sobre trabalho produtivo que, em um mundo racional, teria fornecido muito dos fundamentos da linguística moderna se não tivesse sido esquecido. Esse trabalho compunha-se de duas partes: gramática particular e gramática racional, também chamada "gramática universal" ou, às vezes, "gramática filosófica", uma expressão transcrita para a terminologia moderna como "gramática científica" (essas noções não significavam exatamente a mesma coisa, mas podemos desconsiderar as diferenças). A gramática racional era

o estudo de casos individuais: francês, alemão, *etc.* Por volta da metade do século XVII estavam sendo estudados os vernáculos, tendo sido feitas descobertas interessantes a respeito do francês, especialmente "a regra de Vaugelas", que foi o centro das investigações durante muitos anos. A primeira explicação para ela foi dada pelos linguistas e lógicos de Port Royal em 1660, em termos de conceitos de sentido, referência e indexadores muito próximos de seu sentido contemporâneo.

Muitos influenciados pelos cartesianos, basearam suas conjecturas também em tradições anteriores que ainda se mantinham vivas; esses mesmos investigadores também formularam as primeiras noções claras de estrutura de frase, juntamente com algo similar às transformações gramaticais no sentido moderno. Eles também desenvolveram uma teoria parcial de relações e inferência envolvendo relações, entre outros progressos. No caso da linguagem, essas contribuições modernas iniciais eram pouco conhecidas, mesmo para os eruditos, até o momento em que foram redescobertas durante a segunda revolução cognitiva depois que foram desenvolvidas, independentemente, ideias similares.

O último herdeiro mais proeminente dessa tradição antes de ela ser posta de lado pelos comportamentistas e estruturalistas atuais foi o linguista dinamarquês Otto Jespersen, que afirmou, há 75 anos, que o objetivo fundamental da linguística era descobrir a "noção de estrutura" das sentenças que cada falante internalizou, possibilitando que ele produza e entenda "expressões livres" que são tipicamente novas ao falante e ao ouvinte ou ainda a história da linguagem, um acontecimento regular da vida diária. Uma "noção de estrutura" específica é o ponto principal da gramática particular, no sentido da tradição.

Esta "noção de estrutura" na mente do falante encontra seu caminho nela sem nenhuma instrução.

Não haveria maneira de ensiná-la a ninguém, mesmo que soubéssemos o que ela é; os pais com certeza não o sabem e os linguistas têm uma compreensão somente limitada disso que é um problema complicado, estudado só recentemente além da superfície de fenômenos. A "noção de estrutura" cresce de algum modo na mente, fornecendo os meios para sua utilização infinita e para a habilidade de formar e compreender expressões livres.

A questão nos traz a um problema muito mais difícil do estudo da linguagem: descobrir a base, na mente humana, para essa notável

Conquista. O interesse no problema leva ao estudo da gramática universal. Uma teoria de gramática universal pode ser pensada para a sintaxe, acreditava Jespersen, mas não para a morfologia, que varia, de maneiras previstas, conforme a língua.

Suas ideias parecem basicamente corretas, mas fizeram pouco sentido dentro das suposições dos comportamentistas ou estruturalistas da época de Jespersen. Elas foram esquecidas — ou pior, rejeitadas com muito escárnio e pouca compreensão — até que uma nova compreensão tornou possível redescobrir algo semelhante e, mesmo mais tarde, descobrir que entraram na valiosa tradição.

Faz sentido, penso eu, rever o que aconteceu na década de 1950 como uma convergência entre ideias que têm um sabor tradicional, mas que foram esquecidas por muito tempo, e a nova compreensão que tornou possível abordar, pelo menos, algumas das questões tradicionais de uma forma mais séria do que antes. Previamente, problemas fundamentais poderiam ser propostos, conquanto obscuramente, mas era impossível fazer muito com eles. A essência da ideia sobre linguagem, tomando emprestada a formulação de Wilhelm von Humboldt do início do século XVIII, é que a linguagem envolve "o uso infinito de meios finitos", algo que pareceu paradoxal. Os meios devem ser finitos porque o cérebro é finito. Mas a utilização desses meios é infinita, sem limites; sempre se pode dizer algo novo e a disposição das expressões da qual a utilização normal é formulada é astronômica — vai muito além de qualquer possibilidade de armazenagem, e é ilimitada a princípio, o que torna impossível a armazenagem. Esses são aspectos óbvios da linguagem comum e sua utilização, apesar do fato de que não estava clara a forma de controlá-los.

A nova compreensão estava relacionada a processos computacionais, algumas vezes chamados processos "gerativos". Essas ideias foram enormemente esclarecidas pelas ciências formais.

Aproximadamente na metade do século XX, o conceito de "uso infinito de meios finitos" estava muito bem compreendido, pelo menos em um de seus aspectos. E a parte central dos fundamentos da matemática e levou a descobertas surpreendentes sobre decisão, complexidade e verdade matemática — e fundamenta a teoria dos computadores. As ideias estavam implícitas desde os tempos da geometria euclidiana e da lógica clássica, mas somente no fim do século XIX e início do século XX é que elas foram realmente esclarecidas e enriquecidas. Na década de 1950, com certeza, elas

poderiam ser facilmente aplicadas aos problemas tradicionais de linguagem que antes pareciam paradoxais e que podiam ser só vagamente formulados, não realmente tratados. Isso tornou possível retornar a algumas das ideias tradicionais ou, mais precisamente, reinventá-las — considerando-se que, infelizmente, tudo havia sido esquecido, e assumir o controle do trabalho que constitui muito do estudo contemporâneo de linguagem.

Nesses termos, a "noção de estrutura" na mente é um procedimento gerador, um objeto finito que caracteriza uma disposição infinita de "expressões livres", cada uma delas uma estrutura mental com uma certa forma e significação. A gramática particular torna-se, então, o estudo desses procedimentos geradores para o inglês, o húngaro, o warlpiri, o swahili, *etc.* A gramática racional ou universal é o estudo da base inata para o crescimento desses sistemas na mente quando contrapostos com dados de experiência dispersos, limitados e ambíguos. Tais dados estão longe de determinar uma ou outra linguagem sem restrições iniciais rígidas e restritas.

Enquanto as mais novas ideias disponíveis abriram caminho para um estudo muito produtivo de problemas tradicionais, é importante reconhecer que eles somente apreendem parcialmente as preocupações tradicionais. Tome os conceitos "uso infinito de meios finitos" e produção de "expressões livres". Um procedimento gerador incorporado na mente/cérebro pode fornecer os *meios* para este "uso infinito", mas isso nos deixa ainda distantes daquilo que os investigadores tradicionais tentavam entender: em última análise, o aspecto criativo do uso da linguagem em algo como o sentido cartesiano. Colocando de forma distinta, os *insights* das ciências formais nos permitem identificar e investigar somente uma de duas ideias muito diferentes que estão combinadas em formulações tradicionais: o alcance infinito de meios finitos (atualmente um ponto de investigação), e o que quer que penetre na utilização normal dos objetos que se encontram dentro do alcance infinito (ainda um mistério). A distinção é crucial. É basicamente a diferença entre um sistema cognitivo que armazena uma série infinita de informação em uma mente/cérebro finitos, além de sistemas que aumentam aquela informação para cumprir as várias ações de nossas vidas. E a distinção entre conhecimento e ação, entre competência e desempenho, em uma utilização técnica-padrão.

O problema é geral, não restrito ao estudo da linguagem. As ciências cognitiva e biológica descobriram muito sobre a visão e o controle-motor,

mas essas descobertas estão limitadas aos mecanismos. Ninguém sequer pensa em perguntar por que uma pessoa observa um pôr-do-sol ou apanha uma banana e como tais decisões são tomadas. Ocorre o mesmo com a linguagem.

Uma gramática moderna geradora procura determinar Os mecanismos que fundamentam o fato de que a sentença que estou agora propondo tem a forma e o significado que tem, mas nada tem a acrescentar sobre como eu a escolho e por quê.

Ainda um outro aspecto no qual a revolução cognitiva contemporânea é similar à sua predecessora é na importância atribuída à estrutura inata. Aqui as ideias são de uma origem muito mais antiga, identificável já nos tempos de Platão que, admiravelmente, argumentou que o Conhecimento das pessoas não pode ser o resultado da experiência. Elas devem ter um conhecimento *a priori*.

Terminologia à parte, o ponto é dificilmente controverso, e só tem sido considerado assim nos últimos anos — um daqueles exemplos de agressão que mencionei antes (desconsidero aqui a doutrina tradicional de que "nada está na mente que não esteja primeiro nos sentidos", a ser compreendido, creio, em termos de ricas suposições metafísicas próprias para serem reestruturadas em termos epistemológicos). Hume é considerado o arquiempiricista, mas sua investigação sobre "a ciência da natureza humana" reconheceu que devemos descobrir aquelas "partes de [nosso] conhecimento" derivadas "do aspecto original da natureza" — conhecimento inato, em outros termos. Questionar essa ideia é quase tão sensível quanto supor que o crescimento de um embrião em uma galinha, diferentemente de para um girafa, é determinado pelos fatores nutricionais.

Platão ofereceu uma explicação do fato de que a experiência é dificilmente considerada para o conhecimento alcançado: a teoria reminescente, que sustenta que o conhecimento é lembrado de uma existência anterior. Hoje em dia, muitos se inclinam a ridicularizar essa proposta, mas o fazem equivocadamente. Ela é correta, em essência, conquanto a apresentássemos de modo diferente.

Ao longo dos séculos, tem sido entendido que deve haver algo de correto nessa ideia. Leibniz, por exemplo, afirmou que a concepção de conhecimento inato de Platão é basicamente correta, embora deva ser "expurgada do erro da reminiscência" — como, ele não sabia realmente dizer. A biologia moderna oferece um modo de fazê-lo: a dotação genética

constitui o que nós "lembramos das existências anteriores". Como o parafraseamento neurofisiológico dos tubos cartesianos com espíritos de animais, este também é um tipo de história, porque sabe-se muito pouco sobre o assunto, mesmo nos domínios mais simples da linguagem. Todavia, a história realmente apresenta uma indicação plausível de onde buscar uma resposta para a pergunta de como lembrar coisas de uma existência anterior, trazendo-a dos domínios dos mistérios a uma possível investigação científica.

Como na teoria da visão, nas ciências cognitivas em geral (de fato, em muitas ciências) podemos estudar essas questões em vários níveis. Primeiramente, podemos tentar identificar as estruturas celulares envolvidas nessas operações. Ou podemos estudar as propriedades desses objetos de forma mais abstrata — neste caso, em termos de teorias computacionais da mente e das representações simbólicas que elas dispõem. Tais investigações têm algo do caráter de estudo das fórmulas estruturais de química ou da tabela periódica. No caso da linguagem, podemos acreditar, de forma razoável, que a estrutura computacional é largamente inata; de outra forma, nenhuma linguagem poderia ser adquirida. Uma conjectura razoável é a da origem; há somente um procedimento computacional permanente que fundamenta todas as linguagens e compreendemos o suficiente para sermos capazes de descobrir alguns de seus prováveis procedimentos. Esses têm sido importantes tópicos de pesquisa durante os últimos 40 anos. A partir da década de 50 e, particularmente, nos últimos 15 anos, quando surgiram novas teorias, linguagens de uma gama tipológica muito ampla estiveram sob análise intensiva. Surpreendentemente, novas propriedades foram descobertas e, algumas vezes, explicações completamente plausíveis para elas.

Conhece-se muitíssimo mais sobre linguagem como resultado desse trabalho; e algumas das questões mais importantes na agenda atual de pesquisa não poderiam ter sido formuladas ou sequer imaginadas há alguns anos.

A segunda revolução cognitiva

De alguma forma, a segunda revolução cognitiva redescobriu, reformulou e, em certa extensão, direcionou alguns dos temas mais veneráveis de nossa tradição cultural de volta às suas origens primitivas.

Como mencionei, a segunda revolução cognitiva envolveu uma modificação das abordagens comportamentais e estruturalistas que constituíam a ortodoxia da época: uma mudança do estudo de comportamento e seus produtos ao estudo de estados e propriedades da mente que envolvem o pensamento e a ação. Reconsiderado nesses termos, o estudo da linguagem não é o estudo de textos e seus elementos, ou de procedimentos para identificação de tais elementos e sua disposição, as preocupações primárias dos estruturalistas europeus e americanos. Menos ainda é o estudo dos "preparativos para responder" ou outras sínteses mentais da doutrina comportamental que não podem nem ser coerentemente formuladas, na minha opinião, embora elas tenham sido levadas a sério na filosofia da mente para seu próprio prejuízo, acredito.

O que era tópico de pesquisa — comportamento, textos, *etc.* — são agora somente informações, sem nenhum *status* privilegiado, mantendo-se unidas a outras informações que possam se caracterizar como relevantes para a investigação da mente. Comportamento, e textos não têm maior interesse intrínseco do que, digamos, observações da atividade elétrica do cérebro, que se tornou bastante sugestiva nos últimos anos. Não podemos saber de antemão quais as informações que serão responsáveis pelo avanço do estudo da "noção de estrutura" que se refere à utilização normal da linguagem nem suas origens em dons naturais iniciais.

Os julgamentos relativos à percepção chamados "intuições linguísticas" também são somente informações, a serem avaliadas juntamente com outros tipos de informações: elas não constituem as informações-base para o estudo da linguagem mais do que se constituem o comportamento e seus produtos. Sustenta-se amplamente o contrário, mas erroneamente, acredito. Tais informações podem ter um *status* especial, entretanto, em um sentido diferente. Uma teoria que se origine muito radicalmente das intuições linguísticas não será um relato de linguagem, mas de outra coisa qualquer. Além do mais, não podemos excluir a possibilidade de que uma futura ciência da mente possa simplesmente dispensar o conceito de linguagem no sentido que lhe atribuímos, ou no sentido de outras Culturas que se relacionam ao mesmo domínio obscuro e complexo. Isso já aconteceu na linguística contemporânea. É também a norma, como a compreensão do progresso.

A mudança de perspectiva foi, em essência, uma modificação de alguma coisa como história natural para, pelo menos, uma potencial ciência

natural. Também não deveria ser controversa, na minha opinião. Ao contrário do que é usualmente sustentado, às vezes exageradamente, ela não conflitua de nenhuma forma com a procura de outros interesses. Se algo ocorre, é a possibilidade que tem de facilitá-los tanto quanto progredir.

Também sem sentido, em minha opinião, é a controvérsia que surgiu sobre a abordagem abstrata (neste caso, computacional) para o estudo da mente. Os esforços para apaziguar a inquietude gerada por essa abordagem comumente utilizam metáforas de computadores: a distinção de *hardware–software*, por exemplo. Um computador tem *hardware* e nós escrevemos *software* para ele; o cérebro é o *hardware* e a mente, o *software*. As metáforas são inofensivas se não são levadas muito a sério, mas deve-se ter claro o fato de que as analogias propostas são muito mais obscuras do que a original que elas supõem esclarecer. A distinção *hardware–software* provoca todos os tipos de problemas que não aparecem no estudo de um objeto orgânico. O que é *hardware* e o que é *software* é mais uma questão de decisão e conveniência. Mas o cérebro é um objeto natural verdadeiro, assim como a molécula o é, quer estudemos suas propriedades abstratas (digamos, fórmulas estruturais), quer seus componentes postulados. Os problemas que afetam a distinção *hardware–software*, e que são provavelmente insolúveis, não surgem no estudo da mente/cérebro. Ou seja, a metáfora não deveria ser utilizada além do ponto onde ela pode auxiliar.

A segunda revolução cognitiva levou a avanços concretos em certas áreas, entre elas, a linguagem e a visão, que também foram proeminentes na primeira revolução cognitiva. Mas não é tão claro que tenha havido avanços na reflexão subsequente sobre esses assuntos. Voltarei a isso mais tarde, mas primeiro alguns comentários sobre o estudo da linguagem.

A faculdade da linguagem

Parece agora razoavelmente bem estabelecido que há um componente especial do cérebro humano (chamado "a faculdade da linguagem") que é especificamente dedicado à linguagem. Este subsistema do cérebro (ou a mente, de uma perspectiva abstrata) possui um estado inicial que é

geneticamente determinado, como todos os outros componentes do corpo: os rins, o sistema circulatório, *etc.* O estudo desse estado inicial é uma versão contemporânea da gramática tradicional universal (racional, filosófica). O aspecto da dotação biológica parece estar próximo da uniformização das espécies, excetuando-se a patologia. Também parece ser único na essência.

Isto é, suas propriedades essenciais parecem não ser encontradas em outros organismos, talvez em nenhum outro lugar no mundo orgânico.

A faculdade da linguagem muda a partir de seu estado inicial durante o começo de vida, como o fazem outros sistemas biológicos. Ela "Cresce" a partir do estado inicial através da infância, atingindo um estado relativamente estável em algum estágio de maturação. Este é o processo de aquisição da linguagem, algumas vezes chamado enganosamente de "aprendizado da linguagem"; o processo parece não ter muita semelhança como que é chamado "aprendizado". Tem-se a impressão que os níveis de crescimento se interrompem antes da puberdade; alguns investigadores acreditam que isso pode ocorrer cedo, talvez dos 6 aos 8 anos. Depois que o sistema se estabiliza, algumas mudanças ainda ocorrem, mas elas parecem ocorrer nas bordas, ou seja, na aquisição de novas palavras, convenções sociais de uso, e assim por diante. Outros órgãos se desenvolvem de maneiras um tanto similares.

O estado de estabilidade incorpora um procedimento computacional (gerativo) que caracteriza uma infinidade de expressões possíveis, cada uma delas têm propriedades que determinam seu som, seu significado, sua organização estrutural, *etc.* Poderíamos sensatamente chamar o procedimento computacional de "linguagem", pensando na linguagem mais ou menos como "uma forma de falar", uma noção tradicional.

Adotando essa terminologia, nós consideramos a linguagem como sendo — em um primeiro contato — um estado particular da faculdade da linguagem. Para que João tenha (saiba) uma língua é necessário simplesmente que a faculdade de linguagem da mente de João esteja em um estado particular. Se o estado de sua faculdade de linguagem é suficientemente similar ao meu, você pode entender o que eu digo. Conjeturando um pouco mais, quando minha mente produz alguma coisa que induz meu mecanismo de articulação a produzir ruídos e esses sinais atingem o seu ouvido, eles estimulam a sua mente a construir algum tipo de "imagem" (uma estrutura simbólica de algum tipo), a contrapartida do que

eu estava tentando expressar. Se nossos sistemas são suficientemente similares, você pode me entender, mais ou menos, em se tratando a compreensão como uma questão "mais ou menos".

Como funciona a percepção da linguagem? Uma pressuposição comum é a de que um componente da mente é um "analisador", que toma um sinal e o transforma em uma representação simbólica. O analisador acessa claramente a linguagem. Quando você interpreta o que digo, você está usando seu conhecimento de português, não de japonês (se você, por casualidade, sabe japonês). O que o analisador produz é, certamente, intensificado e enriquecido por outros sistemas; você interpreta o que eu digo com base em crenças, expectativas, etc., que vão muito além da linguagem.

Essa abordagem incorpora um número de pressuposições que não são tão óbvias. Uma é a de que o analisador realmente existe — que há uma faculdade da mente que interpreta sinais independentemente de outras características do ambiente. Isso pode bem ser verdade, mas não necessariamente o é. É comumente admitido que podemos estar completamente confiantes na existência do analisador, enquanto o *status* do procedimento gerativo é mais complicado. Mas isso é incorreto; o oposto é verdadeiro. A existência do procedimento gerativo está muito melhor embasada de um ponto de vista científico e está incrustada em uma matriz teórica muito mais rica.

Uma segunda pressuposição é a de que analisadores não crescem. Geralmente, diferente de linguagens e órgãos do corpo, eles são fixos. O analisador para o japonês é o mesmo que para o inglês. A razão para essa suposição um tanto implausível é de que não sabemos se está errada.

Em uma situação de ignorância, inicia-se com a suposição mais simples, esperando que seja invalidada à medida que se adquira mais conhecimentos a respeito.

Sobre essas suposições, as mudanças que ocorrem durante a aquisição da linguagem estão exclusivamente no estado cognitivo; na "armazenagem de informação", na linguagem, no procedimento gerativo que distingue o inglês do japonês.

Uma terceira pressuposição é que o analisador funciona de modo muito eficiente: analisar é "fácil e rápido", de acordo com um lema que motivou uma grande quantidade de pesquisa tentando mostrar que o planejamento da linguagem produz tal resultado. Mas a crença é incorreta. Analisar é

frequentemente difícil, e frequentemente fracassa, no sentido de que a representação simbólica produzida pelo mecanismo de percepção não é aquela determinada pela linguagem, e pode bem ser incoerente mesmo para expressões com um significado determinado e razoável. Muitos casos são conhecidos, incluindo mesmo os mais simples. Por conseguinte, toda espécie de problemas surgem na interpretação de expressões envolvendo algum tipo de significado negativo, com palavras tais como "a menos que", ou "duvida", ou " falta". Se eu esperasse vê-lo no verão passado, mas não esperei, eu digo "senti falta de vê-lo" ou "senti falta de não vê-lo"? Nenhum dos dois? A confusão está tão presente que se estabeleceu inclusive no uso idiomático. Se dois aviões passam muito próximos, eles quase batem; não cometem uma falha. Mas o acontecimento é denominado "falha próxima" e não "batida próxima".

Para muitas categorias de expressões, a análise fracassa por completo ou é extremamente difícil.

Tais "fracassos de análise" têm sido um importante tópico de pesquisa em anos recentes porque fornecem uma grande quantidade de evidências sobre a natureza do processamento da linguagem.

Por que, então, a análise parece tão fácil e rápida, dando princípio à crença convencional? A razão é que quando eu digo algo, você usualmente compreende o que digo instantaneamente, sem esforço. Isso é geralmente verdade. Na prática, o processo relativo à percepção está próximo da instantaneidade e da falta de esforço. Mas não podemos concluir, a partir deste fato, que a linguagem é planejada para uma análise rápida e fácil. Isso mostra somente que há uma parte da linguagem que analisamos facilmente, e essa é a parte que temos tendência a utilizar. Como um falante, extraio o que digo dos mesmos elementos com os quais você pode lidar como um ouvinte, causando a ilusão de que o sistema é, de algum modo, "planejado para uma utilização eficiente".

Na realidade, o sistema é "ineficiente", no sentido de que grandes elementos de linguagem — mesmo expressões curtas e simples — são inutilizáveis, apesar de possuírem um som e significado bastante definidos, determinados pelos procedimentos geradores da faculdade da linguagem. A linguagem não está, simplesmente, bem adaptada à análise.

Na base, há um conto de fadas familiar, algumas vezes chamado "darwinismo" e que provavelmente teria assustado Darwin: que os sistemas do corpo estão bem adaptados às suas funções, talvez esplendidamente. Não

está claro o que se pretende que isso signifique. Não é um princípio da biologia. Em algumas interpretações, a afirmação simplesmente parece falsa. Nada é acrescentado sobre a teoria da evolução, que de nenhuma forma sugere que os sistemas desenvolvidos deveriam estar bem adaptados às condições de vida. Eles podem ser os melhores que a natureza realiza sob as sujeições dentro das quais os organismos evoluem, mas o resultado pode estar longe do ideal. Por todos os tipos de razões, órgãos específicos podem acabar sendo mais pobremente modelados do que seria possível, ainda que consideradas essas sujeições.

Talvez porque tais falhas no modelo contribuam para modificações em alguma outra parte do sistema altamente integrado que aperfeiçoa a capacidade reprodutiva. E claro que os órgãos não evoluem independentemente e um organismo viável tem que permanecer unido em formas complicadas; criadores sabem como criar cavalos maiores, mas não fará diferença se o tamanho aumentar sem correspondentes mudanças altamente intrincadas no cérebro, no sistema circulatório e outros mais. Em geral, pouco pode ser dito sem uma compreensão das propriedades físicas e químicas de organismos complexos e, se tivéssemos essa compreensão, dificilmente seria uma surpresa descobrir "erros de modelagem" significativos em organismos que são um "sucesso biológico" (há muitos deles à nossa volta).

Um exemplo familiar é o esqueleto humano. Poucas pessoas escapam de problemas nas costas porque o sistema é pobremente modelado do Ponto de vista de engenharia. Geralmente isso pode ser verdadeiro para grandes vertebrados (apesar de as vacas não saberem como reclamar de dores nas costas). O sistema trabalha suficientemente bem para o sucesso reprodutivo, e talvez seja a "melhor solução" sob as condições de evolução dos vertebrados. Mas isso é o máximo que a teoria da evolução pode atingir. No caso da linguagem, não haveria nenhuma razão para esperar que o sistema estivesse "bem adaptado às suas funções" e não parece estar (ao menos, se tentarmos dar algum significado natural a essas noções obscuras). O fato de grandes partes da linguagem ficarem sem utilização não nos incomoda; usamos as partes úteis, dificilmente um acontecimento interessante.

Há pressuposições semelhantes na teoria da habilidade de aprendizado. E frequentemente aceito que as linguagens devem ser aprendidas. Algumas vezes, as línguas naturais são definidas como aquelas que são aprendidas sob condições normais. Mas isso não é necessariamente uma verdade.

Poderíamos ter todos os tipos de línguas em nossas cabeças que não podemos acessar.

Não haveria forma de adquiri-las, embora elas sejam possivelmente estados da nossa faculdade da linguagem. Há trabalhos recentes sugerindo que as línguas podem, de fato, ser aprendidas, mas, se é assim, essa é uma descoberta empírica. Não é uma necessidade conceitual.

Até este momento, eu não disse nada sobre a produção da linguagem. A razão é que há muito pouco a dizer que seja de algum interesse. A parte de aspectos periféricos, ela continua sendo um grande mistério. Como já afirmei, é um abismo em nossa compreensão: está muito relacionada com o padrão de julgamento de nossa mente, a partir da perspectiva cartesiana — uma perspectiva razoável, conquanto impossível formulá-la atualmente chegando a conclusões semelhantes.

Problemas de unificação

Um último assunto que era de grande importância durante a primeira revolução cognitiva e que surge novamente hoje em dia, embora de uma forma muito diferente, é o problema da unificação.

Ele tem dois aspectos. Um está relacionado à relação *hardware–software* (utilizando a mesma metáfora): como os procedimentos computacionais de nossa mente se relacionam com as células e sua organização, ou qualquer que seja o modo mais correto de compreender o funcionamento do cérebro neste nível? Um segundo tipo de problema de unificação é interno às ciências cognitivas.

Há um sistema de "problema–solução", ou um sistema de "ciência–concepção", como um componente da mente? E, se há, são distintos? Há algum tipo de unidade circular?

Para o primeiro problema de unificação, uma crença geral na unidade da ciência leva à expectativa de que exista uma resposta, mesmo que os humanos não sejam capazes de encontrá-la. Mas não é necessário que a segunda tenha uma solução. Poder-se-ia vir a saber que não há uma teoria de "organismos mentais" além de uma "teoria do organismo" para outras partes do corpo: os rins, o sistema circulatório, *etc.* Suas bases teóricas fundamentais são as mesmas, mas elas podem não convergir além do nível celular. Se este é o caso para os sistemas cognitivos, então não haverá uma "ciência cognitiva" em nenhum sentido útil da expressão.

Voltemos ao primeiro problema de unificação: encontrar a "base concreta" para os sistemas computacionais da mente e tomar emprestada a terminologia convencional (mas, como ressaltado, altamente enganosa). Existem diversas maneiras de abordar o problema. O método-padrão das ciências é estudar cada um dos níveis, tentar descobrir suas propriedades e buscar algum tipo de convergência. O problema manifesta-se constantemente, e pode ser solucionado (se é que pode) de maneiras bastante diferentes. A redução de um sistema a um outro é um resultado aceitável, mas talvez não seja possível: as teorias da eletricidade e magnetismo não são redutíveis a mecanismos, e as propriedades elementares do movimento não são redutíveis à "visão mecânica de mundo". Considere a física e a química, separadas durante um longo tempo pelo que parecia ser uma divisão intransponível. A unificação finalmente aconteceu, apesar de bastante recentemente; em realidade, eu vivi para ver isso. Mas não se caracterizou pela redução da química à física. Certamente, a química foi unificada com uma física radicalmente alterada, um passo que se tornou possível graças à revolução teórica-quântica. O que parecia ser um racha, tornou-se algo palpável. Uns poucos anos mais tarde, algumas partes da biologia uniram-se à bioquímica, desta vez por uma redução genuína. No caso dos aspectos mentais do mundo, não temos ideia de como a unificação pode acontecer. Alguns acreditam que será através dos métodos do nível intermediário da neurofisiologia, talvez redes de neurônios. Talvez sim, talvez não. Talvez as ciências contemporâneas do cérebro não saibam ainda a maneira correta de observar o cérebro e suas funções; então, a unificação baseada na compreensão contemporânea é impossível. Se é assim, não deveria ser considerada uma grande surpresa. A história da ciência apresenta muitos exemplos como esse.

Esta parece uma forma perfeitamente razoável de tratar o primeiro problema da unificação, embora ela possa, de qualquer modo, prosperar, e se isso ocorrer, não podemos saber antecipadamente, tanto quanto em qualquer outra situação.

Há também uma abordagem diferente para o problema que é altamente influente, apesar de me parecer não somente alheio às ciências, mas também próximo da ausência de sentido. Essa abordagem separa as ciências cognitivas de uma estruturação biológica, e busca testes para determinar se algo "manifesta inteligência" ("jogar xadrez", "entender chinês", ou o que quer que seja). A abordagem baseia-se no "Teste Turing", projetado pelo

matemático Alan Turing, o responsável por grande parte do trabalho sobre a moderna teoria da computação. Em um famoso documento de 1950, ele propôs um modo de avaliar o desempenho de um computador, basicamente, determinando se os observadores são capazes de distingui-lo do desempenho de pessoas. Se não podem, o aparelho passa no teste. Não existe um teste Turing permanente; existe, sim, uma quantidade de testes baseados naquele modelo. Os detalhes não nos interessam.

Adotando essa abordagem, suponha que estamos interessados em decidir se um computador programado pode jogar xadrez ou entender chinês. Elaboramos uma variante do teste Turing e vemos se um júri pode ser enganado a ponto de pensar que um humano está executando a ação observada. Em caso afirmativo, teremos "estabelecido empiricamente" que o computador pode jogar xadrez, entender chinês, pensar, etc., de acordo com os proponentes dessa versão de inteligência artificial, enquanto seus críticos negariam que este resultado estabeleceria tal conclusão.

Existe intenso debate, frequentemente caloroso, a respeito desses assuntos na literatura das ciências cognitivas, inteligência artificial e filosofia da mente, mas é difícil observar a proposição de alguma questão séria. As questões de se um computador está jogando xadrez, ou resolvendo uma grande divisão, ou traduzindo chinês, são como as questões que dizem respeito a se robôs podem matar ou se aviões podem voar — ou pessoas; afinal, o "voo" do campeão olímpico de salto à distância é somente uma ordem de magnitude menor do que aquela da campeã das galinhas (assim me disseram). Essas são questões de decisão, não são fatos; decisão como a adoção de uma certa metáfora estendida ao uso comum.

Não existe resposta para a pergunta sobre se os aviões *realmente* voam (embora talvez haja em se tratando de naves espaciais). Fazer com que pessoas ingênuas confundam um submarino com uma baleia não mostra que os submarinos realmente nadam; mas também não mostra que não nadam. Não há fato, nenhuma pergunta realmente importante para ser respondida, como todos concordam neste caso específico. A mesma coisa ocorre com os programas de computador, os quais Turing tomou as dores para esclarecer no documento de 1950 que é constantemente invocado nessas discussões. No documento, ele apontou que a pergunta sobre se as máquinas pensam "seja, talvez, muito sem importância para merecer uma discussão", sendo uma questão de decisão, não fato; e, embora ele tenha investigado isso há 50 anos, o uso pode ter "alterado tanto que poderíamos

falar de máquinas pensando sem esperar que alguém nos contradiga" — como no caso dos aviões voando (em inglês, pelo menos), mas não submarinos nadando. Tal alteração na utilização equivale à substituição de um item léxico por um outro com algumas propriedades diferentes. Não há uma questão empírica como, por exemplo, se esta é uma decisão certa ou errada.

Neste ponto, houve uma séria regressão desde a primeira revolução cognitiva na minha opinião.

Superficialmente, a confiança no teste Turing é remanescente da abordagem cartesiana à existência de outras mentes. Mas comparação é enganosa. Os experimentos cartesianos eram algo como um teste de tornassol para a acidez: eles procuravam determinar se um objeto possui uma certa característica, neste caso, posse de mente, um aspecto de mundo. Mas isso não é verdadeiro no que diz respeito ao debate sobre inteligência artificial.

Uma outra semelhança superficial é o interesse na simulação de comportamento, novamente só aparente, acredito eu. Como comentei anteriormente, a primeira revolução cognitiva foi estimulada pelas conquistas dos autômatos, muito como atualmente, e inventos complexos foram construídos para simular objetos reais e seu funcionamento: a digestão de um pato, um pássaro voando, e assim por diante. Mas o objetivo não era determinar se máquinas podem digerir ou voar. Jacques de Vaucanson, o maior inventor da época, estava preocupado em entender os sistemas vivos que ele estava modelando; ele construiu inventos mecânicos com o objetivo de formular e validar teorias de seus modelos vivos, não para satisfazer alguns critérios de desempenho. Seu mecanismo de relógio, por exemplo, pretendia ser um modelo da digestão real de um pato, não um *fac simile* que pode enganar seu público. Resumindo, essa era uma simulação dos modos da ciência normal: construção de modelos (neste caso, modelos mecânicos) para aumentar a compreensão, não uma tentativa confusa de responder a uma pergunta que não tem significado.

A simulação de computador obviamente avança de maneira similar atualmente: a abordagem à teoria da visão por David Marr e seus colegas, a investigação dos analisadores universais de Robert Berwick, o estudo de robótica para determinar como uma pessoa apanha um copo, *etc.* Isso tudo é perfeitamente considerável e tem sido, frequentemente, também muito revelador. Da mesma maneira, perfeitamente considerável é o

desenvolvimento de robôs para fábricas, ou sistemas inteligentes. Isso é tão legítimo quanto produzir máquinas de terraplanagem. Mas não havia nenhum interesse em mostrar que o desempenho de uma máquina de terraplanagem pudesse ser confundido com o de uma pessoa, e um programa de computador que pudesse "bater" um grande campeão de xadrez é quase tão interessante como uma máquina de terraplanagem que pode vencer a competição olímpica de levantamento de peso.

Voltando ao segundo problema de unificação, não há, como mencionei, uma razão especial para se esperar por uma solução. Tem-se admitido em âmbito bastante amplo — desde Skinner a Piaget em psicologia, e muito comumente na filosofia da mente — que as pessoas (ou talvez os organismos em geral) têm uma série uniforme de procedimentos de aprendizagem e solução de problemas que aplicam-se de forma indiferente em todos os campos; mecanismos gerais de inteligência, ou o que quer que seja (talvez mudando durante a infância, como imaginou Piaget, mas, a cada etapa, uniformemente aplicável a qualquer tarefa ou problema). Quanto mais sabemos sobre a inteligência humana ou animal, menos isso parece provável. Não há proposições sérias sobre a função de tais "mecanismos gerais". Parece que o cérebro é como outros sistemas biológicos conhecidos: modular, constituído de subsistemas altamente especializados que possui suas características particulares e domínios de operação, interagindo de todas as formas. Há muita coisa a ser dita sobre o tema, mas terei de terminá-lo aqui.

Conhecimento de linguagem

Permita-me concluir, em poucas palavras, os tipos de questões que surgem hoje no estudo da linguagem especificamente, e os tipos de respostas que podem agora ser oferecidas. Neste ponto as coisas tornam-se interessantes e intrincadas, e serei capaz somente de ilustrá-las com alguns exemplos.

Tomemos uma simples frase, como, "casa marrom". O que sabemos sobre isso? Sabemos que consiste de duas palavras; e as crianças já têm essa

compreensão antes mesmo de que possam articulá-la diretamente. Em minha linguagem, e provavelmente na sua, as duas palavras têm o mesmo vocábico; estão em uma relação formal de assonância. De maneira semelhante, casa e rasa estão na mais completa relação formal de rima. Sabemos, além disso, que se eu lhe conto sobre uma casa marrom, quero que entendam que o exterior da casa é marrom, não necessariamente seu interior. Então uma casa marrom é alguma coisa com o exterior marrom. De maneira similar, se você vê uma casa, você vê seu exterior. Nós não podemos agora observar o edifício no qual nos encontramos, a menos que, talvez, houvesse uma janela com um espelho do lado de fora refletindo sua superfície externa. Assim, poderíamos ver o edifício quase da mesma fôrma que podemos observar o avião no qual estamos voando se podemos olhar pela janela e ver a superfície da asa.

O mesmo é verdade para uma quantidade muito grande de objetos: caixas iglus; montanhas, *etc.*

Suponhamos que haja uma gruta iluminada dentro de uma montanha com um túnel estreito levando a ela, então podemos olhar dentro: da gruta quando estamos em pé na entrada do túnel.

Mas, neste caso, não vemos a montanha. Se estamos dentro da gruta, não podemos ver a montanha, embora pudéssemos se um espelho do lado de fora da entrada refletisse a sua superfície. Em uma variedade muito grande de casos, pensamos em um objeto, por qualquer razão, considerando somente sua superfície exterior, quase como uma superfície geométrica. Isso é verdadeiro mesmo para objetos inventados, mesmo os mais impossíveis. Se eu lhe disser que pinte de marrom meu cubo esférico pretendo que você entenda que pinte de marrom a sua superfície exterior.

Mas não pensamos que uma casa marrom seja somente uma superfície. Se fosse uma superfície, você poderia estar próximo da casa ainda que você estivesse dentro dela. Se uma caixa fosse realmente uma superfície, então uma placa de mármore no interior da caixa e outra fora dela à mesma distância da superfície estariam equidistantes da caixa. Mas não estão. Então um objeto desse tipo é, ao menos, uma superfície exterior com um interior diferente.

Uma observação adicional mostra que os significados de tais termos são ainda muito complicados.

Se digo que pinte minha casa de marrom, você entende que quero dizer que pinte de marrom a sua superfície exterior; mas posso dizer, de forma

perfeitamente inteligível, que pintei minha casa marrom *no seu interior*. Assim, podemos pensar na casa como uma superfície interior, com as circunstâncias adjacentes levemente mais complicadas. No jargão técnico, isso é chamado uso *marcado* e *desmarcado*; no caso desmarcado, descontextualizado, admitimos que a casa seja uma superfície exterior, mas a utilização marcada acontece quando o contexto fornece as condições apropriadas. Essa é uma característica penetrante da semântica de linguagem natural. Se digo "eu escalei a montanha", você sabe que subi — geralmente; posso, naquele momento, estar descendo, se considerado todo o processo de escalada de uma montanha, ainda um outro fato que sabemos sobre significação. Mas posso dizer "estou *terminando* a aventura da escalada da montanha", adicionando uma informação extra que permite o uso marcado. O mesmo é aplicado a formas bastante genéricas.

Observe que minha casa é perfeitamente concreta. Quando retorno à minha casa à noite, estou retornando a algo físico concreto. Por outro lado, é também abstrato: uma superfície exterior com um interior planejado e uma propriedade marcada que permite que ela seja uma superfície interior.

Podemos nos referir à casa, simultaneamente, como abstrata e concreta, como quando digo que pintei de marrom a minha casa de madeira pouco antes de ela ser destruída por um tornado. E eu posso dizer que depois que a minha casa foi destruída, ficando somente o entulho, eu *a* reconstruo (minha casa) em algum outro lugar, apesar de já não ser a mesma casa; tais termos de referência dependente como "mesma", "a/ela", e "re" funcionam de modo completamente diferente neste caso, e ainda de modo diferente quando consideramos outros objetos. Tomemos Londres, também concreta e abstrata; pode ser destruída em por incêndio ou por uma decisão administrativa. Se Londres é reduzida a pó, *ela* — ou seja, Londres — pode ser reconstruída em qualquer outro lugar e ainda ser a *mesma* cidade, Londres, diferente da minha casa, que não será a mesma casa se é reduzida a pó e é reconstruída em outro lugar. Com o motor do meu carro é ainda diferente. Se é destruído, não pode ser reconstruído, embora, caso esteja só parcialmente destruído, ainda o possa ser. Se um motor fisicamente indistinguível é construído com o mesmo entulho, não é o mesmo motor, mas um diferente. Os julgamentos podem ser um tanto delicados, envolvendo fatores que foram claramente explorados.

Tais comentários somente arranham a superfície, mas eles talvez sejam suficientes para indicar que não é necessário que haja objetos no mundo que

correspondam às coisas de que falamos, mesmo nos casos mais simples, nem ninguém acredita que haja. O que podemos dizer, genericamente, é que as palavras de nossa língua apresentam perspectivas complexas que nos oferecem maneiras muitíssimas especiais de pensar sobre as coisas — para perguntar às pessoas, contar-lhes algo, *etc.* A semântica da linguagem natural verdadeira procurará identificar perspectivas e princípios que subjazem a elas. As *pessoas* usam as palavras para se referir às coisas de formas complexas, refletindo interesses e circunstâncias, mas as *palavras* não se referem a isto; não há relação palavra-coisa da variedade fregeana, nem uma relação mais complexa palavra-coisa-pessoa do tipo proposto por Charles Sanders Peirce no trabalho igualmente clássico sobre as fundações da semântica. Essas abordagens podem ser bastante apropriadas para o estudo dos sistemas simbólicos inventados (para os quais elas foram inicialmente planejadas, ao menos no caso de Frege). Mas não me parece que elas forneçam conceitos apropriados para o estudo da linguagem natural. Uma relação palavra-coisa(-pessoa) parece ter tanto de ilusório como a relação de movimento (-pessoa) palavra-molecular, embora seja verdade que cada utilização de uma palavra por uma pessoa é associada a um movimento específico de moléculas e, algumas vezes, com algo específico, visto de um modo particular. O estudo da produção e análise do discurso não postula tal relação mítica, mas, mais exatamente, indaga como as representações mentais de uma pessoa penetram dentro da articulação e da percepção. Fico acreditando que o estudo do significado das expressões deveria avançar em bases semelhantes. Isso não quer dizer que o estudo do significado seja o estudo da utilização mais do que o estudo do controle motor é o estudo de ações particulares. A utilização e algumas outras atividades fornecem evidência sobre os sistemas que esperamos compreender, assim como informação sobre alguns outros campos — mas nada além disso.

O que sabemos sobre palavras simples, tais como "marrom", "casa", "escalar", "Londres", "ela", "mesma", *etc.*, deve ser quase que inteiramente não aprendido. Não estamos cientes do que sabemos sem uma pesquisa, e poderia facilmente tornar-se inacessível à consciência — assim poderíamos aprender sobre isso somente da forma como aprendemos sobre circulação do sangue e percepção visual. Ainda que a experiência fosse rica e extensa, possivelmente não poderia fornecer apenas informações do tipo claramente comprovadas ou ser considerada por sua uniformidade entre pessoas com

experiências diferentes. Mas a questão é acadêmica, considerando-se o fato de que a experiência é muito limitada. No ponto culminante de aquisição da linguagem, dos 2 aos 6 anos, uma criança apreende palavras numa média de uma por hora em consequência de uma simples exposição sob circunstâncias altamente ambíguas. Milagres à parte, o que deve ocorrer é que a criança está contando com aquelas "partes de [seu] conhecimento" derivadas da "mão original da natureza"; nos termos de Hume — na "memória de existências anteriores", como reformulado dentro da estrutura do dom natural genético (em alguns, ainda de uma maneira desconhecida).

Algumas vezes, tem sido argumentado que os genes não carregam informação suficiente para produzir tais resultados altamente intrincados, mas o argumento é fraco. Poder-se-ia dizer o mesmo, com o mesmo mérito, sobre quaisquer outros componentes do corpo. Não se sabendo nada sobre as sujeições físico-químicas relevantes, pode-se ser levado a concluir (absurdamente) que é necessária uma quantidade infinita de informações para determinar que um embrião terá dois braços (em vez de 11 ou 93), e que isso deve ser "aprendido" e determinado, então; pelo ambiente nutricional do embrião. Como os genes determinam o número específico de braços, ou a delicada estrutura do sistema visual, ou as propriedades da linguagem humana, é uma matéria de descoberta, não de especulações infundadas. O que parece evidente a partir de observações mais elementares é que a interação com o ambiente pode ter, no máximo, um efeito modelador e disparador secundários. A suposição é considerada absolutamente verdadeira (sem, virtualmente, uma evidência direta) no caso do desenvolvimento "abaixo do pescoço", metaforicamente falando.

As conclusões não deveriam ser diferentes no caso dos aspectos mentais do mundo, a menos que adotemos formas ilegítimas de dualismo metodológico, que são todos muito predominantes.

Observe ainda que aprendemos pouco sobre tais assuntos com os dicionários, mesmo os mais elaborados. A explicação para a palavra "Casa" não fará nenhuma referência ao que acabei de revisar, fará, sim, um comentário restrito. Até muito recentemente, havia pouco reconhecimento à rica complexidade da semântica das palavras, embora, para acuidade, devêssemos lembrar que houve alguma discussão penetrante sobre a matéria no passado, em grande parte esquecida.

Mesmo características mais elementares do significado e som das palavras não estão presentes nos dicionários mais extensos, que só são úteis

para as que já conhecem as respostas a parte de outros detalhes fornecidos pelo dicionário.

Esse não é um defeito dos dicionários, mas, ao contrário, seu mérito. Seria inútil — e, de fato, altamente confuso — para um dicionário de inglês, espanhol, japonês, ou qualquer outra língua, apresentar o significado real das palavras, mesmo que este tivesse sido descoberto. De modo semelhante, alguém estudando inglês como um segundo idioma só seria confundido pelo ensinamento dos princípios reais de gramática, o que eles já sabem pelo fato de serem humanos.

Apesar de não tratar-se de um planejamento consciente, os dicionários enfocam corretamente o que a pessoa poderia não saber, isto é, detalhes superficiais do tipo fornecido pela experiência; não o que nos vem "pela mão original da natureza". O último é o tópico de uma pesquisa diferente, o estudo da natureza humana, que é parte das ciências. Seus objetivos são virtualmente complementares àqueles do lexicógrafo prático. Os dicionários projetados para utilização deveriam — e, na verdade, o fazem — preencher os vazios no conhecimento inato que os usuários de dicionários têm.

Esperamos que as propriedades semânticas básicas das palavras, sendo elas não aprendidas ou sem possibilidade de o serem, serão partilhadas com pouca variação entre as linguagens. Esses são aspectos da natureza humana que nos fornecem modos específicos, altamente intrincados e curiosos, de pensar sobre o mundo. Isto é claro mesmo para os casos mais simples, tais como os que superficialmente revisamos.

Quando nos dirigimos a expressões mais complexas, a lacuna entre o que o orador / ouvinte sabe e a evidência disponível torna-se um abismo, e a riqueza do dom natural inato é ainda mais evidente. Consideremos sentenças simples, digamos, a seguinte: 1. João está comendo uma maçã.

2. João está comendo.

Na 2, o objeto gramatical de "comer" está faltando, e nós entendemos a frase na analogia de 1, para querer dizer (mais ou menos) que João está comendo uma coisa ou outra. A mente preenche a lacuna, postulando um objeto sem especificação do verbo.

Em realidade, isso não é exatamente verdadeiro. Considere a seguinte oração curta: 3. João está comendo seu sapato. Ele deve ter enlouquecido.

A frase 2 não inclui o caso de alguém comer seu próprio sapato. Se eu digo que João está comendo, eu quero dizer que ele está comendo de um modo normal; jantando, talvez, mas não comendo seu sapato. O que a

mente preenche não é um objeto gramatical sem especificação, mas alguma coisa normal; isso é parte do significado das construções (embora o que seja considerado normal não seja).

Vamos supor que isto seja aproximadamente correto e nos direcionar para um caso levemente mais complexo. Considere a frase 4: 4. João é muito teimoso para conversar com Bill.

significa que João é muito teimoso para ele (João) conversar com Bill — ele é tão teimoso que se recusa a conversar com Bill. Suponha que tiremos Bill da frase 4, produzindo a 5: 5. João é muito teimoso para conversar.

Seguindo o princípio ilustrado pelas frases 1 e 2, esperamos que a 5 seja compreendida com a analogia da 4, com a mente preenchendo a lacuna com algum objeto (normal) de "conversar". A.

frase 5, então, deveria significar que João é muito teimoso para ele (João) conversar com alguém ou outrem. Mas não significa só isto. Significa, mais exatamente, que João é muito teimoso para que qualquer um (talvez nós) converse com ele, João.

Por alguma razão, as relações semânticas se invertem quando o objeto de "conversar" é extraído da frase 4; diferentemente da frase 1, em que permanecem inalterados. O mesmo acontece com casos mais complexos, como na frase 6: 6. João é muito teimoso para esperar que a professora converse.

O significado é que João é muito teimoso para que qualquer um (talvez nós) esperemos que a professora converse com ele (João). Neste caso, analisar as dificuldades pode tornar os fatos mais difíceis de detectar, conquanto a frase seja ainda muito simples, muito abaixo da média de tamanho de frase num diálogo normal.

Sabemos de todas essas coisas, embora inconscientemente. As razões estão além de qualquer possibilidade de conscientização. Nada disso poderia ter sido aprendido. Os fatos também são conhecidos para pessoas que não tiveram nenhuma experiência relevante com tais construções.

Pais e amigos que partilham conhecimento de linguagem (até o limite em que eles o fazem), não têm consciência de tais fatos. Se uma criança cometesse erros utilizando tais expressões, seria virtualmente impossível corrigi-los, mesmo que os erros fossem observados (o que é muito improvável e, certamente, raro a ponto da não existência). Esperamos que

as interpretações sejam similares em cada idioma e, até onde se sabe, isso realmente ocorre.

Da mesma forma que os dicionários não fornecem nem o significado inicial das palavras, também as gramáticas tradicionais de vários volumes mais elaboradas não reconhecem nem os fenômenos mais elementares do tipo aqui comentados. Foi só muito recentemente, no decurso das tentativas de construir procedimentos gerativos explícitos, que tais propriedades vieram à tona. De modo correspondente, tornou-se claro quão pouco é sabido sobre os fenômenos elementares de linguagem. Esta não é uma descoberta surpreendente. Enquanto as pessoas estiveram satisfeitas que uma maçã cai ao solo porque este é o seu lugar natural, também as propriedades básicas de movimento mantiveram-se ocultas. O desejo de procurar a explicação para os fenômenos mais simples é a origem da ciência. A tentativa de formular questões sobre fenômenos simples levou a descobertas extraordinárias sobre aspectos elementares da natureza, previamente insuspeitáveis.

No decurso da segunda revolução cognitiva, um grande número de fatos do tipo já ilustrado foram descobertos em idiomas bem estudados e, progressivamente, em um vasto número de outros.

Mais importante, alguma compreensão foi obtida dos princípios inatos da faculdade da linguagem que crescem ao que as pessoas sabem em tais casos. Os exemplos recém-demonstrados são simples, mas não tem sido um problema trivial descobrir os princípios da gramática universal que interagem para justificar suas propriedades. Quando avançamos, as complexidades aumentam muito rapidamente. À medida que respostas experimentais foram desenvolvidas, elas, algumas vezes, abriram caminho para a descoberta de fenômenos desconhecidos até agora, frequentemente muito complexos e, não numa pequena quantidade de casos, trouxe também uma nova compreensão. Nada semelhante aconteceu na rica tradição de 2500 anos de pesquisa sobre linguagem. É um desenvolvimento excitante e, creio que é importante salientar, com poucos paralelos no estudo da mente.

Como mencionei anteriormente, as condições de aquisição da linguagem nos levam a esperar que, em algum sentido fundamental, deve haver somente uma linguagem. Há duas razões básicas para isso. Primeira, em uma versão moderna das visões de Platão, muito do que sabemos deve ser preexistente"; há uma escassez de evidências mesmo para os aspectos simples do que as pessoas sabem. Além do mais, há uma razão forte para

supor que ninguém é projetado para falar uma ou outra língua. Se meus filhos tivessem crescido no Japão, falariam japonês de modo indiscernível dos nativos. A habilidade de aquisição da linguagem é, basicamente, fixa, uma propriedade uniforme das espécies.

Por tais razões, temos a expectativa de que todas as línguas sejam fundamentalmente similares, organizadas nos mesmos moldes, diferindo apenas em aspectos secundários que a experiência limitada e ambígua é suficiente para determinar. Somos agora capazes de ver a forma como isso pode ocorrer. É agora possível formular, pelo menos, o esboço de um procedimento computacional uniforme e invariável que determina o significado de expressões arbitrárias para qualquer língua e as supre com propriedades sensomotoras em um âmbito restrito. Por último, podemos estar nos aproximando de um período em que as expectativas dos gramáticos racionais desde Port Royal a Jespersen podem receber uma clara formulação e um suporte empírico.

Enquanto esse procedimento uniforme — em essência, a linguagem humana — é comum a todas as manifestações específicas da faculdade humana da linguagem, ele não é completamente fixo.

Variações externas distinguem o inglês da língua australiana warlpiri, citando dois casos que foram estudados em profundidade considerável porque parecem tão diferentes na superfície. Há atualmente algumas hipóteses plausíveis sobre onde residem tais diferenças na natureza da linguagem. Parece (como anteciparíamos) que elas estão em áreas restritas da linguagem. Uma série de diferenças está nos sistemas de entonação como Jespersen sugeriu quando questionou a possibilidade de uma morfologia universal ao lado de uma sintaxe universal. Esse é o porquê de muito do aprendizado de uma segunda língua ser devotado a tais propriedades morfológicas (em contraste, nenhum japonês estudante de inglês perde tempo estudando as propriedades das palavras que vimos anteriormente, ou as frases 1–6). Uma pessoa com inglês como língua materna estudando alemão tem que aprender sobre o sistema de caso, que muito falta no inglês. O sânscrito e o finlandês possuem uma mostra mais rica, enquanto o chinês tem recursos ainda mais escassos do que o inglês.

Ou assim o parece, superficialmente. Trabalhos dos últimos anos sugerem que esses indícios podem ser ilusões. Os idiomas podem ter sistemas de caso similares, talvez até os mesmos. Afinal, pode existir uma morfologia universal. Só que no chinês (e, mormente, no inglês) os casos

estão presentes somente nos cálculos mentais, não atingindo os órgãos sensomotores, enquanto no alemão eles atingem, parcialmente, esses sistemas de desempenho (e em sânscrito e finlandês, mais ainda). Os efeitos de caso são vistos no inglês e no chinês, mesmo se nada "sai da boca". Os idiomas não diferem muito (se é que realmente diferem) na inflexão, mas os sistemas sensomotores acessam o cálculo mental em pontos diferentes, ou seja, há diferenças no que é articulado. Pode ser a variação tipológica da língua que reduz a fatores desse tipo.

Suponha que sejamos bem-sucedidos em identificar os pontos de variação potencial entre os idiomas – chame-os *parâmetros*, seus significados a serem determinados pela experiência. Então deveria ser possível deduzir, literalmente, o húngaro ou o swahili ou qualquer outro possível idioma humano por meio do estabelecimento dos significados dos parâmetros de uma maneira ou outra. E o processo de aquisição da linguagem seria somente o processo de fixação desses parâmetros — na verdade, descobrindo as respostas para uma "lista de questões" específicas. O que deve ocorrer é que essas questões são prontamente respondidas, dadas as condições empíricas de aquisição da linguagem. Uma grande parte do estudo da aquisição da linguagem em idiomas Variados foi estruturado nesses termos nos últimos anos, com um progresso encorajador e cheio de novos dilemas.

Se descobrimos que tudo isso segue a trilha certa, seguir-se-á que as línguas são aprendidas — uma conclusão não óbvia, como observado. Para descobrir o idioma de uma comunidade, a criança tem que determinar como os significados dos parâmetros estão estabelecidos. Com as respostas dadas, o idioma inteiro é determinado — léxico à parte. As propriedades de tais frases como "João é muito teimoso para conversar" não necessitam ser aprendidas — felizmente, ou ninguém as saberia; elas são determinadas antecipadamente, como parte do dom biológico natural. Como para o léxico, é desnecessário aprender propriedades do tipo discutido anteriormente — de novo, felizmente — porque essas também são determinadas antecipadamente.

Será possível aprender os idiomas porque há pouco para aprender.

E sobre a questão de utilização? Sabemos que partes da língua não são úteis, o que não apresenta nenhum problema à vida diária porque nos mantemos com o que é útil, naturalmente.

Mas alguns trabalhos recentes sugerem que a propriedade de inutilidade pode estar mais profundamente enraizada na natureza da linguagem do que suspeitado previamente. Evidencia-se que os cálculos da linguagem devem ser mais favoráveis, em um certo sentido bem definido.

Suponha que pensemos no processo de construção de uma expressão com a seleção e combinação de palavras do léxico mental e a execução de certas operações sobre as estruturas assim formadas, continuando até que seja construída uma expressão com som e significação.

Parece que alguns desses processos são bloqueados, ainda que legítimos a cada etapa, porque outros são mais favoráveis. Se é assim, uma expressão linguística não é somente um objeto simbólico construído por um sistema computacional, mas, mais exatamente, um objeto construído em um modelo mais favorável.

Aqueles familiarizados com problemas de complexidade computacional reconhecerão que existem perigos escondidos aqui. Considerações mais favoráveis do tipo recém esboçados exigem a comparação de cálculos para determinar se algum objeto é uma expressão linguística válida. A menos que sujeições bem definidas sejam introduzidas, a complexidade de tais cálculos será detonada, e tornando-se virtualmente impossível saber o que é uma expressão da linguagem. A busca de tais sujeições e de evidências empíricas de línguas variadas que se relacionam a elas provoca problemas difíceis e intrigantes que só atualmente estão sendo levados a sério.

Se existem tais propriedades mais favoráveis, e parece que existem, então surgem ainda outras questões: podemos mostrar que expressões úteis não dão origem a problemas de cálculo inexecutáveis enquanto as inúteis podem fazê-lo — talvez a fonte de sua inutilidade? Essas são questões difíceis e interessantes. Nós compreendemos o suficiente para defini-las como inteligíveis atualmente, mas não muito mais do que isso.

Se o plano da língua tem algo como essa qualidade, então a propriedade de inutilidade pode ser ainda mais profunda.

Trabalhos recentes também sugerem que as línguas podem ser otimizadas em um sentido diferente. A faculdade da linguagem é parte da arquitetura total da mente! cérebro, interagindo com outros componentes: o mecanismo sensomotor e os sistemas que penetram o pensamento, a imaginação e outros processos mentais e sua expressão e interpretação. A faculdade da linguagem *interage* com outros componentes da mente/cérebro. As propriedades interativas, impostas pelos sistemas dentre

os quais a linguagem está embutida, estabelecem sujeições sobre as quais essa faculdade deve estar se vai funcionar dentro da mente! cérebro. Os sistemas articulatório e perceptivo, por exemplo, exigem que as expressões da linguagem tenham uma ordem linear (temporal, "esquerda à direita") na interação. Sistemas senso-motores que operassem paralelamente permitiriam modos mais ricos de expressão de dimensionamento superior.

Suponhamos que temos alguns relatos de propriedades gerais P dos sistemas com os quais a língua interage na superfície comum de contato entre ambos. Podemos agora fazer uma pergunta que não é precisa, mas também não é vaga: até que ponto uma solução é boa para as condições P? Quão perfeitamente a linguagem satisfaz as condições impostas na interação? Se um arquiteto divino tivesse que enfrentar o problema de planejar algo para satisfazer essas condições, a linguagem humana real seria uma das candidatas, ou estaria próxima de ser?

Trabalhos recentes sugerem que a linguagem é surpreendentemente "perfeita" nesse sentido, satisfazendo de uma maneira quase ótima algumas condições um tanto genéricas impostas na interação. Até o ponto em que isso é verdadeiro, a linguagem parece diferente de outros objetos do mundo biológico, que são tipicamente uma solução bastante confusa a alguns tipos de problemas, dadas as sujeições e os materiais concretos que a história e os incidentes disponibilizaram. A evolução é uma "consertadora", na afirmação do biólogo evolucionário François Jacob, e os resultados de seu conserto podem não ser aqueles que um engenheiro habilidoso construiria a partir de rachaduras para satisfazer as condições existentes. No estudo do mundo inorgânico, por razões misteriosas, tem sido heurísticamente valioso assumir que as coisas podem ser elegantes e bonitas. Se os físicos giram em torno de um número como 7, eles podem Presumir que perderam algo, porque 7 é um número muito ridículo: deve ser realmente 2 na potência 3, ou alguma coisa assim. Uma extravagância-padrão é dizer que os números reais são somente 1, 2, infinito e talvez 3 mas não 79. E as assimetrias, princípios independentes com muito da mesma força explicativa, além de outras peculiaridades que deformam a visão da natureza são vistas com um certo grau de ceticismo. Intuições semelhantes foram razoavelmente bem-sucedidas no estudo da linguagem.

Se estão no alvo, pode significar que a linguagem é um tanto especial e única, ou que não entendemos o suficiente sobre outros sistemas orgânicos para ver que são quase os mesmos, em sua estrutura e organização básicas.

É possível que tudo isso sejam somente artefatos; nós só não estamos observando as coisas corretamente. Dificilmente nos surpreenderíamos se isso acontecesse. Mas as conclusões parecem razoáveis e, se estão corretas, elas apresentam novos mistérios para serem acrescentados aos antigos.

2

Linguagem e Natureza

Eu gostaria de discutir dois aspectos de um tópico antigo e desconcertante; O primeiro está relacionado à mente em geral: Qual é o seu lugar na natureza (se há algum)? O segundo tem a ver especificamente com a linguagem: como os seus elementos (palavras, frases, etc.) estão relacionados ao mundo? O primeiro tópico leva a questões de materialismo, dualismo e o problema mente-corpo. O segundo leva a questões de referência, significado, intenção e similares.

Permita-me iniciar com propostas simples que dizem respeito a cada um desses tópicos. Penso que não deveria haver controvérsias sobre ambos os postulados, embora eles sejam com frequência negados, algumas vezes implicitamente. Eu gostaria de prosseguir na intenção de Contrastá-los com outros postulados que são muito mais abrangentes e significativos, e que são amplamente defendidos, conquanto eu os Considere insustentáveis.

Naturalismo e relações linguagem-mundo: teses fracas e fortes

A primeira das teses sem controvérsia está relacionada ao primeiro e mais genérico aspecto do tópico. É uma proposição metodológica sobre o estudo da mente e da natureza. O mundo tem muitos aspectos: mecânico, químico, ótico, elétrico, *etc.* Entre esses estão seus aspectos mentais.

A tese que tudo deveria ser estudado da mesma maneira, independente de estarmos considerando o movimento dos planetas, os campos de força, as fórmulas estruturais para moléculas complexas ou as propriedades computacionais da faculdade da linguagem. Chamemos a isso "abordagem naturalista da mente", significando que buscamos investigar os aspectos

mentais do mundo pelos métodos de pesquisa racional característicos das ciências naturais. Se os resultados de uma abordagem naturalista fazem jus ao honorífico termo "ciência" depende dos resultados que alcance. Pode-se sensivelmente perguntar até onde uma abordagem naturalista poderia nos conduzir na direção de tópicos de interesse humano e significação intelectual, mas admitirei que não há dúvida sobre sua legitimidade.

Esperamos encontrar tipos bastante diferentes de coisas à medida que estudamos os vários aspectos do mundo, mas o ônus da prova certamente faz parte de quaisquer demandas por diferentes modos de investigação ou padrões de avaliação. A proposição metodológica diz que esse ônus não foi encontrado, tampouco havendo razão para que isso seja feito.

Tais categorias como a química, a ótica, etc., não são nem claras nem profundas, uma matéria que não causa maiores preocupações. Começamos qualquer investigação com emaranhados de fenômenos inexplicados, que tentamos organizar em categorias que parecem adequar-se, não tendo muito cuidado com os limites e sem esperar que as categorias sobrevivam à investigação.

Elas não são organizadas com a intenção de desajustar a natureza; ao contrário, servem como uma conveniência. As categorias convencionais podem ser úteis para propósitos administrativos em universidades ou agências financiadoras do governo. Mas em trabalhos sérios, elas não são feitas com a intenção de delimitar a esfera de ação da investigação. Consideremos, digamos, a química e a biologia. O eminente biólogo François Jacob observa que "para o biólogo, a vida começa somente com o que era suscetível de constituir um programa genético", "para o químico, em contraste, é de algum modo arbitrário demarcar onde só pode haver uma continuidade". Outros podem querer acrescentar cristais à mistura, ou fazer réplicas dos autômatos do tipo que John von Neumann pioneirizou. Não há "resposta certa", não há razão para buscar limites mais nítidos para a distinção entre física, biologia, química e outros aspectos do mundo. Nenhuma disciplina tem nenhum direito primordial sobre objetos particulares do mundo, sejam eles moléculas complexas, estrelas ou a linguagem humana.

Eu deveria deixar claro que esses comentários são polêmicos. Há um debate muito vigoroso sobre um assunto como a linguagem, embora isso aconteça raramente com outros objetos do mundo.

Também argumenta-se comumente que a linguagem deve ser construída de alguma maneira fundamentalmente diferente de outros objetos, talvez como uma "entidade platônica" ou de acordo com a "visão da vovó" (compreendida como algum tipo de "psicologia popular"), atendo-se a certos tipos de evidência e não a outros. Um argumento padrão é que a "linguística" deve se ater aos julgamentos perceptivos chamados "intuições linguísticas" e não a descobertas sobre a atividade elétrica do cérebro ou ao processamento da linguagem; somente a "psicologia" pode introduzir essa evidência adicional. Não prosseguirei sobre esse tema aqui (eu o fiz até certo ponto em outros lugares), mas declararei somente (deslealmente) que os argumentos apresentados me parecem falaciosos, algumas vezes bastante irracionais e, usualmente, baseados em sérios problemas de interpretação.

Dadas as ideias preliminares sobre os tipos de fenômenos, apresentamos indagações sobre elas e tentamos respondê-las, se possível construindo teorias explicativas que postulam entidades e princípios, frequentemente obscuros, que elas seguem. Também buscamos a unificação, ou tentamos descobrir como essas teorias estão relacionadas, talvez em termos de entidades mais fundamentais ou princípios reconfirmados dos quais os resultados de investigações teóricas particulares são derivados. Um tipo de unificação é a redução literal, a demonstração de que uma teoria pode ser, literalmente, incorporada dentro de uma teoria mais fundamental. Esta é uma possibilidade, embora seja rara em grande escala na história da ciência (em esferas mais restritas acontece todo o tempo). Em geral, a unificação avança em vários caminhos, um fato que vale a pena ter em mente quando consideramos o problema mente-corpo.

Considere dois exemplos clássicos:

- (1) os relatos de Newton sobre os princípios da mecânica e
- (2) a unificação da física e da química.

As conquistas de Newton ocorreram no contexto dos esforços para estabelecer "a filosofia mecânica", a ideia que animou a revolução científica do século XVII. A tese condutora era de que o mundo era uma máquina complicada que poderia, a princípio, ser construída por um artesão habilidoso — e, de fato, tem sido, de alguma maneira, o que tem de ser resolvido. O objetivo era eliminar a bagagem mística da física neo-escolástica predominante: "paixões e antagonismos" misteriosos que uniam os objetos ou os separavam, e assim por diante. Uma tarefa básica era mostrar que a interação dos objetos poderia ser explicada em termos de

contato direto, como nas funções de um relógio: o sucesso nessa empreitada resolveria o problema da unificação pela redução à visão mecânica de mundo.

Nesse caso, não havia unificação. Newton demonstrou que é falsa a visão mecânica de mundo. O movimento terrestre e planetário escapa aos limites do contato mecânico. Afinal, há forças ocultas.

A descoberta foi um grande ponto de mudança na história do pensamento ocidental. A conclusão de Newton, que ele próprio considerou "absurda", ultimamente tornou-se "senso comum" científico, embora não sem agitação, angústia e luta intelectual.

A unificação da física e da química seguiu um curso, de algum modo, Similar. É um tanto recente, datando da descoberta de Linus Pauling da natureza física das ligações químicas há somente 60 anos, em termos de noções radicalmente mudadas de "físico". Antes de Max Planck, parecia haver uma divisão intransponível; uma história da química-padrão observa: "A matéria dos químicos era dividida e descontínua; a energia física, contínua", um "mundo matemático" nebuloso de energia e ondas eletromagnéticas.. " (William Brock). Mesmo neste século, os átomos da química eram considerados "entidades teóricas, metafísicas"; interpretados operacionalmente, eles forneciam uma "base conceitual para determinar valores relativos elementares e determinar fórmulas moleculares", e tais dispositivos instrumentais eram distintos de "uma física atômica altamente controversa que fazia reivindicações no que diz respeito à natureza mecânica definitiva de todas as substâncias". A unificação foi alcançada somente depois de mudanças revolucionárias nos conceitos da física, incluindo o modelo do átomo e da teoria quântica de Bohr. Foi só recentemente, em 1920, que a ideia de explicar as noções instrumentais da química atômica em termos físicos — em termos do modelo Bohr, por exemplo — foi ridicularizado por importantes cientistas. Anteriormente, cientistas eminentes debocharam das tentativas de obter descrições físicas de campos e moléculas, considerando-os, basicamente, dispositivos de cálculo que deveriam receber somente uma interpretação instrumental.

É válido que mantenhamos tais atitudes, e seu destino, na memória quando nos dedicamos às avaliações do *status* das ciências cognitivas e do "problema mente-corpo" atualmente. É dessa forma que o biólogo vencedor do prêmio Nobel, Gerald Edelman, afirma que "a variância nos mapas neurais não é binária ou de valores inteiros, mas certamente contínua

e extensa", concluindo que as teorias computacionais e connexionistas da mente, com seus modelos descontínuos, encaram uma "crise", e devem estar erradas. A história, entretanto, sugere precaução. Pode haver uma "crise", mas as coisas, com o tempo, se encaixarão em seus devidos lugares.

A física do século XIX era muito mais bem estabelecida do que as ciências do cérebro de hoje.

Uma razão é que a física mantém-se sobre estruturas muito simples; outros cientistas não têm esse privilégio e devem lidar, isto sim, com a complexidade dos objetos de suas "ciências especiais" resultando no desaparecimento muito rápido da compreensão — uma das muitas razões pelas quais a física não é um bom modelo para outras ciências, talvez nem mesmo para a filosofia geral da ciência. No caso do cérebro, apesar de progressos impressionantes sabe-se, ainda de modo insuficiente, onde investigar e não seria exatamente uma surpresa se fosse descoberto que as suposições de hoje estão longe da verdade. Contudo, a física teve que se submeter a revisões radicais antes de que os átomos da física e da química pudessem ser relacionados e o material "separado e descontínuo" do químico integrou-se à aparente continuidade do universo da física.

Ainda hoje, com a unificação fundamental alcançada, textos avançados descrevem a química como uma "ciência singular", baseada em equações teórico-quânticas insolúveis, usando modelos diferentes para propósitos diferentes sem nenhuma razão bastante satisfatória.

A história das ciências duras não deveria ser esquecida quando nos às discussões sobre "materialismo" e o "problema mente-corpo". Os debates sobre a filosofia mecânica, a natureza de campos e moléculas, a relação das partículas e princípios físicos e químicos, e muito mais na história da ciência, têm semelhanças interessantes com aquelas em transcurso atualmente nas fronteiras correntes do conhecimento. Creio que há muito a ser aprendido a partir de uma observação cuidadosa sobre o modo como os problemas clássicos foram eventualmente resolvidos. A história sugere somente que se deveria prosseguir com a investigação até onde ela conduz, desenvolver teorias explicativas conforme pode-se ver com o olhar voltado a uma eventual unificação mas sem muita preocupação com as lacunas que podem parecer intransponíveis em determinado momento e reconhecendo que o caminho em direção a uma eventual unificação é imprevisível.

Também pode ser importante atentar para o fato de que nos limites externos da pesquisa física, há controvérsia até mesmo sobre se a unificação

é, afinal, possível. Silvan Schweber alega que o trabalho em matérias físicas condensadas, criando fenômenos tais como a super-condutividade que são "novidades genuínas no universo", provocou um ceticismo prematuro sobre a possibilidade de redução a "uma asserção provada quase rigorosamente", ou seja, podem haver "leis emergentes" em sentidos mais fundamentais do que o que se supôs. Independentemente da validade da conclusão, intuições sobre a unidade da ciência, ou doutrinas filosóficas sobre o assunto, não há nada a acrescentar, menos ainda se considerarmos o domínio da mente e do cérebro sobre o qual a compreensão é muito mais pobre.

Para repetir, a primeira tese é uma forma de monismo metodológico: fenômenos mentais (acontecimentos, entidades, etc.) podem ser estudados de forma naturalista, como a química, a ótica ou outros fenômenos. Construimos teorias explicativas da melhor maneira que podemos, tomando como *real* qualquer coisa postulada nas melhores teorias que Somos capazes de formular (porque não há nenhuma outra noção relevante de "real"), buscando a unificação por meio de estudos de outros aspectos do mundo — este e único mundo — enquanto se reconhece que ela poderia levar a muitos outros caminhos. E que poderia até ser inatingível, ou porque não há narrativas unificadas, ou porque as há mas elas encontram-se além de nosso alcance cognitivo.

Nós somos organismos biológicos, com competência e limites, não somos anjos, e esses limites epistêmicos podem deixar as questões que apresentamos (talvez de modo impreciso) como mistérios permanentes para nós, da mesma forma que alguns problemas estão além do alcance cognitivo de um rato. Não é muito razoável adotar a ideia tradicional de que Deus foi gentil o suficiente para construir o universo de forma que os seres humanos o pudessem compreender, ou uma variação moderna absurda que sustenta que a seleção natural conquistou esse resultado miraculoso — uma proposição mais clara e, por consequência, mais prontamente refutada(existe também uma variação teórico-quântica que ignorarei).

Para evitar problemas de entendimento, não estou abordando os conceitos de "fundacionismo" e "objetividade" independente do que eles sejam — que são o alvo de muita retórica vigorosa na literatura pós-modernista (confesso-me incapaz de entendê-los, em sua maior parte). No que me diz respeito, houve poucas divergências da reação do século XVII à crise cética contemporânea, descrita pelo ilustre historiador de filosofia Richard Popkin: "o reconhecimento de que alguns elementos absolutamente

determinados não seriam passíveis de nosso conhecimento, e também de que possuímos padrões para avaliar a confiabilidade e aplicabilidade do que descobrimos sobre o mundo", assim "aceitando e aumentando o próprio conhecimento" enquanto se reconhece que "os segredos da natureza, das coisas nelas mesmas, estarão sempre escondidas de nos. Essas atitudes em direção ao "fundacionismo", à "objetividade" e à "exatidão" fazem parte do panorama-padrão de ciência moderna e de outras investigações racionais, até onde eu sei. É, algumas vezes, defendido que Rudolf Carnap e o Círculo de Viena tiveram um motivo para tomar posições fundacionistas, de algum modo, relevantes aqui, mas isto é dúvida — um fato esclarecido particularmente em recente trabalho erudito realizado por Thomas Uebel, Christopher Hookway e outros. De qualquer maneira, estou pressupondo que o que Popkin descreve é preciso e não questionado veementemente.

A tese do naturalismo metodológico deve ser separada de outra diferente que parece ser muito mais abrangente e profunda: o "naturalismo metafísico". Ou, definida de outras maneiras, "materialismo", "fiscalismo" ou "naturalização da filosofia", asserção formulada por W.V. Quine que se tornou "um dos poucos ortodoxos na filosofia americana" (e além dela) desde 1960 — Tyler Burge observa em uma revisão recente de um século da filosofia americana da mente: a visão de que não há entidades mentais (estados, acontecimentos, propriedades, etc.) "acima e além das entidades físicas ordinárias, entidades identificáveis nas ciências físicas ou entidades que o senso comum definiria como físicas". Essa é a ideia que "relatos filosóficos de nossas mentes, nosso conhecimento e nossa linguagem devem ser, afinal, uma continuação das ciências naturais (ou estar em harmonia com elas)". Daniel Dennett acrescenta que é "uma das mais satisfatórias tendências da filosofia desde 1960". Com respeito a essas teses, encontramos defensores, céticos, críticos e conciliadores que buscam uma resolução mais sofisticada (Donald Davidson, por exemplo). Corrirei o risco de afirmar que nenhuma indagação sensata foi formulada, ou pode ser, se as ciências dos últimos séculos não estiverem, pelo menos, perto da precisão.

Voltemos ao segundo e mais minucioso dos dois tópicos com os quais comecei: a questão de como os elementos da linguagem se relacionam com outras coisas no mundo. Talvez a tese mais simples, menos controversa e mais fraca seja esta: as propriedades semânticas das expressões linguísticas enfocam aspectos selecionados do mundo como se supõe que ele seja

através de vários sistemas cognitivos, e apresentam perspectivas com as quais as visualizamos, independentemente do fato de utilizarmos a linguagem para expressar ou esclarecer nossos pensamentos, induzir outros cuja linguagem se assemelha à nossa a fazer o mesmo, solicitar ou outras formas comuns. Eu creio que essa é, provavelmente, a afirmação genérica *mais contundente* que pode ser feita sobre a relação linguagem–mundo. Além do mais, investigamos essas propriedades e perspectivas semânticas. Descobrimos que elas são complexas e intrincadas, envolvendo interesses e preocupações humanas de modo fundamental mesmo nos níveis mais elementares, e fixadas de maneira substancial como parte de nossa natureza, independentemente da experiência que leva uma criança a adquirir uma ou outra das tantas línguas humanas possíveis — evidenciam-se como uma categoria altamente restrita de objetos mentais.

Novamente, deveríamos distinguir essa tese frágil de outras muito mais contundentes, em particular, as seguintes:

1. A tese *representacional* de que o fato central sobre a linguagem é que ela representa o mundo, e a questão central da semântica é como ela o faz.

2. A tese *externalista* em que "o sentido não é o ponto-chave", como coloca Hilary Putnam; mais exatamente, o sentido, a referência e o conteúdo das expressões (e do pensamento) são determinados pelas propriedades do mundo e da sociedade.

Essa são ortodoxias verdadeiras — a tese representacional muito comumente e a tese externalista, nos últimos 20 anos. Encontram-se poucos críticos ou céticos, diferentemente do caso das variantes do "fisicalismo".

Essas ortodoxias também me parecem altamente dúbias, por razões elaboradas nos séculos XVII e XVIII. Não parece haver uma relação geral do tipo postulado que se mantenha entre expressões de linguagem e partes do mundo, ou seja, a natureza dessa relação não pode ser a questão geral da semântica. E a ortodoxia externalista parece tão falsa quanto coerente.

Por contraste, a semântica internalista é um tema rico e intrigante, Conquanto deveria ser realmente considerada como parte da sintaxe no sentido técnico: o estudo de acontecimentos mentais e entidades, incluindo aquelas chamadas "representações simbólicas", que fornecem instruções para o uso dos sistemas de linguagem tanto quanto as "representações fonéticas" o fazem. Observe que em nenhum dos casos existe qualquer sugestão de que esses objetos mentais "representam" alguma coisa, no sentido da utilização filosófica tradicional, além de sua contribuição ao

pensamento e à ação. É improvável que a tarefa de descobrir como tais instruções funcionam em âmbito semântico seja mais fácil do que outras comparáveis sobre os aspectos sensomotores da linguagem e as representações fonéticas que se relacionam a eles, um problema que tem sido estudado intensivamente por meio século, com tecnologia avançada, e que se apresenta difícil e complexo. Há poucas razões para crer que as teorias representacionais de semântica têm alguma validade e muitas indicando que elas não têm.

Note que tratando de ambos – os aspectos fonéticos e semânticos da linguagem —, a abordagem internalista adota como recurso uma certa forma de "externalismo", mas muito reduzida para ser de algum interesse: essa observação de utilização tem uma função no estabelecimento de algumas propriedades de uma expressão, seu som e significado. Mas para ter alguma significância, o externalismo deve ir muito além desse truísmo.

As duas teses mais frágeis são, para mim, o mais distante que pode-se alcançar nesse nível de generalidade. As questões interessantes, que são questões de ciência empírica, surgem quando as aprofundamos. Neste caminho, podemos aprender muito, mas chegamos a um quadro da linguagem e da mente que não é semelhante às ortodoxias predominantes.

Estes são tópicos mais extensos. Tentarei indicar por que este pode ser um ponto de vista razoável.

A ortodoxia materialista

Começemos com o ponto crucial: o materialismo, o problema mente–corpo. Essa foi uma questão científica séria durante a revolução científica do século XVII. A razão é que havia uma noção de corpo (matéria, o físico, etc.); por consequência, fazia sentido perguntar o que se encontrava dentro de seu campo de ação — o que se encontrava dentro da "filosofia mecânica". Rejeitando forças ocultas, Descartes e outros cientistas poderiam perfeitamente propor a questão em torno da dúvida sobre se certos aspectos do mundo fazem parte, ou não, da teoria do corpo. O mais importante trabalho científico de Descartes foi o esforço em mostrar

O alcance da filosofia mecânica, mas ele também demonstrou que alguns aspectos do mundo encontram-se além delas e não podem ser apreendidas por nenhum autômato, notavelmente, a utilização comum da linguagem — que possuía uma importância central no pensamento cartesiano. De modo mais genérico, um autômato não poderia incorporar o comportamento de uma criatura que é somente "incitada e inclinada" a agir de determinada forma, mas não compelida a fazê-lo como o é uma máquina (desconsiderando-se os elementos ligados ao acaso e à probabilidade, irrelevantes aqui).

Houve tópicos dominantes de investigação nos anos seguintes juntamente com esforços para se chegar a um consenso com a refutação, por parte de Newton, da filosofia mecânica. Um desenvolvimento interessante levou à tese de La Mettrie de que os humanos são, de fato, máquinas complexas e de que os testes cartesianos para outras mentes, podem ser definidos. Os testes, primeiramente, estavam relacionados à utilização da linguagem. La Mettrie demonstrou que a incapacidade de chimpanzés de usar a linguagem não reflete a falta da mente, mas defeitos nos órgãos articulatórios. Ele propôs que eles recebessem o mesmo tipo de treinamento utilizado até então com os surdos. No seu livro *Natural History of the Soul*, sustentou que "é a organização do sistema nervoso, do início dos nervos ao fim do córtex que exercita livremente, em um estado sadio, todas as propriedades" do pensamento, contrariamente ao que manifestou Descartes — embora nem La Mettrie nem ninguém mais tentou chegar a um consenso com os verdadeiros argumentos cartesianos, além de expressarem a crença de que eles poderiam ser, de alguma forma, superados. E assim as coisas permanecem até hoje, de fato.

Outra abordagem aos problemas do materialismo explorou a "sugestão de Locke", de que não é inconsistente imaginar que o criador pode ter escolhido "superadicionar a matéria uma faculdade de pensar" da mesma maneira que ele deu aos corpos a capacidade de atração sem contato, como Newton demonstrou, conquanto isso não possa existir "até onde podemos conceber". Não podemos excluir, pela lógica, somente a possibilidade de que "Deus pode dar pensamento, razão e volição à matéria, bem como senso e espontaneidade", concluiu Locke.

O próprio Newton discordou e rejeitou mesmo a possibilidade de que a atração seja uma propriedade da matéria. "É inconcebível", ele escreveu em uma famosa carta de 1693 "que a matéria bruta inanimada deveria, sem a

mediação de algo mais, que não seja material, operar e afetar outra matéria sem o contato mútuo". A ação à distância através do vácuo, escreveu ele, "é, para mim, um absurdo tão grande que penso que nenhum homem que tem nas matérias filosóficas uma faculdade competente de pensamento pode jamais acreditar" (filosóficas eram o que chamamos, hoje, científicas), embora, alhures, ele tenha alimentado a possibilidade mal recebida de que pequenas partículas dos corpos" Podem ter "certos poderes, virtudes ou forças pelas quais elas agem à distância", tão absurdo como parece. Até o fim de sua vida, Newton procurou alguma saída para o dilema. A física madura newtoniana — a versão final de seu *Principia* — não invoca o dualismo, mas um tipo de "trialismo", com matéria passiva, forças ativas e um "tênuê éter" relacionando-os. As forças ativas são divinas, a matéria passiva carece de qualquer caráter espiritual e o espaço é semidivino. Newton pensou ter encontrado o suporte empírico a essas conclusões nas experiências com eletricidade que ele testemunhou como diretor da Royal Society em seus últimos anos de vida: a eletricidade é claramente material (seus efeitos São tangíveis), mas também claramente imaterial (a fonte de emanção elétrica não perde peso). Esse quadro, como assim o revela a erudição moderna, foi vivificado pela dedicação de Newton à heresia ariana, que rejeitou a Santíssima Trindade e considerou ser o Filho somente semidivino. Lembre-se de que Newton interessava-se pela Grande Teoria, sendo que a física ocupava somente uma pequena parte de suas preocupações.

Apesar da reverência sobre a qual Newton se mantinha, a sugestão oferecida por Locke sem muita convicção continuou a ser seguida. Resumindo uma grande controvérsia, Hume sustentou que "nós não podemos saber a partir de nenhum outro principio se a matéria, por sua estrutura e disposição, não pode ser a causa do pensamento". Depois, o eminente químico Joseph Priestley, que parece ter seguido a sugestão de Locke mais completamente do que qualquer outro, concluiu que a matéria não é mais "incompatível com a sensação e o pensamento" do que com a atração e a repulsão. No último caso, embora esteja além de nossos poderes de concepção, realmente aceitamos que a matéria "possui poderes de atração e repulsão" que agem a uma "distância real e, geralmente, determinável do que nós chamamos corpo". Não há razão para que não se tome a mesma posição no que diz respeito aos fenômenos da mente, concluindo — com a possibilidade, entretanto, de ofender o senso comum

— que "as faculdades de sensação ou percepção e pensamento" são propriedades de "um certo sistema organizado da matéria". Propriedades, "intelectualmente qualificadas", são "o resultado (necessário ou não) de uma estrutura orgânica tal como a do cérebro". É também razoável acreditar "que as faculdades de sensação e pensamento são os resultados necessários de uma organização particular assim como o som é o resultado necessário de uma concussão particular do ar. O pensamento em humanos "é uma propriedade do sistema nervoso ou, mais exatamente, do cérebro" — a conclusão a que La Mettrie chegou muito antes, por um caminho um pouco diferente.

Não obstante fortes divergências, muito da controvérsia pós-newtoniana mantêm-se na admissão compartilhada de hipóteses cruciais.

Especificamente, ambos, — newtonianos e defensores da sugestão de Locke ou de sua variante materialista europeia —, rejeitaram uma distinção entre corpo e mente: os princípios ocultos de atração e repulsão e aqueles, incluídos nos trabalhos da mente estão em paridade. Nenhuma matéria é passiva e tudo está além de seu alcance, como Newton sustentou; ou a matéria é, ela própria, ativa e tudo é propriedade da matéria, talvez era algum estado organizado. O "espírito tênue" buscado por Newton, que "impregna e permanece oculto em todos os corpos espessos" deveria ser responsável pela interação, atração e repulsão elétricas, luz, sensação e a forma como "membros de corpos animais se movem comandados pela vontade".

A "matéria ativa" de seus oponentes deveria acomodar a mesma gama de fenômenos. Se segue a linha newtoniana de busca de uma explicação no domínio do divino e semidivino ou no relato alternativo em termos de "matéria ativa", a distinção mente–corpo se dissolve. É difícil saber qual pode ser a alternativa, seguindo a demonstração de Newton de que a filosofia mecânica é falsa e que não somente os aspectos mentais do mundo, mas todos os outros também, estão além do alcance do material como concebido pelo senso comum e pelos cientistas que levaram adiante a revolução de Galileu.

Esses desenvolvimentos intrigantes encontram-se no coração de nossa tradição científica e são, penso eu, também bastante relevantes às preocupações correntes. Difícilmente passa um ano sem que algum livro muitíssimo vendido apresente a ideia "surpreendente" e "espantosa" de que o pensamento pode ser "superadicionado" à matéria como "uma

propriedade do sistema nervoso ou, mais exatamente, do cérebro", como foi concluído séculos atrás. Ninguém diz, entretanto, no que consiste exatamente essa alternativa e por que conclusões-padrão de dois séculos atrás deveriam ainda nos atingir como hipóteses desafiadoras e chocantes. Seria muito interessante se nos fosse oferecida agora alguma razão para acreditar nas conclusões de La Mettrie, Priestley e muitos outros. Mas temo que a esse respeito ainda continuemos na obscuridade.

Recorde que o dualismo cartesiano foi uma ciência direta: a postulação de algo além das fronteiras do corpo está certa ou errada. De fato, certa, embora não pelas razões cartesianas. Ao contrário, por razões consideradas muito infelizes, se não ultrajantes e intoleráveis, por cientistas renomados da época — Leibniz, Huygens, Bernoulli e outros, até mesmo o próprio Newton. O "dualismo" de Newton é também ciência direta, maniqueísta. E seu conceito estende-se inclusive à hipótese "homem-máquina" de La Mettrie e outros, bem como aos vários esforços para desenvolver a "sugestão de Locke".

A descoberta crucial foi a de que os corpos não existem. É comum ridicularizar a ideia do "fantasma na máquina" (como no influente trabalho de Gilbert Ryle, por exemplo), mas isso desconsidera o ponto principal. Newton exorcizou a máquina, deixando o fantasma intacto. Mais ainda; nada substituiu a máquina. Pelo contrário, as ciências continuaram a postular entidades ainda mais exóticas e ocultas: elementos químicos dos quais "número e natureza" provavelmente jamais serão conhecidos (Lavoisier), campos e ondas, curvas de espaço-tempo, as noções da teoria quântica, séries infinitas unidimensionais espaço de alta dimensionalidade, além de noções ainda mais estranhas.

O critério de conformidade com o senso comum desapareceu juntamente com os mecanismos de contato. Não há também uma noção coerente sobre material, físico, *etc.* Consequentemente, não há problema mente-corpo, nenhum questionamento sobre a redução do mental ao físico, ou mesmo a unificação destes dois domínios. As ortodoxias contemporâneas parecem inteligíveis, do mesmo modo que os esforços para refutá-las. Defensores e críticos estão (afundando) no mesmo barco, não sendo necessária, ou possível, nenhuma reconciliação.

Não é que não exista significação dos conceitos. Podemos falar do "mundo físico" da mesma forma que falamos da "verdade real" — mas sem inferir que para uma verdade *real* haja uma verdade *não real*; ou que para o

mundo *físico* exista um outro mundo *não físico*. De modo semelhante, podemos compreensivelmente falar do "mundo real". Podemos dizer, de maneira perfeitamente inteligível, que a despeito da retórica muito inflada, não existe comércio livre no mundo real; que a declaração pode ser verdadeira ou falsa e é, com certeza, significativa, mas não implica que o mundo tenha duas partes, real e irreal. Similarmente, podemos dizer que os oceanos são reais e as linhas de latitude, embora parte útil de algum ramo da ciência, não são; mas, de novo, sem sugerir que o mundo seja dividido em real e não real.

Termos como "físico" e "real" têm uma função semântica, sem dúvida, mas eles não dividem a categoria que qualificam em duas subcategorias. No que diz respeito a "físico", não houve outro significado à ideia desde Newton. O problema não é a imprecisão ou indeterminação de noções como "físico" ou "real". Acreditar nisso é não compreender os termos e sua utilização. Não buscamos um meio de esclarecer a noção de "verdade real" ou aguçar as fronteiras distinguindo o "mundo real" de algum "mundo irreal". A pesquisa é igualmente mal orientada no caso do "físico" e "material".

Suponhamos que alguém fosse propor o problema de como lidar com os dois tipos de verdades ou mundos, o "real" e o "não real", e fosse perguntar se a segunda categoria pode ser reduzida ao formador ou é um domínio separado e irreduzível, ou se há algum modo de resolver o problema proposto por essa distinção. A resposta correta não é avaliar propostas específicas oferecidas para responder às questões, mas sugerir o método de terapia wittgensteiniana para superar as desilusões que algumas questões provocariam. O mesmo ocorre para o caso do "mundo físico" versus o "mundo não físico" — pelo menos até que alguma nova noção de "físico" seja oferecida para substituir a anterior; o que pareceria um esforço quase insensato.

Por tais razões, é difícil entender o projeto de "naturalização da filosofia". A dificuldade também pode ser formulada em termos um tanto diferentes. Recordemos que a iniciativa pretende mostrar que a filosofia é "contínua" ou "harmoniosa com" as ciências naturais. Essas incluem os aspectos mecânicos, químicos, elétricos, óticos... do mundo; mas não os aspectos mentais. Por quê?

A razão não pode ser de que confiamos somente naqueles membros do departamento físico. Isso seria simplesmente irracional e, além do mais,

eles não confiam neles próprios. Assim, a Sociedade Americana de Física publicou recentemente um livro do físico muito eminente John Wheeler, no qual ele sugere que "a um nível muito profundo", o mundo consiste de nada mais além de *bits* de informação. Quaisquer que sejam os méritos da proposição, defensores da "naturalização da filosofia" concordam — de fato, insistem — que não é função do filósofo reavaliar seus colegas físicos.

A razão também não pode ser a de que se sabe pouco sobre os aspectos mentais do mundo; supõe-se que seja uma distinção de princípio. Não é nem que o problema da unificação não tenha sido solucionado; isso era também constante dos aspectos químicos, pré-Pauling. Não é que os aspectos mentais abordem questões de normatização, moralidade, etc, enquanto outros não o fazem. Também fazemos perguntas de diferentes tipos sobre luz, atração gravitacional, moléculas complexas, colônias de formigas, e assim por diante. Ademais, assuntos relacionados à força normativa e moral entrecortam a divisão "físico-mental": "habilidades físicas" penetram no estabelecimento de culpabilidade (digamos, a inabilidade de voar ao décimo andar de um edifício em chamas para salvar uma criança); ter uma sensação de depressão não se relaciona à moralidade ou normatividade, ou compreender o significado de "água" (voltarei a isso).

Pode parecer ofensivo ao senso comum pensar-se em supor que certas matérias (intencionalidade e proximidade, consciência, comportamento, que não possui causa específica mas é apropriado, ou como queirais defini-lo) estão entre "as propriedades última e irreduzíveis das coisas" que os físicos procuram catalogar (afirmação de Jerry Fodor). Mas a estipulação não é muito útil. Por que estas, mas não atração e repulsão? Com Certeza Newton não era bobo, e parecia muito absurdo para ele supor que a interação sem contato poderia estar entre os fenômenos da natureza.

Até há pouco, era amplamente aceito que nenhuma dessas questões fazia muito sentido: o "mundo físico" está além de nossa inteligência intuitiva, independente do fato de incluirmos ou não seus aspectos mentais. Hume escreveu que "Newton parecia retirar a cortina de alguns mistérios da natureza", mas "ele mostrou ao mesmo tempo as imperfeições da filosofia mecânica, e, desse modo, recolocou os segredos últimos [da natureza na obscuridade na qual sempre estiveram e sempre estarão". Um século depois, no seu clássico *History of Materialism* (traduzido para o inglês com uma introdução favorável de Bertrand Russell), Friedrich Lange coloca a questão como segue, discutindo "o serviço verdadeiro apresentado por

Newton": Estamos tão acostumados, em nossos dias, a noções abstratas de forças ou, mais exatamente, a uma noção pairando sobre um obscurantismo místico entre a compreensão abstrata e concreta, que não encontramos mais nenhuma dificuldade em fazer com que uma partícula da matéria aja sobre uma outra sem um contato imediato. Podemos, de fato, imaginar que na proposição "não há força sem matéria", proferimos algo muito materialista, enquanto a todo momento nós, calmamente, permitimos que partículas de matéria ajam umas sobre as outras através do espaço vazio sem nenhuma ligação material. Os grandes matemáticos e físicos do século dezessete mantinham-se distantes de tais ideias. Eles eram todos materialistas tão genuínos no sentido do materialismo antigo que fizeram do contato imediato uma condição de influência. A colisão de átomos ou a atração por partículas em forma de gancho, uma mera modificação de colisão, foram o protótipo de todo o mecanismo, e todo o movimento da ciência tendia na direção do mecanismo.

Podemos não estar ainda acostumados com as conclusões de Priestley e outros, mas o costume não é um critério para a imposição de nenhuma divisão fundamental, metafísica ou qualquer outra, entre os vários aspectos deste e único mundo.

As discussões modernas desses assuntos têm duas variantes. Uma investiga o *status* das entidades mentais, questionando se tais entidades (estados, propriedades, etc.) existem "acima das entidades físicas ordinárias, entidades identificáveis nas ciências físicas ou entidades que o senso comum consideraria físicas". Uma outra variante questiona se (e, se sim, como) a "conversa mentalística" encontra "seu lugar e suas tentativas de descrever e explicar o mundo" (Burge).

Podemos pensar sobre isso metafísica e epistemologicamente, respectivamente; ou como a adoção dos modos material e formal, nos termos de Rudolf Carnap.

Para que a variante metafísica faça sentido, devemos ter uma noção de entidade física; não temos.

É mera estipulação incluir a atração gravitacional, campos, fórmulas estruturais de Kekulé, curvas de espaço-tempo, *quarks*, *super-strings*, etc., mas não processos, acontecimentos, entidades, etc.

postulados no estudo dos aspectos mentais do mundo. Essa doutrina altamente influente, da qual Quine foi, por longo tempo, seu mais proeminente defensor, parece não ter força; o mesmo vale para os críticos.

Como para a variante epistemológica, podemos estar razoavelmente confiantes que a "conversa mentalística" não encontrará lugar nas tentativas de descrever e explicar o mundo. Mas isso é desinteressante porque o mesmo é verdade para a "conversa fisicalista": expressões comuns como "a pedra está rolando colina abaixo", "as flores estão crescendo", "ele está engordando", "o avião está pousando", "o falcão está descendo para atacar sua presa", "o céu está escurecendo, mas o tempo está, aos poucos, melhorando", "o cometa está rumando em direção a Júpiter (mas vai, provavelmente, passar por ele)", "a formiga está reconstruindo sua colônia depois de ela ter sido totalmente destruída". Nenhuma destas — de fato, virtualmente nada do que digamos sobre o "mundo físico" — pode ser transcrito dentro das ciências. Não há mais nenhuma razão para esperar que alguma futura ciência da mente, se algum dia se desenvolver, se preocupará em transcrever afirmações tais como "João fala chinês" ou "João pegou seu guarda-chuva porque esperava que chovesse". A investigação científica observa os problemas em seus próprios e geralmente diferentes modos, talvez utilizando faculdades distintas da mente.

A ortodoxia externalista

Chegamos ao segundo aspecto do tópico de linguagem e natureza: Como o uso da linguagem se relaciona com o mundo?

O quadro predominante, estabelecido no período moderno, particularmente por Gottlob Frege, é baseado em três princípios:

I Há uma reserva comum de pensamentos.

II Há uma linguagem comum que expressa essas ideias.

III A linguagem é um conjunto de expressões bem formadas e sua semântica é baseada em uma relação entre partes dessas expressões e coisas no mundo.

Essa é a tese "representacional", que mencionei anteriormente, e também aceita por críticos "externalistas" do modelo fregeano.

Frege usou a palavra alemã *Bedeutung* para a relação expressa entre expressões e coisas, mas em um sentido técnico inventado porque não há

em alemão a noção relevante. As traduções em inglês usam termos tais como "referência" ou "denotação", também em um sentido técnico, pela mesma razão; a noção não existe em inglês ou, ao que parece, em nenhuma língua humana. Há noções algo semelhantes: "conversar Sobre", "pedir"! "referir-se a", *etc.* Mas quando as observamos mais profundamente, descobrimos que elas têm propriedades que as tornam um tanto inadequadas para o modelo representacional. Não há nada errado na utilização de termos técnicos para a investigação teórica. Ao contrário, não há outra alternativa. Além do nível mais elementar, a investigação racional parte dos recursos do senso comum e da linguagem habitual. O, que perguntamos sobre uma estrutura teórica é algo diferente: "E ela a correta, para os propósitos em questão?"

O quadro fregeano é inteligível, talvez correto, para a pesquisa que primeiramente interessou o próprio Frege: investigar a natureza da matemática. Como para a linguagem natural, Frege a considerou muito "imperfeita" para merecer maior atenção. Mantendo-nos, digamos, em aritmética, podemos afirmar, inteligivelmente, que há consenso de que 2 e 2 são 4 e podemos construir sistemas simbólicos comuns nos quais esse consenso pode ser expresso (I e II do modelo).

Voltando-nos ao III, o sistema simbólico delineado pode ser visto como um conjunto infinito de expressões bem formadas (um objeto matemático certo): na notação padrão, " $(2+2) = 4$ ", mas não alguma redistribuição destes, digamos") $2=+(4)$ ". Sua semântica é baseada na relação entre o numeral "2" e o número dois, um objeto em algum universo platônico, e entre " $(2+2) = 4$ " e a verdade, um outro objeto como tal. E assim por diante.

O quadro também parece plausível em um sentido normativo para a investigação científica, um esforço humano um tanto especial. Ambos, a história da ciência e a introspecção, sugerem que o cientista pode estar tentando atingir, intuitivamente, algo como o quadro fregeano: sistemas simbólicos compartilhados com termos que distinguem o que esperamos que sejam coisas verdadeiras no mundo: *quarks*, moléculas, formigas, linguagens humanas e seus elementos, *etc.*

Todavia a descrição não faz nenhum sentido no que concerne a linguagem humana — uma entidade biológica, a ser investigada pelos métodos das ciências, sem estipulações arbitrárias tiradas de algum outro interesse. A noção "reserva comum de pensamentos" não tem *status* empírico e é improvável que obtenha um ainda que a ciência do futuro

descubra uma razão, desconhecida atualmente, para postular entidades que se assemelhem ao "que sentimos (crença, medo, esperança, expectativa, desejo, etc.)". O princípio I parece, na melhor das hipóteses, infundado e, na pior, completamente sem sentido.

Como para a II, a noção de "linguagem comum" não encontra espaço nos esforços para compreender e explicar os fenômenos da linguagem. Duas pessoas podem se expressar de modo similar, como também podem parecer-se ou viver próximas uma da outra. Mas não faz sentido postular que compartilham de uma "linguagem comum mais do que compartilham de uma fisionomia comum ou uma área comum. Como no caso do "físico" ou "real", o problema não é a falta de precisão ou esclarecimento: não há nada a esclarecer; o mundo não tem formas ou áreas, ou linguagens partilhadas. Nem os termos são destituídos de significação; eles são apropriados para o uso habitual. Faz sentido, em meu ponto de vista, contar-lhe que moro próximo a Boston e longe de Sidney ou contar a um marciano que moro próximo a ambos, mas longe da lua. O mesmo vale para a semelhança física ou o discurso similar. Eu falo, ou não falo, como as pessoas em Sidney dependendo das circunstâncias do discurso. Algumas dessas circunstâncias bastante complicadas — distinguem o que, algumas vezes, chamamos "lugares" e "linguagens". A partir de alguns pontos de vista, a área da Grande Boston é um lugar; a partir de outros, não. O chinês é uma "língua" e o românico não, como um resultado de matérias tais como cores sobre mapas e a estabilidade de impérios. Mas o chinês não é um elemento do mundo mais do que a área em torno de Boston o é; muito menos inclusive porque as condições da existência individual são muito mais intrincadas e interessantemente relacionadas neste último.

Considerações similares são válidas para as normas e convenções da linguagem. Se pelas "convenções" queremos dizer algo como "regularidades na utilização", então podemos deixar de lado o assunto; essas são poucos e dispersas e não servem aos objetivos para os quais as noções são invocadas. Se compreendemos os termos em algum sentido útil, sem o ar de objetividade, todo agrupamento social tem normas e convenções, incluindo comunidades de uso linguístico complexas e coincidentes, utilizando a língua, à qual qualquer pessoa pertence, mesmo nas sociedades mais simples. As discussões sobre normas podem ser perfeitamente inteligíveis, independentemente de estarmos falando de arrumar uma mesa ou dar uma palestra. Mas a crença de que há alguma

coisa a ser descoberta aqui que seja de algum interesse relacionado à teoria da significação ou ao conhecimento da linguagem ou ao cumprimento de regras é certamente equivocado, por razões amplamente discutidas alhures.

Esses deveriam ser truísmos. Infelizmente, servem para, virtualmente, converter uma boa parte dos mais importantes e profundos trabalhos sobre filosofia da linguagem e da mente em incompreensíveis. Na minha opinião, é algo que deveria preocupar as pessoas mais do que realmente preocupa.

Um sustentáculo da tese externalista baseia-se na suposição que a noção de "linguagem comum" com suas normas e convenções penetra, de modo crucial, na determinação do "conteúdo" de expressões e ideias — o que queremos dizer e o que nós pensamos. Essa parte da tese se esvai a menos que algumas questões estejam respondidas, mas tenham sido erroneamente tratadas ou apreciadas — e isso parece irresponsável.

Em relação ao princípio III do modelo, as linguagens humanas diferem radicalmente dos sistemas simbólicos fregeanos em quase todos os aspectos cruciais. Podemos denominar esses últimos de "linguagens" se quisermos, fazendo uso de uma metáfora, mas devemos, então, ser Cuidadosos para não nos desorientarmos por isso. Na linguagem humana, não há categoria tal como uma "expressão bem formada". Para os sistemas fregeanos, a noção de "a gramática verdadeira" ou "o procedimento gerador correto" não tem sentido; qualquer caracterização das expressões bem formadas terá. Para a linguagem humana, é a única noção significativa; de fato, faz sentido identificar uma língua, para os propósitos da investigação teórica, como um procedimento gerador que associa som e significação de um modo específico. Aqueles que estão familiarizados com a literatura sobre linguística, filosofia e psicologia cognitiva reconhecerão que tais fatos simples são suficientes para prejudicar uma esfera ampla de discussão sobre pretensos problemas de equivalência extensiva, capacidade geradora, reapresentação de questões, e muito mais. O estudo de tais tópicos pode, na melhor das hipóteses, ser indiretamente sugestivo; os conceitos utilizados por eles não têm nenhuma aplicação na linguagem natural.

Permita que voltemos finalmente à relação de referência — *Bedeutung* presumivelmente existente entre palavras e coisas. Se a linguagem humana funciona dessa forma constitui-se uma indagação empírica, e a resposta parece ser a de que não é assim. Esta não é uma matéria de imprecisão ou "texto livre". Ao contrário, o sistema é planejado de forma bastante diferente. Até onde se sabe, é tão sensato procurar alguma coisa-no-mundo

que seja reconhecida pela palavra "rio" ou "arvore ou água ou "Boston" quanto buscar alguma coleção de movimentos de moléculas que seja reconhecida pela primeira sílaba ou a consoante final da palavra "Boston". Com suficiente heroísmo, se poderia defender tais teses, mas elas não parecem fazer nenhum sentido. Toda utilização das palavras pode muito bem reconhecer, em algum sentido, movimentos específicos de moléculas e coisas-no-mundo (a palavra como ela é, ou como se concebe que seja); mas essa é uma matéria diferente e totalmente irrelevante.

Retornemos à observação de que a conversa física ordinária não encontra espaço na investigação científica. Os físicos concordam com isso, e talvez também as "ciências duras" em geral. Mas foi demonstrado pelos filósofos contemporâneos (que frequentemente concordam em pouca coisa mais) que as "ciências especiais", como a geologia e a biologia, utilizam, de fato, as noções de senso comum. Dessa forma, Hilary Putnam sustenta que a teoria da evolução usa o conceito habitual de "ser humano", e foi sugerido (por Jerry Fodor, se eu o interpreto corretamente) que a noção de "rio" é usada na "geologia". Contudo, essas ideias estão incorretas.

É verdadeiro suficiente que a teoria da evolução tem interesse no objeto que agora produz essas palavras, mas não sob a descrição "pessoa" ou "ser humano", com as suas características curiosas de individualização em termos de continuidade psíquica e similares. Além do mais, como Locke afirmou, essas são "noções forenses", compreendidas dentro de uma estrutura de responsabilidade legal, julgamento moral e assim por diante, e que não têm função na teoria da evolução.

Tomemos "rio". Muito antes de Locke, Thomas Hobbes reconheceu que "será o mesmo rio que corre daquela nascente, se a mesma água, ou outra água, ou outra coisa que não seja água, corra dali". A identidade de um objeto depende da maneira como é gerado, concluiu ele; uma ideia que leva de volta a Aristóteles (e, como observou Hobbes, fundamenta o famoso exemplo do "barco de Theseus", que continua o mesmo barco ainda que cada tábuia seja substituída ao longo do tempo).

Nenhuma noção semelhante penetra a geologia. Ademais, essas observações atenuam em muito a complexidade do conceito de *rio*. Tomemos o Rio Charles, que corre próximo ao meu escritório.

Não só permanecerá o mesmo rio se vier a ser constituído, em grande parte (ou talvez inteiramente), de detritos químicos das fábricas situadas corrente acima, como Hobbes colocou, mas também se seu fluxo for

invertido, ou se for direcionado a um curso diferente, ou se se fizer com que escoe em um lago em vez de fluir para o oceano, ou mesmo se for separado em correntes de água convergindo, possivelmente depois. Não há conceito nem remotamente similar a esse que faça parte das ciências da terra.

O mesmo é verdadeiro para as palavras em geral. De Hobbes a Locke e a Hume, um tópico importante foi a natureza de conceitos como *árvore*, algo particularizado em termos de sua vida comum, a compreensão de seus elementos e suas contribuições a uma mesma finalidade, *etc.*

Hume, ademais, rejeitou a ideia de que "há uma natureza peculiar própria deste modelo", como Shaftesbury afirma, concluindo que a identidade é "fictícia", alguma coisa que "atribuímos às mentes dos homens" — em equivalências às unidades fonéticas das representações mentais, tais como a primeira sílaba de "Boston" ou sua consoante final.

Penso que Hume estava certo sobre esse ponto, contrariamente ao segundo maior sustentáculo da ortodoxia externalista que predominou por alguns anos: a ideia de que fatos sobre o mundo são considerados na determinação dos significados de nossas palavras (à parte dos aspectos triviais em que todos concordamos que eles são, anteriormente comentado). A conclusão de Hume parece ainda mais coercível se observamos mais de perto conceitos tais como *árvore*, que são muito mais intrincados do que Locke, Hume e outros poderiam supor. Tente a seguinte experiência de ideia, por exemplo. Suponha que você transplante uma árvore para Outro lugar, corte um galho e o plante no lugar original, e descubra, dez anos depois, que os dois objetos são indistinguíveis. Qual é a árvore original? Sabemos a resposta, e é uma resposta curiosa — uma ilustração com muitas complexidades.

Vamos à água que corre no rio (às vezes). Até o fim do século XVIII, a água era considerada o protótipo da substância simples não sujeita à análise, embora com uma qualificação. Para corpusculares como Boyle e Newton, a água se constituía de partículas minúsculas e não detectáveis, os blocos construtores da natureza, que poderiam ser reorganizados de várias maneiras para produzir alguma coisa, de modo que a transmutação era exequível, a princípio. De fato, uma experiência famosa de von Helmont em 1647, algumas vezes considerada a fundadora da moderna ciência química, mostrou que a água pura poderia ser transformada em uma árvore, uma forma altamente organizada. A demonstração foi bastante convincente,

não sendo realmente refutada até Lavoisier. Mas antes disso, a água era tida como a substância mais simples que poderia haver.

Sabemos muito pouco sobre "psicologia popular" ou "senso comum" em particular, não sabemos como separar os componentes inatos encontrados nas suas raízes dos revestimentos culturais que ajustam esses componentes de uma forma ou de outra. Mas pode-se conjecturar que a simplicidade de substâncias tais como a água não está tão distante da "psicologia popular" genuína.

Por outro lado, também sabemos que a consciência que não é tutorada — ou seja, cada uma das nossas, porque ninguém sabe o suficiente para ser tutor, e a experiência tem somente uma relevância secundária compreende o conceito de água de modo muito mais intrincado. Suponhamos que haja dois copos sobre a mesa, o copo 1 contendo H₂O puro e o copo 2 cheio na torneira da pia.

Suponhamos que eu coloque um saquinho de chá no copo 1. Agora é chá, não água. Suponhamos que o que venha do reservatório seja H₂O puro que passou por um filtro no reservatório para matar as bactérias e, suponhamos ainda, que é um filtro de chá; alguém descobriu que o chá mata bactérias. O copo 2, cheio com água da torneira, contém H₂O com chá como uma "impureza". Mas é água, não chá, diferente do conteúdo do copo 1, que é chá. Um copo contém água, o outro contém chá, embora os dois possam ser quimicamente idênticos.

A observação torna óbvios os fatos, confirmados pela investigação empírica. Os experimentos de Barbara Malt mostram que a água — mesmo a *água prototípica* — está correlacionada de modo completamente inexpressivo ao H₂O, inclusive para as pessoas que entendem da química pertinente. Mais exatamente, o que é água depende de uma série complexa de preocupações e interesses humanos.

Mesmo a água mais pura pode não ser água para as linguagens humanas, independente do que os cientistas podem dizer em seus próprios sistemas simbólicos (possivelmente utilizando os mesmos sons). Um artigo técnico recente no jornal *Science* observa que o vidro é "um líquido que perdeu sua habilidade de fluir", privada de uma estrutura cristalina (como o gelo) e, em estrutura, "claramente distinguível da substância fluida que era antes de passar — bastante abruptamente, em alguns casos — ao estado hialino". Além do mais, foi recentemente descoberto que "a maioria da água

do universo existe no estado hialino (em cometas...)", ou seja, como "gelo encontrada naturalmente".

Mas o que é considerada a "maioria da água do universo" para o químico autor do artigo não é, com certeza, água para você ou eu. Retornando aos copos 1 e 2, suponhamos que seja feito de puro H₂O no estado sólido (tirado de um cometa). Suponhamos que Jonas peça água e eu lhe dê um desses copos, tendo em mente só os copos, não seu conteúdo. Então eu O estou iludindo, ou, pior que isso, embora seja puro H₂O, "gelo encontrada naturalmente". E, como observado, estou atendendo ao pedido de modo apropriado se lhe dou o que vem da torneira, embora não seja puro H₂O. Ainda não atendo propriamente ao pedido se lhe dou a substância química idêntica formada pelo saquinho de chá imerso em H₂O puro.

Mesmo no caso da substância mais simples, sua constituição é somente um fator frágil no estabelecimento de sua identidade como tal; e o conceito "mesma substância que esta", em que "mesma" é determinada pela verdade sobre o mundo (que a ciência pode ou não saber, ainda ou nunca) não é um fator determinante.

Tais considerações tornam a tese externalista altamente implausível, em minha opinião, e enfraquecem ainda mais a argumentação usada para sustentá-la (experimentos da ideia de "mundo gêmeo", etc.). A abordagem "mesma essência" dos significados dos assim chamados "termos de espécie natural" dá, na melhor das hipóteses, a impressão de ser muito dúbia, igualmente como as noções "designador rígido" e semelhantes.

Essas conclusões são reforçadas quando observamos mais detalhadamente aqueles componentes da linguagem que parecem "mais referenciais": pronomes e outros termos envolvidos na "referência dependente". Mesmo nesta, observamos que os significados reais são "imputados à mente" de maneiras complexas e que não somente a tese externalista, mas também a tese referencial, são absolutamente insustentáveis. A linguagem simplesmente não funciona dessa forma, embora tais ideias possam ser relevantes para o funcionamento de outras capacidades humanas, talvez a "faculdade de formação da ciência", se, de fato, esse é um componente distintivo da mente, como pode ser.

Por razões semelhantes, não podemos presumir que declarações (frases soltas) baseiem-se em condições verdadeiras. No máximo, elas podem ter algo mais complexo: "indicações de verdade" de alguma forma. O assunto não é de "textura aberta" ou "semelhança familiar" no sentido

wittgensteniano. Nem a conclusão reforça a crença de que a semântica seja "holística" no sentido quineano no qual as propriedades semânticas são atribuídas ao completo conjunto de palavras – nem a cada delas uma individualmente. Cada um desses quadros familiares da natureza do significado parecem parcialmente corretos, mas só parcialmente. Há forte evidência de que as palavras têm propriedades intrínsecas de som, formato e significação; mas também uma textura aberta, que permite que seus significados sejam estendidos e definidos de determinadas formas e também características holísticas que permitem um ajustamento mútuo. As propriedades intrínsecas são suficientes para estabelecer certas relações formais entre as expressões, interpretadas Como rima, vínculo e de outros modos, pelos sistemas de desempenho associados à faculdade da linguagem. Dentre as relações semânticas intrínsecas que parecem bem estabelecidas sobre bases empíricas estão as Conexões analíticas entre as expressões, uma subclasse sem significado especial para o estudo da semântica da linguagem natural, conquanto talvez de interesse independente no contexto diferenciado das preocupações da filosofia moderna.

Somente *talvez*, porque não está claro que a linguagem humana tenha muito a ver com isso, ou porque elas captassem o que era do interesse tradicional.

A fixa e rica estrutura intrínseca de expressões, especificamente suas propriedades semânticas, deve ser partilhada entre pessoas e linguagens de forma extensa porque são conhecidas sem evidência e, assim, têm suas origens nos dons naturais humanos compartilhados que determinam uma parte substancial do que sabemos, como reconhecidas por uma gama ampla de pessoas, incluindo Platão, Descartes, Hume e outros.

Linguagem como um objeto natural

Retornando finalmente aos dois aspectos do tópico de linguagem e natureza com os quais comecei, parece-me razoável tirar as seguintes conclusões gerais.

No que diz respeito ao lugar da linguagem (e da mente em geral) na natureza, há pouco a dizer.

Não surgem as questões sobre materialismo, fisicalismo, e assim por diante. Não há perguntas coerentes e, conseqüentemente, não há respostas. Nós simplesmente estudamos os aspectos mentais do mundo (incluindo os linguísticos) como fazemos com todos os outros — e também com a linguagem humana, que é um objeto biológico com propriedades altamente intrincadas e muito específicas, bastante diferente dos sistemas formais elaborados chamados "língua" por uma extensão metafórica inofensiva se não levada a sério, mas que tem sido altamente desorientadora.

Em particular, não há indagação sobre como as linguagens humanas representam o mundo, ou o mundo como se pensa que ele é. Elas não o fazem. As expressões funcionam de uma maneira bastante diferente nos seus aspectos sensomotores ou nas outras características do uso da linguagem. Não há semântica baseada na referência, por conseqüência não há tese externalista coerente sobre linguagem e pensamento; esta última é insustentável também por outras razões mais específicas. Há uma semântica internalista rica e intrigante¹ realmente parte da sintaxe, assim como uma fonologia. Ambos os sistemas fornecem "instruções" para os sistemas de desempenho que as utilizam de modos complexos e altamente pré-determinados para a articulação, a interpretação, a investigação, a expressão do pensamento e várias outras formas de interação humana. Há questões difíceis e importantes sobre como os objetos mentais formados pelas operações da faculdade da linguagem são usados no que diz respeito a seus elementos fonético e semântico.

Estes são problemas centrais de biologia humana. Nós podemos contribuir em alguns deles e, em alguns casos, ter sucesso e até mesmo obter resultados bastante surpreendentes. A investigação da linguagem e sua utilização em conjuntos sociais mais amplos centra-se no que é compreendido sobre o objeto biológico — a linguagem — mesmo quando o fato é negado. Não há alternativa coerente. Tal investigação só pode se beneficiar do reconhecimento dessa realidade em vez de rejeitá-la por motivos irracionais e, frequentemente, ideológicos. Nesse aspecto, pelo menos, o estudo da sociedade humana assemelha-se à investigação de comunidades não humanas como a das formigas, pássaros, e outras; embora difira, na mesma proporção, em muitos outros aspectos cruciais devido às capacidades linguísticas únicas da espécie humana. Sobre isso, as visões

cartesianas não são contestadas pelo que é conhecido atualmente, conquanto o quadro teórico na qual elas foram expressas tenha sido abandonada há muito tempo.

Muitos dos problemas clássicos — especificamente aqueles que interessaram, em particular, a Descartes e fundamentam sua metafísica dualista — mantêm-se imunes a qualquer investigação sensata; a razão disto...só podemos conjecturar. Hume bem poderia vir a estar certo em suas conclusões de que "os segredos últimos [da natureza] permanecerão para sempre na obscuridade", incluindo o que ele chamou "os motivos e princípios secretos pelos quais a mente humana é impulsionada em suas operações". Não é impossível que um dia compreendamos por que isso é verdade — até onde realmente é — mesmo sem sermos capazes de penetrar os mistérios. Independentemente de como isso possa ocorrer, é impróprio fingir que compreendemos algo de que não sabemos nada, embora haja grande mérito em levar ao limite as capacidades intelectuais que nós, até este momento, só escassamente conhecemos.

3

Escritores e responsabilidade intelectual

Pediram-me que comentasse um assunto que acho, francamente, um tanto confuso cada vez que é apresentado — o que ocorre com bastante frequência. Eu devo adverti-los, antecipadamente, que tenho pouco a dizer sobre o tema além das obviedades. A única justificativa na qual posso pensar sobre isso é a de que eles são comumente negadas, se não em palavras, então em práticas consistentes.

Questões surgem com muita variedade. Sobre algumas, podemos tentar dizer alguma coisa. A outras, podemos apenas observar perplexos. Talvez elas sejam muito difíceis, o tipo que aparece constantemente na investigação científica e que — as mais sérias — pressionam as fronteiras da sempre limitada compreensão. Talvez elas sejam muito fáceis; as respostas podem ser colocadas em uma frase. Essas são as questões desconcertantes. A que me pediram para discutir está, pelo menos na minha opinião, entre ambas.

Em um primeiro nível, a resposta é muito fácil: a responsabilidade intelectual do escritor, ou de qualquer pessoa decente, é dizer a verdade. Acidentalmente, estou interpretando a expressão "responsabilidade intelectual" limitadamente; há muitas dimensões que estou negligenciando, dimensões estéticas, por exemplo.

Embora neste nível de generalizações haja uma resposta fácil, qualificações e complexidades surgem rapidamente. Para acrescentar umas poucas dessas, é um imperativo moral encontrar e contar a verdade *da melhor forma possível* sobre coisas *que importam* para o público correto. As questões tornam-se mais difíceis, algumas vezes beirando a

impossibilidade de resposta, quando tentamos descobrir o significado das qualificações.

Sobre a responsabilidade de tentar encontrar e contar a verdade, não a muito a dizer, exceto que é algo frequentemente difícil e pode ser pessoalmente custoso, em particular para aqueles que são mais vulneráveis. Isso é verdadeiro mesmo para as sociedades muito livres; em outras, os custos podem ser, de fato, severos.

Voltemo-nos à segunda parte: determinar o que importa. Neste ponto há muitos fatores preponderantes. Algumas questões são importantes devido ao seu interesse intelectual. Para mencionar uma que aparece regularmente em livros de alta vendagem hoje em dia: as ciências do cérebro têm alguma coisa a contar-nos sobre a consciência ou outros fenômenos da mente? Mas esses não são os fatos que nos interessam aqui. O que nos interessa é a dimensão moral, que está relacionada a consequências verossímeis, em particular para a vida humana.

A responsabilidade do escritor como um *agente moral* é tentar apresentar a verdade sobre *assuntos de significância humana* para um *publico que pode fazer alguma coisa a respeito*. Isso é parte do que significa ser um agente moral ao invés de um monstro. E difícil pensar em uma proposição menos contenciosa do que este truísmo. Ou assim podemos crer. Infelizmente, esse não é bem o caso por uma razão simples: a prática-padrão das comunidades intelectuais às quais (mais ou menos) pertencemos rejeita, de fato, esse princípio moral elementar com fervor e paixão consideráveis. Podemos inclusive ter afundado nas mais baixas profundezas históricas a esse respeito, considerando a medida natural: a comparação da prática-padrão às oportunidades disponíveis.

Voltarei a essa possibilidade desagradável, mas só para ilustrar o que tenho em mente, tomemos o assunto que, em realidade, me trouxe à Austrália. A visita esteve em meus planos durante muitos anos, mas a oportunidade imediata foi um convite para falar do Timor Leste.

Em 1978, testemunhei sobre a matéria nas Nações Unidas. O testemunho foi publicado no jornal libertador direitista *Inquiry*. Concluindo o depoimento, fiz uma observação difícil de se deixar passar, embora tenha sido escrupulosamente perdida. Então a faço novamente. Há duas atrocidades principais em processo neste momento, na mesma parte do mundo e de, aproximadamente, mesma escala e caráter: o Camboja e o Timor Leste. Essas duas atrocidades diferiram, entretanto, em muitos outros

aspectos que não esclarecem o ponto que estamos considerando. Vamos listar algumas, cada uma delas facilmente demonstrável e irrefragável entre pessoas com um mínimo de racionalidade e integridade.

Começemos com as atrocidades do Khmer vermelho:

1. Foram crimes contra a humanidade; se o conceito tem significação.
2. Foram atribuídos a um inimigo oficial.
3. Foram ideologicamente vantajosos, oferecendo justificção para os crimes norte-americanos na Indochina durante 25 anos e para outros em andamento e em fase de planejamento. E foram explorados deliberadamente com esses propósitos, tanto para a reconstrução da confiança quanto como uma arma para implementar atrocidades ulteriores (devemos torturar e matar para prevenir um outro Pol Pot*, sustentava a doutrina).
4. Ninguém tinha nenhuma sugestão sobre como mitigar os crimes do KV, deixado sozinho para terminar o que começou.
5. Evocaram um imenso protesto e mostras de indignação extraordinários se comparados aos padrões, e com um registro de tapeações que teria impressionado Stálin (e não estou exagerando).

As mentiras eram também incorrigíveis; revelações levaram somente a reiterações mais apaixonadas e aclamação dos responsáveis pelas fraudes, embora absurdo e imaturo — e a mais suave sugestão de que se poderia tentar manter a verdade, terrível por si só, incitou histeria exemplar e reavivou as fraudes.

6. Esses crimes tornaram-se o símbolo maior do mal, colocado junto com aqueles de Hitler e Stálin, onde eles se mantêm na lista aprovada dos horrores do século.

Voltemo-nos, em seguida, às atrocidades do Timor Leste, comparando-as com as atrocidades KV nesses aspectos, ponto a ponto:

1. Foram crimes contra a humanidade, mas, além de tudo, crimes executados no sistema de agressão cabal, crimes de guerra e, por consequência, claramente dentro do campo de ação das leis internacionais.
2. Responsabilidade sobre eles remontava diretamente a Washington e seus aliados.
3. Não eram ideologicamente funcionais, determinado o locus da responsabilidade.
4. Acabar com eles tem sido sempre muito fácil, determinado o locus de responsabilidade. Essa não é a Bósnia, a Ruanda ou a Chechênia. Não

houve necessidade de enviar tropas, bombardear Jakarta, impor sanções, nem mesmo advertências. Seria suficiente fechar a torneira.

5. A reação (falo da América do Norte, embora essas observações possam ser generalizadas muito mais amplamente) foi de silêncio quase total, à parte da reiteração de mentiras do Departamento de Estado e dos generais da Indonésia, descrita como fatos novamente, em um nível de falácia que Stálin teria admirado, conquanto dessa vez na direção inversa.

6. Os crimes passados do Ocidente não são símbolos do mal e não maculam nossos registros.

O modelo é um tanto admirável. É preciso talento considerável para não notá-lo e evitar tirar dele certas conclusões. E um louvor a nossos sistemas educacionais terem conferido os talentos necessários com um sucesso tão impressionante.

Vale a pena conjecturar um pouco sobre os dois últimos pontos. De fato, meu artigo foi o primeiro nos Estados Unidos (e, até onde tenho conhecimento, Canadá) dedicado especificamente ao Timor Leste e somente o segundo que, sequer, abordou o tema, depois de três anos de enormes atrocidades, talvez as piores relativas a populações desde o holocausto e patrocinado principalmente pelo contribuinte americano. Enquanto Washington e a comunidade intelectual se deleitava em auto-bajulação sobre como "os direitos humanos são a alma de nossa política externa", no comando aos subordinados, naquele mesmo momento, estava a aceleração do fluxo de armas para a Indonésia à medida que as atrocidades aumentavam e os perpetradores diminuía devido à ferocidade de sua agressão. Tudo em silêncio, embora fosse tudo público.

Naquele ano, 1978, a cobertura da mídia nos Estados Unidos e Canadá, bastante grande antes da invasão da Indonésia, reduziu-se a um inexplicável zero.

Foi depois aceito que os acontecimentos eram problemáticos, talvez até "a vergonha da Indonésia" (como descreveu o *New York Times*). Ao contrário, não havia "a vergonha dos Estados Unidos" (ou do *New York Times*). Pior, falhamos em prestar suficiente atenção às atitudes desagradáveis de pessoas que deixaram a desejar a nossos padrões civilizados e podemos não ter feito o suficiente para parar os atos para os quais estávamos animadamente fornecendo o suporte militar e diplomático decisivos; compreensível, considerando que pensávamos em outras coisas naquela época. No que concerne às atrocidades que nós, inadvertidamente,

não vimos, havia erros desastrosos de um líder do qual o registro sobre direitos humanos é "diversificado", conforme explicou o correspondente asiático do *New York Times*. Ele se manteve, contudo, um "moderado" (*Christian Science Monitor*) com "bom coração", criticado injustamente por "propagandistas de guerrilhas" no Timor Leste que "falam da selvageria do exército e uso de tortura" (*Economist*).

Quando um fraco reconhecimento foi finalmente concedido aos crimes (contínuos) no Timor Leste — sempre absolvendo a nós mesmos de qualquer responsabilidade por nossa função deliberada e decisiva — ninguém foi tão grosseiro a ponto de recordar um pouco da história passada. Sua característica mais reveladora é, certamente, a demonstração de uma euforia incondicional ao "terrível massacre em massa" conduzido pelos "moderados indonésios" em 1965, nas palavras dos editores do *Newspaper of record*, que se uniram aos seus colegas em uma satisfação incontida nas notícias sobre "a banheira de sangue fervente" (*Time*), "um raio de luz na Ásia" como descreveu, com aprovação, um importante erudito liberal do *Times*. Comentaristas respeitáveis elogiaram Washington por manter uma postura pública humilde, abstando-se de expressar orgulho em sua contribuição à conquista dos moderados e sua satisfação com os resultados. Essa foi uma atitude prudente, observaram os editores da *Times*, considerando que uma aceitação demasiado pública dos novos governantes da nação "poderia prejudicá-los", embora ficasse bem lhes oferecer "brindes generosos de arroz, algodão e maquinaria" e colocar os problemas em ordem, reassumindo o auxílio que havia sido cancelado antes do "terrível massacre em massa".

O episódio, que nos diz muito sobre nossos verdadeiros padrões, está enterrado no fundo da nossa memória. Eu o revisei em um livro recente (*Year 501*). Os textos devem ser lidos para que se acredite neles, mas há pouca razão para preocupação; o tema está destinado a permanecer na obscuridade.

Como cada pessoa instruída sabe, havia também um outro exemplo, no mesmo lugar e mesmos anos, que poderia ser utilizado para esclarecermos os fatos, conforme comparação Camboja–Timor Leste: nominadamente, os dois divisores da "década do genocídio", como foram descritos os anos de 1969–1979 pela única investigação governamental independente (Finlândia) — um outro tópico que foi apagado da história (não que alguma

vez tenha realmente passado através de suas augustas portas), e que nos acrescenta muito sobre a civilização ocidental se decidirmos observá-lo.

Arranhei levemente a superfície. A verdade é muito pior, e devemos saber a que página da história ela pertence. Além disso, os exemplos não São únicos, nem incomuns. A história continua conforme a encaramos; escolha uma parte do mundo por acaso e é provável que você encontre exemplos. Tomemos a América Latina, o domínio tradicional do poder americano e, por consequência, o lugar certo para observar se se pretende Compreender os valores que dominam o mundo contemporâneo. Metade da ajuda militar americana, aumentando no governo Clinton, vai para a Colômbia. O país é também o maior violador de direitos humanos no hemisfério. As atrocidades impressionantes dos maiores beneficiados pelo auxílio e treinamento militar americano são documentadas regularmente por monitores de direitos humanos, pela Igreja e outros, em um detalhamento cruel. Mas os fatos são só raramente relatados e, à parte de organizações solidárias menores e publicações marginais, tudo isso passa, virtualmente, despercebido. O que consegue passar o filtro são fábulas sobre a guerra contra as drogas, consideradas um absurdo pelos grupos de direitos humanos e por todos os outros observadores inteligentes, mas repetidas religiosamente como fato pela imprensa livre.

Essa é a situação-padrão que tem sido demonstrada além de qualquer dúvida em milhares de páginas, usualmente ignoradas, de documentação detalhada. Ou, se observadas, rejeitadas com sarcásticos: "discurso", "rotina", "teoria conspiratória", "antiamericanismo" (um termo interessante, tomado emprestado do léxico do totalitarismo) e outros estratagemas fornecidos pela cultura para evitar os perigos das ideias e para proteger a crença dos fatos inapropriados.

É bastante interessante comparar os defensores contemporâneos da pureza doutrinal com os pensadores medievais que levaram a heresia a sério e sentiram necessidade de enfrentá-la com cuidadosa argumentação. Esse nível de integridade é raro atualmente, como uma investigação honesta demonstrará. Talvez valha a pena ponderar o fato — e é realmente um fato.

Aplicando claramente a obviedade aos poucos casos recém-revisados, concebem-se como segue: a responsabilidade dos intelectuais ocidentais foi dizer a verdade sobre a "vergonha do ocidente" para um público ocidental que pode agir para acabar efetivamente com os crimes, de maneira fácil e rápida. Simples, sem ambiguidades e claramente correto. Se decidissem

condenar as atrocidades KV, muito bem, contanto que tentassem se ater à verdade. Porém era um assunto de importância limitada, a menos que tivessem alguma sugestão sobre o que fazer; e ninguém tinha. Dever-se-ia também dizer a verdade sobre Genghis Khan, mas a empreitada dificilmente chega a um grau elevado em nossa escala moral.

O comportamento concreto tem sido, com constância, exatamente o oposto, e mantém-se assim — o que novamente nos esclarece alguma coisa sobre nós mesmos, se escolhermos aprender.

Consideremos mais de perto a terceira parte do imperativo moral: o público. O público deveria saber a verdade: por meio de esclarecimentos, mas, primeiramente, por meio de atitudes que serão de significância humana, que ajudarão a aliviar o sofrimento e a dor. Estamos agora de volta às obviedades, embora haja discordâncias, e, neste caso, mesmo entre as pessoas que enfrentam cara a cara os assuntos fundamentais.

Deixe-me dar um exemplo pessoal. Durante grande parte da minha vida, estive intimamente envolvido com grupos pacifistas em ação e resistência diretas e em projetos organizacionais e educacionais. Passamos dias juntos na cadeia, e foi por um acidente incomum que eles não se estenderam a anos, como imaginávamos — realisticamente — há 30 anos (uma história interessante, mas diferente). Isso cria vínculos de lealdade e amizade, mas também traz alguns desentendimentos. Assim, meus amigos e colegas em desbancar autoridades ilegítimas adotaram o *slogan*: "Fale a verdade ao poder". Discordei com veemência. O público esta completamente equivocado, e a tentativa não seria mais do que uma forma de auto-indulgência. Era um desperdício de tempo e uma atitude sem sentido falar a verdade a Henry Kissinger ou ao diretor-presidente da General Motors, ou a outros que exerciam o poder em instituições coercitivas – verdades que eles já sabem muito bem, em grande parte.

Novamente, há uma limitação. À medida que tais pessoas dissociam-se de seu grupo institucional e tornam-se seres humanos, agentes morais, então elas se unem a quaisquer um. Mas em seus papéis institucionais, como pessoas que exerciam o poder, elas se tornam difíceis de atingir, muito mais do que os piores tiranos e criminosos, que são também seres humanos, embora suas ações sejam terríveis.

Falar a verdade ao poder não é, em particular, uma vocação honrosa. Dever-se-ia procurar um público que interessa e, além disso (uma outra limitação importante), não deveríamos falar *para*, mas *com*. A regra

funciona naturalmente para um professor e deveria funcionar também para qualquer escritor ou intelectual.

Talvez isso seja suficiente para sugerir que mesmo a questão de escolha da audiência não é inteiramente trivial.

Voltemos aos pontos mais cruciais da questão: investigar e contar a verdade sobre coisas que são importantes. A obrigação de fazê-lo pode parecer clara, mas não ;e, pelo menos em certas culturas – incluindo a nossa, como os exemplos illustrei. Os intelectuais ocidentais, não obstante, entendem muito bem essa questão e não enfrentam problemas em aplicar princípios morais elementares em, pelo menos, um caso: inimigos oficiais, digamos Rússia stalinista.

Nos parâmetros daquela sociedade, o sistema de valores imposto pelas autoridades sustentava que a responsabilidade do intelectual era servir os interesses do poder: documentar como uma mostra de horror os atos terríveis (verdadeiros ou alegados) de inimigos determinados e ocultar os crimes do Estado e seus agentes, ou imobilizar-se diante deles. Os intelectuais russos que correspondiam a essas responsabilidades eram elogiados e respeitados; aqueles que rejeitavam essas exigências eram tratados de modo diferente, como sabemos.

No Ocidente, os julgamentos foram invertidos. Os intelectuais russos que se mantiveram dentro do que era esperado deles foram tratados com desprezo e repudiados como comissários do povo. Os que se negaram a cumprir as exigências, honramos como dissidentes, pessoas que tentaram dizer a verdade sobre as coisa que importavam – para eles, em suas circunstâncias. Se fracassaram em condenar crimes ocidentais, ou os denegaram, não era fator de interesse para as pessoas decentes, embora os comissários do povo tenham sido claramente ultrajados. Tudo isso é, de novo, muito óbvio e não causou, propriamente, controvérsia.

Essas distinções entre comissário do povo e dissidente leva às origens da história documentada.

Considere os *Diálogos* de Platão ou, mais dramaticamente, a Bíblia. Os intelectuais que ganharam respeito e prestígio foram aqueles condenados séculos mais tarde como falsos profetas — os adutores, os comissários. Aqueles que vieram a ser prestigiados posteriormente como os profetas receberam tratamento um tanto diferente na época: Eles disseram a verdade sobre coisas que importavam, abrangendo da análise geopolítica aos valores

morais, e sofreram a punição que é imposta sem atenuantes aos que cometem o pecado da honestidade e da integridade.

A punição varia, dependendo da natureza da sociedade. Na Rússia de Brezhnev poderia ser o exílio ou a expulsão. Em um domínio típico americano, como El Salvador, pode-se acabar com o herege colocando-o em uma vala depois de uma tortura revoltante ou seu cérebro pode ser estourado por batalhões americanos treinados de elite. Em um gueto negro nos Estados Unidos, a punição pode ser dura — em um caso recente, o assassinio estilo Gestapo de dois organizadores negros com a colaboração da polícia política nacional; os fatos são sabidos e não negados, mas não são tidos como matéria de preocupação, considerados os objetivos. Eles são nomeados como a mesma categoria das atrocidades infundáveis que toleramos, patrocinaamos, supervisionamos ou executamos diretamente em tantos lugares. Isso não é difícil de demonstrar, se já não é óbvio, e nos acrescenta mais sobre os valores predominantes.

Demos um passo atrás. Não temos dificuldade em distinguir comissários do povo de dissidentes em estados inimigos, ou mesmo no passado distante. Mas quando nos voltamos às verdades que importam na esfera moral, observando-nos a nós mesmos, os juízos de valor novamente se invertem, e caímos novamente no modelo universal próximo: os comissários são prestigiados, os dissidentes censurados por sua iniquidade. E tudo muito fácil, outra vez, de demonstrar.

Os princípios que utilizamos com facilidade crescente, conforme nossa própria responsabilidade diminui, são meros truísmos. Mas considerando-se que são comumente negados, frequentemente com grande desmando, talvez eu possa voltar a expô-los, iniciando com um caso que é incontroverso.

1. Se intelectuais soviéticos dissessem a verdade sobre crimes americanos, muito bem, mas não ganhariam nenhum reconhecimento de nossa parte. Há muitas pessoas à nossa volta que podem fazer isso e os cidadãos soviéticos têm coisas mais importantes a fazer. Os crimes soviéticos na Polônia e na Checoslováquia não aconteceram com diferença gritante daqueles cometidos pelos Estados Unidos na América Central, para fazer um paralelo óbvio; era, contudo, função moral do intelectual russo enfocar o primeiro, mesmo excluindo crimes muito piores que estavam além do alcance do poder russo.

2. Se um intelectual soviético exagerasse ou inventasse crimes americanos, então se tornava um objeto de desprezo.

3. Se um intelectual soviético ignorasse crimes americanos, não era uma matéria de relevância.

Nossa admiração pelos dissidentes de nenhuma forma diminuía se eles se recusassem a comentar tais atrocidades.

4. Se intelectuais soviéticos denegassem ou se mantivessem indiferentes a crimes americanos, como muitos fizeram, era um fato de menor significância ou mesmo de total insignificância. Suas responsabilidades não eram tão abrangentes.

5. Se intelectuais soviéticos ignorassem ou justificassem crimes soviéticos, isso seria crime.

Observe que não havia falta de informação sobre os crimes do Ocidente, pelo menos se pudermos acreditar nos estudos patrocinados pelo governo e realizados por centros de pesquisa russos nos Estados Unidos que descobriram, em 1979, 96% da elite média e 77% dos trabalhadores de fabricas ouviam transmissões de rádio estrangeiras. Mesmo através da névoa de distorções, havia informações amplas disponíveis para uma reação adequada aos crimes americanos. Mas a falha em fazê-lo não tinha consequências — como todos concordam, nesse caso.

Os princípios são válidos, e aplicam-se com poucas mudanças à nossa sociedade. Para compreendê-los:

1. Se intelectuais ocidentais dissessem a verdade sobre os crimes da União Soviética, ou os crimes de Pol Pot, ou os crimes de Saddam Hussein (depois que ele foi declarado inimigo, em agosto de 1990), tudo bem; contudo não há uma posição moral.

2. Se eles exageram ou inventam tais crimes, tornam-se objetos de desprezo.

3. Se ignoram tais crimes, é uma questão de pouca relevância.

4. Se denegam ou permanecem indiferentes a tais crimes, é também uma questão menor.

5. Mas se eles ignoram ou justificam os crimes nos quais seu próprio Estado está implicado, isso é crime.

Tudo isso é lógico, mas admito que não concordo completamente. Eu "ao aceitaria as conclusões 3 e 4 no que concerne aos intelectuais ocidentais, e tenho sempre considerado repugnante tal postura. Talvez se possa analisar essa aparente irracionalidade, talvez em termos das responsabilidades especiais das quais a imunidade é oriunda. Repare que é necessária uma prova, uma que não é tão simples de dar. Mas quanto ao

restante, não deveria haver o menor questionamento, sendo o ponto 5, é claro, o mais importante, disparadamente.

A lógica se aplica a uma esfera ampla, incluindo os exemplos já mencionados. Ou outros que também têm relevância considerável atualmente. Tentemos uma experiência simples de pensamento. Imaginemos que a União Soviética tivesse sobrevivido imutável depois do afastamento soviético do Afeganistão. Suponhamos que alguns intelectuais soviéticos vociferassem, então, as atrocidades terríveis da resistência vitoriosa afegã, particularmente as forças favoritas de Washington, os fanáticos fundamentalistas islâmicos Gulbuddin Hekmatyar.

Poucos se impressionariam, mesmo que tivessem desaprovado a invasão soviética; se não, seu comportamento seria desprezível. Suponhamos que algum jornal que tenha oferecido apoio crucial à invasão do Afeganistão, com um pedido por negociações com os Estados Unidos (não com os terroristas controlados por eles no Afeganistão) e reclamações sobre os custos, perguntas se as atrocidades do Hekmatyar "justificam uma reconsideração de nossa oposição à guerra afegã"; estou, por casualidade, citando o título de um simpósio de 1978 do jornal americano *Disseint*, substituindo "Vietnã" por "Afegã". Suponhamos que um intelectual soviético tivesse ignorado o destino dos refugiados afegãos que fugiram do terror soviético e, então, estivesse sobrepujado de compaixão por aqueles fugindo do Hekmatyar, formando grupos de apoio para fornecer-lhes auxílio e os ajudando a se estabelecerem na União Soviética. Você pode certamente chegar às conclusões.

Sabemos o que pensar sobre os exemplos soviéticos forjados, e uma pessoa honesta, em nossas sociedades livres, não terá dificuldade em aplicar o raciocínio à verdadeira situação.

Sabemos também como aplicar os mesmos raciocínios válidos a nossos correspondentes em *Phnom Penh*, ou antigamente no Vietnã, que não tinham tempo para o grande fluxo de vítimas dos terríveis bombardeios americanos, recusando-se até mesmo a atravessar a rua para entrevistá-los, mas que, mais tarde, estavam cruzando corajosamente a floresta em busca de refugiados do terror de Pol Pot. Mas não refugiados timorenses. Esses eram invisíveis mesmo quando trazidos às portas das salas de redação em Nova Iorque e Washington, como foi feito, finalmente, em uma situação de desespero. Uma pessoa honesta saberá também o modo de reagir à "explicação autenticamente estruturalista" para a diferença de tratamento

das vítimas da agressão indonésia e do terror do Khmer Vermelho oferecida pelo correspondente inglês no sudeste asiático, William Shawcross: a razão era uma "falta comparável de fontes," no caso timorense, e uma impossibilidade de acesso aos refugiados — Lisboa e Darwin sendo muito mais difíceis de chegar-se desde Londres do que a fronteira tailandesa-cambojana — abandonando, sem benevolência, a reclamação sobre as fontes.

Poder-se-ia facilmente prolongar a discussão de um caso após o outro e observar o que exatamente está implicado em cada um. É ainda mais revelador o fato de que isso não é, virtualmente, feito nunca, da mesma forma que a reação diante de alguém que se atreve a dizer que dois mais dois são quatro.

É possível argumentar que não é justo comparar intelectuais ocidentais com intelectuais soviéticos.

De fato, isso está certo. É bastante injusto comparar intelectuais soviéticos que fingiam que a invasão do Afeganistão era a defesa do Afeganistão contra os terroristas apoiados pela CIA com os intelectuais ocidentais que fingiam que (e ainda o fazem) que a invasão americana ao Vietnã do Sul em 1961 era a defesa do Vietnã do Sul contra terroristas apoiados por Hanói (ou Moscou ou Beijing). Do início ao fim, a comparação é, excessivamente, injusta — com os comissários que puderam, pelo menos, declarar-se com medo e não meramente subservientes ou covardes.

A observação se generaliza. A culpa moral daqueles que ignoram os crimes que importam por padrões morais é tão maior quanto mais livres e abertas são as sociedades — de maneira que podem falar mais livremente e agir de modo mais efetivo para induzir que esses crimes cheguem a um final. E é maior ainda para aqueles que têm maior privilégio dentro das sociedades mais livres e abertas, aqueles que têm os recursos, o treinamento, as facilidades e as oportunidades para falar e agir efetivamente; em resumo, os intelectuais. Novamente, essa é a simples lógica. É fácil observar como os princípios se aplicam caso a caso, e como os simples imperativos morais comparam-se à prática consistente. De novo, as conclusões são instrutivas.

Prossigamos. Os comissários soviéticos, embora corruptos, foram, em geral, capazes de reconhecer que a invasão do Afeganistão foi somente isso:

uma invasão do Afeganistão. Eles podem tê-la justificado, talvez por medo, mas poucos foram tão corruptos a ponto de negar o fato.

A cultura intelectual ocidental é muito diferente. Não posso falar da Austrália, mas nos Estados Unidos estive investigando por mais de 30 anos para ver se posso encontrar alguma referência precisa sobre o aumento progressivo, patrocinado por John F. Kennedy, do envio de armamentos na intervenção americana na Indochina para suporte de um estado de terror estilo latino-americano padrão visando a um ataque direto ao Vietnã do Sul, que aguentou o impacto da agressão americana vindo da Indochina. É claro que não leio tudo, mas faço a minha parte. E ainda tenho que encontrar simples referência, à parte das secundárias. O fato realmente aconteceu, mas não é mencionado, nem imaginado dentro da cultura intelectual — que não pode sequer alegar medo para se autojustificar.

A realidade é muito pior. As pessoas educadas não só são imunes a esses fatos declarados como também foram bem-sucedidas em transferir a responsabilidade às vítimas. O Vietnã era a parte culpada de acordo com a versão oficial, embora, admitidamente, haja um espectro. Mantendo-nos aos altos escalões para ilustrar, na defensiva mais extremista encontramos Jimmy Carter que explicou, durante um de seus discursos sobre direitos humanos, que não devemos nada ao Vietnã porque "a destruição foi mútua", como revela uma caminhada rápida pela província de Quang Ngai e por São Francisco. Não houve reação, exceto por insignificantes das insignificâncias usuais. Em outro extremo, encontramos Ronald Reagan ou mais precisamente, aqueles que escreviam seus discursos e os senadores que exigem que continuemos punindo o Vietnã pelos crimes que cometeu contra nós. E, no meio, há os moderados, como George Bush, que explicou que "Hanói sabe hoje que nós somente buscamos respostas sem a ameaça de retribuição pelo passado". Não podemos jamais perdoá-los pelo que fizeram a nós, mas estamos querendo "começar a escrever o último capítulo da guerra do Vietnã" se eles dedicarem todos os seus esforços em localizar os restos dos pilotos americanos que eles, malevolamente, atingiram e derrubaram dos céus. A generosidade parece ser uma resposta às exigências da comunidade de negócios que reconhece que a tortura é divertida, mas os lucros mais ainda.

Os sérios comentários do presidente não gerando nenhuma reação, como de costume foram relatados em uma história de primeira página no *New York Times*. A coluna adjacente relata o fracasso "inequívoco" dos

japoneses em aceitar a vergonha por suas "agressões do tempo de guerra", revelando novamente a imperfeição do caráter japonês que tem deixado tão perplexos os comentaristas americanos.

É válido mencionar os efeitos da educação e do privilégio. Dentre os intelectuais, mesmo no auge dos protestos contrários à guerra, a crítica mais severa — com as exceções periféricas usuais — foi de que a guerra era um "erro", um caso de boas intenções que se desviou por causa da ignorância, ingenuidade e falha de compreensão das cultura e história vietnamitas. Em contraste, desde que a pergunta começou a ser feita em pesquisas de opinião a partir da metade dos anos 70, cerca de 70% da população geral tomou a posição de que a guerra era "fundamentalmente errada e imoral", e não "um engano". O número é notável, não somente porque é extraordinariamente alto para uma pergunta aberta em uma enquete com muitas opções, mas também porque aqueles que, exprimiram essa visão provavelmente chegaram a ela por si mesmos. É improvável que a tenham visto ou ouvido na mídia ou em jornais de opinião. Não é o único caso e, de novo, merece algumas conjecturas.

Para termos certeza, a classe política americana está seguindo uma tradição valiosa em pôr a culpa nas vítimas de sua vilania. Precedentes ilustres incluem as enormes indenizações impostas ao Haiti em 1825 como punição pelo crime de ter-se independizado da França e o tratamento similar dado à Indonésia pelos seus benfeitores holandeses depois de terem cometido o mesmo crime. Essas estão entre as prerrogativas do poder, juntamente com a falta de reação a elas.

Ainda mais extraordinário é o fato de a postura ocidental inspirar grande aclamação, notavelmente autoaclamação. O sórdido espetáculo somente se torna mais vivido pelo fato de as penalidades por honestidade e integridade serem tão insignificantes, pelo menos para as pessoas que desfrutam das proteções ganhas de acordo com a riqueza e o privilégio nas nossas sociedades livres.

Com frequência, nossos exercícios enjoativos de autoflagelação é demais para aguentar. Por conseguinte, os editores do *Wall Street Journal* (15 de setembro de 1994) censuram o Departamento de Estado por sucumbir ao "politicamente correto" que tem sido "a perdição da vida no *campus*", referindo-se a seu endosso da "visão de Brezhnev" sobre os Estados Unidos em "um documento técnico administrado por um tratado das Nações Unidas" que obriga todos os participantes a comentar suas

próprias histórias sobre direitos humanos — sobre os "abusos em direitos humanos *dentro* dos Estados Unidos", os editores manifestaram aversão a um absurdo tão colossal. Eles publicaram os trechos que mais os chocaram, observando que a "luta americana por justiça" foi prejudicada por profanações tais como a escravização e a privação de privilégios e direitos civis de afro-americanos e a destruição virtual de muitas civilizações americanas nativas.

Que ultraje papagaiar tais mentiras da propaganda soviética! A reação dos editores ao escândalo mostra-nos muito mais do que eles imaginam sobre a função do conceito idiota de "politicamente correto", arquitetado como uma arma ideológica no decorrer do ataque direitista extraordinário à independência remanescente das universidades e outras instituições. As reações foram, em parte, as mesmas; embora misturadas, nesse caso, com elogio, quando Robert McNamara — principal artífice da guerra que deixou aproximadamente quatro milhões de pessoas mortas na Indochina — divulgou suas desculpas pelo que tinha feito: suas desculpas aos *americanos*, pelo sofrimento e dilaceramento de sua sociedade que foram causados pelos erros de pessoas buscando acertar, mas fracassando.

Não há nada novo nessas observações. Testemunhando "a marcha triunfal da civilização pelo deserto", De Tocqueville maravilhou-se com a habilidade dos colonizadores americanos em destruir a população nativa com completo "respeito pelas leis da humanidade", "com justeza singular, tranquilamente, legalmente, filantropicamente, sem derramamento de sangue e sem violar um único grande princípio de moralidade aos olhos do mundo". Em 1880, Helen Jackson escreveu uma narrativa notável de um "Século da Desonra", em muitos aspectos ainda insuperado relembrando o tratamento daquela raça desafortunada de americanos nativos, que estamos exterminando com tamanha impiedade e crueldade pérfida", como John Quincy Adams descreveu o processo em um momento raro de honestidade anos depois de sua própria contribuição notória ter sido completada. O excelente livro de Jackson foi virtualmente ignorado quando reimpresso em uma edição limitada de 2000 exemplares em 1964; é pouco conhecido atualmente e não está disponível em livrarias. Contudo, seu nome era conhecido. Ela foi denunciada, com amargura, por sua traição na solenidade amplamente assistida do "o Vencedor do Ocidente" pelo historiador racista muito admirado Theodore Roosevelt, depois presidente, que declarou: "Como uma nação, nossa política indígena deve ser reprovada devido à

fraqueza que demonstrou, devido à sua visão limitada e sua tendência ocasional à política dos humanitários sentimentais; e frequentemente prometemos o que era impossível de cumprir; mas não houve ações erradas intencionais".

E assim a marcha triunfal da civilização continua, até os dias de hoje. Também não é nova a comparação entre sociedades livres e sociedades totalitárias. Na exposição de seu *Princípios Fundamentais de Governo*, David Hume observou que os governantes devem confiar, basicamente, no controle das ideias: "É, por consequência, somente sobre a opinião que o governo é fundamentado; e esta máxima se estende aos governos mais despóticos e militares bem como aos mais livres e mais populares". Meio século atrás, George Orwell dedicou sua introdução da *Revolução dos bichos* a uma Inglaterra livre e democrática, observando que os resultados lá não são tão diferentes dos estados totalitaristas que ele estava satirizando, embora os métodos fossem distintos — não era nenhum elogio aos intelectuais britânicos, ele deixou claro. "O fato sinistro sobre a censura à capacidade de ler e escrever na Inglaterra", escreveu, "é que ela é amplamente voluntária. Ideias impopulares podem ser silenciadas e fatos inconvenientes, mantidos encobertos, sem necessidade de nenhuma proibição oficial". Sem o exercício da força, "qualquer um que desafie a ortodoxia prevalecente descobre-se silenciado com uma efetividade surpreendente", graças à internalização dos valores de subordinação e conformidade, assim como ao controle da imprensa pelos "homens abastados que têm todos os motivos para serem desonestos sobre certos tópicos importantes".

A análise de Orwell foi acanhada e seus exemplos deficientes, mas muita água rola debaixo da ponte desde então. A análise foi muito expandida e existe, atualmente, um registro extenso demonstrando a precisão de suas percepções sobre as sociedades livres — que se mantiveram impublicadas, descobertas em suas anotações somente 30 anos mais tarde, talvez ilustrando seu ponto de vista.

Por razões muito óbvias para revisar, o tópico da introdução impublicada de Orwell é muito mais importante para os ocidentais do que uma outra exposição dos crimes do odiado inimigo em seu mais famoso trabalho, poucos anos depois. Os métodos de controle utilizados nos governos "mais despóticos" são transparentes; aqueles das "sociedades mais livres e mais populares" são muito mais interessantes para desemaranhar. Se

o trabalho de Orwell tivesse enfocado esses temas intelectualmente desafiadores e vastamente mais importantes, ele não seria nenhum herói no Ocidente. Ao invés disso, teria sido uma outra Helen Jackson, ou teria tido que aguentar o abuso chocante que foi a punição de Bertrand Russel por sua integridade e honestidade. A provável consequência é indicada pelo caso do homem que foi o pioneiro no estudo da propaganda corporativa, o instrumento contemporâneo principal para travar "a batalha eterna pelas mentes dos homens", nas palavras de uma figura importante na indústria das relações públicas — o cientista social australiano Alex Carey, cujo trabalho reflexivo e esclarecedor circulou privativamente durante anos, entre as pessoas interessadas em compreender o mundo moderno, mas somente agora começando a ser publicado de forma acessível (*Taking the Risk Out of Democracy*, 1995). Ele também, em grande parte por seu crédito, tem sido o alvo de calúnia e difamação por parte de comissários "voluntários", como os leitores da imprensa local sabem bem.

Neste ponto começamos, mal começamos, a abordar as verdadeiras questões das responsabilidades moral e intelectual do escritor. E descobrimos que há, afinal, bastante a ser dito e muitas respostas a serem dadas. As respostas não estão exatamente nos favorecendo e ao meio em que vivemos e trabalhamos, mas deveriam estar na essência de nossas preocupações e atividades, em nossas escolas, nossos jornais e nossas comunidades.

Se isso fosse acontecer, poderíamos reivindicar nossa entrada no mundo civilizado.

4

Objetivos e visões

Na referência a objetivos e visões, tenho em mente uma distinção prática em vez de uma muito baseada em princípios. Como é usual em assuntos humanos, é a perspectiva prática que mais importa. A compreensão teórica que temos é muito inconsistente para ter algum peso. Por visões, quero dizer a concepção de uma sociedade futura que anima o que realmente fazemos, uma sociedade na qual um ser humano decente pode querer viver. Por objetivos, refiro-me às escolhas e tarefas que estão ao alcance, que perseguiremos, de um modo ou de outro, guiados por uma visão que pode estar distante e obscura.

Uma visão animadora deve se apoiar em alguma noção da natureza humana, do que é bom para as pessoas, de suas necessidades e direitos, dos aspectos de sua natureza que deveriam ser alimentados, encorajados e autorizados a florescerem para benefício próprio e dos outros. A concepção de natureza humana que fundamenta nossas visões é, em geral tácita e incipiente, mas está sempre presente, talvez de modo implícito, se escolhermos deixar as coisas como estão e cultivar nosso próprio jardim ou trabalhar por pequenas, ou revolucionárias, mudanças.

Isso é, pelo menos, verdade sobre pessoas que se consideram agentes morais, não monstros — que se importam com os efeitos do que fazem ou do que fracassam em fazer.

Sobre todas essas questões, nosso conhecimento e compreensão são superficiais; como em, virtualmente, todas as áreas da vida humana, avançamos com base na intuição e na experiência, esperanças e medos. Os objetivos envolvem escolhas difíceis com consequências humanas muito sérias. Nós os adotamos com base em evidências imperfeitas e compreensão

limitada — e, embora nossas visões possam e devam ser um guia, elas são, na melhor das hipóteses, muito parciais.

Não são claras, nem estáveis, pelo menos para pessoas que se importam com as consequências de seus atos. Pessoas sensatas ansiarão por uma articulação mais clara de suas visões animadoras e por uma avaliação crítica à luz da razão e da experiência. Até este momento, o conteúdo é bastante escasso, e não há nem sinal de qualquer mudança nesse estado de coisas.

Lemas são fáceis, mas não muito úteis quando escolhas verdadeiras têm de ser feitas.

Objetivos versus visões

Pode parecer que objetivos e visões estão em conflito — e, frequentemente, estão. Não há contradição nisso, como penso que todos sabemos por experiência própria. Deixe-me tomar meu próprio caso para ilustrar o que tenho em mente.

Minhas visões pessoais são, claramente, tradicionalmente, anarquistas, com origens no iluminismo e no liberalismo clássico. Antes de prosseguir, tenho que esclarecer que quero dizer com isso. Não me refiro a versão do liberalismo clássico que foi reconstruída com propósitos ideológicos, mas a original, antes de ter sido destruída pela ascensão do capitalismo industrial, como cita Rudolf Rocker em seu trabalho sobre anarcosindicalismo há 60 anos — um tanto acuradamente, creio¹.

Conforme o capitalismo de estado se desenvolveu na era moderna, os sistemas econômico, político e ideológico foram, progressivamente, controlados por numerosas instituições de tirania privada que estão bem próximas do ideal totalitário como qualquer outras que os humanos, até agora, construíram. "No âmbito da corporação", o economista político Robert Brady escreveu meio século atrás, "todas as políticas emanam de seu controle. Na união de tal poder para determinar, com a execução desse, a política, toda a autoridade avança, necessariamente, do topo para a base e toda a responsabilidade, da base para o topo. Esse é, na verdade, o inverso do controle "democrático"; "segue as condições estruturais do poder ditatorial". "O que, nos círculos políticos, seria chamado poderes Legislativo, Executivo e Judiciário" e reunido em "mãos controladoras" que, "até onde sabem as políticas de formulação e execução, encontram-se na ponta da pirâmide e são manipuladas sem um controle significativo de

sua base". Conforme o poder privado "cresce e se expande", é transformado "em uma força social ainda mais potente, consciente politicamente", mais dedicada a um "programa de propaganda" que "se torna uma questão de conversão do público.. ao ponto de vista do controle da pirâmide". Esse projeto, já substancial no período revisado por Brady, atingiu uma escala impressionante uns poucos anos mais tarde quando negócios americanos tentaram rechaçar a tendência social democrata do mundo pós-guerra, que também atingiu os Estados Unidos, e ganhar o que seus líderes chamaram "a batalha eterna pelas mentes dos homens", utilizando imensas habilidades da indústria das relações públicas, da indústria do entretenimento, da mídia corporativista e tudo mais que pudesse ser mobilizado pelas "pirâmides controladoras" da ordem social e econômica. Essas são características de importância crucial do mundo moderno, como é dramaticamente revelado pelos poucos estudos cuidadosos².

As "instituições bancárias e as corporações financeiras" sobre as quais Thomas Jefferson, em seus últimos anos, advertiu – prevendo que, se não refreadas, tornar-se-iam uma forma de absolutismo que destruiria a promessa de da revolução democrática – mais do que satisfizeram, desde então, suas piores expectativas. Tornaram-se amplamente enigmáticas e progressivamente imunes à interferência popular e à inspeção pública enquanto ganhavam controle maior e crescente sobre a ordem global. Aqueles dentro de sua estrutura de comando hierárquica obedecem a ordens superiores e dão ordens aos subalternos. Aqueles de fora podem tentar se alugar ao sistema de poder, mas qualquer tipo de relação com ele é raro (exceto comprar o que oferece, se podem). O mundo é mais complexo do que qualquer descrição, mas a de Brandy chega perto, mais hoje do que quando ele a escreveu.

Poderia se acrescentar que o poder extraordinário que as corporações e as instituições financeiras gozam não foi resultado de escolhas populares. Foi fabricado por tribunais e advogados no decurso da construção de um estado em desenvolvimento que serve aos interesses do poder privado e estendido pela colocação de um estado contra o outro na busca de privilégios especiais, nada muito difícil para grandes instituições privadas. Essa é a maior razão por que o Congresso atual, controlado pelos negócios a um grau incomum, busca devolver autoridade federal aos estados, mais facilmente ameaçáveis e manipuláveis. Estou falando dos Estados Unidos, onde o processo foi muito bem estudado na atividade acadêmica. Ficarei

neste caso; até onde tenho conhecimento, é quase o mesmo onde quer que seja.

Temos tendência de pensar nas resultantes estruturas de poder como imutáveis; virtualmente, uma parte da natureza. Elas são tudo menos isso. Essas formas de tirania privada somente atingiram algo similar ao seu formato atual, com prerrogativas de pessoas imortais, no início do século. As garantias de direitos e a teoria legal que se encontram por trás delas estão enraizadas em quase o mesmo terreno intelectual que nutriu as duas outras grandes formas de totalitarismo do século XX, o fascismo e o bolchevismo. Não há nenhuma razão para considerar essa tendência dos negócios humanos mais permanente do que seus irmãos ignóbeis³.

A prática convencional é restringir termos como "totalitarismo" e "ditadura" ao poder político. Brady age de forma original ao não se ater a essa convenção — uma convenção natural, que ajuda a remover os centros de tomada de decisões dos olhos do público. O empenho em fazê-lo é esperado de qualquer sociedade baseada em autoridade ilegítima ou seja, qualquer sociedade vigente. Essa é a razão, por exemplo, de os relatos em termos de características e fracassos pessoais, práticas culturais vagas e imprecisas e similares terem muito mais preferência para o estudo da estrutura e da função de instituições poderosas.

Quando falo de liberalismo clássico, refiro-me às ideias que foram abolidas, em número considerável, pelas tendências nascentes da autocracia capitalista do Estado. As ideias sobreviveram (ou foram reinventadas) de várias formas na cultura de resistência às novas formas de opressão, servindo como uma visão animadora para as lutas populares que expandiram, consideravelmente, o alcance da liberdade, justiça e direitos. Elas também foram apreendidas, adaptadas e desenvolvidas dentro de correntes libertadoras de esquerda. De acordo com essa visão anarquista, qualquer estrutura de hierarquia e autoridade carrega uma pesada carga de justificação, independente de envolver relações pessoais ou uma ordem social mais ampla. Se não pode suportar essa carga — às vezes, pode — então é ilegítima e deveria ser desmantelada.

Quando honestamente apresentado e enfrentado, esse desafio não pode, com frequência, ser mantido. Genuínos libertadores têm seus trabalhos interrompidos.

O poder do Estado e a tirania privada são exemplos primários nos limites externos, mas há muitos outros exemplos em âmbito menor: nas

relações entre pais e filhos, professores e alunos, homens e mulheres, aqueles vivos atualmente e as futuras gerações que serão compelidas a viver com os resultados do que fazemos — de fato, o mesmo em todo lugar. Em particular, a visão anarquista, em quase toda a sua variação, anseia pelo desmantelamento do poder do Estado. Pessoalmente, compartilho dessa visão, embora vá diretamente contra meus objetivos. Daí, a tensão à qual me referi.

Meus objetivos a curto prazo são defender e fortalecer elementos da autoridade do Estado que, embora ilegítimos em aspectos fundamentais, são decisivamente necessários agora para impedir os esforços dedicados para "retroceder" o progresso alcançado com a extensão da democracia e dos direitos humanos. A autoridade do Estado encontra-se, atualmente, sob severos ataques nas sociedades mais democráticas, mas não porque conflitua com a visão libertadora. Exatamente o oposto: porque oferece (fraca) proteção a alguns aspectos dessa visão. Os governos têm uma falha fatal: diferentes das tiranias privadas, as instituições de poder do Estado e as autoridades oferecem ao público menosprezado uma oportunidade de desempenhar algum papel, embora limitado, em coordenar seus próprios interesses. Essa imperfeição é intolerável para os dominadores que sentem agora, com alguma justificação, que mudanças na ordem política e econômica internacionais oferecem perspectivas de criação de um tipo de "utopia para os dominadores", com perspectivas sombrias para a grande maioria dos restantes. Deveria ser desnecessário explicar aqui ao que me refiro. Os efeitos são todos muito óbvios mesmo nas sociedades ricas, dos corredores do poder até as ruas, o campo e as prisões. Por razões que merecem atenção, mas que estão além do alcance desses comentários, a campanha de retração é, atualmente, lançada pelos setores dominantes de sociedades nas quais os valores sob ataque foram realizados em algumas de suas formas mais avançadas; os países de língua inglesa. Não é uma pequena ironia, mas tampouco uma contradição.

Vale a pena ter em mente que a satisfação do sonho utópico foi comemorada como uma perspectiva iminente no início do século XIX (retornarei superficialmente àquele período). Por volta de 1880, o artista socialista revolucionário, William Morris, pôde escrever: Sei que, no presente, é aceita a opinião de que o sistema competitivo ou "quem ficar para trás que se vire" é o último sistema de economia que o mundo verá, que é a perfeição e, conseqüentemente, a finalidade foi alcançada com ele; e

é, sem dúvida, uma imprudência discordar dessa opinião que, me disseram, é sustentada mesmo pelos homens mais inteligentes .

Se a história está realmente no fim, como declarado confiantemente, então a "civilização vai morrer", mas tudo que se refere à história diz que não é assim, acrescentou ele. A esperança de que a "perfeição" estava à vista renasceu novamente nos anos 20. Com o forte apoio da opinião liberal em geral e, é claro, do mundo dos negócios, o Alarve Vermelho de Woodrow Wilson destruiu, gradualmente e com sucesso, os sindicatos e o pensamento independente ajudando a estabelecer uma era de dominância dos negócios que, esperava-se, fosse permanente. Com o colapso dos sindicatos, os trabalhadores tinham pouca esperança e nenhum poder no auge do *boom* automobilístico. O esmagamento dos sindicatos e dos direitos dos trabalhadores, frequentemente com o uso de violência, chocou até mesmo a imprensa britânica de direita. Um visitante australiano, estarrecido com a fraqueza dos sindicatos americanos, observou em 1928 que a "organização dos trabalhadores existe somente por causa da tolerância dos empregadores não tem participação verdadeira na determinação das condições industriais".

De novo, os poucos anos que se seguiram demonstraram que as esperanças eram prematuras.

Mas esses sonhos recorrentes fornecem uma imagem de que as "pirâmides de controle" e seus agentes políticos buscam se reconstituir atualmente⁴.

No mundo de hoje, creio, os objetivos de um anarquista comprometido deveriam ser defender algumas instituições do estado do ataque contra elas, enquanto tenta abri-las à participação pública mais significativa — e, em última análise, desmantelá-las em uma sociedade mais livre, se as condições apropriadas puderem ser atingidas.

Certo ou errado — e essa é uma matéria de julgamento incerto — essa opinião não está minada pelo aparente conflito entre objetivos e visões. Tal conflito é uma característica normal da vida diária, com o que tentamos, de algum modo, viver e do qual não podemos escapar.

A "concepção humanista"

Tendo isso em mente, eu gostaria de voltar à questão mais ampla das visões. Ela é, em particular, pertinente atualmente contra os alicerces das tentativas, cada vez mais intensas, de reverter, abalar e dismantelar os ganhos obtidos com a luta popular duradoura e, frequentemente, amarga.

Os temas são de importância histórica e estão, com frequência, encobertos por distorções e falácias em campanhas para "converter o público aos pontos de vista do controle da pirâmide".

Difícilmente poderia haver um melhor momento para refletir sobre os ideais e visões que foram articulados, modificados, readaptados e, muitas vezes, transformados em seus opostos conforme a sociedade industrial se desenvolvia ao seu estágio atual, com um ataque massivo contra a democracia, os direitos humanos e até os mercados enquanto o triunfo de tais valores está sendo aclamado por aqueles que estão liderando o ataque contra eles — um processo que ganhará sinais de reconhecimento daqueles familiarizados com o que costumava ser chamado de "propaganda" em dias de maior honestidade. E um momento da situação humana tão interessante intelectualmente quanto ameaçador de um ponto de vista humano.

Permita-me começar delineando um ponto de vista articulado por dois pensadores importantes do século XX, Bertrand Russell e John Dewey, que discordaram sobre um grande número de coisas, mas que dividiram uma visão chamada por Russel de "a concepção humanista" — para citar Dewey, a crença de que o "alvo último" da produção não é a produção de bens, mas "de seres humanos livres associados um ao outro em termos de igualdade". O objetivo da educação, como diz Russell, é "dar um sentido do valor das coisas em vez da dominação", para ajudar a criar "cidadãos sábios de uma comunidade livre" na qual a liberdade e a "criatividade individual" prosperarão, e os trabalhadores serão os mestres de seu destino, não ferramentas de produção. As estruturas ilegítimas de coerção devem ser desenredadas; crucialmente, a dominação pelos "negócios na busca do lucro pelo controle privado de bancos, terras e indústria, reforçada pelo comando da imprensa, dos agentes de imprensa e outros meios de publicidade e propaganda" (Dewey). A menos que isso seja feito, Dewey continuou, falar de democracia vai muito além do ponto. A política permanecerá "uma sombra jogada sobre a sociedade pelos grandes negócios, [e] a atenuação da sombra não mudará a substância". Faltará conteúdo real às formas

democráticas e as pessoas trabalharão "não livremente e de modo inteligente, mas em benefício do trabalho obtido", uma condição "não liberal e imoral". Da mesma forma, a indústria deve ser mudada "de uma ordem social feudal a uma ordem social democrática" baseada no controle por parte dos trabalhadores, na associação livre e na organização federal, no estilo geral de uma gama de pensamento que inclui, juntamente com muitos anarquistas, o socialismo corporativista de G.D.H.

Cole e alguns marxistas de esquerda como Anton Pannekoek, Rosa Luxemburgo, Paul Mattick e outros. As visões de Russel eram um tanto similares sobre esse tema⁵.

Os problemas da democracia eram o enfoque primário do pensamento e do comprometimento direto de Dewey. Ele era um intransigente da corrente principal americana, "tão americano quanto uma torta de maçã", na expressão-padrão. E, por consequência, de interesse que as ideias expressas por ele há não muitos anos fossem julgadas hoje por grande parte da cultura intelectual como bizarras ou pior, até mesmo denunciadas como "antiamericanas" em setores influentes.

A última frase, incidentalmente, é interessante e reveladora, como também é sua utilização geral recente. Imaginamos tais noções somente em sociedades totalitárias. Assim, em dias stalinistas, dissidentes e críticos foram condenados como "antissoviéticos", um crime intolerável; os generais neonazistas brasileiros e outros como eles eram enquadrados em categorias similares. Mas sua aparição em sociedades muito mais livres, nas quais a subordinação ao poder é voluntária, não obrigatória, é um fenômeno muitíssimo mais significativa. Em qualquer meio que retenha, pelo menos, a memória de uma cultura democrática, tais conceitos pareceriam, meramente, ridículos.

Imagine a reação nas ruas de Milão ou Oslo a um livro intitulado *Anti-italianismo ou Os antinoruegueses* denunciando as ações verdadeiras ou forjadas daqueles que não demonstram o respeito devido às doutrinas do credo secular. Nas sociedades anglo-americanas (incluindo a Austrália, assim observei), entretanto, tais ações são tratadas com solenidade e respeito nos círculos mais respeitáveis, um dos sinais de uma séria deterioração dos valores democráticos ordinários.

As ideias expressas em um passado não muito distante por figuras tão proeminentes como Russell e Dewey estão enraizadas no iluminismo e no liberalismo clássico e retêm seu caráter revolucionário: na educação, no

lugar de trabalho, e em qualquer outra esfera da vida. Se implementadas, ajudariam a liberar o caminho para o livre desenvolvimento dos Seres humanos que não têm como valores a acumulação e a dominação, mas a independência da mente e das ações, a associação livre em termos de igualdade e a cooperação para atingir objetivos comuns.

Tais pessoas compartilhariam do desprezo de Adam Smith em relação aos "métodos" e "atividades sórdidas" dos "mestres da raça humana" e sua "máxima desprezível": "Tudo para nós e nada para os outros", os princípios condutores que nos ensinam a admirar e reverenciar à medida que os valores tradicionais são corroídos sob ataque incessante. Eles prontamente entenderiam o que levou uma figura pré-capitalista como Smith a advertir sobre as consequências desagradáveis da divisão do trabalho e a embasar, em parte, sua defesa um tanto sutil dos mercados na crença de que, sob condições de "perfeita liberdade", haveria uma tendência natural em direção à igualdade, um anseio óbvio sobre premissas morais elementares.

A "concepção humanista" expressa por Russell e Dewey em um período mais civilizado, e familiar aos libertadores de esquerda, está em disputa radical com as correntes mais importantes do pensamento contemporâneo: as ideias condutoras da ordem totalitária elaboradas por Lenin e Trotsky e das sociedades industriais capitalistas do ocidente. Um desses sistemas, felizmente, faliu, mas o outro segue uma marcha relutante em direção ao que poderia ser um futuro muito feio.

"O novo espírito do tempo"

É importante reconhecer quão forte e dramático é o choque de valores entre essa concepção humanista e o que reina atualmente, os ideais denunciados pela imprensa da classe trabalhadora da metade do século XIX como "O Novo Espírito do Tempo: Ganhemos riqueza, esquecendo tudo menos a nós mesmos", a "máxima desprezível" de Smith, uma doutrina degradante e vergonhosa que nenhuma pessoa decente poderia tolerar. E extraordinário traçar a evolução dos valores a partir de uma figura pré-capitalista como Smith com seu realce à solidariedade, o objetivo de liberdade com igualdade e o direito humano básico do trabalho criativo e realizador àqueles que louvam "o Novo Espírito do Tempo", invocando vergonhosamente, e com frequência, o nome de Smith. Abandonemos as atitudes vulgares que, regularmente, desfiguram as instituições ideológicas.

Consideremos, ao invés disso, alguém que possa pelo menos ser levado a sério, digamos, o economista vencedor do Prêmio Nobel, James Buchanan, que nos conta que "a sociedade ideal é anarquista, na qual nenhum homem ou grupos de homens coage um ao outro".

Ele oferece, então, a explicação seguinte, formulada de modo autoritário, de fato: a situação ideal de qualquer pessoa é aquela que lhe permite a liberdade completa de ação e inibe o comportamento de outros ao mesmo tempo que força a aderência às suas próprias vontades. Quer dizer, cada pessoa busca o domínio sobre um mundo de escravos⁶, um pensamento que Adam Smith teria considerado patológico, assim como Wilhelm von Humboldt, John Stuart Mill, ou qualquer um próximo à tradição liberal clássica — mas esse é o seu devaneio mais otimista, caso você não tenha notado.

Uma ilustração intrigante do estado da cultura intelectual e seus valores predominantes é o comentário sobre os problemas difíceis que encaramos no surgimento do povo do Leste Europeu, agora libertados, modo que podemos estender a eles o cuidado afetuoso que esbanjamos sobre nossos protegidos por todas as partes durante centenas de anos. As consequências parecem um tanto claras em uma sucessão impressionante câmaras de horror por todo o mundo, mas, miraculosamente — e muito felizmente, — elas não ensinam lições sobre os valores da nossa civilização e os princípios que guiam seus nobres líderes. Somente os "Antiamericanos" e gente da sua espécie seriam tão dementes a ponto de sugerir que o registro consistente da história poderia merecer somente uma referencia superficial. Agora há novas oportunidades para nossa beneficência. Podemos auxiliar as pessoas livres da tirania comunista a alcançarem — ou, pelo menos, a vislumbrarem — o Estado abençoado dos bengaleses, haitianos, brasileiros, guatemaltecos, filipinos, indígenas de todas as partes, escravos africanos, etc., etc...

No fim de 1994, o *New York Times* publicou uma série de artigos sobre como estão nossos pupilos. O que se referia à Alemanha Oriental começa citando um padre que foi um líder dos protestos populares contra o regime comunista. Ele descreve suas preocupações crescentes sobre o que *está* acontecendo em sua sociedade: "competição brutal e a ânsia pelo dinheiro estão destruindo nosso sentido de comunidade. Quase todos sentem um pouco de medo, ou depressão, ou insegurança" à medida que apreendem as lições que damos aos povos atrasados do mundo.

Mas sua reação não nos ensina nada⁷.

O caso do qual todos estão orgulhosos é a Polônia, onde o "capitalismo foi mais gentil" que em qualquer outra parte, segundo declara Jane Perlez Sob a manchete "Pistas Rápidas e Lentas na Estrada do Capitalismo": alguns poloneses estão entendendo, mas outros são aprendizes lentos⁸.

Perlez dá exemplos dos dois tipos. O bom estudante é o possuidor de uma pequena fábrica que é um "exemplo próspero" do melhor na Polônia capitalista moderna. Graças aos créditos governamentais sem juros nesta, agora florescente, sociedade de mercado, sua fábrica produz "vestidos bordados glamurosos" e "vestidos de noiva detalhadamente planejados", vendidos em sua maior parte aos alemães ricos, mas também aos Poloneses abastados. Enquanto isso, declara o Banco Mundial, a pobreza mais que dobrou desde que as reformas foram instituídas, enquanto os salários reais caíram 30% e, por volta do fim de 1994, esperava-se que a economia polonesa recuperasse 90% de seu produto interno bruto pré-1989. Mas o "capitalismo foi mais gentil", os famintos podem apreciar os "sinais do consumo repentino" admirando os vestidos de noivas nas vitrines das lojas chiques, os "carros estrangeiros com placas polonesas" roncando os motores na rodovia que liga Varsóvia a Berlim e as "novas-ricas com seus telefones celulares de 1300 dólares na bolsa".

"As pessoas devem ser ensinadas a compreender que devem lutar por si mesmas e que não podem confiar em outros", explica uma conselheira de emprego na República Tcheca. Preocupada com "o surgimento de uma classe baixa fortemente fixada", ela está dando aulas de treinamento para ensinar atitudes apropriadas às pessoas que tinham "valores igualitários enfiados na mente" nos dias em que "o lema presumido costumava ser: "Eu sou um mineiro, quem é melhor do que isto?". Os aprendizes rápidos sabem agora a resposta a essa questão, a ex-nomenclatura, mais rica do que qualquer de seus sonhos mais desenfreados à medida que se tornam os agentes dos empreendimentos estrangeiros os quais, naturalmente, os beneficiam devido às suas habilidades e experiência, aos banqueiros estabelecidos no negócio pelo favoritismos e "rede de velhos companheiros"; às mulheres polonesas gozando as delícias do consumo; aos produtores, apoiados pelo Governo, dos vestidos elegantes para exportação a outras mulheres ricas. Sucintamente, o tipo certo de pessoa.

Esses são os sucessos dos valores americanos. Há, então, os fracassos, ainda na pista mais lenta.

Perlez seleciona como exemplo um mineiro de carvão de 43 anos de idade que "senta em sua sala de estar com a parede revestida de madeira admirando os frutos do seu trabalho sob o comunismo — um aparelho de televisão, mobília confortável, uma cozinha moderna e brilhante", atualmente desempregado depois de 27 anos nas minas e pensando nos anos anteriores a 1989.

Eles "eram o máximo", diz ele, e a "vida era segura e confortável". Um aprendiz lento, ele considera os novos valores "impenetráveis", e não pode entender "por que ele está em casa, desempregado e dependente do seguro-desemprego", preocupando-se com seus 10 filhos, com falta de habilidade para "Ganhar riqueza, se esquecendo de tudo, menos de nós mesmos".

É compreensível, então, que a Polônia deva encontrar seu lugar sobre a estante junto com os outros troféus, inspirando orgulho e autoaclamação adicionais.

A região é atormentada por outros lentos aprendizes, um problema revisto em um "relatório global" dos correspondentes da *Christian Science Monitor* no antigo mundo comunista. Um empresário reclamou que "ofereceu 100 dólares por mês a um colega ucraniano para que ele o ajudasse a cultivar rosas em um pedaço de terra privado" (traduzindo: para trabalhar para ele). "Comparados aos 4 dólares que o homem ganhava em uma fazenda coletiva, era uma fortuna. Mas a oferta foi rejeitada". O aprendiz rapidamente atribui a irracionalidade a "uma certa mentalidade" que sobrevive mesmo depois da vitória da liberdade: "Ele pensa, *"Nyet, eu não vou deixar o coletivo e ser seu escravo"*. Trabalhadores americanos foram, durante longo tempo, infectados pela mesma falta de vontade de se tornarem escravos de alguém, até estarem completamente civilizados.

Voltarei ao tema mais adiante.

Inquilinos de um prédio em Varsóvia sofrem da mesma enfermidade. Eles não querem entregar seus apartamentos a um industrial que alega a posse do edifício desde antes da Segunda Guerra Mundial, perguntando "Por que deveriam as pessoas lucrar com algo sobre o qual elas não têm direito?" Tem havido "progresso significativo" na superação de tais atitudes retrógradas, continua o relatório, embora "haja ainda muita relutância para permitir que estrangeiros comprem e vendam terras". O coordenador das iniciativas agrícolas patrocinadas pelos Estados Unidos na Ucrânia explica que "Você nunca terá uma situação em que 100% da terra esteja nas mãos da iniciativa privada. Eles nunca tiveram democracia". Verdade, paixões

antidemocráticas não são tão altas quanto no Vietnã onde um decreto de fevereiro de 1995 "atrasa o relógio": "Em uma homenagem a Marx, o decreto objetiva ajudar os vietnamitas pela extorsão de aluguel daqueles poucos privilegiados que possuem certificados propriedade de terra para negócios", garantidos em um esforço para atrair investimentos estrangeiros. Se se permitisse que somente os investidores estrangeiros e uma pequena elite interna comprasse o país, os nativos poderiam trabalhar para eles (se tivessem sorte) e teríamos a liberdade e, por fim, "democracia", como na América Central, nas Filipinas e outros paraísos liberados há bastante tempo⁹.

Os cubanos foram censurados durante muito tempo pelo mesmo tipo de atraso. O ultraje teve seu clímax durante os jogos Pan-americanos realizados nos Estados Unidos, quando os cubanos não sucumbiram a uma imensa campanha publicitária para induzi-los a desertar, incluindo generosas ofertas financeiras para que se tornassem profissionais; eles sentiam um comprometimento com seu país e seu povo, disseram aos repórteres. A fúria conheceu seus limites com o impacto devastador da lavagem cerebral comunista e da doutrina marxista.

Felizmente, os americanos estão protegidos do fato de que, mesmo sob condições de pobreza impostas pelo embargo econômico americano, os cubanos ainda se recusam a aceitar dólares, segundo informam os visitantes, por seu trabalho, não querendo ser "seu escravo". Nem é provável que estejam sujeitos aos resultados de uma pesquisa Gallup de 1994, considerado o primeiro exame independente e científico já realizado, e publicado na imprensa em língua espanhola de Miami (e, aparentemente, só lá): que 88% disseram que estavam "orgulhosos de serem cubanos" e 58%, que "os sucessos da revolução superam seus fracassos", 69% se identificaram como "revolucionários" (mas somente 21%, como "comunistas" ou "socialistas"), 76% disseram que estavam "satisfeitos com sua vida pessoal", e 3% afirmam que "problemas políticos" eram os principais problemas que o país enfrentava.

Se se pretendesse que tais atrocidades comunistas fossem conhecidas, seria necessário bombardear Havana em vez de, simplesmente, tentar matar o maior número possível de pessoas de fome ou de doenças para trazer a "democracia". Isso se tornou o novo pretexto para estrangular Cuba depois da queda do muro de Berlim, sendo que as instituições ideológicas não perdiam nada conforme mudavam as engrenagens. Cuba não era mais um

agente do Kremlim, empenhado em dominar a América Latina e derrotar os Estados Unidos, tremendo de medo. As mentiras de 30 anos podem ser, discretamente, arquivadas: terror e embargo econômico sempre foram uma tentativa de levar a democracia, na revisada versão-padrão.

Consequentemente, devemos apertar o embargo que "contribuiu para um aumento da fome, doenças, mortes e para uma das maiores epidemias neurológicas do mundo no último século", de acordo com especialistas em saúde, em outubro de 1994, que escrevem para jornais médicos americanos. O autor de um dos artigos diz: "Bem, o fato é que estamos matando pessoas" por lhes recusar comida, medicamentos e equipamentos para que possam fabricar seus próprios produtos médicos.

O "Ato de Democracia Cubana" de Clinton vetado, num primeiro momento, pelo presidente Bush porque violava, claramente, a lei internacional e assinado, então, quando ele foi atacado por Clinton durante a campanha eleitoral — proíbe os negócios com as subsidiárias americanas no exterior e corta 90% da comida, medicamentos e equipamentos médicos. Essa contribuição à democracia auxiliou o declínio considerável dos padrões de saúde cubanos, o aumento nos índices de mortalidade e "a crise de saúde pública mais alarmante de Cuba na história recente", uma enfermidade neurológica que foi observada pela última vez nos campos carcerários tropicais do Sudeste Asiático durante a Segunda Guerra Mundial, de acordo com o ex-chefe de neuroepidemiologia do Instituto Nacional de Saúde, o autor de um dos artigos. Com o intuito de ilustrar os efeitos, um professor de medicina da Universidade de Columbia cita o caso de um sistema sueco de filtragem de água comprado por Cuba para produzir vacinas barrado porque alguns componentes são produzidos por uma companhia americana. Assim, as vacinas capazes de salvar vidas podem ser negadas para levar a "democracia" aos sobreviventes¹⁰.

Os sucessos em "matar pessoas" e fazê-las sofrer são importantes. No mundo real, a Cuba de Fidel Castro era uma preocupação não devido à sua ameaça militar, ou aos abusos dos direitos humanos, ou à ditadura. Era, mais exatamente, por razões profundamente arraigadas à história americana. Na década de 1820, conforme a tomada do continente procedia a passos rápidos, Cuba foi considerada pelas lideranças política e econômica como o próximo prêmio a ser ganho.

Esse é "um objeto de importância superior aos interesses comerciais e políticos de nossa Nação", advertiu o autor da Doutrina Monroe, John

Quincy Adams, concordando com Jefferson e outros que a Espanha deveria manter a soberania até que a intimidação britânica acabasse e Cuba caísse nas mãos dos Estados Unidos pelas "leis de ... gravitação política", uma "fruta madura" para colheita, como foi um século atrás. Por volta da metade do século XX, a fruta madura estava altamente valorizada pelos interesses agrícolas e de apostas americanos, entre outros. O roubo de Fidel Castro do sonho de posseção americano não foi levado pouco a sério. Pior ainda, havia o perigo de um "efeito dominó" de desenvolvimento que poderia ser significativo aos sofrendores de outros lugares — os serviços de saúde mais bem-sucedidos da América Latina, por exemplo.

Temia-se que Cuba pudesse ser uma daquelas "maças podres" que "estragam toda a cesta", um vírus" que poderia "infectar" outros, na terminologia preferida dos planejadores que não se importam com crimes, mas com resultados para demonstração.

Pessoas respeitáveis, todavia, não se entendem em tais matérias e nem mesmo nos fatos elementares sobre a campanha para restituir a fruta madura a seu proprietário de direito desde 1959, incluindo sua fase atual. Poucos americanos estiveram expostos aos materiais subversivos nos jornais médicos em outubro de 1994, tampouco souberam que, no mesmo mês a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução pedindo o fim do embargo ilegal por 101 votos a 2, com os Estados Unidos podendo confiar somente em Israel, agora abandonados até mesmo pela Albânia a Romênia e o Paraguai, os quais durante algum tempo uniram-se a Washington em sua cruzada pela democracia, em anos anteriores.

A história-padrão é que o Leste Europeu, finalmente libertado, pode fazer parte das sociedades ricas do Ocidente. Talvez, mas então perguntamo-nos por que isso não aconteceu durante o meio milênio precedente, em que grande parte do Leste Europeu decaiu gradativamente em relação ao Oeste, muito neste século, tornando-se seu "Terceiro Mundo". Uma perspectiva diferente que pode ser imaginada é a de que o status quo será mais ou menos restabelecido: partes do império comunista que pertenceu ao Ocidente industrializado — o oeste da Polônia, a República Tcheca, e alguns outros — gradualmente retornarão a ele, enquanto outros retrocederão a algo como seu antigo status como áreas de serviço para o mundo industrial rico que, é claro, não chegou a isso meramente por causa de suas virtudes únicas. Como observou Winston Churchill, em um documento submetido a seus colegas de gabinete em

janeiro de 1914, não somos um povo jovem com *uma história inocente* e uma herança reduzida. Nós absorvemos... uma parte *desproporcional*, no total, de riqueza e do intercâmbio comercial do mundo. Temos tudo o que queremos em território, e nossa reivindicação para que não nos incomodem enquanto aproveitamos nossas muitas e esplêndidas posses — *adquiridas principalmente pela violência e mantidas, em sua grande maioria, pela força* — parecem, com frequência, menos razoáveis para os outros do que para nós.

Para dizer a verdade, tal honestidade é rara em uma sociedade respeitável, embora o trecho fosse aceitável sem os grifos em itálico, como entendeu Churchill. Ele próprio tornou público o documento nos anos 20, durante *A Crise Mundial*, mas com as expressões ofensivas removidas¹¹.

É também instrutivo observar a estrutura na qual o desastre do comunismo é retratado. Nunca houve dúvida de que era uma monstruosidade; isso foi evidente desde o primeiro momento para os anarquistas, pessoas de pensamento independente como Russell e Dewey, e marxistas de esquerda — de fato, previsto por muitos deles antecipadamente. O colapso da tirania não poderia ser outra coisa senão uma ocasião de regozijo para qualquer um que valorize a liberdade e a dignidade humana. Mas consideremos uma questão mais objetiva, a prova padrão de que a economia foi uma falha catastrófica, demonstrando a superioridade do capitalismo: simplesmente compare a Alemanha Ocidental, a França, a Inglaterra e os Estados Unidos com a União Soviética e seus satélites. QED (do latim, Quod Erat Demonstrandum). O argumento é falho e pouco mais do que um reflexo intelectual, considerado tão obviamente válido que poderia passar despercebido, ser a pressuposição de toda a investigação ulterior.

É um argumento interessante, com larga aplicabilidade. Pela mesma lógica, pode-se, por exemplo, demonstrar o fracasso colossal dos jardins de infância em Cambridge, Massachusetts, e o grande sucesso do M.I.T. (Massachusetts Institute of Technology): simplesmente pergunte o quanto uma criança entrando na pré-escola entende de física quântica quando comparada com PhDs do M.I.T.

QED.

Poder-se-ia oferecer tratamento psiquiátrico a alguém que apresenta aquela argumentação. A falácia é trivialmente óbvia. Para conduzir uma avaliação com sanidade, teríamos que comparar os estudantes dos jardins de

infância de Cambridge com crianças que ingressam na escola no mesmo nível. A mesma racionalidade elementar impõe que para avaliar a economia soviética quando comparada à alternativa capitalista, devemos comparar os países do Leste Europeu com outros que eram como eles quando a "experiência" com os dois modelos de desenvolvimento começou.

Não o Oeste Europeu, obviamente. Deve-se voltar meio milênio para encontrar similares ao Leste Europeu. Uma comparação apropriada podia ser a Rússia e o Brasil, ou a Bulgária e a Guatemala, embora isso fosse injusto com o modelo comunista que nunca teve nada nem remotamente semelhante às vantagens dos satélites americanos. Se utilizamos a comparação racional, concluímos que, de fato, o modelo econômico comunista foi um desastre; e que o modelo ocidental foi uma falha ainda mais catastrófica. Há nuances e complexidades, mas as conclusões básicas são bastante sólidas.

É intrigante ver como tais questões tão elementares não podem ser compreendidas e observar a reação às tentativas de explorar o assunto, que tampouco pode ser entendido. O exercício oferece algumas lições muito úteis sobre os sistemas ideológicos das sociedades livres¹².

O que está acontecendo agora na maior parte do Leste Europeu recapitula, um parte, a história geral das regiões do mundo que foram conduzidas a um papel subserviente, no qual muitas ainda continuam, com exceções instrutivas. Tem seu lugar na história, do mesmo modo que é uma parte importante, interessante e longa da história das próprias sociedades industriais. Os Estados Unidos modernos foram "criados sobre os protestos de seus trabalhadores", salienta o historiador trabalhista da Yale University, David Montgomery, protestos sinceros e vigorosos, bem como com "lutas violentas". Houve algumas vitórias difíceis, intercaladas com a acomodação forçada a "uma América mais Antidemocrática", notavelmente nos anos 20, observa ele, quando parecia que "a casa do operariado" havia "tombado".

A voz dos trabalhadores estava articulada de modo claro e vívido na imprensa trabalhista e comunitária que floresceu a partir da metade do século XIX até a Segunda Guerra Mundial e, mesmo além, destruída, no final, pelos poderes do Estado e privado. Até recentemente, nos anos 50, 800 jornais trabalhistas ainda atingiam de 20 a 30 milhões de pessoas, buscando – nas palavras deles – combater a ofensiva corporativista de "vender o povo americano às virtudes dos grandes negócios", expondo o ódio racial e "todos os tipos de palavras e ações antidemocráticas", e para

fornecer "antídotos para os piores venenos da imprensa", da mídia comercial, que tinha a função de "condenar o operariado a cada oportunidade enquanto encobre os pecados dos banqueiros e magnatas da indústria que controlam, realmente, a nação"[13](#).

Vozes da resistência

Os movimentos populares de resistência à autocracia capitalista de Estado, e suas vozes eloquentes, têm muito a nos ensinar sobre os objetivos e visões de pessoas comuns, sua compreensão e suas aspirações. O primeiro grande estudo sobre a imprensa trabalhista da metade do século XIX (e, até onde tenho conhecimento, o único) foi publicado há 70 anos por Noram Ware.

É uma leitura esclarecedora hoje em dia, ou seria, se fosse conhecida. Ware enfoca os jornais estabelecidos e coordenados pela mecânica e pelas "garotas de fábrica" nas cidades industriais próximas de Boston, "a Atenas da América" e lar de suas maiores universidades. As cidades ainda estão lá, bastante desmoralizadas e decaindo, mas não mais do que as visões animadoras das pessoas que as construíram e colocaram as fundações da riqueza e do poder americanos. Os jornais revelam o quanto os sistemas de valores requeridos pelo poder privado eram estranhos e intoleráveis para os trabalhadores que, obstinadamente, se recusavam a abandonar sentimentos humanos normais. "O Novo Espírito do Tempo" que eles condenavam amargamente "era repugnante para, surpreendentemente, uma grande parte da antiga comunidade americana", escreve Ware. A razão principal foi "o declínio do trabalhador industrial como uma pessoa", a "mudança psicológica", a "perda da dignidade e da independência" e dos direitos e liberdades democráticas à medida que os valores do capitalismo industrial foram impostos pelo poder estatal e privado, pela violência, quando necessário.

Os trabalhadores lastimaram a "degradação e a perda do respeito próprio que fez da mecânica e do operariado o orgulho do mundo", o declínio da cultura, habilidades e consecução e mesmo da simples

dignidade humana, conforme eram submetidos ao que chamaram a "escravidão do salário", não muito diferente da escravidão nas plantações sulistas, segundo sentiam eles à medida que eram forçados a se vender a si *mesmos*, não o que produziam, tornando-se "capachos" e "sujeitos submissos" de "déspotas". Eles desprezaram a destruição do "espírito das instituições livres", com os trabalhadores reduzidos a um "estado de subserviência" no qual eles veem "um ricoço aristocrata estendendo-se sobre nós como uma avalanche, ameaçando a aniquilação de cada homem que se atreve a questionar seu direito de escravizar e oprimir os pobres e desafortunados". E eles dificilmente poderiam não estar cientes das condições de vida na cidade ou na grande Boston, onde em 1849, a expectativa de vida para os irlandeses era estimada em 14 anos.

Particularmente dramático, e novamente relevante à investida violenta contra a democracia e os direitos humanos, foi o declínio brusco na alta cultura. As "garotas de fábrica" das fazendas de Massachusetts acostumaram-se a passar o tempo lendo clássicos e literatura contemporânea e os artesãos independentes, se tinham algum dinheiro, contratavam um garoto para ler para eles enquanto trabalhavam. Não foi uma tarefa fácil acabar com esses hábitos da vida das pessoas; da mesma forma ocorre hoje; um comentarista respeitado pode rejeitar com escárnio ideias sobre democratizar a Internet para permitir o acesso dos menos privilegiados: Imaginemos que os pobres consigam quase todas as informações que querem sobre os fatos como ocorrem hoje e, em muitos casos, ainda resistam aos esforços da escola, das bibliotecas e da mídia informativa para torná-los mais bem informados. De fato, essa resistência, frequentemente, ajuda a explicar por que eles são pobres — juntamente com seus genes defeituosos, sem dúvida. A ideia foi considerada tão profunda que foi salientada com um retângulo pelos editores¹⁴.

A imprensa trabalhista também condenou o que qualificou como o "sacerdócio comprado" da mídia, das universidades e da classe intelectual, apologista do poder que procurava justificar o despotismo que estava fortalecendo seu domínio e instilar seus valores degradantes. "Aqueles que trabalham nos moinhos devem ser seus donos", os trabalhadores escreveram sem a ajuda dos intelectuais radicais. Dessa forma, eles se sobreporiam aos "princípios monárquicos" que se estavam enraizando "no solo democrático". Anos mais tarde, aquilo se tornou um grito de guerra para o movimento trabalhista organizado, mesmo para seus setores mais

conservadores. Em um discurso amplamente comentado de um piquenique do sindicato, Henry Demarest Lloyd declarou que a "missão do movimento trabalhista é libertar a espécie humana das superstições e dos pecados do mercado e abolir a pobreza que é fruto daqueles pecados. Esse objetivo pode ser alcançado com a extensão dos princípios da política democrática à economia". "O horário de trabalho, as condições de emprego e a divisão da produção deve ser determinada pelas pessoas que realizam o trabalho", insistiu ele no que David Montgomery denomina de "uma chamada estridente para a convenção da Federação Americana do Trabalho de 1893". É pelos próprios trabalhadores, continuou Lloyd, que "os capitães da indústria devem ser escolhidos, e escolhidos para ser criados, não mestres. É para o bem-estar de todos que devem ser direcionados todos os trabalhos coordenados... Isso é democracia".[15](#)

Essas ideias são, é claro, familiares aos libertadores de esquerda, radicalmente contrários às doutrinas dos sistemas dominantes de poder, independentemente de serem chamados de "esquerda", "direita" ou "centro", nos termos mais sem significado do discurso contemporâneo. Eles foram só recentemente suprimidos, não pela primeira vez, e podem ser recuperados, como muitas vezes antes.

Tais valores também foram inteligíveis para os fundadores do liberalismo clássico. Como anteriormente na Inglaterra, as reações dos trabalhadores nas cidades industriais da Nova Inglaterra ilustram a acuidade da crítica de Adam Smith sobre a divisão do trabalho. Adotando ideias-padrão do Iluminismo sobre a liberdade e a criatividade, Smith reconheceu que "as compreensões de grande parte dos homens são formadas, necessariamente, pelas suas ocupações habituais". Consequentemente, O homem cuja vida é despendida no desempenho de poucas operações simples, das quais os efeitos são também, talvez, sempre os mesmos, ou quase sempre os mesmos, não têm oportunidade de empregar sua compreensão... e, geralmente, torna-se tão estúpido e ignorante quanto é possível para uma criatura humana... Mas em cada sociedade aperfeiçoada e civilizada, esse é o estado no qual o operariado simples, ou seja, a grande maioria das pessoas deve necessariamente encontrar-se, a menos que o governo se preocupe em prevenir, como deve ser feito para barrar o impacto destrutivo das forças econômicas, sentia ele. Se um artesão produz um bonito objeto quando recebe uma ordem, escreveu Wilhelm von Humboldt no trabalho clássico que inspirou Mill, "podemos admirar o que ele faz, mas

desprezamos o que ele é": não um homem livre, mas um mero dispositivo nas mãos de outros. Por razões semelhantes, "o trabalhador que cuida de um jardim é, talvez, em um sentido mais verdadeiro, seu proprietário tanto quanto o volutuário desatento que saboreia seus frutos". Conservadores genuínos continuaram a reconhecer que as forças do mercado destruirão o que tem valor à vida humana, a menos que sejam fortemente reprimidas. Alexis de Tocqueville, ecoando Smith e von Humboldt, meio século antes, perguntou retoricamente o que "pode ser esperado de um homem que passou 20 anos de sua vida fazendo cabeças de pregos?" "A arte avança, o artesão retrocede", comentou ele. Como Smith, ele valorizou a igualdade de condições, reconhecendo ser esta a fundação da democracia americana e advertindo que se a "desigualdade permanente de condições" estabilizar-se um dia, "a aristocracia manufatureira que está crescendo sob nossos olhos", e que "é uma das mais severas que já existiu no mundo", pode passar de seus limites, causando o fim da democracia.

Jefferson também considerou uma proposição fundamental que a "pobreza muito difundida e a riqueza concentrada não podem conviver lado a lado em uma democracia"[16](#).

Foi somente no início do século XIX que as forças destrutivas e desumanas do mercado que os fundadores do liberalismo clássico condenaram foram elevadas a objetos de veneração, sua santidade foi estabelecida com a segurança dos "princípios da gravitação" por Ricardo e outros economistas clássicos como sua contribuição à guerra de classe que ocorria na Inglaterra em fase de industrialização — doutrinas sendo ressuscitadas agora como "a batalha eterna pela mente dos homens", travada com intensidade e crueldade renovadas.

Deveria ser observado que no mundo real tais correlativos às leis de Newton foram, na prática, tão considerados quanto o são atualmente. Os raros estudos sobre o assunto feitos por historiadores econômicos estimam que, aproximadamente, metade do setor industrial da Nova Inglaterra teria falido se a economia tivesse sido aberta aos produtos muito mais baratos da economia britânica, ela mesma estabelecida e mantida com amplos recursos do poder estatal. Muito disso é válido hoje, como será logo descoberto por qualquer um que faça desaparecer a névoa da retórica e observe a realidade do "liberalismo econômico" e dos "valores empresariais" que ele fomenta.

John Dewey e Bertrand Russel são os dois herdeiros dessa tradição no século XX, com suas origens no iluminismo e no liberalismo clássico,

apreendida mais vivamente, penso, na história inspiradora da luta, organização e conscientização dos trabalhadores e trabalhadoras à medida que buscavam manter e expandir a esfera de liberdade e justiça diante do novo despotismo do poder privado mantido pelo Estado.

Uma questão básica foi formulada por Thomas Jefferson em seus últimos anos conforme observava o crescimento da nova "aristocracia manufatureira" que alarmou de Tocqueville. Muito preocupado com o destino da experiência democrática, ele estabeleceu uma distinção entre "aristocratas" e "democratas". Os "aristocratas" são "aqueles que temem e desconfiam do povo, desejando tirar-lhes todos os poderes e levá-los às mãos das classes mais altas". Os democratas, por sua vez, "identificam-se com o povo, confiam nele, o tratam com carinho e o consideram honesto e seguro. . . depositário do interesse público", se não sempre "o mais sensato". Os aristocratas de seus dias eram os defensores do estado capitalista emergente, que Jefferson observou com consternação, reconhecendo a contradição óbvia entre democracia e capitalismo — ou, mais precisamente, o "capitalismo realmente existente", unido intimamente ao poder estatal.

A descrição de Jefferson sobre os aristocratas foi desenvolvida mais tarde por Bakunin, que previu que as "novas classes" de intelectuais seguiriam um dos dois caminhos paralelos. Eles poderiam tentar explorar as lutas populares para tomar o poder estatal em suas próprias mãos, tornando-se a "burocracia vermelha" que imporá o regime mais cruel e corrupto da história. Ou poderiam perceber que o poder está em outro lugar e oferecer-se a si mesmos como seu "sacerdócio comprado", servindo aos verdadeiros mestres na forma de gerentes ou apologistas que "batem no povo com a vara do povo" nas democracias capitalistas de Estado. Esta deve ser uma das poucas previsões das ciências sociais que se tornou verdadeira de forma tão dramática. Somente por essa razão merece um lugar de honra no famoso catálogo, conquanto ainda devamos esperar muito por isso.

"Amor penoso"

Há, creio, uma similaridade extraordinária entre o período atual e os dias quando a ideologia contemporânea — chamada atualmente de "neo-liberalismo" ou "racionalismo econômico" — estava sendo configurada por Ricardo, Malthus e outros. Sua função foi demonstrar às

pessoas que elas não tinham nenhum direito, ao contrário do que, ingenuamente, acreditavam. De fato, isto é provado pela "ciência". O erro intelectual fatal da cultura pré-capitalista foi a crença de que as pessoas têm um lugar na sociedade e um direito a ela, talvez um lugar frágil, mas, pelo menos, algum. A nova ciência demonstrou que o conceito de um "direito a viver" era uma simples falácia.

Tinha que ser pacientemente explicado para desorientar as pessoas, convencendo-as de que não tinham nenhum direito a não ser tentar sua sorte no mercado. Uma pessoa que não tem riqueza independente e não pode sobreviver no mercado de trabalho "não tem direito à menor porção de comida e, de fato, não tem obrigação de estar onde está", declarou Malthus em um trabalho influente. É um "grande mal" e uma violação da "liberdade natural" iludir as pessoas com a crença de que elas têm outros direitos, sustentava Ricardo, ultrajado com esse ataque aos princípios da ciência econômica e da racionalidade elementar e com os princípios morais que não são menos exaltados. A mensagem é simples. Você tem uma livre escolha: o mercado de trabalho, a prisão nos institutos correcionais, a morte, ou ir-se a outro lugar — como era possível quando grandes espaços foram abertos graças ao extermínio das populações indígenas, não exatamente por princípios de mercado.

Os fundadores da ciência não foram superados por ninguém em sua devoção à "felicidade do povo" e defenderam, inclusive, alguma extensão do direito de voto: "de fato, não para todas as pessoas, mas para aquela parte que, supõe-se, não tem nenhum interesse em derrubar o direito à propriedade", explicou Ricardo, acrescentando que mesmo restrições mais pesadas seriam apropriadas se fosse demonstrado que "limitar o privilégio eleitoral a fronteiras mais restritas" garantiria mais "segurança a uma boa escolha dos representantes". Há um registro amplo de ideias semelhantes até os dias de hoje¹⁷.

É útil recordar o que aconteceu quando as leis do racionalismo econômico foram formuladas e impostas — na maneira dúbia familiar: disciplina de mercado para os fracos, mas um Estado provedor quando necessário, para proteger os ricos e privilegiados. Por volta de 1830, a vitória da nova ideologia foi substancial, tendo sido estabelecida, mais completamente, poucos anos depois.

Havia um pequeno problema, entretanto. As pessoas não podiam aceitar o fato de que elas não tinham nenhum direito intrínseco. Sendo tolos e

ignorantes, acharam difícil entender a simples verdade de que não tinham direito a viver e reagiram de todos os tipos de maneiras irracionais.

Durante algum tempo, o exército britânico gastou uma boa parte de suas energias acabando com os tumultos. Acontecimentos subsequentes foram por um caminho mais ameaçador. As pessoas começaram a se organizar. O movimento constitucional e, mais tarde, o movimento trabalhista tornaram-se forças significativas. Naquele momento, os patrões começaram a se assustar um pouco, reconhecendo que *nós* podemos tirar-lhes o direito à vida, mas *eles* podem nos tirar o direito de dominar. Alguma coisa deveria ser feita.

Felizmente, havia uma solução. A "ciência", que é um tanto mais flexível do que a de Newton, começou a mudar. Na metade do século, aproximadamente, foi substancialmente readaptada nas mãos de John Stuart Mill e, inclusive, de sólidas personalidades como Nassau Senior, antigo pilar da ortodoxia. Concluiu-se que os princípios da gravitação incluíam agora os rudimentos do que, lentamente, se tornou o Estado capitalista no qual o bem-estar do cidadão é conseguido com esforços organizados do governo, e não das organizações privadas, com algum tipo de contrato social estabelecido por meio de uma luta longa e dura, com muitas vicissitudes, mas também com sucessos significativos.

Atualmente, há uma tentativa de reverter a história, voltar aos velhos tempos em que os princípios do racionalismo econômico brevemente reinaram, demonstrando que as pessoas não têm nenhuma regalia além daquilo que podem ganhar no mercado de trabalho. E, considerando-se que agora a possibilidade de "ir a um outro lugar" não funcionaria, as escolhas estão restritas à prisão nos institutos correcionais ou à fome, conforme a lei natural, que revela que qualquer tentativa de ajudar os pobres somente os prejudica — aos pobres, fique claro; os ricos são miraculosamente ajudados, como quando o poder estatal intervém para afiançar investidores depois do colapso do "milagre econômico" mexicano altamente aliciado, ou para salvar bancos e indústrias falidos, ou para barrar o Japão da entrada no mercado americano, permitindo que as corporações internas reconstruam sua indústria automotiva, eletrônica e de aço nos anos 80 (cercada de uma retórica impressionante sobre livre mercados por parte da administração, e de seus satélites, mais protecionista no período pós-guerra). E muito mais; isso é somente a ponta do iceberg. O resto está sujeito aos princípios

inflexíveis do racionalismo econômico, algumas vezes chamado "amor penoso" por aqueles que distribuem os benefícios.

Infelizmente, essa não é uma caricaturização. De fato, a caricaturização é dificilmente possível.

Recorda-se o comentário desesperador de Mark Twain em seus (por longo tempo ignorados) ensaios anti-imperialistas sobre sua incapacidade de satirizar um dos heróis mais admirados dos filipinos: "Nenhuma sátira de Funston poderia chegar à perfeição porque Funston ocupa esse cimo ele mesmo... [ele é a] sátira encarnada".

O que está sendo relatado brandamente nas primeiras páginas evocaria a zombaria e o horror em uma sociedade com uma cultura intelectual genuinamente livre e democrática. Tomemos somente um exemplo. Consideremos o capital econômico da região mais rica do mundo: a cidade de Nova Iorque. Seu prefeito, Rudolph Giuliani, finalmente esclareceu sua política fiscal, incluindo a modificação radicalmente regressiva na carga de impostos: redução dos impostos para os ricos ("todos os cortes de impostos da prefeitura beneficiam os grandes negócios", observou o *New York Times* em letras miúdas) e aumento dos impostos sobre os pobres (disfarçados no aumento no preço das passagens para estudantes e trabalhadores, taxas escolares mais altas nas escolas municipais, etc.). Unida à diminuição severa dos fundos públicos que servem às necessidades públicas, a política deveria auxiliar os pobres a irem a outro lugar, explicou o prefeito. Tais medidas "permitem que eles se desloquem livremente pelo país", elaborou o repórter do *Times* logo abaixo da manchete: "Giuliani Considera os Cortes no bem-estar como uma Chance para a Mudança." [18](#)

Resumindo, aqueles que estavam limitados pelo sistema de bem-estar do cidadão e pelos serviços públicos estão, finalmente, liberados de suas correntes, como advertiram os fundadores das doutrinas do liberalismo clássico em seus teoremas rigorosamente demonstrados. E é tudo para seu próprio benefício, prova a ciência novamente reconstituída. À medida que admiramos a estrutura imponente da racionalidade personificada, a compaixão com os pobres traz lágrimas aos olhos.

Para onde irão as massas libertadas? Talvez para *favelas* nos subúrbios, assim podem ser "livres" para buscar, de algum modo, o caminho de volta, para fazer o trabalho sujo para aqueles que estão habilitados a aproveitar a cidade mais rica do mundo, com uma desigualdade maior do que a

Guatemala e 40% das crianças já abaixo da linha de pobreza antes de que essas medidas de "amor penoso" sejam instituídas.

Os corações sangrando que não podem compreender os privilégios sendo esbanjados sobre os pobres deveriam, pelo menos, ser capazes de enxergar que não há alternativa. "A lição dos próximos anos deve ser de que Nova Iorque, simplesmente, não é suficientemente rica ou economicamente enérgica para manter o extenso setor público que criou durante o período pós-grande depressão", aprendemos da opinião de um especialista apresentada em uma outra história de primeira página do *Times*.

A perda da vitalidade econômica é real o suficiente, um resultado, em parte, dos programas de "desenvolvimento urbano" que eliminaram uma base manufatureira florescente em favor do setor financeiro em expansão. A riqueza da cidade é um outro tema. A opinião do especialista registrada pelo *Times* é um documento para os investidores da empresa de investimentos J.P.Morgan, quinta no *ranking* dos bancos comerciais na lista dos 500 da *Fortune* de 1995, sofrendo com meros US\$ 1.2 bilhão de lucro em 1994. Para ter certeza, não foi um grande ano para a J.P.Morgan se comparado ao aumento "formidável" de 54% no lucro para os 500, com um mero aumento de 2,6% em empregos e 8,2% no ganho de vendas em "um dos anos mais lucrativos já ocorridos com os negócios americanos", como ressaltou, exultante, a *Fortune*. A imprensa especializada saudou um outro "ano proeminente para os lucros corporativistas americanos" enquanto a "riqueza interna americana parece ter, em realidade, diminuído" neste quarto ano consecutivo de crescimento, com dois dígitos, no lucro e décimo quarto ano consecutivo de queda no salário real. A *Fortune* 500 captou as altitudes mais elevadas de "poder econômico", demonstrando o rendimento próximo a 2/3 do produto interno bruto, um tanto mais do que a Alemanha ou a Grã-Bretanha, sem falar de seu poder sobre a economia global — uma concentração impressionante de poder em incontáveis tiranias privadas e um outro golpe bem-vindo contra a democracia e os mercados.¹⁹

Vivemos em "tempos de vacas-magras e meio-termos" e todos têm que apertar seus cintos, assim a mantra avança. Em realidade, o capital está na superfície do território, com "lucros crescentes" que estão "enchendo os cofres da América corporativa", exultou a *Business Week* mesmo antes de saírem as grandes notícias sobre a quebra dos recordes do último trimestre de 1994, com um "avanço fenomenal de 71%" para as 900 companhias segundo o "Placar Corporativo" da BW. E com tempos tão penosos em toda

parte, que escolha há senão "fornecer uma chance de mudança" às, agora, massas liberadas?[20](#)

"Amor penoso" é exatamente a expressão correta: amor para os ricos e privilegiados, penoso para todos os outros.

A campanha para a redução de preços nas frentes social, econômica, política e ideológica explora oportunidades dadas por modificações significativas de poder nos últimos 20 anos, nas mãos dos patrões. O nível intelectual do discurso predominante é de conteúdo inferior e o nível moral, grotesco. Mas a avaliação das perspectivas ocultas não é irreal. É esta, creio, a situação em que nos encontramos à medida que consideramos objetivos e visões.

Como sempre no passado, pode-se decidir ser um democrata, no sentido de Jefferson, ou um aristocrata. O último oferece recompensas ricas, dado o prisma do dinheiro, privilégio, poder e os resultados que ele, naturalmente, busca. O outro é um caminho de luta, frequentemente perdida, mas também recompensas que não podem ser imaginadas por aqueles que sucumbem a "O Novo Espírito da Era: Ganhemos Riqueza, Esquecendo de Tudo menos de Nós Mesmos".

O mundo de hoje é muito diferente daquele de Thomas Jefferson ou dos trabalhadores da metade do século XIX. As oportunidades que ele oferece, entretanto, não mudaram em nenhum modo fundamental.

Notas

[1](#). Rocker, *Anarchosyndicalism* (Secker & Warburg, 1938); "Anarchism and Anarchosyndicalism", ensaio anexado em P. Eltzbacher (Freedom Press, 1960).

[2](#). Brady, *Business as a System of Power* (Columbia, 1943). Sobre propaganda corporativista, veja particularmente o trabalho pioneiro de Alex Carey, parte agora publicado em seu *Taking the Risk out of Democracy* (UNSW, 1995). Sobre a América pós-guerra, Elizabeth Fones-Wolf, *Selling Free Enterprise: the Business Assault on Labor and Liberalism, 1945–1960* (U. of Illinois Press, 1995), o primeiro estudo acadêmico americano sobre o tópico geral. Veja também William Puette, *Through Jaundiced Eyes: How the Media View Organized Labor* (Cornell U. Press, 1992); William Solomon e Robert McChesney, eds., *New Perspectives in*

U.S. Communication History (Minnesota, 1993); McChesney, Telecommunications, Mass Media & Democracy (Oxford, 1993).

[3.](#) Particularmente esclarecedor sobre essas questões é o trabalho do historiador legal de Harvard, Morton Horwitz, incluindo The Transformation of American Law, 1870–1960, vol. II (Oxford, 1992).

[4.](#) Gary Zabel, ed., Art and Society: Lectures and Essays by William Morris (George's Hill, Boston, 1993). Hugh Grant Adams, citado por Ronald Edsforth, Class Conflict and Cultural Consensus (Rutgers U. Press, 1987, 29). Veja também Patricia Cayo Sexton, The War ou Labor and the Left (Westview; 1991).

[5.](#) Veja minhas palestras no memorial Russel, Problems of Knowledge and Freedom (Harper & Row, 1971), para discussão. Sobre Dewey, veja particularmente Robert Westbrook, John Dewey and American Democracy (Comeil U. Press, 1991).

[6.](#) Buchanan, The Limits of Liberty: Between Anarchy and Leviathan (Chicago, 1975), 92.

[7.](#) Stephen Kinzer, New York Times, 14 de outubro de 1994.

[8.](#) New York Times, 7 de outubro de 1994.

[9.](#) Justin Burke et al., Christian Science Monitor, 26 de julho de 1995.

[10.](#) Poli, Maria Lopez Vigil, Envio (Universidade Jesuíta da América Central, Manágua), junho de 1995. Collin Lynch, Boston Globe, 15 de setembro de 1994; aparentemente a única reportagem na grande imprensa. Veja também *Alexander Cockburn*, *Nation*, 7 de novembro de 1994.

[11.](#) Clive Ponting, Churchill (Sinclair-Stevenson 1994), 132.

[12.](#) Para alguns esforços de comparação; para revisar a escassa literatura sobre o tema, veja meu Year 501 (South End, 1993); também World Orders, Old and New (Columbia, 1994). Não abordarei as reações, embora sejam de algum interesse.

[13.](#) Montgomery, The Fall of the House of Labor (Yale, 1987), 7; Jon Bekken, em Solomon e McChesney, op. cit.; Fones-Wolf, op. cit. Sobre desenvolvimentos semelhantes na Inglaterra alguns anos mais tarde, veja Edward Herman e N. Chomsky, Manufacturing Consent (Pantheon, 1988), cap. 1.2.

[14.](#) George Melloan, Wall Street Journal, 16 de maio de 1994.

[15.](#) Ware, The Industrial Worker 1840–1860 (Chicago: Ivan Dee, 1990, reimpressão da edição de 1924); Montgomery, Citizen Worker (Cambridge, 1993).

[16.](#) Von Humboldt, veja meu Cartesian Linguistics (Harper & Row, 1966), "Language and Freedom", 1969, reimpresso em For Reasons of State (Pantheon, 1973) e James Peck, ed., The Chomsky Reader (Pantheon, 1987). Também Problems of Knowledge and Freedom. Smith, veja Patricia Werhane, Adam Smith and his Legacy for Modern Capitalism (Oxford, 1991), e Year 501. De Tocqueville, Jefferson, veja John Manley, "American Liberalism and the Democratic Dream", Policy Studies Review 10.1, 1990; "The American Dream", Nature, Society and Thought 1.4, 1988.

[17.](#) Rajani Kanth, Political Economy and Laissez-Faire (Rowman and Littlefield, 1986); veja World Orders, para discussões adicionais.

[18.](#) David Firestone, New York Times, 29 de abril, cortes de impostos, Steven Lee Myers, New York Times, 28 de abril de 1995.

[19.](#) Fortune, 15 de maio, 1 de maio; Business Week, 6 de março de 1995.

[20.](#) Business Week, 30 de janeiro; 15 de maio de 1995.

5

Democracia e mercados na Nova Ordem Mundial

"Verdades permanentes"

Há uma imagem convencional da nova era na qual estamos entrando e da promessa que ela traz.

Foi formulada claramente pelo conselheiro de Segurança Nacional, Anthony Lake, quando ele anunciou a doutrina Clinton, em setembro de 1993: "Durante a Guerra fria, reprimimos uma ameaça global às democracias de mercado, agora devíamos tentar aumentar seu alcance". O "novo mundo" que se abre diante de nós apresenta grandes oportunidades" para nos levar na direção de "consolidar a vitória da democracia e do livre mercado", acrescentou ele um ano depois.

Os problemas são muito mais profundos do que elaborou Lake sobre a Guerra Fria. Nossa defesa da liberdade e justiça contra o fascismo e o comunismo foi somente uma fase em uma história de dedicação a "uma sociedade tolerante na qual líderes e governos existem não para usar e abusar das pessoas, mas para lhes dar liberdade e oportunidade". Essa é a face constante" de tudo que os Estados Unidos fizeram no mundo e "a ideia" que "estamos defendendo novamente hoje". É a "verdade permanente sobre este novo mundo" no qual podemos efetivamente perseguir nossa missão histórica, confrontando os "inimigos da sociedade tolerante" ainda remanescentes aos quais sempre nos dedicamos, movendo-nos da "repressão" à ampliação". Felizmente para o mundo, o superpoder "é caro,"

é único na história, em que "não buscamos expandir o alcance de nossas instituições pela força, subversão ou repressão", atendo-nos à persuasão, à compaixão e aos meios pacíficos¹.

Os comentaristas ficaram devidamente impressionados com essa visão esclarecedora e a reafirmação lúcida das verdades convencionais. Um ano antes, Thomas Friedman, o principal correspondente diplomático do *New York Times*, escreveu que "a vitória da América na Guerra Fria foi uma vitória para um conjunto de princípios econômicos e políticos: a democracia e o livre-mercado". Outros também estão entendendo, finalmente, que "o livre-mercado é a onda do futuro — um futuro para o qual a América é as duas coisas: o controlador e o modelo". O mundo tem sorte de possuir tão nobre controlador, somos constantemente informados. Demasiado nobre, temem muitos. Dentre eles Henry Kissinger, que frequentemente advertiu que o altruísmo da política americana vai muito longe para seu próprio bem. Algumas vezes as verdades progridem de um mero fato empírico à lógica pura. Assim, o professor de Ciência Governamental de Harvard, Samuel Huntington, escreve que os Estados Unidos devem manter sua "primazia internacional" para o benefício do mundo porque, único dentre as nações, sua "identidade nacional é definida por um conjunto de políticas universais e valores econômicos", nomeados "liberdade, democracia, igualdade, propriedade privada e mercados"; consequentemente, "a promoção de democracia, direitos humanos e mercados são *[sic]* muito mais fundamentais para a política americana do que para a política de qualquer outro país do mundo"².

Considerando-se que esta é uma questão de definição, ensina a Ciência Governamental, podemos dispensar o trabalho tedioso da confirmação empírica. Uma decisão sábia. Por outro lado, alguém observando somente o passado recente já poderia perguntar, por exemplo, como nossa rejeição da "força, subversão ou repressão" baseada em nossos princípios está ilustrada pelas guerras terroristas dos anos Reagan na América Central que deixou três países em ruínas, semeados com milhares de cadáveres torturados e mutilados. Ou como o governo Kennedy, no outro extremo do espectro político, demonstrava o mesmo comprometimento com sua campanha terrorista internacional contra Cuba e seu acréscimo no ataque contra o Vietnã do Sul, avançando do apoio ao estado de terror padrão latino-americano instituído por Eisenhower à agressão direta, incluindo o bombardeio de alvos civis pela Força Aérea Americana, o uso de gasolina

gelatinosa em bombas incendiárias, a destruição das plantações para matar de fome a resistência indígena e outros métodos semelhantes.

Ou alguém desiludido poderia perguntar como o mesmo governo, no auge do liberalismo americano, estava "reprimindo uma ameaça global às democracias de mercado" quando preparou a deposição do governo parlamentar do Brasil, pavimentando o caminho para um regime de assassinos e torturadores, com um efeito dominó que deixou esses regimes neonazistas em controle de grande parte do hemisfério, sempre com o apoio firme dos Estados Unidos, se não por sua própria iniciativa. A consequente epidemia de repressão foi algo novo mesmo na história mais sangrenta de "nossa pequena região que nunca incomodou ninguém" como o secretário de Guerra, Henry Stimson, descreveu o hemisfério em maio de 1945 enquanto explicava que os sistemas regionais devem ser dispersos, exceto o nosso próprio, que deveria ser ampliado — "como parte de nossa obrigação com a segurança do mundo", acrescentou o influente liberal democrata Abe Fortas, explicando que "o que era bom para nós era bom para o mundo".

Se fatos são verdadeiramente irrelevantes, podemos examinar a conclusão do importante especialista acadêmico sobre os Estados Unidos e os direitos humanos na América Latina, Lars Schoultz, em seu trabalho sobre o tema: "o objetivo dos estados de Segurança Nacional era "destruir permanentemente uma ameaça percebida às estruturas existentes de privilégio sócio-econômico com a eliminação da participação política da maioria numérica..." Seu sistema, seus objetivos e suas realizações são atribuíveis, em grande escala, a uma decisão histórica de 1962 do governo Kennedy: mudar a missão do militarismo latino-americano da "defesa hemisférica" para "segurança interna" enquanto fornece auxílio militar intenso e treinamento para garantir que a tarefa seria propriamente desempenhada. A "defesa hemisférica" era uma relíquia da Segunda Guerra Mundial, mas a "segurança interna"— um eufemismo para a guerra contra a população interna — é um assunto sério. A mudança de missão exigida pelos liberais de Camelot mudou a postura americana de tolerância da "voracidade e crueldade do militarismo latino-americano" à "cumplicidade direta" nos "métodos das esquadras de extermínio de Heinrich Himmler", nas palavras de Charles Maechling, que liderou a contra-insurreição e o planejamento da defesa interna de 1961 a 1966.³

Tudo isso é somente um grão de areia no deserto — faz sentido para as "verdades permanentes" sobre os "princípios políticos e econômicos", aos

quais a "sociedade tolerante" dedica-se — assim somos ensinados. Ou talvez a história mesmo revele sua dedicação à ideia de que os "líderes e governos existem não para usar e abusar das pessoas, mas para dar-lhes liberdade e oportunidade".

As ações são realmente vistas daquela primeira maneira, de fato, com uma uniformidade alarmante; os feixes de luz ocasionais não deveriam iludir. No extremo dissidente, o pesquisador asiático John King Fairbank criticou a Guerra do Vietnã em seu discurso presidencial na Associação Histórica Americana em dezembro de 1968, explicando que os Estados Unidos envolveram-se "principalmente devido ao seu excesso de justiça e sua benevolência desinteressada". Anos mais tarde, quando a história tornou-se conhecida em detalhes ainda mais vergonhosos, Anthony Lewis do *New York Times*, no alcance extremo da mídia dissidente, criticou nossos "esforços malfeitos para fazer bem", os quais, *por volta de 1969*, se tornaram "um desastre". Na outra ponta do espectro, críticos de guerra foram acusados de transformar o que todos consideram uma "causa nobre" em uma falha dispendiosa.

No que concerne ao estratagema militar no Brasil, foi "uma grande vitória para o mundo livre", registrou o embaixador do governo Kennedy, encarregado de "preservar e não destruir a democracia brasileira". Foi a vitória isolada da liberdade mais decisiva na metade do século XX", que deveria "criar um ambiente muito melhor para os investimentos privados" — então, nesse sentido, pelo menos, havia uma ameaça à democracia de mercado.

Considerando-se que as verdades permanentes são a "definição da nossa identidade nacional", também não temos de avaliar outros casos ou, de fato, nem todo o registro histórico, que revela que os Estados Unidos agiram com o intuito de destruir a democracia e abalar os direitos humanos de modo consistente, mudando os pretextos para satisfazer as exigências doutrinárias inesperadas.

Durante muitos anos, a justificação reflexiva para qualquer horror era a Guerra Fria, uma fábula que regularmente desmorona, caso a caso, quando é investigada. Uma indicação geral de sua significação é a continuidade de políticas anteriores e posteriores. O czar estava sentado firmemente em seu trono quando Woodrow Wilson, atendo-se à longa tradição, iniciou suas invasões assassinas no Haiti e na República Dominicana. Esse exercício do "idealismo wilsoniano" matou milhares, restabeleceu a escravidão no Haiti

e desmantelou seu sistema parlamentar porque os legisladores recusaram-se a aceitar uma Constituição "progressista" escrita em Washington que permitia aos investidores americanos transformar o país em sua colônia privada; e, talvez, mais importante, deixou ambos os países nas mãos dos exércitos terroristas dedicados à "segurança interna", treinando-os e armando-os para a tarefa. Com os bolcheviques fora do caminho, os Estados Unidos defendiam a si próprios dos hunos.

Em anos anteriores, a conquista e o terror eram atos de autodefesa contra (entre outros) a Espanha, a Inglaterra e os "índios selvagens sem compaixão", cujos crimes são denunciados na Declaração de Independência, numa inversão extraordinária dos fatos que quase nem é notada 200 anos depois. Americanos inocentes estiveram sob ataque das "multidões de índios sem lei" e "negros fujões" travando uma "guerra selvagem, servil e exterminadora contra os Estados Unidos" em 1818; a justificativa oficial do secretário de Estado, John Quincy Adams, para a conquista da Florida em 1818 na qual o general Andrew Jackson estava exterminando os indígenas e os escravos fugitivos no território conquistado, um papel importante e muito admirado do estado que estabeleceu a doutrina da guerra do poder executivo sem a aprovação do Congresso exigida pela Constituição. Assim continua a feia história.

Algumas vezes o inimigo é o mundo inteiro. O presidente Lyndon Johnson advertiu, em novembro de 1966, que as pessoas lá fora equivalem a 15 para 1 de nós e "se eles decidissem usar o seu poder, eles limpariam os Estados Unidos e tomariam o que temos". Os perigos da morte foram subestimados pela corrupção das Nações Unidas, então cedendo à "tirania da maioria" conforme a descolonização e a recuperação da guerra enfraqueciam a habilidade americana de impor disciplina. Nos anos 60 a correspondente diplomática Barbara Crossette do *New York Times* escreve em retrospecto: "Moscou e muitas nações recentemente independentes estavam isolando e difamando os Estados Unidos". Não é surpresa, então, que os Estados Unidos foram forçados por um espírito de autodefesa a assumir a liderança no veto das resoluções do Conselho de Segurança, impedindo a assembleia geral e recusando-se a pagar o que é obrigado por lei.

Comentaristas sensatos investigaram as causas do declínio moral do mundo. O comentarista cultural do *Times* Richard Bernstein, famosos mais recentemente por sua condenação da "correção política", atribuiu isto a

"cultura muito estruturada e politizada" das Nações Unidas e a falta de habilidades diplomáticas dentre os ingênuos americanos. O título era "NU vs. USA", não "USA vs UN, e o mundo que está fora de si quando os Estados Unidos permanecem sós. Embora a reputação das Nações Unidas por sua integridade tenha ressuscitado quando obedeceu às ordens dos americanos novamente durante a Guerra do Golfo e, dessa vez, Washington não teve que vetar as resoluções condenando a agressão e as atrocidades, essa "alteração no mar maravilhosos", como definiram os cinzentos, "houve momentos nos quais somente os Estados Unidos e Israel votaram juntos e as pessoas questionavam se não tínhamos nenhum amigo lá", comentou recentemente o presidente do Comitê Interno de Relações Internacionais, o moderado republicano de Nova Iorque, Benjamin Gilman. Ainda assim, de fato, os Estados Unidos conseguiram, alguma vez, mobilizar El Salvador, Romênia e alguns outros à causa da justiça e liberdade; e no Conselho de Segurança a Grã-Bretanha é completamente confiável, tomando o segundo lugar em vetos (e a França um distante terceiro) desde os anos 60, quando a dominação de Moscou tornou-se intolerável aos verdadeiros democratas⁴.

Quando a "conspiração monolítica e implacável" de Kennedy engajada na conquista do mundo se enfraqueceu na década de 80, a busca se deu em direção aos novos agressores que estavam ameaçando nossas fronteiras e nossas vidas. A Líbia, em particular, vista com maus olhos e sem defesa, serviu como um útil saco de pancadas para os reganistas corajosos. Outros candidatos incluem os enlouquecidos árabes em geral, os terroristas internacionais, ou qualquer outro que possa ser esconjurado. Quando George Bush comemorou a queda do muro de Berlim invadindo o Panamá, não foi em defesa contra o comunismo; mais precisamente, o demônio Noriega foi capturado, julgado e condenado por seus crimes, quase todos cometidos enquanto ele fazia parte da folha de pagamento da CIA. Nesse momento, metade do apoio militar americano vai para a Colômbia, o maior violador dos direitos humanos do hemisfério, com um recorde assustador de atrocidades. O exemplo é típico, mas o pretexto não; na época, a defesa contra o narcotráfico. O apoio militar americano e o treinamento são direcionados quase que inteiramente às forças militares não envolvidas na "guerra contra as drogas", exceto em um aspecto: como relatado pelos monitores internacionais dos direitos humanos e todos os outros observadores competentes, os beneficiários do auxílio e treinamento americanos e seus companheiros paramilitares são o âmago do projeto, um

empreendimento global incitado pela política americana, de formas notáveis, por meio século.

Vários instrumentos estão ao alcance para demonstrar a irrelevância de uma fascinação mórbida com a realidade. Eruditos realistas explicam que o apelo aos registros históricos "confunde a violação da verdade com a própria verdade". A verdade é o "propósito nacional" inalcançado, revelado pela "evidência da história como nossas mentes a reflete"; o registro histórico verídico é um mero artefato que não nos diz nada sobre "o Propósito da América". Pensar de outra forma é cair no "erro do ateísmo, que nega a validade da religião em parâmetros similares"[5](#).

Também está pronta a doutrina da "mudança de curso". É verdade, cometemos erros no passado, resultado de nossas inocência e boa vontade excessivas. Mas isso ficou para trás e podemos, conseqüentemente, ater-nos aos largos horizontes à frente, ignorando toda a história e o que ela sugeriria sobre o funcionamento e o comportamento das estruturas institucionais que se mantêm imutáveis. A doutrina é invocada com uma regularidade impressionante, sempre com sensatas cabeças balançando em sinal de aprovação pela profundidade da ideia.

Suponha, então, que adotemos a doutrina e nos mantenhamos em nossa pequena região aqui" — agora, em 1995, antes de a próxima mudança de curso fazer efeito — deixando-nos sempre, de algum modo, nos mesmos trilhos.

Em maio de 1995, o bispo e os padres da diocese de Apartado, na região noroeste da Colômbia, divulgaram um "Comunicado à Opinião Pública" sobre "o momento de terror" no qual o povo está vivendo, "causado pelos homicídios e os desaparecimentos". "Os grupos paramilitares dizimaram, impiedosamente, cidades inteiras", acusam, enquanto as autoridades, "vendo a tragédia do povo... mantêm-se indiferentes sem se opor ao avanço deste plano macabro de morte e destruição". Suas acusações são defendidas pelo prefeito de Apartado, que alega que os grupos paramilitares estão "saindo de controle com o acréscimo no número de assassinatos e de horríveis mutilações" enquanto milhares de militares e a polícia observam em silêncio.

Como faz também o mundo e, em particular, o país que está fornecendo as armas e o treinamento.

O "Comunicado" pode atingir umas poucas pessoas em grupos solidários, mas não percorrerá seu caminho pelos filtros usuais, pelas razões

usuais. É a história errada, a responsabilidade está nas mãos erradas e as atrocidades poderiam acabar prontamente se o público fosse informado. Até este momento, todos os esforços para expor a utilização de metade do auxílio militar americano foi despistado com sucesso, mas caso isso se torne impossível, tudo pode ser desprezado com hiatos e sarcasmos sobre "histórias antigas" e a "golpes esmagadores americanos de rotina", ou com o apelo à doutrina de "mudança de curso"; afinal, isso ocorreu há poucas semanas.

O atual acréscimo das atrocidades militares-paramilitares na Colômbia parecem fazer parte de esforços visando à posse de terras relacionados a um projeto de desenvolvimento multimilionário na região. Os paramilitares estão intimamente ligados aos donos de terras, fazendeiros e narcotraficantes, sendo que um dos mais importantes deles se tornou, recentemente, o comandante supremo das unidades paramilitares da região do Médio Magdalena, há muito conhecida pela cooperação íntima dos militares, dos senhores da droga, dos proprietários de terra e das forças paramilitares. Os agentes desse "plano macabro de morte e destruição" são conhecidos, assim como seus alvos: organizações populares e cívicas e seus líderes controladas pelo povo, camponeses, indígenas e a população negra, de fato, qualquer um que esteja no caminho da aliança entre o governo, o negócio de drogas e os poderes econômicos "legítimos".

Tudo isso continua um modelo regular, incluindo o silêncio.

Mercados no mundo real

Considerando-se que as verdades permanentes estão além do alcance dos acontecimentos triviais, podemos, animadamente, abandonar certos escrúpulos. Tome a dedicação aos mercados.

Se ela faz parte, por definição, da "identidade nacional", seria patético recorrer ao fato de que, desde as suas origens, os Estados Unidos foram "o país-mãe e o bastião do protecionismo moderno". Eu estou citando o eminente historiador econômico, Paul Bairoch, que continua para registrar sua conclusão mais genérica de que "é difícil encontrar um outro caso onde

os fatos contradizem tanto a teoria dominante" como a doutrina de que os mercados livres foram a máquina do crescimento⁶; ou, relacionado ao fato de que os grandes poderes aderiram a eles não levados por vantagens temporárias. Os "fomentadores tardios" partiram desses princípios familiares desde o trabalho de Alexander Gerschenkron, pelo menos. O mesmo é verdade para seus predecessores. Os Estados Unidos, em particular, foram sempre extremos em rejeitar as disciplinas de mercado. Essa foi a maneira como se desenvolveu desde o início, incluindo as indústrias têxteis, de aço e energia, os químicos, computadores e eletrônica em geral, a indústria farmacêutica e a biotecnologia, a agroindústria, etc., obtendo muita riqueza e poder em vez de buscar vantagem comparativas na exportação de peles de animais, de acordo com os princípios rígidos da racionalidade econômica.

Nem o estado de desenvolvimento americano quebrou esta situação. A Grã-Bretanha seguiu um curso semelhante, voltando-se ao livre comércio somente depois de 150 anos de um protecionismo que lhe garantiu enormes vantagens, tanto que um "jogo do mesmo nível" parecia uma aposta completamente segura, na confiança de que, então, 40% de seus produtos de exportação poderia ir para o Terceiro Mundo (1800–1938). Não é fácil encontrar uma exceção, das origens da revolução industrial europeia, quando Daniel Defoe, expressando a percepção comum em 1728, advertiu que a Inglaterra encarava uma luta árdua na tentativa de competir com a "China, Índia e outros países orientais". O problema era que eles tinham "a maior indústria manufatureira e a maior variedade de produtos no mundo, e suas manufatureiras os levam para o topo do mundo pela pressão de seus preços baixos". Eles também tinham os salários mais altos do mundo na época e as melhores condições para as organizações de trabalhadores, segundo indica o mais recente estudo detalhado, contrariamente às crenças mantidas durante longo tempo. "A própria Grã-Bretanha teria sido desindustrializada como consequência dos preços baixos do algodão indiano se as políticas de protecionismo não tivessem sido adotadas", conclui o mesmo estudo⁷.

Os contemporâneos enxergaram os acontecimentos dentro desses parâmetros. Um século depois de Defoe, o historiador liberal Horace Wilson observou, com lástima, que, sem proteção, "as usinas de Paisley e Manchester teriam parado na inauguração e praticamente não poderiam ser postas novamente em funcionamento, nem mesmo com o uso da força. Elas

foram criadas com o sacrifício dos manufatureiros indianos". Foi a Índia, não a Grã-Bretanha, a desindustrializada, incluindo o aço, a construção de navios e outras manufaturas.

A Grã-Bretanha mostrou a mesma "face constante" quando o Egito tentou empreender uma revolução industrial sob o comando de Mohammed Ali; com grandes recursos agrícolas e algodão, o desenvolvimento egípcio teria sido bem-sucedido, como temiam a França e a Inglaterra, se não tivessem sido pelo poder militar e o financiamento da Grã-Bretanha, que interveio para barrar a competição indesejada e a interferência em sua estratégia imperial. Diferente dos Estados Unidos na mesma época, o Egito não conseguiu seguir o curso de desenvolvimento independente da violação radical dos princípios da ciência econômica⁸.

Estudos comparativos sérios são raros, mas o que sugerem têm muita relevância contemporânea.

Difícilmente pode escapar à observação que uma parte resistiu à colonização: o Japão, a parte que se desenvolveu, com suas colônias à reboque. Um poder colonial brutal, o Japão, apesar de tudo, industrializou-se e desenvolveu suas colônias, diferente do ocidente. Tampouco escapa que a colônia mais antiga é exatamente aquela parte do norte da Europa que mantém características de Terceiro Mundo: a Irlanda. Um dos mais importantes historiadores da África, Basil Davidson, observa que as reformas modernizadoras na Confederação Fanti da África Ocidental e no reino Assante foram semelhantes àsquelas implementadas pelo Japão na mesma época e, de fato, foram aplicadas naqueles parâmetros segundo historiadores e comentaristas africanos, um dos quais escreveu amargamente alguns anos mais tarde que "o mesmo objetivo louvável estava diante de ambos, [mas] a tentativa dos africanos foi implacavelmente esmagada e seus planos frustrados" pelas forças britânicas. O ponto de vista de Davidson é que a possibilidade "não era diferente, em essência, da possibilidade utilizada pelos japoneses depois de 1867". Mas a África ocidental une-se ao Egito e à Índia, não ao Japão e aos Estados Unidos, que foram capazes de seguir um caminho independente, livres das regras coloniais e das estruturas da racionalidade econômica⁹.

Por volta dos anos 20, a Inglaterra não podia competir com uma indústria japonesa mais eficiente.

Em consequência acabou com o jogo, retornando às práticas que lhe permitiram se desenvolver. O império britânico foi, efetivamente, fechado

ao comércio com o Japão; holandeses e americanos seguiram o exemplo. Esses eram passos em direção à fase Pacífico da Segunda Guerra Mundial, e estavam dentre aqueles ignorados nas comemorações de seu quinquagésimo aniversário.

Os reaganistas seguiram o mesmo caminho face à competição japonesa meio século depois. Se eles tivessem permitido que as forças de mercado que eles reverenciavam em público agissem, não haveria indústria automobilística ou de aço nos Estados Unidos atualmente, tampouco semicondutores, ou a massiva indústria de informática paralela, nem outras mais. O governo Reagan simplesmente fechou o mercado à competição japonesa enquanto aumentava os fundos públicos; medidas expandidas no governo Clinton. Nenhuma dessas medidas foi necessária para salvaguardar a indústria de exportação civil dominante — a de aeronaves — ou a imensa e lucrativa indústria de turismo, baseada nas aeronaves e na infra-estrutura financiada pelo governo. Esses, provavelmente, não são mais do que um detalhe do maior componente do estado de bem-estar controlado pelo governo: o sistema do Pentágono (o principal sistema de defesa" que fez parte do projeto de engenharia social do Estado e mudou a face da América).

Foi completamente natural para Clinton escolher a corporação Boeing como o modelo para a "visão ampla de um futuro livre-mercado" que ele anunciou no encontro em Seattle da Conferência Econômica Ásia-Pacífico (APEC) em 1993, para muitos aplausos. Poder-se-ia dificilmente encontrar um protótipo melhor da economia privada subsidiada publicamente e chamada, com orgulho, de "livre empreendimento". Além disso, o triunfo do livre-mercado foi sublinhado pelo anúncio de Clinton sobre sua conquista na APEC: contratos com a China por aviões, geradores de potência nuclear, supercomputadores e satélites produzidos pela Boeing, GE, Cray e a Hughes Aircraft, todos modelos de livre empreendimento (as vendas eram ilegais devido ao pretense envolvimento da China na proliferação de mísseis e armas nucleares, mas o Departamento de Estado explicou que Washington iria "interpretar" as leis como inaplicáveis).

Igualmente apropriada foi a escolha de Clinton na sessão da APEC de Jakarta um ano depois: Exxon, um outro exemplo excelente de valores empresariais independentes desimpedidos pelo Estado provedor. Novamente, Clinton foi aclamado não somente por sua visão ampla, mas também pelos sucessos da "campanha do governo pela diplomacia

comercial" que "significará empregos para os americanos", disse a correspondente política do *Times*, Elaine Sciolino. Ela se referia ao anúncio de Clinton de um novo contrato de cooperação estimado em 35 bilhões de dólares entre a Exxon e a companhia de petróleo Pertamina, da Indonésia, visando ao desenvolvimento de gás natural para o benefício de outras corporações norte-americanas e da empresa estatal de energia elétrica da Indonésia. Isso deveria dar muitos "empregos para os americanos" – pelo menos para advogados, banqueiros, executivos e administradores, talvez uma grande quantidade de trabalhadores habilitados por um curto período de tempo. As boas notícias para os trabalhadores americanos levou a um rápido aumento no estoque da Exxon¹⁰.

Talvez valha a pena mencionar que a palavra "lucros" tem desaparecido em grande escala das conversas respeitáveis. Na forma de falar do noticiário contemporâneo, a palavra deve ser substituída por "empregos". Entendendo as convenções, apreciamos a precisão do louvor ao sucesso de Clinton em obter "empregos para os americanos". As mesmas convenções permitem o reconhecimento do fato de que o Pentágono não é *somente* para a defesa contra as hordas estrangeiras; ele também gera "empregos". "Políticos de ambos os partidos veem o orçamento de defesa como um programa de empregos", escreve Lawrence Korb da Brookings Institution em uma crítica ao aumento do orçamento militar. Lucros para os investidores e altos salários para os executivos de alto escalão? É melhor nem pensar nisso!

A imprensa especializada em negócios, entretanto, tem padrões mais soltos. À medida que os Estados Unidos pressionavam o Japão a aceitar mais componentes para automóveis fabricados nos Estados Unidos na metade de 1995, a mídia respeitável apresentou a versão oficial: "isso é somente ser intransigente e compreensivo com os interesses do povo americano", injustamente desprovido de empregos (representante de comércio americano, Mickey Kantor). Mas o *Wall Street Journal* pôde descobrir os detalhes. Os fabricantes americanos de componentes estavam, de fato, esperando que o poder do Estado abrisse o mercado japonês porque eles tinham a intenção de instalar suas fábricas no próprio Japão, na China e no sudeste asiático. Haveria poucos empregos para os americanos no sentido literal da palavra, mas muitos "empregos" para as multinacionais americanas no sentido orwelliano¹¹.

O esquema tornou-se tão convencional que ninguém mais se espanta.

O desafio nos princípios de mercado e a violência do Estado foram fatores significativos no desenvolvimento econômico, incluindo países da Europa, o Japão e sua periferia no pós-guerra — todos eles receberam um estímulo econômico crucial das aventuras militares americanas. O Primeiro e o Terceiro mundos de hoje em dia eram muito mais similares no século XVIII. Uma razão para a imensa diferença criada desde então é que os governantes conseguiram evitar que a disciplina de mercado fosse posta goela abaixo de seus dependentes. "Não há dúvida", conclui Bairoch em sua refutação detalhada do principal "mito da ciência econômica de "que o liberalismo econômico compulsório do Terceiro Mundo no século XIX é um elemento-chave para explicar o atraso em sua industrialização", ou, melhor, sua "desindustrialização", uma história que continua até hoje sob vários pretextos. Bairoch atenua consideravelmente o papel da intervenção do Estado pela riqueza porque ele se limita, de modo convencional, a uma categoria restrita de interferências no mercado: a proteção. Mas essa é somente uma pequena parte da história. Para mencionar só uma omissão, a primeira revolução industrial na Inglaterra e nos Estados Unidos foi estimulada pelo algodão, que era barato e acessível graças à expulsão ou ao extermínio da população nativa do sudeste americano e à importação de escravos, desvios da ortodoxia de mercado desconsideradas nas odes às suas conquistas. Assim caminha a história até o presente.

Atendo-nos às medidas protecionistas, Bairoch conclui que depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, finalmente, direcionaram-se ao internacionalismo liberal depois de uma história duradoura de violação desses princípios, incluindo seu período de crescimento mais rápido quando seus preços eram muito mais altos do que os de seus concorrentes. Mas a crença de Bairoch pode ser mantida somente se for ignorado o imenso componente estatal da economia que equipou toda a indústria da alta tecnologia durante os "anos dourados do capitalismo de livre-mercado". Nos anos 50, virtualmente todos os fundos para pesquisa e desenvolvimento de computadores vieram dos contribuintes, juntamente com 85% da pesquisa e desenvolvimento para os eletrônicos em geral. Voltarei a esse tema; ignorando-o, podemos entender muito pouco sobre a economia contemporânea ou os "livres-mercados realmente existentes". De modo semelhante, o grande projeto de engenharia social que levou à "suburbanização da América", com amplas consequências, baseou-se em uma intervenção estatal extensa, de nível local em âmbito nacional, unida

ao maior crime coletivo que recebeu somente um tapa de luva nos tribunais; as opções do consumidor foram um fator insignificante¹².

Só para ratificar, há flutuações. Os estadistas reacionários dos anos Reagan quebraram novos recordes em protecionismo e subsídio público, vangloriando-se abertamente do fato para seu público de negócios. O secretário do tesouro, James Baker, "anunciou orgulhosamente que o Sr. Ronald Reagan tinha "garantido mais apoio à importação do que qualquer um de seus predecessores em mais de meio século", escreve o economista internacional Fred Bergsten, acrescentando que os reaganistas especializados na "forma mais insidiosa de protecionismo": "gerenciaram um comércio" que "restringe [mais] o comércio e fecha [mais] os mercados" e "aumenta preços, reduz a competição e reforça o comportamento de cartel". Baker foi muito moderado. Os entusiastas do livre comércio e os conservadores do fisco impuseram medidas mais protecionistas do que todos os governos pós-guerra juntos, duplicando virtualmente as restrições de importação a 23% enquanto aumentava rapidamente também o déficit, sobrecarregando o contribuinte com pagamentos de altos juros¹³.

Embora os reaganistas tenham liderado o grupo, quase todas as sociedades industriais tornaram-se mais protecionistas nos últimos anos. Os efeitos no Sul foram severos. As medidas protecionistas dos ricos têm sido um fator significativo no aumento do já imenso abismo existente entre os países ricos e pobres desde as gerações anteriores. O Relatório de Desenvolvimento das Nações Unidas de 1992 estima que medidas protecionistas e financiadoras dos países ricos privaram o Sul de US\$1 / 2 trilhões por ano, quase 12 vezes o "auxílio" total oferecido — a maioria, exportação publicamente subsidiada. Esse comportamento é "virtualmente criminoso", observou recentemente o importante diplomata e escrito irlandês, Erskine Childers. Ele também observa que o Ocidente, sob o comando dos Estados Unidos, bloqueou uma resolução de 1991 apresentada pelo sul na Assembleia Geral contra as "medidas econômicas como métodos de coerção política e econômica contra os países em desenvolvimento", a técnica favorita, fora o terror, com a qual Washington procurou destruir tentativas independentes como Cuba e Nicarágua — sem jamais parar de entoar louvores ao livre-mercado. Os fatos são "muito pouco conhecidos", escreve Childers, "porque, é claro, essas coisas não são contadas pela mídia dominante do Norte". Ele espera que algum dia esta

"abdição moral indiscriminada dos países do Norte" os leve à "sua completa vergonha diante de seus próprios cidadãos"[14](#).

Ninguém que esteja familiarizado com as "verdades permanentes", está calado.

Childers não poderia estar mais certo sobre a "vergonha completa". Dois anos depois, o diretor-geral da WHO, Hiroshi Nakajima, contou que 11 milhões de crianças morrem a cada ano de enfermidades facilmente curáveis porque o mundo desenvolvido falha no fornecimento dos recursos mínimos necessários para superar essa "tragédia evitável" — um "genocídio silencioso" que deveria envergonhar a todos nós. Em junho de 1995, o UNICEF liberou seu relatório anual estimando em 13 milhões o número de crianças que morrem porque os países ricos lhes negam centavos de auxílio. Isso também não estava na "mídia dominante do Norte", pelo menos nos Estados Unidos, conquanto a imprensa nacional tenha noticiado, no mesmo dia, que o Congresso planejava reduzir em 1/3 a magnífica soma de US\$425 milhões que tinha sido proposta para o UNICEF no ano seguinte, cortando também a ajuda estrangeira em 3 bilhões de dólares no período de dois anos (enquanto permanecem intactos os 3 bilhões destinados a um país rico que serve aos interesses americanos, Israel, junto com os US \$ 2.1 bilhões destinados ao Egito, por razões semelhantes; isso soma quase metade do total). Os Estados Unidos já detinham o recorde de ajuda mais miserável dos países-membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE), mas não miserável o suficiente, determinou o Congresso.

Pouco tempo depois, Washington informou à Organização de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas (UNIDO) que daria somente metade de sua contribuição (legalmente submetida aos pactos da UN) de US \$ 26 milhões, forçando uma grande redução nas operações da UNIDO. O grupo dos 77 ficou "profundamente chocado e desanimado" com essa ação ilegal adicional do maior devedor, já com US\$ 8 milhões em atraso. Mais uma vez, só os mais diligentes poderiam descobrir os fatos.

As ações que "envergonhariam completamente" qualquer pessoa decente têm pouco a ver com a opinião pública. Pelo contrário, estudos recentes novamente mostram que "uma grande maioria" do público é a favor de manter, ou mesmo aumentar, a ajuda e dá-la aos pobres ao invés de a aliados estratégicos ou para propósitos militares. Uma "grande maioria" também estaria desejando pagar mais impostos se a ajuda fosse para

pessoas que realmente necessitam, e uma "maioria esmagadora rejeita a ideia de que os Estados Unidos deveria auxiliar somente quando isso promove os interesses nacionais americanos". Tudo exatamente o oposto das políticas executadas pelas lideranças políticas, que não param jamais de declarar seu trabalho em função da vontade do público"[15](#).

A regularidade do modelo é instrutiva. O presidente Clinton concorda que os Estados Unidos devem diminuir sua contribuição às operações das Nações Unidas para manutenção da paz enquanto seus adversários de direita querem ir muito além, impedindo-as ou até encerrando-as.

Por contraste, eles são favorecidos por mais de 80% do público. Metade desses apoia a participação consistente dos Estados Unidos; 88%, se há boas perspectivas de sucesso. Somente de 5 a 10% apoiam de modo consistente tais operações, com o restante variando conforme as circunstâncias. O efeito das fatalidades na Somália foi leve, ao contrário do que muitos presumem.

Dois terços das pessoas são a favor de as tropas americanas contribuírem a uma operação das Nações Unidas para proteger "portos seguros" ou para acabar com as atrocidades na Bósnia; 80% tomam a mesma posição no que diz respeito à Ruanda se as NUs concluem que está ocorrendo genocídio.

Apesar disso, 60% da população pensam que os Estados Unidos "fizeram o suficiente para acabar com a guerra na Bósnia" — ou seja, nada. Mas, como revelam outros estudos, não por crueldade ou indiferença. Há também oposição à ajuda estrangeira, particularmente de parte dos 25% da população que acredita ser este o maior item do orçamento federal. De fato, aproximadamente metade do gasto arbitrário vai para o Pentágono, acontecimento conhecido por 1/3 da população, enquanto o auxílio estrangeiro não é perceptível (ignorados seus propósitos)[16](#).

Tais resultados aparentemente contraditórios não são difíceis de explicar. As pessoas gostariam de fazer a coisa certa, mas foram dominadas pelas "verdades permanentes" sobre nosso altruísmo e nossa benevolência impressionante e a ingratidão de um mundo hostil. Por razões semelhantes, maiorias esmagadoras apoiam mais ajuda aos pobres, mas pedem cortes de gastos: por que gastar nosso dinheiro suado com mães negras em cadilaques que se reproduzem como coelhos para receber mais dinheiro do governo? E, tendo sido desiludidos com essas e outras fábulas — algumas vezes relacionadas a figuras como Ronald Reagan, que talvez até tenha acreditado

em suas próprias historinhas famosas —, eles também superestimam muito a parte do orçamento federal direcionada ao bem-estar do cidadão e não estão cientes de que, mesmo já sendo baixa, ela caiu radicalmente nos últimos 20 anos. Uma barreira similar leva o público a sentir-se esmagado por uma carga imensa de impostos; somente a Turquia e a Austrália são menos sobrecarregados, dentre os países OCDE (1991).

Também escondido é o fato de que o sistema de impostos não e, usualmente, regressivo. Uma medida particularmente narrada é o efeito dos impostos e transferências (lucros, etc.) no alívio da pobreza. O estudo mais cuidadoso sobre o assunto, feito pelos economistas Lawrence Mishel e Jared Bernstein, conclui que "o sistema americano de impostos e transferências é muito menos eficiente na redução da pobreza do que o de qualquer outro país [industrializado]", e está se tornando "cada vez *menos* eficiente com o decorrer do tempo", particularmente nos anos Reagan, enquanto tornou-se mais eficaz em outros lugares. Especialmente as crianças sofrem com o sistema de impostos americano. Em países comparáveis, tais medidas reduziram a pobreza infantil a menos da metade a partir de 1979 e durante a década de 80, enquanto nos Estados Unidos elas a reduziram em menos de 25% em 1979 e 8,5% em 1986, quando entraram em vigor as políticas de Reagan.

As propostas de "impostos nivelados" em voga atualmente pedem a exclusão dos ganhos financeiros (dividendos, ganhos de capital, juros) que constituem quase metade da renda para 1% de famílias de classe alta, uma proporção que diminui muito rapidamente conforme avançamos a níveis mais baixos de rendimento. "É difícil encontrar uma definição de "equidade" mais forçada do que a ideia de que todos os cidadãos sejam tratados igualmente", declara a revista *Fortune* em um furo de reportagem sobre "o início do fim do sistema de rendimento de impostos americano", citando um economista de um instituto de pesquisas de direita¹⁷.

Talvez o que os líderes de negócios chamam de sua "batalha eterna pelas mentes dos homens" não tenha mudado muito as atitudes, mas deixou a população atolada em confusão — o que é também bom para o objetivo primordial: domar a "grande fera", como Alexander Hamilton chamou o povo, fora da arena pública à qual não pertence, com os sentimentos ecoando ao longo da história americana — novamente, sem ser uma inovação ou uma exceção.

Mas, uma vez mais, tais assuntos não têm relação com o estado da democracia americana se, de fato, as verdades permanentes estão além do alcance da evidência.

Democracia: "reprimindo o povo"

Seria injusto sugerir que todos considerem os fatos irrelevantes. Já mencionei alguns exemplos do contrário e há outros. Tomemos a democracia que é, de acordo com a lei, o princípio que guia e inspira a liderança política sobre qualquer outro princípio. Para avaliar a teoria, voltamo-nos naturalmente ao lugar onde os planejadores da política tinham uma liberdade relativa de ação: "nossa pequena região aqui", rica em recursos e potencial, e uma das piores câmaras de horror do mundo — um outro fato do qual não vamos ouvir nada. E no que concerne aos anos 80, na época em houve ainda uma outra "mudança de curso" quando o governo Reagan liderou uma grande cruzada para levar os benefícios da democracia ao povo oprimido? Talvez os estudos mais sérios sobre o assunto sejam de Thomas Carothers, que combina a visão de um historiador com a de uma pessoa que tem acesso a informações privilegiadas, já que esteve envolvido nos programas do governo Reagan para "dar assistência à democracia" na América Latina. Tais programas foram "sinceros", escreve, mas também um grande fracasso — conquanto um fracasso estranhamente sistemático. Onde a influência americana foi menor, o progresso foi maior; no Cone Sul houve progresso real que foi hostilizado pelos reaganistas até que assumiram o crédito quando não puderam mais nadar contra a corrente. Onde a influência americana foi maior — m América Central — o progresso foi menor. Neste caso, Washington, "inevitavelmente, buscou formas limitadas e do topo à base de mudanças na democracia que não pusessem em risco as estruturas tradicionais inquietantes de poder das quais os Estados Unidos, durante um longo tempo, foram aliados", escreve Carothers. Os americanos tentaram manter "a ordem básica de .. sociedades muito pouco democráticas" e evitar "mudanças populistas" que poderiam perturbar as

"ordens política e econômica estabelecidas" e inaugurar "um direcionamento esquerdista"[18](#). Como, de fato, é costume.

E somente observando intimamente casos individuais que se pode apreciar o tamanho do medo e aversão da elite à democracia. Um dos exemplos mais instrutivos é a Nicarágua, também muito bem estudado, mas em um trabalho que permanece longe dos olhos do público.

A Nicarágua tinha eleições em 1984, elogiadas amplamente até por observadores internacionais hostis e pela organização profissional dos pesquisadores latino-americanos, que as estudou com uma profundidade incomum. Mas as eleições não podiam ser controladas, assim elas não ocorreram. Ponto final. As primeiras eleições, por decreto oficial e sistema universal, foram em 1990 — não necessitamos nos demorar na versão oficial de que as eleições sempre previstas para 1990 só foram realizadas graças às pressões americanas, apologeticos padrões para a guerra terrorista. Quando iniciou a campanha eleitoral, a Casa Branca anunciou que o terror americano e a guerra econômica iriam continuar, a menos que o candidato de Washington fosse eleito; isso não é considerado interferência no "processo democrático" nos Estados Unidos, ou no Ocidente em geral. Quando a eleição ocorreu "da forma correta", a imprensa latino-americana, amplamente hostil aos sandinistas, a interpretou genericamente como uma vitória para George Bush. A reação americana foi diferente. O *Newspaper of Record* foi típico, com suas manchetes aclamando a "Vitória do Jogo Limpo Americano" com seus cidadãos "Unidos na Alegria" no estilo da Albânia e da Coreia do Norte. No limite, o colunista Anthony Lewis quase não podia conter sua admiração pela "experiência em paz e democracia" de Washington que deu "testemunho recente do poder da ideia de Jefferson: governo com o consentimento dos governados... Dizer isso parece romântico, pois então vivemos em uma época romântica".

Poucos tiveram alguma dúvida sobre a forma como "a ideia de Jefferson" foi posta em prática.

Assim, a revista *Time* regozijava-se à medida que a "democracia irrompia" na Nicarágua, delineando os métodos do "Jogo Limpo Americano": "arrasar a economia e prosseguir uma guerra longa e fatal até que os habitantes depusessem eles mesmos o governo indesejado", com um custo "mínimo" para nós, deixando as vítimas "com pontes destruídas, estações de energia sabotadas e fazendas arruinadas", e dando ao candidato

de Washington "uma saída vitoriosa", acabando com o "empobrecimento do povo da Nicarágua"[19](#).

Mas isso tudo escapa à memória, bem como o restante da sórdida história. Também muito bem escondido é o que aconteceu com a sociedade despedaçada depois que a "democracia irrompeu".

Para a maioria esmagadora, o resultado foi um desastre, tanto que a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) das Nações Unidas prevê que a "próxima geração nicaraguense será mais baixa, mais fraca e menos inteligente do que a população atual" — é claro, aqueles que sobreviverem. As mortes por desnutrição de crianças com menos de 4 anos aumentaram em 35% desde que começou a "época romântica". Párias da sociedade mendigam centavos nas ruas ou cheiram cola para "espantar a fome". Criaturas que quase não parecem humanos percorrem depósitos de lixo em busca de restos de comida. Tem havido fome em massa e uma epidemia de drogas na Costa do Atlântico. Os fatos são relatados por organizações de auxílio e outros canais secundários, mas não são de nenhum interesse dos perpetradores dos crimes, incluindo aqueles que derramam lágrimas de crocodilo sobre o triste destino do povo sujeito ao "genocídio" pelos sandinistas cruéis; os abusos foram reais, mas quase imperceptíveis quando comparados ao que as mesmas pessoas tiveram que aguentar à medida que os monitores internacionais de direitos humanos inutilmente relatavam[20](#).

De todos esses crimes, o mais cruel é a destruição da esperança de uma sociedade desmoralizada, afundando na falta de ajuda, na miséria e no desespero. Os acontecimentos afastados dos olhos do público nos dizem muito sobre a paixão pela democracia e os direitos humanos, vergonhosamente, caso após caso.

O que Carothers descreve é exatamente o que vemos agora no exemplo premiado da Doutrina Clinton oferecido pelo National Security Adviser Lake: o Haiti. Permitiu-se que seu presidente eleito retornasse depois que organizações populares foram submetidas a uma dose suficiente de terror, mas somente depois que ele próprio foi educado — recebendo "um curso intensivo de democracia e capitalismo" enquanto seu apoiador, em Washington, descrevia o processo de civilização dos padres criadores de problemas em termos bem mais agradáveis aos "extremistas radicais" do que o usual. O presidente Aristide foi compelido a aceitar um programa econômico imposto pelos Estados Unidos estipulando que "o Estado

renovado deve enfocar uma estratégia econômica centrada na energia e na iniciativa da sociedade civil, especialmente do setor privado, nacional e estrangeiro". Os investidores americanos são o âmago da sociedade civil haitiana juntamente com os apostadores golpistas riquíssimos, excluindo-se os camponeses e favelados haitianos que escandalizaram Washington criando uma sociedade civil tão vivaz e vibrante que foram capazes de eleger um presidente e entrar na arena pública. O despropósito foi sobrepujado da maneira habitual, com ampla cumplicidade americana; por exemplo, com a decisão dos governos Bush e Clinton de permitir que a companhia de petróleo Texaco fosse a fornecedora dos líderes do golpe e dos apoiadores de sua riqueza, violando diretamente as sanções; um fato crucial, embora também mantido em segredo do olhar público, revelado pela Associação de Imprensa um dia antes de que as tropas americanas desembarcassem em setembro de 1994. O "Estado renovado" está agora de volta aos trilhos, seguindo as políticas do candidato de Washington nas eleições de 1990, na qual ele recebeu 14% dos votos²¹.

Uma investigação honesta revelará que o retrato convencional varia entre o dúbio e o falso em cada um dos aspectos importantes, menos um: a importância das verdades permanentes. É necessário somente que concordemos em observar os registros históricos para descobrir o que elas são, e por quê. É certamente devemos levá-las muito a sério conforme consideramos o futuro provável com suas estruturas institucionais essencialmente imutadas e operando com pouco constrangimento.

Seguindo este curso, encontramos razão para crer que o "novo mundo" retratado em cores tão brilhantes e esperançosas pode, de fato, ser marcado por uma mudança do "refreamento" não à "expansão", mas ao "tabelamento", para pegar emprestado um termo do léxico de assuntos internacionais. Por mais de um século, aqueles a quem Adam Smith chamou "os principais arquitetos da política" — em seus dias, os "mercadores e manufatureiros" da Inglaterra e, em nossos, seus herdeiros — procuraram refrear a democracia e os direitos humanos, desprezando mercados, exceto quando eles concediam vantagens. Como nos dias de Smith, eles naturalmente tentam mobilizar o poder do Estado para assegurar que seus próprios interesses "são mais atendidos", embora sejam revoltantes. Desde o início dos anos 70, mudanças importantes na economia global abriram a perspectiva de não somente refrear, mas realmente tabelar as vitórias dos direitos humanos, liberdade e democracia que foram

conquistados em um século de luta popular amarga — uma perspectiva sedutora, como a cena corrente ilustra com vivacidade. É provável que as verdades permanentes não só persistam, mas tornem-se ainda mais cinzentas para grande parte da população mundial; internamente também, já que o contrato social permanece obscuro.

Esses são tópicos extensos e a única coisa que posso esperar é tratar poucos deles²². Mas deixe-me tentar abordar a história como a vejo, com algum detalhamento mais específico.

Um bom lugar com o qual se pode começar é Washington, neste momento. A imagem padrão é a de que um "realinhamento político histórico" ocorreu nas eleições de 1994 para o Congresso que levou Newt Gingrich e seu exército ao poder em uma "vitória política esmagadora", um "triunfo do conservadorismo" que reflete a contínua "tendência à direita". Com seu "mandato popular esmagador", o exército Gingrich cumprirá as promessas do Contrato com a América. Eles "tirarão o governo das nossas costas" de modo que possamos voltar aos dias felizes quando o livre-mercado reinava e recuperar nossos "valores de família", livrando-nos dos "excessos do Estado" e outros resquícios das políticas de reformas liberais fracassadas do "grande governo" e da "Grande Sociedade". Pelo desmantelamento do Estado provedor" eles conseguirão "criar empregos para os americanos" e obter segurança e liberdade para a "classe média". E assumirão o controle e liderarão com sucesso a cruzada para estabelecer o sonho americano da democracia de livre-mercado, em todo o mundo.

Esta é a história básica. Tem elos familiares.

Dez anos antes, Ronald Reagan foi reeleito na segunda "vitória esmagadora dos conservadores" em quatro anos. Na primeira, em 1980, Reagan obteve maioria simples do voto popular, com 28% do eleitorado. As pesquisas demonstraram que o voto não foi "para Reagan", mas "contra Carter" — quem, de fato, iniciou a política à qual os reaganistas aderiram e implementaram, com o apoio geral dos congressistas democratas: acréscimos nos gastos militares (o setor econômico estatal) e cortes nos programas que serviam à vasta maioria. As pesquisas, em 1980, revelaram que 11% dos eleitores de Reagan o escolheram porque "é um verdadeiro conservador" — independentemente do que isso signifique.

Em 1984, houve vários esforços para a obtenção de um maior número de votos, e eles funcionaram: o aumento foi de 1%. O número de votantes que consideravam Reagan um "conservador verdadeiro" caiu em 4%. Uma

maioria considerável de votantes esperava que os programas legislativos de Reagan não fossem promulgados. Estudos de opinião pública mostraram uma continuidade do movimento em direção a um novo tipo de estilo *new deal* do liberalismo de estado de bem-estar social.

Por que os votos? As preocupações e desejos do público não são articulados no sistema político — uma razão do desvio brusco da votação em direção a setores privilegiados.

Quando os interesses dos privilegiados e poderosos são o compromisso condutor das duas facções políticas, as pessoas que não compartilham desses interesses tendem a ficar em casa.

William Dean Burnham, um importante especialista em política eleitoral, apontou que o modelo de abstenção "parece unido inseparavelmente a uma outra peculiaridade crucial passível de comparação do sistema político americano: a completa falta de um partido socialista ou trabalhista como um concorrente organizado no mercado eleitoral". Isso foi há 15 anos, e só se tornou mais óbvio à medida que a sociedade civil efetivamente desestruturou-se: sindicatos, organizações políticas, etc.

Nos Estados Unidos, "os interesses dos 3/5 que formam a base da sociedade" não estão representados no sistema político, disse há uma década o comentarista político do *Washington Post* referindo-se à eleição de Reagan. Há muitas consequências à parte do modelo de votação bastante alterado. Uma é que metade da população crê que os dois partidos deveriam ser dispersos. Mais de 80% consideram o sistema econômico "injusto por herança" e consideram que o governo "trabalha para o benefício de poucos e para interesses especiais, não para a população" (aumentou de fixos 50% para uma pergunta formulada de maneira similar nos anos anteriores a Reagan) — conquanto seja outra questão o que as pessoas entendem por "interesses especiais". A mesma proporção acredita que os trabalhadores têm muito pouca influência — embora somente 20% sintam-se assim em relação aos sindicatos e 40% considerem muito influentes, um outro sinal dos efeitos do sistema de propaganda em induzir confusão, se não em mudar atitudes.

Isso nos leva a 1994, o seguinte nas séries de "vitórias esmagadoras dos conservadores". De 38% do eleitorado participe, a maioria simples votou nos republicanos. "Os republicanos conseguiram aproximadamente 52% dos votos para seus candidatos nas disputadas cadeiras do Congresso, um pouco melhor do que o aumento de 2% em 1992", quando venceram os

democratas, relatou o diretor de pesquisa do *Washington Post*. Um em cada seis eleitores descreveu o resultado como "uma afirmação do programa republicano". Um "Congresso mais conservador" foi considerado uma saída por um alto índice de 12% dos eleitores. Uma maioria esmagadora nunca ouviu falar do Contrato com a América de Gingrich, que organizou o programa republicano, implementado posteriormente, ostentando muito o desejo popular. Também muito pouco é dito sobre o fato de que é o primeiro contrato na história assinado somente por uma das partes, com a outra mal sabendo de sua existência.

Quando questionada sobre os componentes mais importantes do Contrato, a grande maioria opôs-se a quase tudo, especialmente a mais contundente: grandes cortes no gasto social. Mais de 60% da população queria que tal gasto fosse *aumentado* na época das eleições. O próprio Gingrich era muito impopular, muito mais do que Clinton; e essa repugnância só persistiu à medida que o programa foi implementado.

Havia muita oposição aos democratas; a eleição era um "voto contra". Mas foi amenizada. Os "novos democratas estilo Clinton — de fato, republicanos moderados — perderam vergonhosamente, exceto aqueles que se mantiveram fiéis ao programa liberal tradicional e tentaram ativar a velha coalizão democrática: a maioria da população que se vê, com razão, privada de seus direitos civis.

A eleição foi ainda mais fortemente desviada em direção aos ricos e privilegiados do que antes. Os democratas eram os preferidos daqueles que ganham menos do que US\$ 30.000 por ano (em média) e os republicanos, de pessoas com o salário oscilando entre US\$ 30.000 e 50.000. O perfil de opinião dos não votantes sobre os assuntos mais importantes era semelhante àqueles que votaram nos democratas. Os eleitores que sentiram um declínio em seu padrão de vida escolheram os republicanos — ou, mais precisamente, opuseram-se aos democratas — numa média de quase dois para um. Muitos são homens brancos com futuros econômicos incertos, exatamente as pessoas que teriam feito parte de uma coalizão populista de esquerda comprometida com o crescimento econômico e democracia política justos, uma opção de invasão da arena política controlada pelos negócios. Na sua falta, muitos estão se voltando ao fanatismo religioso, cultos de todos os tipos imagináveis, organizações paramilitares ("milícias") e outras formas de irracionalidade, um desenvolvimento ameaçador, com precedentes que recordamos e que agora preocupam até os executivos

corporativistas que aplaudem as ações do exército de Gingrich em seu trabalho dedicado aos mais ricos e privilegiados.

Consequentemente, apesar da propaganda incessante da última metade do século, a população manteve, de alguma forma, atitudes sociais democratas. Maiorias substanciais acreditam que o governo deveria auxiliar pessoas necessitadas e são a favor dos gastos com a saúde, educação, ajuda aos pobres e proteção ambiental. Como já mencionei, também aprovam o auxílio a operações necessárias para a manutenção da paz. Mas a política segue um curso completamente distinto.

A doutrina central — um orçamento equilibrado — é uma imagem admirável. Os negócios possibilitaram isso. "Os negócios americanos pediram: equilibrem o orçamento federal", concluiu a *Business Week* a partir de uma pesquisa com executivos sênior. E quando falam os negócios, falam também classe política e a imprensa — pelo menos as manchetes. Aqueles que não vislumbram adiante, terão pouco senso de realidade.

Na Austrália, Graham Richardson transmite de Nova Iorque que "os americanos estão convencidos... que o orçamento deveria ser equilibrado independente das condições predominantes" e apoiam cortes no gasto social para alcançar esse objetivo. Sua fonte é Don Hewitt, "o mais velho estadista americano de televisão", com quem ele tomou o café da manhã no Salão Edwardiano do Plaza Hotel, "um dos melhores de Nova Iorque". Hewitt é "um homem acostumado a andar com presidentes, bilionários e estrelas", e "permaneceu no topo dos negócios de Estado [na TV] por tanto tempo que Hewitt tem uma sensação real da pulsação da América média" — não os proprietários da mídia corporativista ou os anunciantes para os quais eles vendem seu produto (a audiência), ou os bilionários que jantam no Salão Edwardiano. Quando Hewitt nos diz o que querem os americanos, você deve acreditar", do mesmo modo como você se surpreendeu com "o grande impulso para os republicanos" nas eleições, recém-revisadas.

Na Inglaterra, sob a manchete "Todos queremos orçamentos equilibrados atualmente", o comentarista sobre a América para o *Financial Times*, Michael Prowse, escreve que "Newt Gingrich e seus revolucionários republicanos merecem novamente o nosso aplauso" por perseguir um orçamento equilibrado em face da "estratégia cínica" daqueles que se opõem aos grandes cortes em programas sociais. E os revolucionários refletem o desejo do povo, escreve Prowse: "As pesquisas mostram uma aprovação de 80% do objetivo de equilibrar o orçamento"[23](#).

Richardson, sem dúvida, relata o que sua fonte acredita, ou ao menos prefere acreditar, e Prowse está correto na manchete e no que ele provavelmente ouve nos principais noticiários de elite da Rádio Pública Nacional, acusada regularmente por sua tendência liberal, onde um comentarista importante, Robert Siegel, relata que "os americanos votaram por um orçamento equilibrado", detalhando os cortes com a educação e o bem-estar de acordo com a vontade do público. Mas se nos movermos além do Salão Edwardiano e das manchetes, nos deparamos com uma imagem distinta. É verdade que muita gente preferiria um orçamento equilibrado, da mesma forma que gostariam de ver seus orçamentos domésticos equilibrados, com todas as dívidas findas por um passe de mágica. Porém as mesmas pesquisas revelam que, em resposta à próxima pergunta óbvia — você quer o orçamento equilibrado se isso acarretar necessariamente a redução nos gastos com a educação, a saúde, o ambiente e outros programas determinados? —, somente uma pequena minoria, de 20 a 30%, apoia. Assim lemos nas entrelinhas de um artigo intitulado "Americanos Aprovam Programa dos Republicanos mas Dividem-se Sobre o Modo de Atingir Objetivos", narrando dados que mostram que os americanos desaprovam o programa republicano, esmagadoramente. Outras pesquisas apresentam resultados similares: orçamento equilibrado, perfeito; com cortes nos gastos sociais, não. O alvo dos republicanos eram a pasta da Educação ou da Energia; 80% queriam preservar a primeira, 63%, a última. "Fortes 72% opuseram-se a qualquer redução na educação", dizia o *Wall Street Journal*, e "maiorias sólidas opuseram-se a quaisquer cortes substanciais na Seguridade Social, no programa de saúde para os idosos e no programa de saúde para os pobres" — todos passíveis de severas reduções juntamente com muitos outros programas populares²⁴.

Os fatos, entretanto, não são bem recebidos, excetuando-se um: falaram os negócios, e isso é o que realmente devemos saber. Além do mais, com pouco no caminho contrário ao sistema, é provável que o desejo se torne realidade com o decorrer do tempo.

A mesma realidade transfere-se ao outro lado das fronteiras. As pesquisas demonstram, de modo consistente, que o público opõe-se a mais gastos do Pentágono. Mas a voz dos negócios diz.

novamente o contrário, os líderes de negócios estão cientes de que o Pentágono é o âmago do estado de bem-estar para os ricos. Dessa maneira, a primeira reação de Clinton à "vitória política esmagadora" dos

republicanos foi anunciar o aumento substancial nos gastos do Pentágono; seus oponentes de direita rapidamente aumentaram as apostas. Em dólares reais, o orçamento do Pentágono está em, aproximadamente, 85% da média da Guerra Fria, US\$30 bilhões por ano a mais do que na era Nixon. O inimigo da Guerra Fria é agora, é claro, um aliado, mesmo na produção militar: assim, seus programas avançados de pesquisa capacitaram os Estados Unidos a reobter a liderança mundial em energia e armamento por micro-ondas, relatou a *Jane's Defence Weekly*. As ilustrações dão alguma indicação do tamanho da "ameaça à democracia de mercado" representada pelo Grande Satã agigantando-se diante dos olhos dos planejadores que tentavam "contê-la" e "refreá-la".

Em abril de 1995, a Heritage Foundation de extrema direita submeteu à apreciação sua proposta orçamentária, basicamente aprovada pelo Congresso. Pediu um acréscimo no orçamento do Pentágono de acordo com os desejos de um em cada seis contribuintes, enquanto cortava bruscamente os fundos para a educação, os programas antidrogas, o ambiente e outros gastos sociais apoiados por 2/3 do público. "A questão [é] filosófica", explica um analista político da Heritage Foundation: "Os contribuintes não deveriam ser forçados a apoiar atividades com as quais eles talvez não estejam de acordo"; ou seja, certos contribuintes. "A questão", neste caso, era o pedido específico da Fundação para a "diminuição de capital para a esquerda", definida como as Caridades Católicas, a Associação Americana para os Aposentados e outras que tentam auxiliar os tipos errados de pessoas, algumas vezes com garantias federais minúsculas — uma imagem, incidentalmente, um tanto lisonjeira da "esquerda"[25](#).

Opunham-se ao acréscimo nos gastos do Pentágono não somente a população, mas também a Associação dos Chefes de Pessoal, que advertia que isso causaria problemas para as Forças Armadas. Mas não importa, os negócios falaram e os estadistas reacionários sabem como ouvir.

Para "os principais arquitetos da política" zombar da opinião pública não é nem surpreendente nem particularmente incomum, embora seja uma indicação da forma como a democracia é compreendida por aqueles que entoam seus louvores. Porém o modelo tornou-se tão consistente e dramático que merece algum comentário, o que é incomum. O respeitado comentarista político da *Christian Science Monitor*, Brad Knickerbocker, reflete que "é quase como se os legisladores observassem o que os americanos querem... e marchassem exatamente na direção contrária". Ele

se referia, por casualidade, às políticas ambiental e de energia, mas as conclusões foram dramaticamente reprimidas, muito além do habitual²⁶.

Aqueles verdadeiramente preocupados com a democracia fariam bem em atentar cuidadosamente aos princípios fundadores da primeira democracia moderna de 200 anos atrás; de muitas maneiras, ainda o modelo. Nos debates de 1787 sobre a Constituição Federal, James Madison observou que "Na Inglaterra, nessa época, se as eleições fossem abertas a todos os tipos de pessoas, a propriedade dos proprietários de terras estaria insegura. Uma lei agrária apareceria logo". Para precaver-se de tal injustiça, "nosso governo deve garantir os interesses permanentes do país contra a inovação", estabelecendo empecilhos e harmonia para "proteger a minoria de abastados contra a maioria".

A estrutura constitucional aderiu intimamente ao plano de Madison. O "interesse permanente" identificado por ele se manteve o "Objetivo da América" internamente, aos olhos dos poderosos, e a "sociedade tolerante" controlada por eles tem insistido sempre em manter o mesmo princípio no exterior — "multilateralmente, quando podemos e unilateralmente, quando devemos", como instruiu o embaixador americano nas Nações Unidas ao Conselho de Segurança em outubro de 1994, exatamente quando Anthony Lake estava elogiando nosso compromisso histórico com os princípios pacifistas²⁷.

Há dois "objetos fundamentais de governo", afirmou Madison: "os direitos das pessoas e os direitos de propriedade". É o último que deve ter prioridade porque os direitos de propriedade vão constantemente estar sob ameaça da "vontade da maioria", que pode, através de seu poder em uma democracia, "transgredir os direitos de uma minoria". As formulações mais vagas de Madison têm sido frequentemente mal interpretadas, como se expressassem uma preocupação geral de que "a tirania da maioria" possa atropelar os direitos individuais, digamos, da liberdade de expressão e consciência. Mas essa interpretação distorce a preocupação de Madison, muito mais restrita, como ele deixou bastante claro. A primeira ameaça foi dos "direitos de propriedade". Os direitos da "minoria abastada" que o governo deve proteger como sua função primária são, além do mais, muito diferentes dos "direitos das pessoas"; estes últimos devendo ser garantidos uniformemente sob o sistema constitucional, ao passo que "os direitos de propriedade" são mantidos restritamente nas mãos da "minoria abastada".

Esses direitos são negados para a maioria, devendo-se prevenir que ela os infrinja.

A retórica de Madison, que dominou amplamente a discussão subsequente, é desorientadora em alguns pontos. Não faz sentido comparar os direitos dos cidadãos aos direitos de propriedade. A caneta na minha mão é minha propriedade, mas não tem direitos, embora eu talvez tenha o direito de possuí-la. Os direitos de propriedade são os direitos das pessoas — certas pessoas, sempre uma minoria, sustentava-se. A estrutura madisoniana, então, refere-se somente aos direitos das pessoas e atribui, a uma minoria abastada dentre elas, direitos extras em acréscimo aos direitos teoricamente divididos por todos; de fato, privilegia esses direitos adicionais, defendendo que devem ter prioridade sobre os direitos compartilhados. As questões estão cobertas — de fato, bastante seriamente — pela retórica com a qual elas são formuladas, e em muita discussão posterior.

Para garantir que os direitos da minoria abastada sejam privilegiados, ela deve segurar as rédeas do governo, defendia Madison. Ele acrescentou que isso é o justo, porque a propriedade "especialmente, aguenta o fardo do governo", e "em certo sentido, pode-se dizer que o país lhes pertence [aos proprietários de terra]" — uma noção que se generalizou à medida que a sociedade mudava de uma base de poder agrícola para uma base manufatureira e financeira. Como ressalta Jennifer Nedelsky na análise mais cuidadosa da "estruturação madisoniana e seu legado", seu enfoque primeiro sobre a "proteção à propriedade" organizar "as pessoas", a futura maioria, no papel de um problema a ser contido". Essa concepção foi aceita como verdadeira por todos os planejadores, observa ela, citando James Wilson como "o único que declarou que a propriedade não era o objeto primordial do governo" e que "deu prioridade ao que foi encarado por seus colegas como a maior ameaça à propriedade: a liberdade política do povo".

Thomas Jefferson tomou uma posição como a de Wilson, mas ele não desempenhava uma função direta nessas deliberações. Assim como Madison, ele realmente reconheceu alguns anos depois — aparentemente com alguma surpresa — que a "minoria abastada" abusaria de seu poder, não agindo da maneira esclarecedora que ele havia ingenuamente previsto. Madison lamentou "a depravação audaciosa dos tempos", quando os ricos começaram a utilizar seu controle sobre o governo de modo muito similar ao que descreveu Adam Smith, com o "corretor de estoques" vindo a ser "o

grupo pretoriano [sic] do governo, ao mesmo tempo seu instrumento e seu déspota; seduzido por sua generosidade e intimidado por seus clamores e seus acordos"[28](#).

Um tema central para a história americana é a implementação da estrutura original de Madison, basicamente preservada apesar de várias mudanças sociais. Nedelsky observa que este legado, embora atenuado, ajuda a explicar "a fraqueza da tradição democrática" nos Estados Unidos, e seu fracasso em lidar com "a interpenetração dos poderes econômico e político" — ou, mais precisamente, seu sucesso em tratar o problema de uma maneira bastante específica: com a santificação do privilégio dos direitos daqueles que possuem o país. Esses direitos acabaram definindo o conceito de democracia. Assim, foi a serviço da democracia que o rádio, e mais tarde a televisão, foram mantidos distantes do domínio público e controlados por poucas corporações gigantescas; a tirania privada iguala-se à liberdade. Isto é secundário. Poucos percebem o problema quando um jornalista bastante conhecido escreve no *New York Times*: "Como toda criança em idade escolar deve saber, uma imprensa livre — que significa uma imprensa livre do governo — é essencial ao sistema democrático" (David Shipler). Ao contrário, uma imprensa livre de Murdoch ou Berlusconi, ou de grande corporações, não é essencial.

À medida que o grupo pretoriano de Madison mantinha seu poder, a política tornou-se ainda mais "a sombra arremessada sobre a sociedade pelos grandes negócios", como foi formulado o truísmo de Adam Smith pelo mais importante filósofo da América deste século, John Dewey. O sistema que se desenvolveu não protegia a propriedade simplesmente, acrescenta Nedelsky, mas a "desigualdade da propriedade", de acordo com seu plano inicial, subordinando também os direitos da grande maioria da população em todas as outras esferas da vida. O único desafio sério a essas ideias partiu do movimento trabalhista e de outros movimentos populares, que certamente obtiveram vitórias, embora tenham sido muito marginalizados nas democracias industriais e estejam agora perdendo suas conquistas[29](#).

As estruturas do "topo à base" de poder que Carothers descreve como um "fracasso" dos esforços americanos para elevar a democracia são tudo menos isso. Elas não são somente um outro sucesso do projeto de abalar a democracia nos domínios americanos — o porquê de o "fracasso" ser tão sistemático — mas também o reflexo da natureza da sociedade interna. Não

é difícil descobrir os fatos na história e na doutrina, se levantarmos o véu da retórica que os cobre.

"Conservadorismo de livre-mercado"

Seguindo o mesmo raciocínio, podemos entender o conceito de "conservadorismo de livre-mercado". Seu significado real é revelado por uma observação mais detalhada de um dos entusiastas mais apaixonados do "tirar o governo das nossas costas" e deixar o mercado reinar sem ser incomodado. porta-voz da Casa, Newt Gingrich é, talvez, o exemplo mais admirável. Ele representa o Condado de Cobb, na Geórgia, e foi selecionado pelo *New York Times* em uma história de primeira página para ilustrar a subida na maré do "conservadorismo" e o desrespeito pelo "estado-provedor". Lê-se o seguinte na manchete: "Conservadorismo Aflorando nas Avenidas", nas ricas cercanias de Atlanta, escrupulosamente insulado de qualquer infecção urbana de forma que os habitantes possam degustar os frutos de seus "valores empreendedores" e entusiasmos de mercado, defendidos no Congresso pelo principal conservador, Newt Gingrich, que descreve seu distrito com orgulho como um "mundo de Norman Rockwell com computadores de fibra ótica e aviões a jato.³⁰

Entretanto, há um pequeno detalhe nas entrelinhas. O Condado de Cobb recebe mais subsídios federais do que qualquer outro Condado suburbano do país, com duas exceções interessantes: Arlington, na Virginia, que é efetivamente parte do governo federal, e a Flórida, sede do Centro Espacial Kennedy, uma outra parte do sistema de subsídio público, o lucro privado. Quando abandonamos o sistema federal, o Condado de Cobb assume a liderança na extorsão de dinheiro do contribuinte — que é também responsável pelo financiamento dos "aviões a jato e dos computadores de fibra ótica" do mundo de Norman Rockwell. A maioria dos empregos no Condado de Cobb, pagando especialmente bem, é conquistada com o abastecimento da fonte pública. A riqueza da região de Atlanta, em geral, pode ser trilhada substancialmente à mesma fonte.

Enquanto isso os louvores aos milagres do mercado alcançam os céus onde o "conservadorismo está florescendo".

Há também outra informação interessante. Durante a campanha pelo Congresso, quando a propaganda de Gingrich sobre o estado-provedor e os excessos da previdência social estava repercutindo muito e os Novos Democratas estavam na disputa, ninguém teve vontade de manifestar uma simples réplica: Gingrich é o defensor do estado de bem-estar mais importante do país — para os ricos. As razões para o silêncio são simples de compreender: os interesses de classe prevalecem sobre os restritos interesses políticos. É aceito além das querelas políticas que os ricos devem ser protegidos de uma disciplina de mercado por um estado de bem-estar poderoso e intervencionista.

O "Contrato com a América" de Gingrich exemplifica concisamente a ideologia de dois gumes do "livre-mercado": proteção do Estado e subsídio público para os ricos, disciplina de mercado para os pobres. O contrato defendia "cortes nos gastos sociais" — para os pobres e abandonados, incluindo as crianças e os idosos — e o aumento no bem-estar para os ricos, nas formas clássicas: medidas fiscais regressivas e total subsídio. Na primeira categoria estão o aumento nas isenções de impostos para os ricos e os empresários, cortes nos ganhos de capital, *etc.* No último, incluem-se os subsídios aos contribuintes para investimentos em sedes e equipamentos, regras mais favoráveis à desvalorização e ao desmantelamento do aparato regulador que meramente protege o povo e as futuras gerações. As formulações são consideravelmente imprudentes. Dessa maneira, as propostas de incentivos para os negócios, cortes regressivos de impostos e outros benefícios para os ricos aparecem sob o título "O Ato de Criar Empregos e o Aumento de Salários dos Trabalhadores". O capítulo inclui sugestões de medidas para "criar empregos e aumentar os salários dos trabalhadores" — com o acréscimo da seguinte palavra: "flutuante". Mas não importa, dadas as convenções predominantes em que "empregos" significam "lucros"; assim sendo, de fato, uma proposta de "criação de empregos" que continuará "acentuando" descendentemente os salários.

O Contrato também pede o "reforço da defesa nacional" de modo que possamos melhor "manter nossa credibilidade perante o mundo" — assim, qualquer um que tenha ideias esquisitas, como padres e organizadores de camponeses na América Latina, pensará duas vezes. A expressão "defesa nacional" não pode ser qualificada nem como uma piada de mau gosto que

deveria ser considerada ridícula entre pessoas Com algum respeito próprio. Os Estados Unidos não enfrentam ameaças, 'nas gastam quase tanto em defesa quando todo o resto do mundo junto. Os dispêndios das Forças Armadas não são, entretanto, uma piada. À parte de garantir uma forma particular de "estabilidade" no "interesse permanente" daqueles que importam, é necessário que o Pentágono prepare-se para os amigos e eleitores ricos de Gingrich, assim eles podem esbravejar contra o estado-provedor que está vertendo fundos para dentro de seus bolsos.

Neste ponto é novamente instrutiva uma olhada na história. Como já comentado, as ilusões sobre a viabilidade do capitalismo de livre-mercado têm sido o campo de ação dos ideologistas, não de atores no sistema político e econômico. O que podia ter sobrado dessas ilusões dissipou-se depois da Grande Depressão e do sucesso do governo em superá-la com o controle da economia da Segunda Guerra Mundial, com vasto crescimento na produção e nos lucros. As lições foram ensinadas aos diretores das corporações que se reuniram em Washington "para continuar uma das partes mais complexas de planejamento econômico da história", uma experiência que "diminuiu os temores ideológicos sobre o papel do governo na estabilização da economia, afirma o eminente historiador econômico Alfred Chandler. Ele e outros previram um retorno à depressão a menos que tais medidas fossem mantidas, de algum modo. O mundo de negócios reconheceu que a indústria avançada "não pode existir satisfatoriamente em uma economia pura, competitiva, sem subsídios e de "livre empreendimento" e que "o governo é seu único salvador possível" (*Fortune, BusinessWeek*). Os comentários referem-se especificamente à indústria de aviões, estabelecida com fundos públicos e com o lucro da época da guerra, mas podem ser generalizados. Por razões bastante conhecidas, o sistema do Pentágono foi preferido, em vez de alternativas, e foi revitalizado como o "salvador", sustentando e expandindo a indústria de aviação e seus subprodutos, incluindo o aço e os metais em geral, a indústria de eletrônicos, a química, os equipamentos, a automação e a robótica, além de outros componentes importantes da economia industrial.

Durante todo o tempo durante o qual a fábula pôde ser mantida, a Guerra Fria forneceu o pretexto, frequentemente como uma falácia consciente. O primeiro secretário da Força Aérea, Stuart Symington, apresenta claramente a questão em janeiro de 1948: "A palavra a ser citada não é "subsídio"; a palavra a ser citada é "segurança". O representante da

indústria em Washington, Symington, requeria regularmente que o orçamento militar "satisfizesse as exigências da indústria de aviação", como ele declara. A história continua sem mudanças essenciais até hoje em quase todos os setores atuantes da economia e, certamente, no Condado de Cobb. Lá, como em todos os outros lugares, o "setor privado" depende extensivamente dos pagamentos do governo, subsídios comumente chamados "segurança". Dramaticamente, novamente nos anos Reagan, a indústria depende da tecnologia avançada que é prontamente transferida das Forças Armadas para a utilização comercial. Esse fator preponderante para o desenvolvimento industrial moderno e o progresso econômico tem estado subentendido no mundo de negócios, sendo discutido também pela esquerda, embora o debate tenha sido perturbado pela literatura antimilitarista que se baseia no fato de que o caminho militar é prejudicial à economia quando comparado às alternativas civis.

Isso está certo, mas é irrelevante aos líderes de negócios, que explicaram há 50 anos porque preferiam a alternativa militar: primeiramente, razões de poder interno, não de saúde econômica.

Alguns desses tópicos estão, finalmente, sendo investigados em trabalhos acadêmicos importantes, o que é útil, embora mal-entendidos persistam na crença de que o que é encontrado "contraria as crenças dos analistas tanto da esquerda quanto da direita"; esteve claro na imprensa especializada e entre os críticos de esquerda durante muito tempo. Os mesmo estudos concluem que a "base industrial de defesa" deveria ser mantida — apropriadamente, na compreensão de que a riqueza deve ser protegida da disciplina de mercado e a população iludida em subsidiá-los³¹.

Essas são as razões mais importantes do porquê aumentam os gastos militares enquanto qualquer coisa que possa beneficiar a "grande besta" mas que ameace "a minoria abastada" deve ser bruscamente cortada.

Os princípios genéricos são claros e explícitos: livre-mercado é bom para o Terceiro Mundo e seus crescentes correlativos internos. Mães com crianças dependentes podem ser severamente instruídas sobre a necessidade de autoconfiança, mas não executivos e investidores dependentes, por favor. Para eles, o estado de bem-estar deve prosperar.

Uma observação mais detalhada novamente revela o que realmente está acontecendo.

Descontente com a atitude de Clinton de aumentar o orçamento do Pentágono em uma oposição radical ao desejo público, o porta-voz,

Gingrich, representante da Lockheed–Martin e outras indústrias de alta tecnologia, liderou o Congresso na aprovação de mais fundos públicos para seus eleitores ricos. Sob sua liderança, o Congresso aprovou US\$ 3.2 bilhões como suplemento "emergencial" para o faminto Pentágono, fundos a serem retirados de programas para a vasta maioria. Em uma atitude fútil e lívida que esclarece a questão, o democrata David Obey propôs substituir os US\$ 5-US\$ 7 bilhões de cortes planejados para a nutrição infantil, habitação e treinamento profissional por um atraso de cinco anos na distribuição dos aviões de caça Lockheed F-22, um (certamente subestimado) programa de US\$ 72 bilhões de dólares: *atraso*, não descontinuidade da traição ao contribuinte. A sugestão foi rejeitada sumariamente e muito pouco comentada.

A palavra a ser usada permanece "segurança", não "subsídio". E, como muito usualmente no passado, planos atuais para "defesa" são assim arquitetados para encorajar as ameaças de segurança. Uma ameaça menor é a Rússia; embora seja agora um aliado, continua uma ameaça potencial para a "preponderância" americana, o termo mais em moda atualmente nas normas globais. Mas a ameaça mais importante é a "proliferação de armamentos no Terceiro Mundo" informou à *Jane's* o diretor de Ciência e Tecnologia da Força Aérea, general Richard Paul.

Devemos manter os gastos militares e reforçar a "base industrial de defesa" devido à "crescente sofisticação tecnológica dos conflitos do Terceiro Mundo", o governo Bush explicou ao Congresso enquanto assistia à queda do muro de Berlim, aproveitando-a como o pretexto mais eficiente para o "subsídio". Ninguém que tenha prestado atenção no "sistema de segurança" ficará surpreso em saber que ambas as ameaças serão agravadas.

Parte dos fundos para o suplemento de emergência do Pentágono será retirado dos programas de incentivo ao desaparelhamento e salvaguarda dos arsenais nucleares da antiga União Soviética.

Para proteger-nos da ameaça resultante, teremos que "aumentar o orçamento do Departamento de Defesa", comentou Pete Peterson, representante democrata da Flórida. Além do mais, a "proliferação de armamentos no Terceiro Mundo" será estimulada, com novas contribuições à sua "sofisticação tecnológica crescente". O quinhão americano na venda de armas para os países de Terceiro Mundo atinge quase 3/4. Devemos, por consequência, fornecer-lhes armamentos mais avançados, assim teremos boas razões para estremecer. A venda dos caças F-16 com créditos

subsidiados pelo contribuinte possibilita à Força Aérea pagar à Lockheed para aperfeiçoar o avião e desenvolver o F-22 para se opor à ameaça que eles alardeiam. Os programas de bem-estar estendem-se além do país de Gingrich, enfatizou o general Paul, delineando o compromisso de "levar a dupla utilização [da Ciência e Tecnologia] para fora do Exército" visando ao "interesse nacional", "intensificando a nossa segurança econômica". Particularmente "intensificado" é o bem-estar das corporações americanas, a "transição de nosso trabalho", continuou o general Paul em um burocratismo padrão.

A empresa favorita de Gingrich financiada pelo governo entende perfeitamente a situação. A propaganda da Lockheed adverte que é um "mundo perigoso" no qual "aviões de caça sofisticados e sistemas de defesa aérea estão sendo vendidos" — a maior parte graças ao seu "salvador". Um dos autores acrescenta: "Vendemos o F-16 para todo o mundo; o que ocorre se [um amigo ou aliado] se volta contra nós?" Para evitar essa ameaça, devemos vender aos adversários em potencial armamentos ainda mais avançados e transferir ainda mais fundos públicos aos setores depreciados da população que carregam o fardo de lucros "deslumbrantes". Muito simples, realmente.

A venda de armas para países não democráticos — a maioria dos compradores — tem a oposição de meros 96% da população, de maneira que tais programas refletem o "mandato popular" tão bem quanto suas companhias³².

O Estado de Segurança Nacional é o favorito natural dos defensores das tiranias privadas. O estratagema facilita a transferência de fundos públicos para a indústria avançada e geralmente para os setores mais ricos, com o acovardamento do público diante de seus inimigos estrangeiros, assim os planejadores podem agir em "insulação tecnocrática", no jargão do Banco Mundial. Além disso, deve-se tratar com a "grande besta" de alguma forma, e a maneira mais fácil é amedrontá-los. Também com inimigos internos. Causar medo e aversão é um método-padrão. de controle popular, independentemente de o demônio ser os judeus, os homossexuais, terroristas árabes, rainhas do estado de bem-estar social (negros, por dedução), ou criminosos ocultos em ruelas escuras (Ditto). Enquanto as taxas de crimes permaneceram estáveis durante décadas, a percepção e o medo de crimes aumentaram bruscamente, em grande parte estimulado artificialmente, conclui o criminologista William Chambliss a partir do

controle de discursos públicos inflamados e de pesquisas; o mesmo ocorreu, muito dramaticamente, no que concerne às drogas³³.

É, conseqüentemente, razoável que os novos "conservadores" devam expandir ainda mais o sistema de segurança interno organizado e conduzido pelo Estado poderoso que eles desejam nutrir. Igualmente o Pentágono, o rápido crescimento do sistema penitenciário deve ser acelerado enquanto são desmanteladas as proteções constitucionais — por exemplo, pela legislação autorizando menos segurança às investigações (considerada uma "má ideia" por 69% daqueles que conferiram "o mandato"). As medidas drásticas dos projetos-de-lei sobre novos crimes não fazem muito sentido para uma "guerra contra o crime", conforme os especialistas têm dito com regularidade. Mas elas fazem muito sentido para uma guerra contra a população, com dois aspectos: amedrontando até a submissão uma grande maioria que é o alvo da redução de qualidade de vida e oportunidades; e a remoção da massa crescente de pessoas que são supérfluas, mas que devem, de algum modo, ser controladas à medida que se constitui internamente o modelo do Terceiro Mundo.

Sob os entusiastas reaganistas pelo poder estatal, o número de prisioneiros quase triplicou nos Estados Unidos, deixando muito para trás concorrentes principais, a Rússia e a África do Sul — embora a Rússia tenha recém-alcançado, começando a se apossar dos valores de seu tutor americano. A "guerra contra as drogas" extremamente fraudulenta serviu Como um expediente importante para o aprisionamento da população indesejada. Espera-se que os novos projetos-de-lei facilitem o processo, com sentenças muito mais severas. As muitas novas despesas das prisões também não são bem recebidas como um outro estímulo keynesiano para a economia. Isso é "Investimento nos Negócios", relata o *Wall Street Journal*, reconhecendo uma nova maneira de extorquir o público. Dentre os beneficiários estão a indústria de construção civil, as firmas de advocacia, o complexo penitenciário privado valorizado e lucrativo, "os nomes mais imponentes em finanças" tais como Goldman Sachs, Prudential e outros, "competindo para subscrever a construção de prisões com acordos privados e isentos de impostos. Também na fila está o "estatuto de defesa,... farejando uma nova linha de negócio" no monitoramento de alta tecnologia e nos sistemas de controle de um tipo que o Grande Irmão teria admirado³⁴.

Estas são razões básicas, parece, para o crescimento do que Chambliss chama "a indústria de controle do crime". Não que o crime não seja uma ameaça verdadeira à segurança e à sobrevivência — é, e assim tem sido por um longo tempo. Mas as causas não estão sendo controladas. Em vez disso, estão sendo exploradas como um método de controle popular, de várias formas.

Em geral, são os setores mais vulneráveis que estão sob ataque. As crianças são um outro alvo natural. A matéria foi abordada em trabalhos importantes, incluindo um estudo da UNICEF realizado por uma economista americana bem conhecida, Sylvia Ann Hewlett³⁵. Revisando os últimos 15 anos, Hewlett encontra um forte rompimento entre as sociedades anglo-americanas e o Japão-Europa continental. O modelo anglo-americano, escreve Hewlett, é um "desastre" as crianças e as famílias; o modelo europeu-japonês, ao contrario, melhorou consideravelmente a sua situação. Como outros, Hewlett atribui o "desastre" anglo-americano à preferência ideológica pelos "livres-mercados". Mas essa é somente meia-verdade. Independente do que queiramos chamar de ideologia reinante, é injusto manchar o bom nome do "conservadorismo" aplicando-o a essa forma de estadismo violento, reacionário e sem leis, com seu desprezo pela democracia e os direitos humanos, e também pelos mercados.

Detalhes à parte, não há muitas dúvidas sobre os efeitos do que Hewlett chama de "espírito anti-infantil desprendido nessas terras", nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha em primeiro lugar.

O "modelo anglo-americano negligenciado" privou, em muito, o apoio à criança, tirando-o do alcance da maioria da população. O resultado é um desastre para as crianças e suas famílias. Já no "modelo europeu muito mais protetor", a política social reforçou os sistemas de apoio a elas.

Uma Comissão dos Conselhos de Educação estatais e da Associação Médica Americana afirmou que "nunca houve antes uma geração de crianças com menos saúde, menos cuidadas ou menos preparadas para a vida do que seus pais eram na mesma idade" — embora somente nas sociedades anglo-americanas, onde um "espírito anti-infantil, antifamiliar" reinou durante 15 anos sob o pretexto do "conservadorismo" e dos "valores de família" — um triunfo doutrinal que qualquer ditador admiraria.

Em parte, o desastre é um resultado simples dos salários decrescentes. Em grande parte da população, ambos os pais têm que trabalhar demasiado para satisfazer meramente as necessidades básicas. E a eliminação das

"austeridades de mercado" significa que você tem de trabalhar horas extras com salários mais baixos. As consequências são previsíveis. O tempo de contato entre pais e filhos caiu radicalmente. Há um acréscimo brusco de confiança na TV para a supervisão das crianças, "crianças com a chave", alcoolismo infantil e uso de drogas, criminalidade, violência por e contra as crianças, além de outros efeitos óbvios sobre a saúde, a educação e a habilidade para participar em uma sociedade democrática — até mesmo na sobrevivência.

A fome é mais severa entre as crianças, com consequências permanentes. A fome também está "surgindo" entre os velhos, reporta o *Wall Street Journal*: muitos milhões de idosos americanos estão passando fome — e o número cresce regularmente", enquanto uns cinco milhões, aproximadamente 16% da população maior de 60 anos, "ou estão com fome ou mal nutridos em algum grau" — novamente, fenômeno desconhecido de outras sociedades desenvolvidas³⁶.

Para compreender o que tudo isso significa, deve-se ter em mente as vantagens incomparáveis dos Estados Unidos. Só para dar um indicativo, os níveis americanos de expectativa de saúde e vida da metade do século XVIII não foram alcançados até este século pelos *britânicos de classes altas*. A catástrofe social e econômica do capitalismo de estado é um fenômeno extraordinário — para a "grande besta" — sem falar no que causou em outros lugares.

Um alvo ainda mais vulnerável são as futuras gerações, que não possuem "votos" no mercado de modo que os custos dessa arrebatada concentração de riqueza podem ser livremente transferidos para eles. Esse é o efeito a longo prazo da desestruturação do sistema regulador que o exército de Gingrich espera levar através das fronteiras pela imposição de condições de avaliação custo-benefício em todas as regulamentações ambientais e de saúde. A imensa burocracia federal exigida para administrar o sistema pode ser interrompida com a recusa a financiá-la, e qualquer advogado de corporação deveria ser capaz de obstruir ações por muito tempo nesse campo de adivinhações e incertezas. As mudanças relacionadas ao sistema legal são planejadas para proteger crimes corporativistas impondo condições onerosas para as vítimas que buscam compensação, eliminando a proteção aos consumidores e aos pequenos investidores, e reduzindo os poderes de leis. Será uma dádiva para os "inescrupulosos" que "roubam dezenas de bilhões de dólares, talvez

centenas de bilhões" em fraudes financeiras e de seguro, observa o professor de legislação econômica, Benjamin Stein, com os prejuízos recaindo sobre os mais fracos, incluindo o contribuinte, de quem se espera o controle quando as coisas não vão bem, como no fiasco dos créditos e poupanças que acrescentou muitos bilhões ao déficit federal. E também um presente importante para corporações como a Philip Morris, o maior doador do exército de Gingrich, que necessita de proteção do governo para comercializar suas drogas letais, responsáveis por muito mais mortes do que sua variação ilegal, incluindo os não usuários (diferente das drogas pesadas)[37](#).

Em direção ao fim da história: a utopia dos patrões

Para a maioria da população, as condições de vida e trabalho estão decaindo, algo novo na história das sociedades industriais. A última edição do estudo anual "A situação da América Trabalhadora" conclui que durante a recuperação da recessão profunda da era Reagan em 1982, "a grande maioria das famílias perdia riqueza à medida que a economia crescia"; todos exceto os 20%, do topo da pirâmide, estimaram os autores. Quando a economia estagnou e entrou em recessão em 1988–91, "a riqueza diminuiu entre quase todos os grupos" e durante a recuperação de Clinton, os salários médios continuaram seu declínio imutável desde 1980. Salários para empregos de início de carreira — um prognóstico para o futuro — caíram 30% para os homens e 18% para as mulheres com segundo grau (3/4 da força de trabalho) e para os formados pelos cursos universitários, caíram 8% para homens e 4% para mulheres. Salários pagos por hora caíram mais de 10%, ainda mais do que isso para graduados em nível de segundo grau. Para os homens nessa condição, o rendimento real decaiu "assombrosos" 21% de 1979 a 1990, divulgou o *Relatório Econômico do Presidente* de 1994, decrescendo ainda mais desde então. Os índices de pobreza são o

dobro do nível de outros países industrializados; a pobreza infantil é particularmente alta, muito além de qualquer outro país industrializado, quase três vezes a média. No mesmo período, os salários de presidentes de companhias cresceram 66%, em segundo lugar, só perdendo para o aumento de 123% da Grã-Bretanha, embora os americanos mantenham sua liderança disparada na razão de pagamento presidente/empregado. O lento crescimento das riquezas ficou concentrado nos ativos financeiros, esmagadoramente mantidos pelos ricos. Houve uma "redistribuição espetacular" de riqueza, com a desigualdade sendo, atualmente, muito maior do que em qualquer outro país do mundo desenvolvido. A parte das riquezas líquidas negociáveis mantidas por 1% do topo da pirâmide social é, hoje em dia, duas vezes a equivalente na Inglaterra e 50% maior do que na França, o concorrente mais próximo na lista de Mishel–Bernstein. Em 1980, as diferenças entre esses países eram poucas, mas os programas reaganistas direcionaram 60% do lucro negociável a 1% de beneficiários dos rendimentos, enquanto os 40% da base sofreram uma perda real absoluta de riquezas líquidas; outras medidas são ainda mais inflexíveis³⁸.

Mishel e Bernstein identificam vários fatores na queda de salários: primeiramente, uma queda brusca do salário mínimo e o decréscimo na sindicalização dos trabalhadores, a expansão rápida de ofertas de emprego com baixos salários (80% dos novos empregos criados foram no setor de serviços da indústria que paga os menores salários) e a globalização da economia. Eles encontram pouco, talvez nenhum, impacto da tecnologia sobre os salários e a estrutura de empregos. Uma observação cuidadosa demonstra uma iniciativa estatal extensa em cada um desses progressos, favorecendo algumas forças econômicas, abalando outras consistentemente, de maneiras que servem "a minoria de abastados". Uma indicação é que "o surgimento de disparates salariais maiores ficou evidente somente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, os dois países que se moveram mais rapidamente para "desregular" seus mercados de trabalho", conquanto outros fatores (mudanças tecnológicas, etc.) não influenciam muito.

A situação geral é similar na Inglaterra, nem tanto na Europa continental e no Japão; embora em uma crescente economia globalizada, aqueles que persistem nas políticas mais severas e desigualitárias levarão os outros consigo. O fim da Guerra Fria oferece novas armas ao poder privado em sua batalha contra os "trabalhadores mimados ocidentais" que terão de enfrentar a realidade e desistir de seus "estilos de vida luxuosos" na

assombrosa nova ordem mundial, adverte a imprensa especializada. Mas alguns estão bem, como exultam as mesmas fontes. Depois de quatro anos contínuos de crescimento de dois dígitos nos lucros — agora em seu 450 ano de crescimento — espera-se que continuem seu crescimento "assombroso", como se espera, também, que os salários reais e os benefícios continuem sua queda constante. Ganhos por participação mais do que dobraram desde 1991 para as 500 maiores empresas e mantêm-se a expectativa de que a taxa de crescimento dobre em 1996; o retorno sobre o capital para corporações não financeiras também mais do que dobrou desde 1980, superando até mesmo o crescimento da pobreza, embora não se mantendo devido ao aumento da população carcerária³⁹.

Como ocorre com a democracia, os mercados estão sob ataque. Mesmo ignorando a intervenção massiva do Estado, a elevada concentração econômica e o controle de mercado oferecem infindáveis planos para evitar e prejudicar a disciplina de mercado, uma longa história para a qual não há tempo agora. Somente para mencionar um aspecto, aproximadamente 40% do "comércio mundial" ocorre intra-empresarialmente, mais de 50% nos Estados Unidos e no Japão. Este não é "comércio" em nenhum sentido significativo; em vez disso, são operações internas para corporações, centralmente gerenciadas por uma mão muito visível, com todos os tipos de mecanismos para abalar mercados no interesse do lucro e do poder⁴⁰.

Na realidade, o sistema quase-mercantilista do capitalismo corporativista transnacional é frequente nos tipos de "conspirações" dos patrões contra o povo sobre as quais Adam Smith advertiu, sem falar na confiança tradicional no poder do Estado e no subsídio público. Um estudo de 1992 da OCDE conclui que "concorrências oligopólicas e interação estratégica entre empresas e governos, mais do que a mão invisível das forças de mercado, condicionam a vantagem competitiva de hoje e a divisão de trabalho internacional nas indústrias de alta tecnologia", como na agricultura, farmacêuticos, serviços e importantes áreas da atividade econômica em geral. Não se pressupõe que a grande maioria da população mundial, sujeita às disciplinas de mercado e regaladas com os louvores a seus prodígios, ouça essas palavras; e raramente ouvem.

A globalização da produção põe armas terríveis nas mãos das tiranias privadas. Um outro fator crítico é a grande explosão de capital financeiro desregulamentado desde que Richard Nixon desmantelou o sistema Bretton Woods no início dos anos 70. As consequências da desregulamentação dos

mercados financeiros foram rapidamente conhecidas. Em 1978, James Tobin, laureado com o Prêmio Nobel de Economia, propôs que as transações cambiais estrangeiras fossem taxadas para diminuir a hemorrhagia de capital da economia real (investimento e comércio) às manipulações financeiras que constituem atualmente 95% das transações cambiais estrangeiras (comparado com os 10% de um total muito menor em 1970). Como Tobin observou nesse estágio inicial, tais processos levariam o mundo a um crescimento menor, a uma economia de baixos salários. Um estudo conduzido por Paul Volcker, antigo chefe do Banco Central americano, atribui quase metade da ladeira substancial no crescimento desde o início dos anos 70 a esse fator.

O economista internacional David Felix faz a interessante observação de que mesmo os setores produtivos que se beneficiariam da taxa de Tobin uniram-se ao capital financeiro para resistir a ela. A razão, sugere ele, é que as elites geralmente estão unidas pelo mesmo objetivo, ... retrair, talvez até liquidar, com o estado de bem-estar. A mobilidade instantânea de grandes somas de capital financeiro é uma arma potente para forçar os governos a seguir "Políticas fiscais responsáveis", que podem implantar nos países ricos o mesmo e o de diferenças sociais do Terceiro Mundo. Pelo alargamento da sombra jogada sobre a sociedade pelos grandes negócios e da restrição da capacidade do governo em atender aos desejos do povo, esses processos também prejudicam a ameaça de democracia, uma outra consequência bem-vinda. O interesse compartilhado das elites, sugere Felix, sobrepuja-se ao interesse restrito dos proprietários e gerentes dos setores produtivos da economia⁴¹.

A sugestão é razoável. A história da economia política e financeira produz vários exemplos da subordinação do ganho restrito ao interesse maior da minoria abastada que não tem, usualmente, consciência de classe numa sociedade movida pelos negócios como os Estados Unidos. Os exemplos incluem características centrais do mundo moderno: a criação e manutenção do sistema do Pentágono de bem-estar corporativista apesar de suas deficiências bem conhecidas; a estratégia declarada abertamente de desvio de lucros elevados para a criação de potencialidades excessivas no exterior como uma arma contra a classe trabalhadora interna; o planejamento de automação dentro do sistema estatal para intensificar o controle gerencial e desqualificar trabalhadores mesmo ao custo da eficácia

e da lucratividade, além de muitos outros exemplos, incluindo grande parte da política externa.

Temo que isso seja somente a ponta do iceberg. É fácil saber por que os patrões têm a verdadeira esperança de reprimir o odiado estado de bem-estar social, conduzindo a "grande besta" à sua toca e, finalmente, atingindo a "depravação ousada dos tempos" que tanto chocou a Madison em seus estágios bastante iniciais, com tiranias privadas agora livres da responsabilidade, mesmo limitada, do povo, assumindo sua função apropriada de "o grupo pretoriano [*sic*] do governo, ao mesmo tempo seu instrumento e seu déspota; seduzido por sua generosidade e intimidado por seus clamores e seus acordos". É também fácil compreender o desespero, a ansiedade, a falta de esperanças e o medo que predominam no mundo, fora dos setores ricos e privilegiados e daqueles que cantam seus louvores.

Refrear e reverter esse curso e restaurar um mínimo de respeito pelos valores do iluminismo, pela liberdade e pelos direitos humanos não será trabalho simples. O primeiro passo é dispersar as nuvens de falácias e distorções e aprender a verdade sobre o mundo, então se organizar e agir para mudá-lo. Isso nunca foi impossível, e também nunca foi fácil. Não é impossível agora, e continua não sendo fácil. Raramente houve na história uma época em que essa escolha implicasse tantas consequências humanas dramáticas.

Notas

[1.](#) Lake, New York Times, 26 de setembro de 1993; 23 de setembro de 1994.

[2.](#) Friedman, New York Times Week in Review, 2 de junho de 1992. Huntington, International Security 17:4, 1993.

[3.](#) Schoultz, Human Rights and United States Policy towards Latin America (Princeton, 1981); Maechling, Los Angeles Times, 18 de março de 1982.

[4.](#) Johnson, 1,2 de novembro; Public Papers of the Presidents, 1966, Bk II, 563, 568. Crossette, "U.N. Finds that its Reputation Has Slumped for Many in the U.S.", New York Times, 25 de junho de 1995. Bernstein, New York Times Magazine, 22 de janeiro de 1984. Para mais sobre esses temas esclarecedores, veja meu Detering Democracy (Verso, 1991; Hul & Wang,

Vintage, 1992); Letters from Lexington (Common Courage, 1993). A supressão do registro é tão digna de nota quanto a expressão das atitudes.

[5.](#) Hans Morgenthau, *The Purpose of American Politics* (Vintage, 1964).

[6.](#) Bairoch, *Economics and World History* (Chicago, 1993).

[7.](#) Prasannan Parthasarathi, *Who Was Rich and Who Was Poor in the Eighteenth Century*, mestrado em Harvard, maio de 1995; para aparecer em *Past and Present*, e muito mais completamente em uma futura tese de doutorado em Harvard.

[8.](#) Veja meu *World Orders, Old and New* (Columbia, 1994), para revisão desse e de outros casos, incluindo a renovação da história quando os Estados Unidos a controlou depois da Segunda Guerra Mundial. As restrições da Grã-Bretanha ao desenvolvimento nas colônias americanas já foi discutido por Adam Smith, que também condenou amargamente seus crimes na Índia.

[9.](#) Davidson, *Black Man's Burden* (Times Books, 1992). Sobre a Irlanda, veja Lars Mjølset, *The Irish Economy in a Comparative Institutional Perspective* (National Economic and Social Council, Government Publications, Dublin, 1992).

[10.](#) Sciolino, *New York Times*; Manuela Saragosa, *Financial Times*; 17 de novembro de 1994.

Sobre a conferência de Seattle, veja *World Orders*.

[11.](#) Korb, *Washington Post Weekly*, 17 de julho; John Aloysius Farrell, *Boston Globe*, 11 de junho; Robert Simison e Neal Templin, *Wall Street Journal*, 18 de maio de 1995.

[12.](#) Veja Richard Du Boff, *Accumulation and Power* (M. E. Sharpe, 1989) meu *Year 501* (South End, 1993).

[13.](#) Veja *World Orders* como fonte e para discussões adicionais. Também Sidney Plotkin e William Scheurman, *Private Incomes, Public Spending* (South End, 1994).

[14.](#) E. Childers, "The Demand for Equity and Equality: The North-South Divide in the United Nations". Conferência na Sociedade Jaunhir, 2 de julho de 1994, Genebra.

[15.](#) *Excelsior* (México), 21 de novembro de 1992. AP, BG; Katherine Seelye, *New York Times*; Kenneth Cooper e Dan Morgan, *Washington Post*; tudo em 9 de junho de 1995. UNIDO, Ian Hamilton Fazey, *Financial Times*, 3 de julho de 1995. Níveis de auxílio, estudo de ações, Robin Wright, *Los Angeles Times*, 13 de junho de 1995.

[16.](#) Steven Kull, Bulletin of Atomic Scientists, março/abril de 1995. Bósnia, Reuters, BG, 23 de julho de 1995. Auxílio, Robin Toner, New York Times, 16 de novembro de 1994; as cifras apresentadas são equivocadas, não distinguindo os gastos arbitrários.

[17.](#) The State of Working America, 1994–95 (Sharpe, 1994). Fortune, 12 de junho de 1995.

[18.](#) Carothers, In the Name of Democracy (Califórnia, 1991); em Abraham Lowenthal ed., Exporting Democracy (Johns Hopkins, 1991).

[19.](#) Veja Detering Democracy cap. 10 para uma revisão.

[20.](#) Oxfam Reino Unido/Irlanda Structural Adjustment and Inequality in Latin America, setembro de 1994. Serviço de Notícias da Nicarágua, 30 de abril-6 de maio de 1995. Veja World Orders para mais detalhes.

[21.](#) Veja meu artigo na Z magazine, novembro de 1994, para detalhes.

[22.](#) Para uma discussão recente de como me parece, veja World Orders e os artigos de 1995 na Z magazine e em outros lugares.

[23.](#) Business Week, 5 de junho; Richardson, The Bulletin, 17 de janeiro; Prowse, Financial Times, 19 de junho de 1995 Os comentários de Prowse frequentemente baseiam-se nos padrões do jornal que, como a imprensa de negócios em geral, tende a se manter livre de paixões ideológicas em seus relatos.

[24.](#) Maureen Dowd, New York Times, 15 de dezembro de 1994. New York Times, 5 de junho; David Wessel e Rick Wartzman, Wall Street Journal, 8 de junho de 1995. Revisão de notícias do National Public Radio "All Things Considered", 12 de maio de 1995.

[25.](#) Richard Morin, Washington Post Weekly, 9 de janeiro de 1994. Lawrence Korb, New York Times Magazine, 26 de fevereiro de 1994; op. cit. Jane's Defence Weekly, 28 de janeiro de 1995. Los Angeles Times, 18 de abril; Christopher Georges, Wall Street Journal, 17 de maio de 1995.

[26.](#) Christian Science Monitor, 11 de julho de 1995.

[27.](#) Jonathan Elliot, ed., The Debates in the Several State Conventions on the Adoption of the Federal Constitution, 1787, atas de Yale, vol. 1, segunda ed. (Lippincott, 1836), 450. Jules Kagan, Middle East International, 21 de outubro de 1994.

[28.](#) Nedelsky, Private Property and the Limits of American Constitutionalism (Chicago University Press, 1990).

[29.](#) Shipler, New York Times, Weekly Book Review concluindo que o sistema marginal da National Public Radio "desafia alguma doutrina

americana venerável" por não seguir as ordens do governo. Sobre o presente de rádios a corporações sob o pretexto da democracia, veja Robert Mc Chesney, Telecommunications, Mass Media and Democracy (Oxford, 1993).

[30](#). Peter Applebome, New York Times, 1 de agosto de 1994.

[31](#). M. R. Kelley e T. A. Watkins, Technology Review, abril de 1995; Science, 28 de abril de 1995. Chandler, "The Role of Business in the United States. a Historical Survey", Daedalus, Inverno de 1969.

[32](#). Eric Schmitt, New York Times, 23 de fevereiro; Reuters, BG, 3 de março; Eyal Press, Christian Science Monitor, 23 de fevereiro; William Hartung, Nation, 30 de janeiro de 1995. Jane's, op. cit. Programa Bush, veja Deterring Democracy, cap. 1.2.

[33](#). Chambliss, Social Problems 41.2, maio de 1994; New Left Review, primavera de 1994. Drogas, veja Deterring Democracy, caps. 4 e 5.

[34](#). Paulette Thomas, Wall Street Journal, 12 de maio de 1994.

[35](#). Hewlett, Child Neglect in Rich Societies (UNICEF, 1993).

[36](#). Michael McCarthy, Wall Street Journal, 8 de novembro de 1994.

[37](#). Stein, New York Times, 30 de julho de 1995.

[38](#). Lawrence Mishel e Jared Bernstein, The State of Working America: 1994-95, (M.E. Sharpe, 1994); Edward Wolff, Top Heavy (Twenty Century Fund, 1995).

[39](#). Fortune, 15 de maio, 1 de maio; Business Week, 17 de julho de 1995.

[40](#). Para detalhes, veja World Orders. Cifras americano-japonesas, Relatório de Investimentos Mundiais das Nações Unidas de 1993, citado por Vincent Cable, Daedalus, primavera de 1995.

[41](#). Felix, "The Tobin Tax Proposal", Working Paper #191, junho de 1994, Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas; Challenge, maio/junho de 1995. Wall Street Journal, 9 de maio de 1994.

6

A colonização do Oriente Médio: origens e contornos

"O que dizemos acontece"

Muito mais de um ano se passou desde a assinatura do acordo Israel-Arafat de setembro de 1993, a Declaração de Princípios (DOP)¹. Os signatários receberam seus prêmios Nobel da Paz. O real significado do que eles assinaram torna-se mais claro atualmente, com a diminuição das ambiguidades. É um bom momento para refletir sobre o que aconteceu e por que, e se o "processo de paz" será bem-sucedido.

Considerados literalmente, os termos do DOP aderem intimamente às posições americano-israelenses sustentadas de modo consistente e durante mais de vinte anos em um incrível isolamento internacional. Os Estados Unidos e seus clientes-aliados que dominam a região interpretam os termos bastante literalmente, dessa forma surgem desenvolvimentos subsequentes — dificilmente uma surpresa, dado que eles criaram e impuseram tais termos. Essa posição tem seu lugar dentro de uma concepção americana, que data da Segunda Guerra Mundial, mais ampla sobre a forma como a região deveria ser organizada. Embora seus princípios tenham permanecido estáveis por um longo período, foi só há pouco que Washington pôde implementá-los efetivamente. Isso me parece a essência do "processo de paz" em andamento.

O próprio termo "processo de paz" é um orwellismo padrão, utilizado indiscriminadamente nos Estados Unidos e adotado por grande parte do mundo em decorrência de sua influência e poder.

Na prática, o termo refere-se a qualquer coisa que a liderança americana esteja fazendo no momento — frequentemente abalando o processo de paz no sentido literal do termo, como a análise dos fatos esclarece bastante.

A Guerra do Golfo estabeleceu a dominação americana no Oriente Médio a um nível nunca antes atingido, tornando possível a Washington organizar o "processo de paz" de acordo com a pauta dos Estados Unidos, iniciando com os encontros de Madri em 1991. Uma avaliação séria da diplomacia recente deveria começar aqui.

Enquanto bombas e mísseis estavam chovendo em Bagdá e os recrutas desafortunados do Iraque escondiam-se nas areias, George Bush orgulhosamente anunciava o lema da Nova Ordem Mundial, em quatro palavras simples: "O que dizemos, acontece". "O que dizemos" foi logo pronunciado sem menos clareza à medida que as armas silenciaram, e Bush voltou à prática antiga de fornecer assistência e proteção a Saddam Hussein enquanto ele esmagava, sem piedade, a revolta dos Xiitas e curdos sob os olhos das forças aliadas vitoriosas, que se recusaram a mexer um dedo. A proteção a Saddam Hussein era tão extrema que o comando americano não permitiu nem que os generais rebeldes iraquianos utilizassem os equipamentos apreendidos do Iraque para a defesa da população contra o massacre de Saddam. Um plano saudita de proteção à insurreição xiita indígena foi rapidamente destruído pelo governo Bush².

O significado da nova Ordem Mundial não poderia ter sido mais vividamente articulado. A situação da cultura ocidental é também esclarecida pela reação: a grande maioria aplaudiu a competência e habilidade de nossos líderes estadistas.

As razões para a postura tolerante de Washington em relação ao massacre em andamento foram delineadas na época por importantes analistas: as atrocidades de Saddam certamente nos feriam, mas eram necessárias para a "estabilidade" — um outro termo útil do discurso político, que traduz-se como "qualquer coisa que sirva aos interesses do poder".

A justificativa oficial foi resumida por Thomas Friedman, então correspondente diplomático, chefe do *New York Times*. Washington esperava "o melhor dos mundos", explicou Friedman: "uma junta iraquiana com punho de ferro sem Saddam Hussein". Isso recuperaria o *status quo* anterior quando o "punho de ferro [de Saddam]... manteve unido o Iraque, para satisfação dos aliados americanos, Turquia e Arábia Saudita" — e, é

claro, o chefe em Washington. Mas esse resultado oportuno provou-se inexequível, assim os chefes da região tiveram que se decidir pela segunda opção, ou seja, a mesma "mão de ferro" que eles haviam fortificado mesmo quando torturava dissidentes e envenenava os curdos era bastante aceitável enquanto o gângster de plantão estava seguindo ordens sobre as matérias principais. Somente uns poucos meses antes de Saddam conquistar o Kuwait, George Bush aproveitou a ocasião da invasão do Panamá para anunciar os planos do fim da interdição aos créditos ao Iraque, implementado pouco tempo depois de os Estados Unidos atingirem o "objetivo de aumento das exportações americanas e colocando-nos em uma posição melhor para discutir com o Iraque o que concerne seu registro sobre direitos humanos...", explicou o Departamento de Estado com total descaramento às novas investigações do Congresso. A mídia e os principais jornais consideraram a matéria toda desmerecedora de relato, ou mesmo de um simples comentário³.

Somente para esclarecer, nem todos consideravam a possibilidade do restabelecimento da "Besta de Bagdá" ou de algum clone condizente como a "besta de todos os mundos", por exemplo, os dissidentes iraquianos. O banqueiro estabelecido em Londres, Ahmed Chalabi, condenou amargamente a postura de Washington: "Os Estados Unidos, baseados na afirmação de não interferência nos assuntos do Iraque, estão aguardando que Saddam chacine os rebeldes na esperança de que ele possa ser deposto mais tarde por um oficial conveniente", disse ele; uma atitude enraizada na política americana de "apoiar as ditaduras para manter a estabilidade".

O povo americano foi poupado de tais observações discordantes, e assim o foi durante toda a crise. As vozes dos dissidentes iraquianos estavam disponíveis somente para os leitores da imprensa marginal dissidente que publicava o que era possível descobrir de fontes estrangeiras e para os participantes dos encontros públicos organizados pelos grupos de justiça e paz que apresentavam em um fórum os líderes de oposição iraquianos vindos da Europa. Esse acontecimentos tampouco 'ao bem-vindos, por isso consignados a seu lugar usual em favor de uma versão mais audaciosa que altera os fatos facilmente determináveis — uma história interessante que não abordarei aqui.

Os porta-vozes oficiais americanos confirmaram que o governo Bush não conversaria com os líderes de oposição iraquianos: "Sentimos que reuniões políticas com eles... não seriam apropriadas à nossa política atual",

o porta-voz do Departamento de Estado, Richard Boucher, declarou em 14 de março. Concordava o sistema de informação, continuando a excluir autênticos dissidentes iraquianos da grande imprensa. Foi somente em abril, muito depois do fim das hostilidades, que o *Wall Street Journal*, em benefício de sua própria reputação, rompeu as barreiras e ofereceu espaço a um porta-voz da oposição democrática iraquiana, Chalabi, que descreveu o resultado como "o pior de todos os mundos possíveis" para o povo iraquiano, cuja tragédia é "apavorante".

De acordo com a versão padrão, apresentada alguns dias depois pelo correspondente do *New York Times* no Oriente Médio, Alan Cowell, os rebeldes fracassaram porque "muito poucas pessoas fora do Iraque queriam que eles fossem bem-sucedidos". Os Estados Unidos e "seus parceiros árabes de coalizão" chegaram a "uma visão surpreendentemente unânime". Explicou ele: "independente dos pecados do líder iraquiano, ele ofereceu ao ocidente e à região uma esperança maior de estabilidade de seu país do que aquelas pessoas que sofreram a sua repressão". A conclusão é lógica se entendemos que pessoas excluí os dissidentes iraquianos e a população dos "parceiros árabes de coalizão", pelo menos o Egito, o único livre o suficiente para permitir que algumas de suas vozes fossem ouvidas. É verdade, entretanto, que a "visão unânime" inclui as pessoas que interessam: Washington, salas de redação e colunistas, além dos ditadores da região.

Também incluía a Turquia e Israel, o primeiro preocupado com sua própria população curda brutalmente reprimida e o último temendo que a autonomia curda no Iraque pudesse "criar uma proximidade militar, territorial entre Teerã e Damasco", um potencial "perigo para Israel" (Moshe Zak, editor-chefe do jornal diário de grande circulação *Ma'ariv*, explicando o apoio a Saddam de parte do alto comando militar e de uma ampla gama de opiniões políticas, incluindo defensores importantes de negociação). As preocupações turcas mereceram algum comentário, mas a reação israelense não⁴.

Agora reconhece-se, incidentalmente, que quando seu amigo desobediente invadiu o Kuwait, o governo Bush esperava que ele se retirasse rapidamente, deixando para trás um regime de marionetes — ou seja, repetindo o que os Estados Unidos tinham recentemente feito no Panamá.

Não há paralelo histórico exato. Em um encontro realizado imediatamente após a invasão do Kuwait por Saddam, o chefe da Junta de Estado Maior, Colin Powell, argumentou contra a intervenção militar em terra porque o povo americano "não quer seus jovens morrendo por U\$ 1.50 de petróleo". "O Iraque vai se retirar em poucos dias", disse ele, "apresentando sua marionete.

Todos no mundo árabe estarão felizes". Em contraste, quando Washington retirou-se parcialmente do Panamá depois de apresentar suas marionetes, muitos estavam bem longe da felicidade (sul da fronteira). O assalto americano ao Panamá causou muita revolta por todo o hemisfério, tanto que o regime de marionetes foi expulso do grupo das oito democracias latino-americanas como um país sob ocupação militar. Washington estava bem consciente, observa o estudioso sobre América Latina Stephen Ropp, "que a remoção do manto de proteção americana rapidamente resultaria na deposição de Endara e seus apoiadores"—, ou seja, o regime de marionetes de banqueiros, homens de negócios e narcotraficantes instalados com a invasão Bush — mesmo que a Comissão de Direitos Humanos do próprio governo afirme que os direitos de autodeterminação e soberania do povo panamenho continua a ser violado pelo "estado de ocupação por forças armadas estrangeiras", quatro anos depois da invasão⁵.

Tais fatos (não relatados) à parte, a analogia pode permanecer — ou poderia, se pudesse ser compreendida, ou até mencionada, pela imprensa dominante.

As preocupações de Washington explicam por que teve que bloquear cada iniciativa que pudesse ter levado às negociações sobre a retirada iraquiana, como fez, e por que a mídia internacional teve de encobrir os fatos sobre as opções diplomáticas, como eles também fizeram — de fato, com eficácia surpreendente, embora se admitisse discretamente, algumas vezes, que os fatos eram conhecidos. Há uma literatura crítica extensa sobre o desempenho da mídia durante a guerra, mas ela também aborda superficialmente a matéria, claramente a mais importante. A necessidade de se manterem obscuros os acontecimentos, torna-se particularmente clara quando descobrimos que na noite do bombardeio, o povo americano, na média de dois para um, apoiava um acordo baseado na retirada das tropas iraquianas no contexto de consideração dos problemas regionais, sem saber que o próprio Iraque havia proposto isso algumas semanas antes e que Washington havia rejeitado sumariamente a proposta. Os mesmos padrões

são sustentados por trabalhos eruditos atuais, uma outra história interessante que não abordarei aqui. De modo semelhante, o registro de documentos tornados públicos, que revelam muito do que acontecia, é também ignorado pelos estudos mais admirados como o foi pela mídia. Somente em trabalhos alternativos pode-se encontrar exceções à regra⁶.

Na expressão bem conhecida de Tácito de que "uma vez exposto, o crime não tem refugio, mas audácia", esse triste desempenho é agora padronizadamente considerado uma ilustração de como o sistema democrático encoraja a avaliação cuidadosa, deliberada e sensata de todos os aspectos de um assunto importante antes de que decisões sérias sejam tomadas.

A concepção estratégica

A Guerra do Golfo ocorreu em oposição à prática de mudanças importantes na economia internacional e nos negócios globais que deram a oportunidade aos Estados Unidos de organizar o mundo que não apreciava desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Nas cinzas dessa catástrofe, os Estados Unidos foram finalmente capazes de expulsar do hemisfério seus principais rivais, a França e a Inglaterra, e implementar a Doutrina Monroe. Nesta década, os americanos conseguiram ampliar a Doutrina Monroe sobre todo o Oriente Médio. Para compreender o que isso implica para a região, é necessário dissipar a névoa de ideologia e observar como a Doutrina foi realmente entendida pelos planejadores. Tomemos somente o governo Woodrow Wilson no momento auge do "idealismo" na política externa. A Doutrina Monroe baseia-se no "egoísmo exclusivo", explicou privadamente o secretário de Estado de Wilson, Robert Lansing, e, defendendo-a, os Estados Unidos "consideram seus próprios interesses. A integridade de outras nações americanas é um incidente, não um fim". O presidente concordou, acrescentando que seria "apolítico" deixar o público conhecer o segredo. Essa aplicação do "idealismo wilsoniano" é somente razoável, acrescentou o secretário do Interior, porque os latino-americanos são "crianças levadas que estão aproveitando todos os privilégios e os direitos dos adultos", comportamento que exige "uma mão de ferro, uma mão autoritária"⁷.

Obter o controle unilateral da região produtora de petróleo do Oriente Médio não é uma conquista pequena. Quando os Estados Unidos se

tornaram uma verdadeira superpotência na década de 40, a liderança política considerava a região a principal "área estrategicamente importante do mundo" (Eisenhower), "uma fonte estupenda de poder estratégico e um dos maiores prêmios materiais na história do mundo", bem como "provavelmente, o prêmio econômico mais rico do mundo no campo de investimentos estrangeiros" (Departamento de Estado, década de 40) um prêmio que os Estados Unidos pretendiam manter para si mesmos e seu cliente britânico na Nova Ordem Mundial ostentada naquela época.

Desde então, os Estados Unidos ativeram-se à concepção estratégica para a região herdada dos predecessores ingleses. O grande "prêmio material" deve ser administrado pelos nativos, por meio de ditaduras familiares fracas e dependentes que façam o que se lhes é dito. Elas constituem o que os planejadores imperialistas britânicos chamaram de "fachada árabe" que permitiria à Grã-Bretanha governar baseada em várias "facções constitucionais" depois da concessão de independência. Os chefes de estado podem ser tão brutais e corruptos quanto queiram desde que cumpram sua função. Nesse aspecto, eles se tornam parte de uma coleção impressionante de tiranos e assassinos: uma série de oficiais militares latino-americanos como Suharto, Marcos, Mobutu, Ceaucescu e um exército de outros como eles. E difícil imaginar um crime que pudesse excluir alguém deste clube. Inclusive Stálin seria aprovado. Truman gostava e admirava o "honesto" líder russo. Sua morte seria uma "verdadeira catástrofe", acreditava Truman, acrescentando que ele poderia "lidar com" Stálin desde que os Estados Unidos seguisse seu curso em 85% do tempo. As ações de Stálin em seu próprio país não eram seu problema. Outras figuras respeitadas concordaram, incluindo Churchill, cujos louvores repulsivos pelo excesso de lisonja ao tirano sanguinário continuaram em 1945: "o premier Stálin foi uma pessoa de grande poder, em quem tinha toda confiança", disse Churchill a seu gabinete depois de Yalta, expressando sua esperança de que ele continuasse no comando.

Não há nada de novo no apoio oferecido aos monstros do Oriente Médio e na irrelevância dos crimes mais horrendos se os propósitos mais elevados da "estabilidade" são atendidos. A menos que tais características persistentes da "diplomacia realmente existente" sejam compreendidas, o que está ocorrendo no mundo permanecerá um mistério.

A fachada deve ser protegida das pessoas da região que são atrasadas e incivilizadas e não parecem compreender as razões pelas quais o "prêmio

econômico mais rico do mundo" não os beneficia, mas os investidores ocidentais. Dessa maneira, é necessário confiar em membros das forças militares locais para manter a ordem — várias vezes, o Irã, a Turquia, o Paquistão e outros. O músculo americano e britânico permanece no plano de fundo, se necessário. Israel inclui-se na segunda desses três níveis de controle.

Nos corredores do poder, as ideias básicas são entendidas bastante bem, embora não seja considerada uma prática saudável falar muito francamente; assim, não nos apropriamos de recursos para nós mesmos mas, em vez disso, os recusamos a inimigos potenciais em autodefesa; independentemente dos fatos, nós e nossos aliados estão empenhados em "contraterrorismo" ou "represália", não "terrorismo", *etc.* Alguns esclarecimentos, então, emergem da neblina.

Muito impressionado com os sucessos militares de Israel na guerra de 1948, a Junta dos Chefes de Estado-Maior descreveu o novo estado como a maior potencial militar regional depois da Turquia, oferecendo aos Estados Unidos meios de "obter vantagens estratégicas no Oriente Médio que compensariam os efeitos do declínio do poder britânico na área". Dez anos mais tarde, o Conselho de Segurança Nacional concluiu que um "corolário lógico" de oposição ao nacionalismo árabe crescente "seria manter Israel como a única potência forte pró-ocidental restante no Oriente Médio". Durante a década de 60, analistas americanos viram o poder de Israel como uma barreira às ameaças nasseritas à *fachada*, uma percepção confirmada pela destruição da força militar egípcia por Israel em 1967. A tese de que Israel poderia servir como um "trunfo estratégico" defendendo os interesses e clientes americanos das forças nacionalistas recebeu apoio adicional em 1970, quando Israel reprimiu uma clara ameaça síria ao Reino da Jordânia e, talvez, aos produtores de petróleo. Ratificada nos anos que se seguiram.

A tese do trunfo estratégico encontrou seu lugar natural dentro da doutrina Nixon, que reconheceu que os Estados Unidos "não podiam mais brincar de policiais do mundo" e, por consequência, iriam esperar que outras nações coloquem mais tiras em campo nas suas próprias vizinhanças" (secretário de Defesa, Melvin Laird). A base, ficava entendido, continuaria em Washington; outros devem perseguir seus "interesses regionais" dentro da "estrutura global de ordem" controlada pelos Estados Unidos, como Henry Kissinger expressou a ideia geral, advertindo a Europa para não quebrar as regras. Os dois principais tiras

responsáveis pelo distrito policial do Oriente Médio eram Israel e o Irã, aliado secretamente. Estudos referem-se comumente à estratégia de "dois pilares" para o controle americano, com o Irã e a Arábia Saudita em mente, que foi uma "estratégia de três pilares", pelo menos desde os anos 70.⁸

Em maio de 1973, o principal especialista do Senado sobre petróleo e Oriente Médio, o falcão (Gíria americana para qualificar alguém que prega uma política exterior agressiva e belicosa) democrata Henry Jackson observou que a dominância americana da região é salvaguardada pela "força e orientação ocidental de Israel no Mediterrâneo e do Irã no Golfo Pérsico", dois "amigos confiáveis dos Estados Unidos". Esses amigos "têm servido para inibir e conter aqueles elementos irresponsáveis e radicais em certos países árabes que, sendo livres para fazê-lo, tornar-se-iam uma grave ameaça às nossas principais fontes de petróleo no Golfo Pérsico". Na época, os americanos utilizavam escassamente essas fontes. O principal produtor mundial de petróleo até 1970 era a Venezuela, tida pelo Governo Wilson como um feudo privado meio século antes, afastando a Grã-Bretanha — um outro modo de ilustrar o "idealismo wilsoniano", neste caso, sua dedicação à "porta aberta" e ao princípio da "autodeterminação". Outras reservas no hemisfério ocidental também eram substanciais. Mas a fonte de petróleo mundial mais barata e abundante, na região do Golfo, era necessária como uma reserva e uma alavanca para a dominação do mundo, e para a imensa riqueza que emanou dela, primeiramente para os Estados Unidos e a Grã-Bretanha.

Caso os materiais de arquivo tornem-se disponíveis, devem ter muito a acrescentar sobre as relações tácitas durante todos esses anos entre a fachada árabe e os dois principais responsáveis pela região, com os quais eles estavam oficialmente em conflito. Isso é muito improvável que ocorra na Arábia Saudita e nos Emirados do Golfo e, infelizmente, muito menos provável do que um dia foi nos Estados Unidos depois da mudança na política visando a uma censura bastante mais severa sob o governo Reagan, aparentemente, ainda em efeito. Descobertas recentes do historiador israelense Benny Morris também levantam dúvidas sobre os arquivos de Israel.⁹ As relações secretas entre Israel e o xá foram extensivamente reveladas, a maioria em Israel.

Não seria nenhuma surpresa que depois da queda do xá, Israel e a Arábia Saudita começassem a cooperar, ao mesmo tempo, na venda de armamentos para o Exército iraniano. Tem havido um registro público

substancial desde 1982. Essas são as fases iniciais do que se tornou, mais tarde, conhecido como o escândalo das "armas para os reféns"; quando não se podia mais conciliar as partes. Não havia reféns quando a operação Estados Unidos-Israel-Arábia Saudita começou, e os alto oficiais israelenses foram bastante francos na explicação do que estava acontecendo desde os primeiros dias: um esforço para inspirar um golpe militar visando restaurar a antiga ordem.

Ademais, isso é somente "procedimento operacional padrão". A maneira usual de depor um governo civil é estabelecer relações com elementos no Exército, os companheiros que terão de realizar o trabalho. O projeto, algumas vezes, é bem-sucedido; a Indonésia e o Chile foram dois exemplos recentes. O Irã acabou se tornando uma noz mais dura de ser quebrada¹⁰.

Os direitos são garantidos para os vários atores de acordo com seu lugar dentro da concepção estratégica geral. Os Estados Unidos têm direitos por definição. Os policiais em campo têm direitos a menos que fracassem e, neste caso, se muito independentes, tornam-se inimigos. Os controladores locais têm direitos, à medida que se atém a seus problemas. Se é necessária uma "mão de ferro" para preservar a "estabilidade", encontra-se uma. As pessoas nos bairros miseráveis do Cairo ou nas vilas do Líbano, além de outros como elas, não possuem nem riqueza nem poder; conseqüentemente, não têm direitos, pela lógica simples. Seus interesses também são "um incidente, não um resultado". Como para os palestinos, não somente lhes falta direitos, mas, pior, eles são um aborrecimento, um inconveniente; seu destino infeliz tem sido um efeito irritante e dilacerador na opinião popular árabe. Por conseqüência, eles têm direitos *negativos*, um fato que explica muita coisa. Tem sido necessário conter a fervura de algum modo, com o uso de violência ou de alguma outra maneira. A ideia é a de que se o problema palestino pode ser eliminado, deveria ser possível trazer à tona as relações tácitas entre as partes que detêm direitos, e estendê-las, incorporando outras em um sistema regional dominado pelos Estados Unidos na maior "área estrategicamente importante do mundo".

Essa sempre foi a lógica básica do "processo de paz". A estrutura, estável e duradoura, não nos permite inferir o que acontece e o que, provavelmente, continuará acontecendo; assuntos humanos são muito complexos para isso. Mas chega-se, surpreendentemente, próximo.

Até recentemente, não foi possível impor completamente a concepção estratégica condutora, em parte devido às limitações do poder americano,

em parte como resultado dos problemas que surgiram do Compromisso em manter o papel crucial de Israel como um "trunfo estratégico". Esse papel teve suas dimensões acrescidas durante as décadas de 70 e 80, atingindo muito além do Oriente Médio. Isso foi uma consequência das iniciativas do Congresso do início da década de 70 de impor condições de direitos humanos às ações do Executivo; tais iniciativas são um dos efeitos importantes dos movimentos populares dos anos 60 que mudou consideravelmente as atitudes e percepções do público em geral sobre uma ampla gama de assuntos, para a desgraça Considerável da opinião da elite¹¹. Consequentemente, tornou-se necessário que os planejadores aderissem, cada vez mais, a paliativos. Só para Citar um exemplo extraordinário, quando John F. Kennedy decidiu mandar as Forças Armadas americanas bombardear o Vietnã do Sul, não houve um sussurro de protesto; mas quando os reaganistas tentaram conduzir operações similares na América Central, houve uma comoção pública e eles tiveram de se recolher a massivas operações clandestinas de terror.

Israel assumiu novas funções nesse contexto. Assim, quando as condições de direitos humanos impostas pelo Congresso impediram que o presidente Carter enviasse aviões de caça à Indonésia em 1978 no auge das atrocidades no Timor Leste, ele pode arranjar para que Israel enviasse caças americanos que seriam fornecidos posteriormente aos israelenses. As maiores contribuições, entretanto, foram na África e na América Latina; particularmente à medida que o governo Reagan formava uma rede internacional de terror de dimensões impressionantes, incluindo os neonazistas argentinos, Taiwan, África do Sul, Inglaterra, Arábia Saudita, Marrocos e outros. Lembre-se de que operadores pequenos contratam terroristas, mas os grandes preferem estados terroristas.

Têm havido alguns debates internos sobre a questão do papel central de Israel nas políticas americanas para o Oriente Médio. Mas por muitas razões, que não são sem interesse, a tese do trunfo estratégico poucas vezes encarou algum sério desafio. As poucas tentativas de afastar-se dela foram rapidamente reprimidas, em grande parte como reconhecimento das demonstrações da habilidade militar de Israel, que muito impressionaram não somente aos líderes americanos, mas também a um amplo espectro de opiniões intelectuais.

Essas estão entre as razões pelas quais os Estados Unidos, consistentemente, abalaram ou deflexionaram os esforços militares para

resolver o conflito por mais de 20 anos. Muitas dessas iniciativas exigiam algum reconhecimento dos direitos palestinos, ao passo que Washington insiste que os palestinos não têm nenhum direito que possa interferir no poder de Israel. Além do mais, tais iniciativas exigiam algum tipo de envolvimento internacional em um acordo; outra coisa que Washington não está disposto a aceitar, embora uma exceção possa ser feita ao seu "substituto" britânico, para utilizar a expressão de um conselheiro influente de Kennedy, descrevendo o "relacionamento especial" como compreendido pelo parceiro superior. Foi necessário "garantir que os europeus e os japoneses não se envolvessem na diplomacia que se refere ao Oriente Médio", como explicou, privadamente, Henry Kissinger¹².

As premissas fundamentais estão tão profundamente enraizadas que entraram para a terminologia na qual as questões são estruturadas. Consideremos o termo "rejeicionismo" que, se utilizado com um sentido neutro, deveria se referir à rejeição do direito de autodeterminação nacional de um ou outro dos dois grupos que clamam por tal direito na antiga palestina: a população nativa e os colonizadores judeus que, gradualmente, os substituíram¹³. Mas o termo não é utilizado com essa concepção. Mais exatamente, "rejeicionistas" são aqueles que rejeitam os direitos de *um* competidor, os judeus: alguns componentes da OLP, o governo do Irã e alguns outros. Por contraste, aqueles que rejeitam os direitos dos palestinos (incluindo os dois maiores blocos políticos de Israel, ambos os partidos políticos americanos, os governos de Israel e dos Estados Unidos e, virtualmente, toda a opinião articulada americana) são "moderados" ou "pragmatistas", até mesmo "mensageiros da paz". Mais impressionante ainda, sem nenhuma vergonha, as pessoas e organizações consideradas "libertadores civis" podem denunciar como "ultrajante" a "comparação entre aqueles israelenses que se opõem à criação de um estado potencialmente hostil nas fronteiras de Israel e aqueles palestinos que ainda apoiam a destruição de Israel..." — ou seja, a comparação entre aqueles que negam o direito de autodeterminação para os palestinos e aqueles que negam o direito aos judeus israelenses¹⁴.

O uso racista está tão firmemente implantado que passa despercebido e é inteligível quando aludido. Como Orwell observou em sua discussão sobre 'censura... voluntária na Inglaterra', o estratagema mais efetivo e o acordo geral tácito que "não faria" para mencionar esse fato em particular"; é função de uma educação decente inculcar os talentos necessários exigidos.

E um dos fatos que "não faria" para mencionar, nem mesmo para pensar, é de que os Estados Unidos têm sido, durante longo tempo, o líder do Fronte da Rejeição.

É válido observar que a Guerra Fria foi uma consideração secundária para a grande maioria, um fato algumas vezes reconhecido nas discussões internas. Assim, em março de 1958, o secretário de Estado, John Foster Dulles, informou ao Conselho de Segurança Nacional que nem o comunismo nem a União Soviética estavam envolvidos nas três maiores crises mundiais da época, todas envolvendo o mundo islâmico: o Oriente Médio, o norte da África e a Indonésia. E quando um participante sugeriu que outros poderiam estar fazendo o trabalho dos russos, o presidente Eisenhower fez uma "censura rigorosa", revelam os registros.[15](#)

Difícilmente precisamos discutir mais o assunto; está sendo admitido, mesmo oficialmente, que o pretexto não serve mais a nenhum propósito útil. A transição foi rápida. Ainda em 1989, os Estados Unidos estavam se defendendo da agressão comunista global. No fim daquele ano, não era o que estava (ou ainda está) fazendo. Em março de 1990, a Casa Branca fez sua apresentação regular ao Congresso para explicar por que o orçamento do Pentágono deve ser mantido em seu nível colossal, a Primeira apresentação desde a queda do muro de Berlim em novembro de 1989. A conclusão foi a habitual, mas as razões eram diferentes agora: a ameaça não era o Kremlin, mas a "sofisticação tecnológica crescente" do Terceiro Mundo. Em particular, os Estados Unidos devem manter suas forças intervencionistas apontadas para o Oriente Médio devido à "confiança do mundo livre nos fornecimentos de energia dessa região essencial", sendo que as "ameaças a nossos interesses não poderiam estar depositadas na porta do Kremlin" em anos recentes. Ou, nesse aspecto, diante de um fato algumas vezes reconhecido, como em 1958. Ou em 1980, quando o planejador da Força de Distribuição Rápida (*Rapid Deployment Force*) do presidente Jimmy Carter (mais tarde, Comando Central), dirigida primeiramente ao Oriente Médio, testemunhou ante o Congresso que sua função mais provável não era resistir ao ataque soviético (altamente implausível), mas cuidar dos nativos e da inquietação regional: o "nacionalismo radical" que sempre foi uma preocupação primária.[16](#)

É claro, tanto no Oriente Médio como em qualquer outro lugar, os alvos do ataque americano voltaram-se aos russos na busca de apoio, que o Kremlin desejava, às vezes, oferecer por razões puramente cínicas e

oportunas. E o poder soviético tinha um efeito coibitivo, como a história demonstra repetidamente. Mas, à parte dessas qualificações, permanece uma verdade; "as ameaças a nossos interesses não poderiam estar depositadas na porta do Kremlin".

Em 1991, Washington estava em posição de atingir seus objetivos estratégicos com pouca atenção à opinião mundial. Não era mais necessário prejudicar todas as iniciativas diplomáticas, como Washington vinha fazendo durante mais de 20 anos. A União Soviética acabara e, com ela, o espaço para o não-alinhamento, um fato importante sobre os assuntos mundiais que recebeu pouca atenção do ocidente, mas que foi reconhecido com muita preocupação no Terceiro Mundo.

Em um jornal chileno, o autor bastante conhecido, Mario Benedetti, escreveu que a combinação do enfraquecimento da União Soviética e da vitória [americana] no Golfo poderia se tornar assustadora [para o Sul] devido a quebra do equilíbrio militar internacional que, de alguma forma, servia para conter os anseios americanos pela dominação" e porque o encorajamento dos racistas xenofóbicos ocidentais "poderia até mesmo estimular aventuras imperialistas mais selvagens". O espírito geral do hemisfério Sul foi apreendido pelo cardeal brasileiro Dom Paulo Evaristo Arns que observou que nos países árabes "os ricos tomaram o partido do governo americano enquanto os *milhões* de pobres condenaram sua agressão militar". Por todo o Terceiro Mundo "há raiva e medo; quando eles se decidirão nos invadir", e sob que pretexto? Desconsideradas as exceções, nada disso chega ao norte, mergulhado em triunfalismo e autocongratulações¹⁷.

Grande parte do Terceiro Mundo estava em completa desordem, devastada pela catástrofe do capitalismo dos anos 80. A Europa praticamente abdicou de qualquer função nos assuntos do Oriente Médio, garantindo aos Estados Unidos o controle quase total que sempre desejaram. A Guerra do Golfo selou a barganha, estabelecendo que "o que dizemos, acontece" e consolidando um genuíno "processo de paz" que significa um processo sob o controle unilateral firme dos Estados Unidos.

"Impasse"

Revisarei rapidamente os antecedentes relevantes, começando com a guerra em junho de 1967.

O resultado da guerra foi muitíssimo bem-vindo pelos Estados Unidos, removida a influência nasserita na região (para grande alívio da *fachada*), e com Israel no controle do West Bank, de Gaza, de Golan e do Sinal. Mas a guerra levou o mundo perigosamente próximo a um confronto entre as superpotências. Havia comunicados ameaçadores de "linha dura" entre Washington e Moscou. O primeiro ministro soviético Kosygin, em determinado momento, advertiu o presidente Johnson que "se você quer guerra, você terá guerra", relatou anos mais tarde o Secretário de Defesa, Robert McNamara, acrescentando seu próprio julgamento de que "nós, amaldiçoadamente, quase tivemos uma guerra" quando navios de guerra americanos navegavam próximo a um porta-aviões [soviético] no Mediterrâneo"; ele não deu detalhes, mas foi provavelmente durante a conquista israelense dos planaltos de Golan sírios depois do cessar-fogo.

Claramente, alguma coisa precisava ser feita. Um processo diplomático se seguiu, levando à Resolução 242 do Conselho de Segurança das Nações Unidas que havia, desde então, providenciado as condições básicas para a diplomacia. Apesar de ter sido mantida superficial na esperança de obter a adesão de todos, há poucas dúvidas sobre a forma como a Resolução foi entendida pelo Conselho de Segurança, incluindo os Estados Unidos: exigia a paz completa em troca da completa retirada de Israel com, talvez, ajustes menores e mútuos. Que os Estados Unidos apoiaram esse consenso internacional está claro nos registros liberados, e alguns casos vazados, incluindo a história de um importante departamento de Estado. A interpretação da UN 242 foi confirmada publicamente no Plano Rogers de 1969 apresentado pelo secretário de Estado, William Rogers, e aprovado pelo presidente Nixon que sustentou que "qualquer mudança na linha preexistente não deveria refletir o peso da conquista e deveria estar confinada a alterações não substanciais exigidas para a segurança mútua".

A UN 242 não foi implementada. Embora todos assinassem, os Estados árabes recusaram a paz completa e Israel recusou a retirada completa. Observe que a UN 242 é terminantemente rejeicionista, não oferece nada aos palestinos, considerados somente como um problema de refugiados.

O impasse foi rompido em fevereiro de 1971, quando o presidente Sadat, do Egito, uniu-se ao consenso internacional, aceitando a proposta do mediador das Nações Unidas, Gunnar Jarring, para a paz completa com Israel em troca da retirada completa de Israel do território egípcio. Israel recebeu bem a atitude egípcia de "prontidão para chegar a um acordo de paz

com Israel", mas a rejeitou, afirmando que "Israel não vai se retirar das fronteiras antes de 5 de junho de 1967". Essa posição tem sido mantida desde então por ambos os grupos políticos, as coalizões trabalhista e likud.

A adoção por parte de Sadat da posição oficial americana colocou os Estados Unidos em um dilema: Washington deveria aceitá-la deixando, dessa forma, Israel sozinho entre os grandes atores em oposição? Ou os Estados Unidos deveriam mudar de política, unindo-se a Israel em sua rejeição unilateral das medidas de retirada da UN 242? A última opção foi a preferida de Henry Kissinger, que defendeu a "paralisação" com argumentos tão bizarros que foi necessário ignorá-los, provavelmente sem constrangimentos. Esse não é o único caso¹⁸. Sua motivação primária pode ter sido prejudicar seu rival, William Rogers, e tomar conta do Departamento de Estado, como ele o fez em seguida.

A posição de Kissinger prevaleceu. Desde então, os Estados Unidos não somente rejeitaram os direitos palestinos (na época, juntamente com o consenso internacional), mas também as medidas de retirada da UN 242 como entendida por seus autores — incluindo os Estados Unidos, contrariamente a invenções subsequentes¹⁹.

Essas são, novamente, coisas que "não faria" para dizer. Por consequência, a história toda é taxada "X" — fora da história.

Em suas memórias, o primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin então embaixador de Israel em Washington, descreve a aceitação de Sadat da "famosa" proposta de Jarring como uma "bomba", um "marco" no caminho da paz, embora inaceitável porque "o sinal evasivo de Sadat" permaneceu, implicando uma "ligação condicional" entre o acordo de paz e a retirada de Israel das fronteiras de antes de junho de 1967 (de acordo com a UN 242, como entendida, na época, fora de Israel). Nos Estados Unidos, ao contrário, os acontecimentos desapareceram. Eles são invariavelmente ignorados pela grande imprensa e, até mesmo, com muita frequência, pelos registros eruditos. O exemplo mais recente é a história de Mark Tessier, que é mais equilibrada do que a maioria. Em sua extensa retrospectiva da diplomacia, a oferta oficial de paz por parte de Sadat e a rejeição de Israel jamais foram mencionadas, mas uma nota de rodapé refere-se a uma entrevista na qual Sadat informou o editor da *Newsweek*, Arnaud de Borchgrave, "que o Egito estava pronto para reconhecer e chegar à paz com Israel". De Borchgrave informou O primeiro-ministro de Israel, Golda Meir, "que Sadat repetiria, em seguida, sua oferta de paz ao enviado das Nações

Unidas, Gunnar Jarring", continua Tessier, mas Meir "menosprezou a oferta de Sadat"[20](#).

Tanto pelo "marco famoso"! Poucos chegaram assim tão próximos à realidade.

A rejeição americana da UN 242, sob a iniciativa de Kissinger, eliminou do "processo de paz" a matéria da retirada. A questão do rejeicionismo surgiu uns poucos anos mais tarde, quando o consenso internacional mudou para uma posição não rejeicionista, incluindo os principais estados árabes e a OLP. A matéria voltou à tona em janeiro de 1976, quando o Conselho de Segurança debateu uma resolução incorporando o texto da UN 242, mas acrescentando uma cláusula para a criação de um estado palestino no West Bank e na Faixa de Gaza. A resolução foi apoiada pelos "estados de confrontação" árabes (Egito, Jordânia e Síria) e a OLP, a União Soviética, a Europa e a maioria do resto do mundo. Foi vetada pelos Estados Unidos, agora firmemente estabelecido como o líder da parte mais extremista da Frente de Rejeição. Washington vetou uma resolução similar em 1980. A questão, então, foi levada à Assembleia Geral, que mantinha votações anuais nas quais os Estados Unidos e Israel permaneciam isolados na oposição (unidos à Dominica, em uma das vezes); um voto americano negativo significa um veto, mesmo que os Estados Unidos estejam completamente — ou virtualmente, — sós, como é comum ocorrer. A última das votações regulares anuais foi em dezembro de 1990 (144–2). Uma outra resolução endossando "O direito do povo palestino à autodeterminação" foi considerado em novembro de 1994 (124–2)[21](#).

Tudo isto está banido da história, tendo sido raramente relatado, removido dos registros em favor de fábulas inspiradoras sobre os esforços americanos para alcançar a paz frustrados pelos rejeicionistas árabes e outros personagens maus, talvez parte de um "conflito de civilizações" universal.

A votação de 1990 das Nações Unidas ocorreu pouco antes da Guerra do Golfo, que colocou os Estados Unidos em posição de impor, finalmente, sua própria marca de rejeicionismo. O governo Bush tinha reafirmado esses princípios muito antes, no Plano Baker de dezembro de 1989, que simplesmente endossou o Plano Shamir-Peres proposto pelo governo de coalizão israelense em maio de 1989. De acordo com o Plano Shamir-Peres-Baker, os Estados Unidos e Israel selecionariam certos palestinos aos quais se permitiria que discutissem a "iniciativa de Israel", mas nada mais. O

plano era, teoricamente, público e foi relatado de uma só vez pela imprensa dissidente, mas em nenhum outro lugar, sendo também ignorado ou mal apresentado em muitos dos melhores estudos. Somente uma de suas medidas, a das eleições, merece comentário, ilustrando o que a imprensa algumas vezes chama de "ânsia pela democracia" dos líderes americanos — a ser realizada pelas eleições sob o controle militar israelense com boa parte do setor educado da população na prisão sem nenhuma acusação.

Os principais termos do Plano Shamir-Peres-Baker foram:

1) que não pode haver "Estado palestino adicional no distrito de Gaza e na área entre Israel e a Jordânia" (com a Jordânia já sendo um "Estado palestino") e

2) que "não haverá mudança na situação da Judeia, da Samaria e de Gaza [do West Bank e da Faixa de Gaza], a não ser que esteja de acordo com a pauta básica do governo [israelense]", a qual exclui a autodeterminação palestina.

É importante ter-se em mente que essa foi a posição oficial do governo Bush, que é regularmente condenado por sua postura amarga anti-israelense. E compatível com o rejeicionismo americano extremo dos anos anteriores e é a estrutura do "processo de paz" que o governo foi finalmente capaz de impor depois da Guerra do Golfo.

Tudo isso é doutrinalmente inaceitável; por consequência, inexprimível se, sequer, concebido na cultura intelectual altamente disciplinada. Os fatos não estão em disputa, mas são subversivos para o poder; assim, é necessário "assassinar a história", pegando emprestada a terminologia apropriada utilizada na prática regular dos comissários. Na mídia, dificilmente se pode encontrar uma exceção — embora alguns dos acontecimentos tenham sido relatados quando ocorreram, incluindo os acontecimentos de janeiro de 1976 que desapareceram completamente da história respeitável.

A partir do início da década de 80, a história torna-se, simplesmente, uma ópera cômica conforme a mídia de elite e a comunidade intelectual empenhavam-se muito mais desesperadamente para "não ver" as tentativas progressivas da OLP para chegar a um acordo negociado — mesmo suprimindo o fato, discutido extensivamente em Israel, de que o objetivo principal do ataque devastador de Israel ao Líbano em 1982 visou abalar os esforços ameaçadores da OLP para negociar um arranjo político.[22](#)

"A Paz de Victor": Os Acordos de Oslo

O DOP e os acordos subsequentes incorporaram a versão extremista do rejeicionismo americano-israelense. O acordo final baseia-se somente na UN 242, sem o reconhecimento dos direitos nacionais palestinos. E desprezada a posição da maioria do mundo, de que as resoluções das Nações Unidas exigindo os direitos palestinos deviam ser consideradas juntamente com a UN 242 que reconhece somente os direitos dos Estados existentes. Ocorre o mesmo no que concerne à segunda questão mais importante, a retirada; os Estados Unidos e Israel foram claros e explícitos em afirmar que a retirada será parcial, como determinaram unilateralmente.

O resultado está completamente de acordo com a posição americana imutável sobre o rejeicionismo e a retirada (esta última, desde 1971). Também encontra-se no âmbito das várias propostas israelenses dos últimos anos, desde o Plano Allon de 1968 no extremo mais moderado ao Plano Shamir-Peres-Baker de 1989 e os planos propostos pelo ultra direitista Ariel Sharon e pelo Partido Trabalhista em 1992, que pouco diferem. Tudo isso também é bem documentado e, com regularidade, precisamente relatado em Israel e em publicações secundárias dissidentes nos Estados Unidos, mas poucos americanos puderam ter uma vaga noção dos acontecimentos.

Agora, com o abandono de campo por parte da Europa, o mesmo também parece ser verdade lá, embora eu seja relutante em afirmar sem ter realizado um estudo cuidadoso sobre o assunto.

Nesse contexto, não é muito surpreendente que a Noruega concordasse em intermediar o acordo Israel-Arafat, o qual se manteve estrito ao tradicional rejeicionismo americano-israelense.

O motivo pelo qual Israel decidiu mudar para o canal de negociação Oslo, excluindo os Estados Unidos até que chegasse o tempo de prosperidade (e de dinheiro), pode ter sido o medo de que um acordo (mediado por Clinton não tivesse credibilidade no mundo árabe se considerada a tendência do governo à política mais agressiva e belicosa do espectro. Esse desvio da longa história de apoio à forma trabalhista menos Extrema de rejeicionismo espantou comentaristas israelenses. As políticas

parecem ter sido planejadas pelo falcão australiano para o Oriente Médio, Martin Indyk, e pelo Instituto de Política para o Oriente Próximo de Washington fundado por ele depois de abandonar o *lobby* de Israel em Washington. O Instituto desempenhou uma função interessante no jornalismo americano, permitindo que os jornalistas fizessem propaganda de Israel enquanto meramente relatavam os acontecimentos" nas palavras dos "especialistas" do Instituto.

Um acordo, é claro, tem duas partes; assim, é necessário também perguntar por que Arafat concordou com o que não era nada além de uma rendição completa às exigências dos Estados Unidos — Israel. A resposta mais provável é a de que ele encarou essa como a última chance de manter sua posição de poder dentro do movimento palestino. A OLP estava sendo menosprezada por uma grande parte da população dos territórios devido à corrupção e à sua postura absurda e, em 1993, a oposição a Arafat e pedidos de democratização da organização atingiram níveis dramáticos, tratados pela imprensa israelense e certamente do conhecimento das autoridades do país que viram surgir a chance para o tipo de acordo que sempre desejaram. Como um virtual agente israelense, Arafat poderia manter seu domínio, até mesmo com acesso a fundos substanciais. A partir das informações disponíveis, isso parece ser o que o levou a Oslo.

Os planos Sharon e trabalhista de 1992, agora efetivamente estabelecidos no DOP, são baseados no princípio ao qual Israel aderiu mais prontamente desde o Plano Allon de 1968: Israel deveria controlar tanto dos territórios quanto considerasse útil, incluindo as terras férteis e os recursos (em particular as fontes de água do West Bank, das quais Israel depende grandemente). As modalidades de controle foram o assunto do debate tático do passar dos anos, bem como as fronteiras desejadas da "Grande Israel". Sobre a questão das modalidades, o ponto principal tem sido se a autoridade será dividida em termos territoriais ou "funcionais", esta última significando que, na prática, Israel continuará a controlar o território e a autoridade palestina será responsável pelos palestinos dentro dele. Como na metade de 1995, a posição de Israel continua a ser a de que pode haver, no máximo, uma divisão "funcional" de autoridade pelo menos até 1999. Não haverá uma "transferência fundamental de soberania" aos palestinos, anunciou o primeiro-ministro Shimon Peres na rádio israelense e a maior parte do território do West Bank permanecera sob o controle do Exército israelense durante este período²³. Como para as fronteiras, os programas atuais

indicam a intenção de incluir à "Grande Israel" o Vale do Jordão, quase 1/3 da Faixa de Gaza, a área ao redor da confusa e rapidamente crescente "Grande Jerusalém", que atinge, neste momento, o extremo leste, como Jericó, e qualquer coisa mais que Israel decida incorporar, com a benção (e o financiamento) de sua superpotência benfeitora. A expansão da "Grande Jerusalém" separa, efetivamente, o West Bank em "distritos" de acordo com o Plano Sharon; um corredor separado de acesso à Jordânia consolidado pelos israelenses subdivide ainda mais a região.

Quando o DOP foi anunciado, observadores bem informados reconheceram que ele não oferecia "nenhuma indicação de solução aos problemas básicos existentes entre Israel e os palestinos", nem a curto nem a longo prazos (jornalista israelense Danny Rubinstein). Sua significação operacional tornou-se ainda mais clara depois do Acordo do Cairo de maio de 1994 que garantiu que os territórios governados por Arafat permaneceriam "basicamente dentro da estrutura econômica de Israel", como observou o *Wall Street Journal*, e que o governo militar permaneceria intacto em tudo exceto no nome. O significado do acordo foi compreendido imediatamente em Israel. Meron Benvenisti, antigo prefeito de Jerusalém, chefe do Projeto-Base de Dados do West Bank e um dos observadores mais astutos de Israel comentou sobre o Acordo do Cairo: "é muito difícil acreditar em nossos próprios olhos quando o lemos,... garante ao governo militar a autoridade exclusiva em "legislação, adjudicação e execução de políticas", e "responsabilidade no exercício desses poderes em conformidade com a lei internacional", que os Estados Unidos e Israel interpretam como bem entendem. "O sistema inteiro intricado de práticas militares... manterá sua força, à parte de "tais legislações reguladoras e outros poderes que Israel pode garantir expressamente" aos palestinos. Os juízes israelenses mantêm "poderes de veto sobre a legislação palestina "que podem prejudicar os principais interesses israelenses", tendo "poder enganatório" e sendo interpretada como os Estados Unidos e Israel escolhem. Embora sujeitas às decisões israelenses sobre todas as questões de alguma relevância, as autoridades palestinas têm garantido um domínio em seu poder: eles têm "a responsabilidade exclusiva por qualquer coisa realizada ou não", o que significa que aceitam a responsabilidade sobre os altos custos da ocupação de 28 anos com a qual Israel lucrou enormemente, e assumem a responsabilidade permanente pela segurança de Israel. Este

"acordo de rendição", observa Benvenisti, põe em ação as propostas extremistas de 1981 de Ariel Sharon, então rejeitadas pelo Egito.

Depois de outro acordo Israel-Arafat um ano mais tarde, Benvenisti comentou que "novamente Arafat curvou-se diante do oponente infinitamente mais forte". Ele revisou os termos do acordo, que deixou mais da metade do West Bank sob o "controle absoluto de Israel" e a situação de outros 40% do local retardada por vários anos, durante o qual Israel pode continuar a utilizar o auxílio americano para "criar fatos" na maneira habitual. O acordo, observa Benvenisti, anula o dispositivo do DOP de "que o West Bank será considerado "uma unidade territorial única, cuja integridade será preservada durante a etapa provisória". Pouco vai mudar do período de ocupação, prevê, exceto que "o controle de Israel vai se tornar menos direto: em vez de controlar os acontecimentos abertamente, os "oficiais de ligação" israelenses os controlarão por meio de funcionários da Autoridade Palestina". Como a Grã-Bretanha durante seus dias de glória, Israel continuará a comandar baseada nas "ficções constitucionais". Sem inovações, é claro. Esse é o modelo tradicional da conquista europeia de quase todo o mundo²⁴.

A situação é ainda pior em Gaza, onde os serviços de Segurança de Israel (Shabak) permanecem "uma força invisível, mas violenta, cuja presença sombria é sempre sentida, exercendo um poder decisivo sobre os moradores de Gaza", relata o correspondente do *Ha'aretz*, Amira Hass, acrescentando que as autoridades israelenses continuam a controlar também a economia. Desde 1991, explica Graham Usher, Israel tem redirecionado a tradicional produção de vegetais e frutas de Gaza à produção de plantas ornamentais e flores por meio de várias medidas punitivas, incluindo a redução de terras cultiváveis de cítricos em quase 1/3 pelos confiscos. O objetivo é somente em parte retirar o território valorizado de um possível controle árabe. Israel também pretende "desacoplar o comércio de Gaza de outras economias, o melhor meio de mantê-lo sob o controle de Israel". As exportações desses setores de produção única nas mãos de empresários israelenses e os custos trabalhistas muito baixos na desmoralizada Faixa de Gaza possibilitam aos empresários manter seus mercados europeus com um lucro substancial.

No verão de 1995, 95% da população de Gaza eram mantidas "prisioneiras na região" pelas forças israelenses, declara o grupo Tsevet'aza de direitos humanos de Israel, com a "economia estrangulada" e com as

forças de segurança controlando o comércio, as exportações e as comunicações, frequentemente buscando "produzir condições mais severas para os palestinos".

Sob essas condições, poucos estão desejando encarar os riscos de investimento, pelo menos fora dos parques industriais estabelecidos pelos fabricantes israelenses para "explorar o trabalho barato dos palestinos". Eles relatam também que Israel continua se recusando a permitir que investidores palestinos abram pequenas fábricas e que os pescadores são mantidos a seis quilômetros da costa, lugar onde não há peixes nos meses de verão. Visitantes relatam que o abastecimento limitado de água nessa região muito árida é utilizado para a agricultura israelense intensiva, ou até mesmo para lagos artificiais em balneários elegantes. Enquanto isso, o abastecimento de água para os palestinos em Gaza foi cortado pela metade desde os Acordos de Oslo, escreveu o investigador de direitos humanos das Nações Unidas, Rene Felber, em um relatório crítico e severo sobre as condições carcerárias e a política no fornecimento de água. Ele se demitiu pouco tempo depois, comentando que não tem sentido apresentar relatórios que vão direto às cestas de lixo²⁵.

Um ano depois do DOP o controle de Israel sobre o território do West Bank chegou a aproximadamente 75%, mais do que os 65% de quando os acordos foram assinados. O estabelecimento e o "engrossamento" das colônias também continuaram a passos rápidos, juntamente com a construção de "estradas de passagem" que integram, dignamente, as colônias judias à Israel, deixando as aldeias árabes sem ligação umas com as outras e sem ligação com os centros urbanos que Israel prefere abandonar ao governo palestino. Os projetos de estradas de rodagem são imensos, com custos estimados em quase US\$ 400 milhões de dólares, de acordo com o secretário geral do Partido Trabalhista governante. O propósito é fornecer aos colonos o que se qualifica como "uma estrada onde eu não tenha que aguentar os árabes ao redor de mim". Os detalhes são secretos, mas "os esboços estão surgindo nos mapas dos colonos", relata o correspondente Barton Gellman, incluindo o método habitual de colocar silenciosamente "a força da lei israelense" ante projetos "iniciados ilegalmente pelos colonos". Benvenisti descreve as estradas de rodagem como "acontecimentos políticos com consequências a longo prazo" dentro do plano de "dividir as áreas árabes em caixas, fazendo *laagers* (campos

cercados) do West Bank", parte de "uma paz de Vítor, uma imposição categórica".

O financiamento do governo para as colonizações nos territórios aumentou em 70% no ano seguinte ao DOP (1994) a partir de um nível que já era alto por padrões anteriores. O apoio financeiro aos colonos é tão generoso que seu padrão de vida está entre os mais altos do país.

Anúncios em jornais "chamam os judeus de Tel Aviv e arredores a assentarem-se em Ma'aleh Ephraim" com vista para o Vale do Jordão e ligada a Jerusalém por meio de auto-estradas, parte do desenvolvimento que divide, virtualmente, o West Bank em dois. Os anúncios oferecem "piscinas, grandes campos, e uma verdadeira atmosfera de interior que vai conferir alta qualidade à sua vida", com garantias governamentais de mais de US\$ 20 mil por família bem como prestações baixas, isenção de impostos e outros incentivos. Em junho de 1995, o prefeito da localidade vizinha de Ma'aleh Adumim anunciou a construção de seis mil novas casas que deveriam mais do que dobrar a população da cidade, atingindo os 50 mil moradores nos anos seguintes, juntamente com a construção de ruas fechadas ao trânsito destinadas ao comércio, uma nova prefeitura e outras obras. O jornal *Davar* do Partido Trabalhista relata que o governo de Rabin manteve as prioridades do governo ultradireitista de Shamir que ele substituiu; enquanto fingiam paralisar as colonizações, os trabalhistas "as sustentaram financeiramente muito mais do que o governo Shamir fez em todo seu mandato", aumentando as colonizações "em todo o West Bank, mesmo nos locais mais provocadores", incluindo colônias dos (frequentemente americanos) seguidores do (americano) Rabbi Kahane, impedido de participar do sistema político de Israel devido à sua defesa das leis Nuremberg de Hitler e outros mimetismos dos nazistas.

Como consequência de tais medidas, a população judaica no West Bank cresceu 10% no ano seguinte ao DOP; em Gaza, em torno de 20%, relata a imprensa israelense, um processo que continua e pode estar sendo acelerado. O general (da reserva) Shlomo Gazit, antigo chefe da Inteligência Militar e governador do West Bank, observa que os programas anunciados pelo Partido Trabalhista têm por objetivo duplicar a população judaica no West Bank no período de cinco anos seguintes aos Acordos de Oslo. A Fundação para a Paz no Oriente Médio em Washington, que publica usualmente novas informações, conclui que "os planos de obras do governo de Rabin para as colônias no West Bank e em Jerusalém rivaliza e,

em alguns aspectos, ultrapassa os esforços de construção de colônias do governo Shamir de 1989 a 1992", com "um acréscimo acentuado" planejado para os próximos anos. O governo Shamir foi, anteriormente, o mais extremista na oposição aos direitos palestinos e no encorajamento da tomada dos territórios por parte de Israel.

Um plano recentemente anunciado "despedaça qualquer ilusão remanescente dos palestinos de que o Acordo de Oslo gere a retirada israelense de porções significativas do West Bank ou que Jerusalém Leste possa, algum dia, ser a capital de um estado palestino", comentou o veterano correspondente no West Bank, Danny Rubinstein, em janeiro de 1995. Acontecimentos subsequentes reforçaram a conclusão. Em junho, Ma'ale Yisrael estabeleceu-se como a 145ª colônia no West Bank, contra as ordens do governo, mas com sua aquiescência. Os colonos utilizam equipamentos pesados e explosivos para construir estradas de acesso próximas a setores densamente povoados e altamente vigiados do West Bank, mas o governo não sabe nada sobre isso, dizem à imprensa os porta-vozes. Os árabes são tratados de modo muito diferenciado se cometem tais crimes tentando expandir moradia numa terra que lhes pertence (com permissões raramente garantidas)[26](#).

Tudo isso está à parte do que ocorre em Jerusalém Leste e arredores, conquistada na guerra de 1967. "Desde a anexação de Jerusalém Leste em 1967", relata o grupo israelense de direitos humanos B'Tselem, "o governo israelense adotou uma política de discriminação sistemática e deliberada contra a população municipal palestina em todas as questões que dizem respeito à expropriação de terras, planejamento e construção", incluindo o "assentamento deliberado de judeus em Jerusalém Leste, [o que] é ilegal de acordo com a legislação internacional", mas aceitável para os Estados Unidos, a autoridade última graças à virtude de seu poder. "Grandes obras e altos investimentos" por parte do governo "encorajam os judeus a assentarem-se" na antiga Jerusalém Leste árabe, enquanto as autoridades "impedem as obras e o desenvolvimento da população palestina", como em todos os outros territórios e na própria Israel. A maioria da terra expropriada era propriedade privada de árabes, relata o B'Tselem: 85%, de acordo com o ministro israelense Yair Tzaban. "Aproximadamente 38.500 casas foram construídas para a população judia nessas terras, mas nenhuma casa para palestinos". Mais ainda, "foram proibidas obras na maioria das áreas que ainda estão nas mãos dos palestinos". "Somente 14% de toda a

terra em Jerusalém Leste está destinada ao desenvolvimento de bairros palestinos". As "zonas verdes" são estabelecidas como "um método cínico na tentativa de privar os palestinos do direito de construir sobre suas próprias terras e preservar essas zonas como locais para futuras obras em benefício da população judia"; a implementação de tais planos é regularmente relatada.

As políticas foram planejadas pelo prefeito Teddy Kollek, que tem sido muito admirado no ocidente como um democrata e humanitário extraordinário. Seu objetivo, comenta o conselheiro de Kollek sobre assuntos árabes, Amir Cheshin, era "colocar dificuldades no caminho do planejamento no setor árabe". "Eu não quero dar [aos árabes] uma sensação de igualdade", explicou Kollek, embora valesse a pena fazer isso "aqui e acolá, onde não nos custasse muito"; de outra forma, "nós vamos sofrer". A comissão de planejamento de Kollek também aconselhou o desenvolvimento para os árabes se ele tivesse "um efeito "vitrine", que "será visto por um grande número de pessoas (residentes, turistas, etc.)". Kollek informou a mídia israelense em 1990 que, para os árabes, ele "não tinha criado nada nem construído nada", à parte de um sistema de esgotos — que, ele enfatizou para convencer seus ouvintes, não foi projetado "para seu benefício, para seu bem-estar", "seu" referindo-se aos árabes de Jerusalém. Mais especificamente, "havia alguns casos de cólera [em setores árabes] , e os judeus estavam temerosos de pegar a doença, assim construímos um sistema de água e esgoto contra o cólera". Sob o sucessor de Kollek, o prefeito do Likud, Ehud Olmert, o tratamento dos árabes tornou-se consideravelmente mais severo, de acordo com relatos locais²⁷.

Junto com Jerusalém Leste, as colônias judaicas, as instalações militares e a rede de auto-estradas e rodovias, Israel continuará controlando as fontes de água e "territórios despovoados do Estado, que chegam a quase metade do território do West Bank", narra Aluf Ben; o território total do Estado chega a, provavelmente, 70% do West Bank, de acordo com relatos da imprensa israelense. As terras do Estado são reservadas para uso dos judeus; os árabes do West Bank são confinados a distritos separados destinados a eles. Tais restrições também atingem 92% da terra em Israel, implementadas de várias maneiras para barrar os cidadãos árabe-israelenses não somente de quase toda a terra de seu país, mas também dos fundos de desenvolvimento. As contribuições americanas visando à realização desses objetivos são dedutíveis no imposto de renda

como doações de caridade, espalhando os custos entre os contribuintes em geral; imagina-se que os programas governamentais para barrar judeus de 92% de Nova Iorque e de serviços normais possam ser tratados de modo um pouco diferente. Como é de costume, os fatos são mantidos obscuros para aqueles que pagam as contas^{[28](#)}.

Israel sempre preferiu negociar com a Jordânia — o "estado palestino do Plano Shamir-Peres-Baker — do que com os palestinos; os dois Estados sempre tiveram um interesse compartilhado na supressão do nacionalismo palestino, e cooperaram para este resultado durante a guerra de 1948.

Especificamente, os planos americano-israelenses favorecem os acordos sobre Jerusalém e o Vale do Jordão realizados com a Jordânia e não com o governo palestino. Com esses objetivos em mente, um pequeno pedaço de terra no Vale do Jordão foi devolvido à Jordânia com grande entusiasmo. Temos de nos voltar à imprensa israelense para descobrir que o Fundo Nacional Judeu (JNF) utilizou equipamentos pesados poucas semanas antes para "raspar" a parte superior do solo fértil e levá-la às colônias judaicas^{[29](#)}.

A desapropriação da propriedade árabe para colônias judaicas "coloca o problema no limite do interesse do processo de paz", a embaixadora nas Nações Unidas do governo Clinton, Madeleine Albright, informou o Conselho de Segurança; mas "não acreditamos que o Conselho de Segurança seja um lugar apropriado para discutirmos essa ação" — tudo financiado pelo contribuinte americano (incluindo o JNF, oficialmente uma instituição de caridade), e também não discutido em nenhum outro lugar. "No discurso de Washington, isso se traduz em que os Estados Unidos irão vetar qualquer resolução israelense que seja "hostil" a Israel", observa o correspondente Graham Usher. Esta é a prática tradicional; como a Corte Mundial e outras instituições internacionais, as Nações Unidas fazem o que os Estados Unidos querem, ou é repudiada; e a expansão de Israel às custas dos palestinos é a política tradicional americana, atingindo níveis mais altos no governo Clinton^{[30](#)}.

Terror e castigo

Inicialmente, o DOP trouxe muita esperança, até euforia, entre os palestinos. Isso é compreensível depois de anos de sofrimento e luta culminando na Intifada, reprimida com grande crueldade. Mas nunca é uma boa ideia ser tentado pela retórica exaltada e esperança desatinada ao invés de atentar para as circunstâncias de poder e, neste caso, para o texto literal dos documentos escritos pelos vitoriosos. Inevitavelmente, a triste realidade varreu o entusiasmo prematuro para longe. Uma das consequências foi o crescimento do terror que modificou o modelo tradicional no qual as vítimas eram esmagadoramente árabes. E difícil que os acontecimentos venham a público; o assassinio dos palestinos ou outras atrocidades e abusos dirigidos a eles recebem pouca atenção, certamente não a cobertura proeminente e a denúncia apaixonada do "assassinio sem sentido" (*New York Times*) quando os judeus israelenses são as vítimas. Selecionando aleatoriamente, os editores do *Times*, entre outros, não expressaram revolta e ultraje", ou sequer viram alguma necessidade em relatar os fatos, quando os esquadrões da morte militares israelenses formados em 1989 foram revividos, matando sete pessoas somente na primeira semana de 1995, quatro no povoado de Beit Liqya; uma outra foi salva pela corajosa intervenção do ativista palestino em direitos humanos, Hanan Ashrawi, antigo membro da equipe de negociação da OLP. Uma notícia rara na imprensa americana relata que a partir da assinatura dos acordos e durante o ano seguinte, "187 palestinos morreram principalmente nas mãos de uma Força de Defesa Israelense (IDF) cada vez mais forte, que carrega o fardo de proteger as colônias judaicas", juntamente com 93 israelenses; por volta de maio de 1995, os números subiram para 124 israelenses e 204 palestinos, "menos do que em anos anteriores". O grupo fundamentalista islâmico Hamas, considerado o representante principal do terror antijudeu, propôs negociações para "tirar os civis do círculo de guerra e violência", relata a imprensa de Israel, mas o primeiro-ministro Rabin rejeitou a oferta alegando que o "Hamas é o inimigo da paz e a única forma de lidar com ele é através de uma guerra de extermínio"[31](#).

As atrocidades israelenses no Líbano passam também, regularmente, despercebidas, sem um comentário sequer nos Estados Unidos. Mais de 200 libaneses foram mortos pelo Exército israelense ou seus correligionários do Exército Sul Libanês na primeira metade de 1995, relata o *Economist* de Londres, juntamente com seis soldados israelenses no Líbano. As forças de Israel utilizam armamentos de terror, incluindo tipos de granadas

antipessoais que lançam dardos de aço (algumas vezes granadas de ação retardada para maximizar o terror), que mataram duas crianças em julho de 1995, quatro outras na mesma cidade poucos meses antes, além de sete outras em Nabatyie, onde "nenhum jornalista estrangeiro apareceu" para descrever as atrocidades, relatou Robert Fisk do local. A menção ocasional está usualmente no contexto de uma denúncia do terror do Hizbollah contra os israelenses em retaliação³².

Não importa quem é a vítima, a reação das autoridades militares é a mesma: castiguem os palestinos. O exemplo mais dramático foi em Hebron depois do massacre de 29 palestinos na mesquita de Ibrahimi em fevereiro de 1994 pelo assentado em Hebron, Baruch Goldstein, um imigrante americano e de caráter neonazista, como muitos dos extremistas, observam regularmente os comentaristas israelenses. Depois do massacre, "a ocupação israelense redobrou a opressão" aos palestinos, relatou um ano mais tarde, Ori Nir. Novas medidas de segurança "para proteger os colonos judeus da revanche" tornaram-se constantes, com ruas principais fechadas e o mercado que era um centro regional e a base da economia de Hebron destruída. O mercado foi fechado porque era próximo ao local do assentamento de 50 famílias judias na cidade de 120.000 palestinos, e "os colonos costumavam botar de cabeça para baixo suas lojas em manifestações, até que as autoridades militares israelenses cansaram-se de estar no centro do tumulto e simplesmente fecharam o mercado", relata o correspondente Gideon Levy: "Agora as lojas estão fechadas e a entrada na rua é permitida somente aos judeus", incluindo aqueles que "vão ao mercado com cachorros treinados para intimidar os palestinos", atirando-lhes pedras à medida que caminham em áreas palestinas e com as "armas prontas para ação" nos tumultos semanais de sábado à noite, deixando claro quem dá as ordens ali — tudo isso com a tolerância das forças de segurança.

Os ônibus que servem os árabes são barrados da cidade, continua Nir; aqueles utilizados pela minoria de colonos judeus circulam livremente. Para os árabes, a "realidade insana" reforçada pelos militares "subordina suas vidas aos interesses dos colonos. A vida, para eles, tornou-se "um pesadelo" com a destruição da economia e o abuso constante dos judeus que acorrentam os cachorros para impedir a passagem dos árabes, pintam estrelas de Davi em casas árabes e escrevem frases ordenando "fora árabes", "morte aos árabes", "vida longa Baruch Goldstein", e unem-se a

humilhações arbitrárias ou pior enquanto as forças de segurança viram o rosto. Eles aparecem, acrescenta o correspondente Ran Kislev, mas somente quando os árabes "tentam defender sua propriedade" em Hebron ou nos povoados próximos. As consequências usuais são "que um número considerável de árabes são feridos e outros mais encarcerados".

Talvez o castigo mais severo seja o toque de recolher que segue, regularmente, qualquer tumulto, não importando quem é o responsável. Depois do massacre de Goldstein na mesquita (a Caverna dos Patriarcas), o confinamento de árabes sob prisão domiciliar virtual (e frequentemente real) por longos períodos virou rotina; às vezes, de uma maneira que revela a realidade cinzenta mais nitidamente do que as atrocidades usuais. Durante os feriados da Páscoa dos judeus em 1995, por exemplo, um toque de recolher ininterrupto de quatro dias foi imposto aos 120.000 palestinos de Hebron de modo que os poucos colonos e os 35.000 visitantes judeus levados a Hebron em ônibus fretados poderiam fazer piqueniques e passear pela cidade livremente, dançando nas ruas em suas orações públicas pela derrubada do "governo da esquerda", colocando a pedra fundamental para um novo condomínio judeu, satisfeitos com o olhar protetor atento das forças extras militares.

"A comemoração chegou ao término", relata Yacov Ben Efrat, "com os colonos comportando-se com violência na Cidade Antiga, destruindo propriedades e quebrando vidros de carros... em uma cidade magicamente limpa... de palestinos", utilizando a oportunidade "para insultar os palestinos presos em suas casas e jogar-lhes pedras se eles se atrevessem a espiar pelas janelas a celebração judia na cidade" (Israel Shahak).

"Crianças, pais e idosos são, efetivamente, presos durante dias em suas casas que, em muitos casos, estão muitíssimo cheias", narra Levy; capazes de ligar seu aparelho de televisão para "olhar uma judia assentada dizer, feliz, "há um toque de recolher, graças a Deus", e ouvir as "danças divertidas dos colonos" e as "procissões festivas", algumas nas "Cavernas dos Patriarcas abertas somente aos judeus". Enquanto isso, "comercio, carreiras, estudos, a família, amor — tudo é imediatamente desmantelado", e "o sistema médico foi paralisado", ou seja, "muitos doentes em Hebron não puderam ir aos hospitais durante o toque de recolher e mulheres em trabalho de parto não puderam chegar a tempo nas clínicas"[33](#).

O toque de recolher alongado impõe grande sofrimento, algumas vezes até a fome, a uma população que ficou dependente, para a sobrevivência, do

trabalho subalterno em Israel, sob terríveis condições que têm sido condenadas durante anos pela imprensa israelense, com descrições nítidas. O único estudo comparativo conclui que "a situação dos não cidadãos árabes em Israel é pior quando comparada à situação dos não nacionais de outros países" — trabalhadores imigrantes nos Estados Unidos, "convidados" na Europa, *etc.* Mas aqueles eram os bons velhos tempos. Atualmente os palestinos estão sendo substituídos pelos trabalhadores trazidos da Tailândia, das Filipinas, da Romênia e de outros países onde as pessoas vivem na miséria. O ministro do Trabalho contabilizou mais de 70.000 trabalhadores estrangeiros registrados em março de 1995, enquanto somente 18.000 vistos de trabalho foram garantidos aos palestinos dos territórios, menos do que os 70.000 do ano anterior. Matérias investigativas relatam que, junto com dezenas de milhares de imigrantes ilegais, eles sofrem "horas de trabalho desumanas e retenção de salários sob vários pretextos", com "homens vendidos como escravos de um empregador ao outro" e "mulheres aguentando assédio sexual severo e com medo de dizerem uma palavra", cientes de que qualquer protesto pode levar à expulsão.

Essas "pessoas silenciosas e trabalhadoras vivem, em muitos casos, em condições subumanas", escreve o editor do *Ha'aretz*, "e estão, frequentemente, sujeitas à opressão por parte de seus empregadores". São mantidas isoladas e sem direitos, vida familiar ou segurança. Sua condição "seria, em nossa época, o mais próximo da escravidão" se não fosse "um acordo aceito" — graças às condições do "capitalismo realmente existente" em grande parte do mundo. A "solução Thai" é o presságio de um desastre maior para os palestinos, adverte, com consequências perigosas também para Israel.

Os toques de recolher e clausuras "devastaram a economia palestina e destruíram 100.000 famílias somente em Gaza", conta Nadav Ha'etzní. O "trauma" pode ser comparado somente ao despejo e à expulsão em massa de palestinos em 1948. Como o trabalho semi-escravagista importado bloqueia a força de trabalho palestina de realizar o único trabalho que lhes foi permitido, "os acordos de Oslo criaram um Oriente Médio realmente novo", acrescenta [34](#).

Planos e programas de desenvolvimento

Sob a ocupação israelense, acabou o desenvolvimento significativo nos territórios. Uma ordem oficial do ministro de Defesa israelense dizia que "não serão concedidas permissões para a expansão agrícola e industrial que possa concorrer com o Estado de Israel". O estratagema é uma prática familiar dos Estados Unidos e do imperialismo ocidental em geral, que usualmente permitia o desenvolvimento "complementar", mas não "competitivo" às regiões de serviço — uma das razões pelas quais a América Latina tem sido uma área desastrosa, bem como a Índia, o Egito e outras regiões sob o controle do ocidente.

Embora fosse bem conhecido o impedimento por parte de Israel ao desenvolvimento dos territórios, sua extensão foi uma surpresa até para os observadores mais entendidos quando tiveram que visitar a Jordânia depois dos acordos de paz. A comparação é particularmente útil, observa Danny Rubinstein, já que as populações palestinas são numerosas em ambos os lados do Jordão, e o West Bank era, de alguma forma, mais desenvolvido antes de sua tomada por Israel em 1967.

Tendo feito a cobertura dos territórios durante anos, Rubinstein estava bem ciente que o governo de Israel "piorou propositadamente as condições sob as quais os palestinos nos territórios tinham que viver". Não obstante, ele estava chocado e triste com a descoberta da verdade alarmante.

"Apesar da economia instável da Jordânia e de fazer parte do Terceiro Mundo", ele descobriu, "sua taxa de desenvolvimento é muito maior do que a do West Bank, para não falar de Gaza", administrada por uma sociedade bastante rica que é beneficiada por um auxílio internacional incomparável. Enquanto Israel construiu estradas somente para os colonos judeus, "na Jordânia, o povo dirige em auto-estradas novas e com pistas múltiplas, bem planejadas com pontes e intersecções". A eletricidade está disponível em todos os lugares, diferente do West Bank onde a grande maioria dos povoados árabes possui somente geradores que operam irregularmente. "O mesmo ocorre com o sistema hídrico. Na Jordânia, muitos grandes projetos de água... transformaram a parte leste do Vale do Jordão em uma área agrícola importante e próspera" enquanto os fornecimentos de água do West Bank foram direcionados para uso dos colonos judeus e do próprio Estado

de Israel — aproximadamente 5/6 da água do West Bank de acordo com especialistas israelenses. Muitos vilarejos não têm nem água corrente, e mesmo em cidades como Hebron ou Ramallah falta água corrente durante várias horas em um dia de verão.

Fábricas, o comércio, hotéis e universidades progrediram na empobrecida Jordânia, em níveis bastante altos. Não se permitiu que nada virtualmente similar acontecesse no West Bank, à parte de dois hotéis pequenos em Belém". Todas as universidades nos territórios foram construídas somente com financiamento privado e doações de países estrangeiros, sem um centavo de Israel", excetuando-se a Universidade Islâmica de Hebron, originalmente mantida por Israel como parte de seu encorajamento do fundamentalismo islâmico visando prejudicar a secular OLP, atualmente um centro do Hamas. Os serviços de saúde no West Bank são "extremamente atrasados" em comparação com a Jordânia. "Dois grandes edifícios em Jerusalém Leste destinados a hospitais e clínicas para servir aos moradores do West Bank e sendo construídos pelos jordanianos em 1967 foram transformados em prédios policiais pelo governo de Israel", que também recusou a permissão para o funcionamento de fábricas em Nablus e Hebron sob pressão dos industriais israelenses que queriam um mercado cativo sem concorrência. "O resultado é que o atrasado e pobre reino da Jordânia fez muito mais pelos palestinos que lá viviam do que Israel", demonstrando "de uma forma bastante mais evidente a maldade com a qual a ocupação israelense os tratou"[35](#).

Como na Faixa de Gaza, "nada simboliza mais a desigualdade no consumo de água do que os verdes campos virgens, os canteiros de flores irrigados, os belos jardins e as piscinas das colônias judaicas no West Bank", observaram dois correspondentes do *Financial Times*, enquanto aos vilarejos palestinos vizinhos é negado o direito de perfurar poços e ter água corrente um dia a cada algumas semanas, poluída pelos esgotos; assim, os homens têm que só dirigir às cidades para encher os vasilhames de água ou contratar fornecedores para entregá-la por um preço 15 vezes maior. Israel clama o direito sobre a água do West Bank — que fornece aproximadamente 30% do consumo de água israelense e metade da água para a agricultura — baseado no "uso histórico" desde a ocupação em 1967. É difícil imaginar que Israel vá renunciar a essa fonte valiosa em benefício de qualquer autoridade palestina, um fato que sozinho rende uma discussão sobre a, virtualmente sem sentido, autonomia[36](#).

A literatura imensa de apologéticos conta uma história diferente, louvando a ocupação "benigna" que traz tamanhos benefícios aos palestinos mal-agraçados, enquanto "fazem o deserto florescer". Também é responsável pelo grande aumento nas oportunidades educacionais oferecidas à população palestina sob o governo israelense — ignorando, entretanto, os fatos relatados por Rubinstein, bem como algumas outras coisas. Em debate interno, oficiais do governo recomendaram a permissão de tais oportunidades educacionais como parte de um plano global para "transferir" os palestinos a outros lugares, o mais distantes possível. A esperança era de que "muitos dos graduados em universidades pudessem emigrar da região" porque não haverá oportunidades profissionais para eles sob o governo de Israel (Michael Shashar, porta-voz do governo militar nos anos iniciais de ocupação). Para os palestinos que permanecem, não deveria haver opções à parte de uma existência marginal em povoados isolados ou o trabalho servil sob condições lancinantes em Israel³⁷.

Os contornos básicos do "processo de paz" foram apreendidos, de maneira realista, pelo professor da Universidade de Tel Aviv Tanya Reinhart, que disse ser um erro comparar os acordos sendo impostos atualmente com o fim do *apartheid* na África do Sul; ao invés disso, eles deveriam ser comparados à *instituição* de um sistema monstruoso, com o seu suprimento de "regras caseiras" aos novos "estados independentes", como eram encaradas pelos racistas sul-africanos e seus amigos fiéis³⁸. Os Estados Unidos estão derramando um dinheiro que é, efetivamente, desviado ao confisco de terras, construção e desenvolvimento nos territórios ocupados, financiamento de forças de segurança, etc. A consequência é que os palestinos ou terminarão como um povo subjugado, sem direitos, ou se desesperarão o suficiente para tentar partir. A Jordânia pode ser encarada como um mercado potencial para produtos internacionais; resistirá, mas talvez ineficientemente conforme é completamente absorvida como uma região dependente dentro da economia muito mais rica e poderosa de Israel.

Pode-se esperar que Israel e a ala Arafat da OLP estejam unidas em oposição firme às áreas democráticas controladas pelos palestinos. Pode-se somente admirar Rabin e Peres por sua retidão em anunciar que "se o Hamas ganhar as eleições para o conselho de Autonomia — o acordo está cancelado". Arafat irá, naturalmente, aplaudir, exatamente como rescindiu as eleições de novembro de 1994 para o Conselho Fatah na região de Ramallah, cancelando eleições posteriores depois que seus apoiadores

foram derrotados. Também dificilmente pode-se esperar que Israel termine com sua ocupação ilegal do sul do Líbano (numa provocação à demanda de março de 1978 do Conselho de Segurança exigindo a retirada imediata e incondicional) e com suas operações de terror no sul e em todo o lugar do Líbano, não somente as atrocidades noticiadas ocasionalmente, mas também os casos menores que não são relatados nos Estados Unidos: por exemplo, o bloqueio à pesca que Israel impôs ao sul de Tyre por mais de 20 anos, ou o sequestro de um homem sulista libanês anunciado pelo exército em julho de 1994, levado a Israel na suspeita de ter participado em operações contra os ocupantes israelenses e seu exército assassino — operações que são uma resistência legítima, não terror, de acordo com a principal resolução sobre terrorismo das NUS, aprovada por 153 votos a dois em dezembro de 1986, com a abstenção de Honduras somente, mas efetivamente vetada já que os Estados Unidos votaram contra (juntamente com Israel); por consequência, não comentada e banida da história³⁹.

"Lixo humano e o refugio da sociedade"

O DOP e seu resultado tem um longo caminho na direção dos objetivos dos expansionistas e rejeicionistas racionais nos Estados Unidos e Israel. Se a questão palestina pode, de fato, ser varrida para baixo do tapete, as relações entre os grandes países talvez possam ser tornadas públicas e reforçadas, com Israel tornando-se um centro tecnológico, industrial e financeiro enquanto mantém sua predominância militar, garantida pelo poder americano, e continuando a sobreviver com doações americanas incomparáveis na história mundial. Oficialmente, a atual concessão anual de US\$ 3 bilhões equivale a mais de 25% do auxílio total americano. Se considerados outros tipos de ajuda (garantias de crédito, subsídios, pagamentos postergados, etc.; contribuições dedutíveis no imposto de renda, também únicas, são um outro subsídio público), a soma real é mais do que o dobro disso, estima o analista para o Oriente Médio, Donald Neff.

Tampouco são impostas condições ou algum tipo de fiscalização para o auxílio a Israel, diferente de todos os outros programas, incluindo os mais de US\$ 2 bilhões dados regularmente ao Egito para mantê-lo de acordo com os interesses americano-israelenses.

Em contraste, US\$ 100 milhões vão para os palestinos, tudo através da Autoridade Nacional Palestina (ANP) de Arafat, grande parte para as forças

de segurança. O governo Clinton cortou em US\$ 17 milhões a contribuição americana ao UNRWA, o maior empregador isolado na Faixa de Gaza e responsável por 40% dos serviços de educação e saúde. Washington pode estar planejando acabar com o UNRWA que "Israel odeia historicamente", garante o correspondente Graham Usher, deixando os palestinos como um "problema" a ser resolvido por Israel e a ANF, considerada um representante virtual do governo de Israel. Rompendo políticas antigas, o governo Clinton votou contra todas as resoluções da Assembleia Geral que diziam respeito aos refugiados palestinos em 1993 e 1994, com o pretexto de que elas "decidem antecipadamente o resultado do processo de paz em andamento e deveriam ser resolvidas com negociações diretas", seguramente nas mãos do Estados Unidos e de seus dependentes nos dias de hoje. Como um passo em direção ao desmantelamento da UNRWA, suas sedes serão transferidas à Gaza. Isso deveria acabar, efetivamente, com o auxílio internacional para um milhão e 800 mil refugiados palestinos na Jordânia, no Líbano e na Síria. O próximo passo será acabar com os recursos financeiros da UNRWA e passá-la à ANP, fontes das Nações Unidas reportam⁴⁰.

Os fundos que vão à Israel e ao Egito, e o pouco aos palestinos, são a parte do auxílio americano que mais oposição recebe do público em geral⁴¹. Mas a política do governo está marcadamente separada da opinião pública em um grande número de questões, não somente esta.

Pode-se notar que os pagamentos americanos a Israel não são somente extraordinários pelos valores, mas são também ilegais. Human Rights Watch (HRW) discutiu recentemente o assunto, apontando mais uma vez que a lei americana proíbe expressamente o auxílio militar e econômico a qualquer governo que esteja engajado à tortura sistemática. Como demonstra novamente seu extenso relatório, Israel está "engajado em um modelo sistemático de tratamento doentio e tortura", de acordo com padrões internacionalmente aceitos, e em escala bastante considerável. HRW estima que "o número de palestinos torturados e tratados Severamente enquanto respondiam a interrogatórios durante a Intifada [a partir de dezembro de 1987] pode ser contabilizado em dezenas de milhares", e a população de homens adultos e adolescentes não passa de 3/4 de um milhão, com somente uma parte acusada eventualmente (e Sentenciada, usualmente baseadas nas "confissões"). Israel é, aparentemente, a única democracia industrial na qual a tortura é legalmente autorizada, por recomendação da

Comissão Landau oficial que concluiu que os serviços de segurança têm estado utilizando a tortura durante 16 anos, mas que somente determinadas medidas de coerção deveriam, doravante, ser permitidas (comentários de um documento secreto e Confidencial); as práticas observadas e autorizadas são consideradas tortura pelos monitores de direitos humanos⁴². A Human Rights Watch dá detalhes, como também fez a organização israelense B'Tselem de direitos humanos e outras investigações realizadas durante mais de 20 anos.

É injusto, entretanto, isolar Israel, já que grande parte do auxílio americano é ilegal pela mesma razão; por exemplo, metade do auxílio militar americano para a América Latina vai para a Colômbia, que não só tortura como também massacra em uma escala impressionante, fazendo do hemisfério o líder em abusos dos direitos humanos.

A ratificação do comportamento extremamente rejeicionista dos governantes é revelada a cada novo dia. Um exemplo é a reação à chamada de Arafat para uma "cruzada" por Jerusalém. A atitude levou a uma virtual histeria nos Estados Unidos, provando que não se podia confiar no terrorista desgarrado. Ao mesmo tempo, Israel anunciava que *sua* cruzada" havia sido completada: Jerusalém permaneceria a capital eterna e não dividida de Israel, sem instituições palestinas (sem direitos). A declaração não mereceu comentários nos Estados Unidos. A reação (nula) à decisão de Israel de passar a administração dos lugares sagrados ao seu aliado jordaniano refletiu a mesma postura rejeicionista, bem como a falta de preocupação com a expansão das fronteiras da área ambígua de Jerusalém e o ritmo rápido das novas construções e assentamentos, indiretamente financiados pelo contribuinte americano involuntário.

Ainda um outro passo em direção à descoberta do rejeicionismo americano-israelense é o fim do direito teórico de retorno ou compensação para refugiados palestinos. Esse era um elemento-chave da Declaração Universal de Direitos Humanos (UD): seu artigo 13 afirma que "cada pessoa tem o direito de deixar qualquer país, incluindo seu próprio, e *retornara seu país*" (grifo meu). No dia seguinte ao da aceitação da UD pela Assembleia Geral, também foi aprovada por unanimidade a Resolução 194, aplicando o artigo 13 ao caso dos palestinos. A UD é reconhecida nas cortes americanas e em todo o lugar como "lei internacional consuetudinária" e como "definição peremptória" para questões de direitos humanos. O artigo 13 é, com certeza, sua medida mais famosa, invocada

anualmente durante muitos anos no Dia dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, com demonstrações e apelos furiosos à União Soviética para que permita que os judeus russos deixem o país, seu direito sagrado segundo o artigo 13. Um fato sempre dissimulado é que aqueles que invocaram o artigo 13 com mais empenho foram exatamente seus mais fortes oponentes. O truque foi facilmente executado: foi necessário somente suprimir a sentença em *itálico*, seu significado foi explicado pela NU 194. Essa hipocrisia, pelo menos, faz parte do que passou. A primeira parte do artigo 13 perdeu sua importância e o governo Clinton rescindiu o apoio americano à segunda parte do texto em dezembro de 1993, na primeira comemoração do Dia dos Direitos Humanos, rompendo a política oficial que durava 45 anos de votar contra a NU 194, sozinho como de costume (ao lado de Israel).

A vitória do extremismo rejeicionista americano-israelense é um feito extraordinário. E um outro grande passo em direção à realização das antigas aspirações da liderança sionista, quando o fundador do sionismo moderno, Chaim Weizmann, informou lorde Balfour que "a questão conhecida como o problema árabe na palestina será de caráter meramente local e, em efeito, qualquer um ciente da situação não a considera um fator altamente significativo". Os atuais assentamentos não se distanciam muito das linhas básicas de ação delineadas pelo antigo presidente Haim Herzog em 1972, quando ele declarou que "não nego aos palestinos nenhum local, apoio ou opinião sobre qualquer assunto", embora "eu certamente não esteja preparado para considerá-los, de nenhuma forma, parceiros em uma terra que foi consagrada nas mãos da nossa nação por milhares de anos. Para os judeus dessa terra, não pode haver qualquer parceiro". Como mencionei, isso se enquadra bem no âmbito das várias propostas israelenses, da esquerda à extrema direita, desde 1968.

Verdade, os resultados ainda estão longe das opiniões expressas por Weizmann quando ele salientou, há 70 anos, que os britânicos o informaram que "há umas poucas centenas de milhares de negros [na Palestina], mas essa é uma questão de pouca importância". Porém o resultado realmente demonstra a astúcia dos especialistas do governo israelense em 1948, prevendo que, ou os refugiados palestinos seriam assimilados ou "seriam esmagados": "alguns deles morreriam e a maioria deles tornar-se-ia lixo humano e refugo da sociedade, unindo-se às classes mais empobrecidas dos países árabes". E de Moshe Dayan — talvez o mais complacente dentre os

líderes para os palestinos — quando, no auge da exuberância do Partido Trabalhista antes da guerra de 1973, declarou que o controle israelense sobre os territórios é "permanente" e aconselhou que Israel dissesse aos palestinos "que não temos solução, que vocês devem continuar a viver como cachorro e, qualquer um que queira, pode partir – e nós vamos ver onde leva esse processo...".

É claro, Israel nunca poderia ter alcançado esses objetivos por si mesmo e, provavelmente, jamais se atreveria a persegui-los. Pôde fazer isso somente depois de se tornar um dependente do controlador do mundo. A crença de que o poder americano é guiado por algum tipo de "compromisso moral" para Israel é muito ridículo para merecer comentários, como Israel vai descobrir rapidamente se cometer o erro de contrariar o mestre. Se a .relação estratégica for mantida e a dominação americana permanecer sem desafios internos sérios ao próprio Estados Unidos, questões de justiça e direitos humanos podem ser, seguramente, arquivadas.

Recordemos o reconhecimento oficial de que o orçamento do Pentágono deve continuar alto, com as forças de intervenção direcionadas primeiramente ao Oriente Médio, onde "ameaças a nossos interesses não podem ser deixadas na porta do Kremlin". Com essa visão do mundo real, há uma boa razão para aceitar o julgamento de Shlomo Gazit que, depois da Guerra Fria, a principal tarefa de Israel não mudou, permanecendo com importância crucial. Sua localização no centro do Oriente Médio árabe-muçulmano predestina Israel como um guardião devotado da estabilidade em todos os países vizinhos. Seu [papel] é proteger os regimes existentes: prevenir ou deter os processos de radicalização e bloquear a expansão do fanatismo religioso fundamentalista.

Para compreender suas palavras, é necessário somente continuar a tradução habitual da linguagem da imprensa à linguagem comum. O termo "estabilidade" significa controle americano, "radicalização" significa formas inaceitáveis de independência e "fanatismo religioso fundamentalista" é um caso especial do crime de independência. Não é importante se os criminosos favorecem o nacionalismo secular, o socialismo democrático, o fascismo, a liberação teológica ou o "fanatismo religioso fundamentalista". A tarefa de Israel, certamente, não é prejudicar o regime fundamentalista islâmico mais extremo do mundo, o da Arábia Saudita — pelo menos não agora — assim como Israel não foi chamado para "bloquear" as forças fundamentalistas islâmicas extremistas de

Gulbuddin Hekmatyar, o favorito dos americanos na década de 80 que colocou o Afeganistão em frangalhos depois da retirada soviética, enquanto aumentava o tráfico de drogas; ou os grupos fundamentalistas islâmicos que Israel estava sustentando nos territórios ocupados alguns anos atrás para prejudicar a OLP. Não se espera, tampouco, que Israel "detenha" os Estados Unidos, uma das culturas fundamentalistas religiosas mais extremas no mundo.

Se Israel reagir inteligentemente ao que o especialista sobre o Oriente Médio do *New York Times*, Thomas Friedman, chamou de "bandeira branca" de rendição de Arafat, abolirá as restrições que impôs para prevenir qualquer desenvolvimento nos territórios. A postura racional seria encorajar a entrada de recursos estrangeiro que podem ser utilizados para instituir um setor de serviço para a indústria de Israel e para beneficiar os investidores israelenses e seus parceiros palestinos e estrangeiros. Faria sentido que Israel transferisse as sedes de indústrias alguns quilômetros mais longe, onde não há necessidade de preocupação com questões referentes aos direitos trabalhistas, à poluição e à presença indesejada de árabes (ou mesmo de trabalhadores tailandeses e romenos) dentro das colônias judaicas. As indústrias dentro e próximas à Gaza, e nos arredores do West Bank, podem fornecer trabalho barato e facilmente aproveitável, dando lucros para os investidores e ajudando a controlar a população. Setores saudáveis de Israel ganhariam consideravelmente com a exploração inteligente dos territórios que Washington utiliza em sua própria vizinhança.

No que se refere à segurança, faria sentido deixá-la, em sua maior parte, nas mãos das forças locais dependentes — o modelo seguido pelos britânicos na Índia e pelos Estados Unidos na região da América Central e do Caribe — e dos poderes racionais em geral. Há muitas vantagens, uma delas apontada pelo último vencedor do Prêmio Nobel da Paz algum tempo depois do anúncio do DOP. Dirigindo-se ao conselho político do Partido Trabalhista, o primeiro-ministro Rabin explicou que as forças palestinas deveriam ser capazes de "controlar Gaza sem os problemas causados pelos apelos à Alta Corte de Justiça, sem os problemas causados pelo B'Tselem e sem os problemas causados por todos os tipos de corações sentimentais, pais e mães". Isso é praticamente correto, embora um músculo externo possa também ser necessário, como no modelo imperialista tradicional.

Com bom planejamento, as coisas devem se desenvolver no modelo delineado por Asher Davidi na imprensa do Partido Trabalhista em

fevereiro de 1993, alguns meses antes do acordo Israel-Arafat de Oslo. Ele descreveu o "acordo completo entre representantes dos vários setores (bancos, indústrias, e o comércio em larga escala) e o governo de que a dependência econômica da "entidade palestina" deve ser preservada" mas com "uma transição do colonialismo ao neocolonialismo", empreendida conjuntamente com a margem rica dos investidores e empreendedores palestinos, como no modelo-padrão do Terceiro Mundo.

Não está claro o que a colonização pode significar para a sociedade Israelense internamente. Um importante especialista israelense, Sami Smootha, prevê que um acordo de paz iria "aumentar significativamente a desigualdade", prejudicando os cidadãos judeus de classe média de origem oriental, mas melhorando a situação dos cidadãos palestinos da classe baixa; talvez, embora a desigualdade possa crescer por outras razões. Israel mantém-se altamente dependente das garantias e do auxílio americanos e, por consequência, mais propenso do que outros a seguir o modelo americano, abandonando seu contrato social tradicional. Como a economia está "liberalizada", pode-se esperar que a desigualdade alta incomum em Israel aumente conforme copia a ordem interna do mestre que continua em troca da execução de serviços⁴³.

Depois da guerra de 1967, pareceu-me que o caminho mais humano e sábio para os vitoriosos seria ter revivido as ideias sionistas tradicionais sobre a federação de áreas governadas pelos judeus e áreas governadas pelos árabes, levando, talvez, a uma eventual integração binacionalista como um elo entre o desenvolvimento das comunidades, cruzando fronteiras nacionais. Essa opção tornou-se ainda mais apropriada, em minha opinião, depois da rejeição por parte de Kissinger das cláusulas de retirada da NU 242, e ainda mais depois que os Estados Unidos se uniram, rápida e forçadamente, a Israel na rejeição do conceito de dois estados que chegou à agenda internacional por volta da metade da década de 70 — mais enfaticamente nas décadas seguintes⁴⁴. Com o DOP deveria ser óbvio que a opção de criação de dois estados perdeu quaisquer (em minha visão limitada) perspectivas que possuía, o que se tornou mais claro desde então. Dentre os israelenses, palestinos e pessoas interessadas na paz e na justiça, a mudança em direção a preocupação com questões relativas aos direitos humanos e à democracia em vez da preocupação com ilusões políticas cada vez mais irreais já está atrasada e, com ela, uma volta às alternativas disponíveis há muito tempo. Isso poderia ter prevenido a guerra de 1973

que foi um problema para Israel, a terrível invasão do Líbano e suas consequências e muita destruição e sofrimento que não estão nem próximos a um final.

Em tudo que concerne a essa questão, observamos claramente os mais importantes princípios da ordem mundial: assuntos mundiais são controlados pela Regra de Força, enquanto se confia nos intelectuais para dissimular a realidade e servir aos interesses do poder. É necessário algum empenho para não compreender o problema. Os acordos agora descobertos são degradantes e vergonhosos, mas não mais do que o modelo bastante similar sendo instituído em grande parte do mundo à medida que os ideais operacionais — não aqueles das fábulas — superaram muitas barreiras populares para sua realização. Alguns progrediram mais do que os outros em se tornar o "lixo humano e o refúgio da sociedade", mas essa é a direção para a qual grande parte do mundo está caminhando, e continuará, se permitirmos que os mestres projetem uma ordem mundial na qual "O que Dizemos, Acontece".

Notas

[1.](#) O que segue é baseado em anotações de uma palestra na Macquarie University em janeiro de 1995, atualizado com alguns materiais mais recentes, alguns adaptados de meus artigos no Ha'aretz (4 de fevereiro de 1994) e Struggle (Ben-Gurion University, outubro de 1994). A menos que indicadas, as fontes podem ser encontradas em meu World Orders, Old and New, juntamente com uma discussão mais extensa.

[2.](#) Correspondentes militares Michael Gordon e o general (Marinha, reserva) Bernard Trainor, New York Times, 23 de outubro de 1994, trecho de seu livro a ser lançado The General's War (Little, Brown, 1995). As revelações, confirmando relatos anteriores, geraram comentários.

[3.](#) Veja meu artigo na Z magazine de fevereiro de 1990; Detering Democracy cap. 5. Os planos foram relatados na televisão pelo correspondente da ABC no Oriente Médio, Charles Glass, que observou ainda que "os Estados Unidos tornaram-se o maior parceiro comercial do Iraque". Sua campanha solitária na mídia principal para expor as atrocidades do Iraque e o muito importante patrocínio americano do regime

geraram muitas evasivas e negações por parte de Washington, relatadas como fatos.

4. Mideast Mirror (Londres), 15 de março, Wall Street Journal, 8 de abril, Cowell, New York Times, 11 de abril de 1991, Ron Ben Yishai, entrevista com o chefe de pessoal israelense da reserva, Dan Shomron, Ha'aretz, 29 de março Shalom Yerushalmi, "We are all with Saddam", Kol Hair, 4 de abril, Moshe Zak, Jerusalem Post, 4 de abril de 1991 (o ultimo desses pelo menos foi lido por jornalistas e comentaristas americanos) Para mais detalhes, veja meus artigos na Z magazine em 1990 e 1991, também Deterring Democracy, cap. 6, posfácio (na edição de 1992; e em Cynthia Peters, ed., Collateral Damage (South End, 1992).

5. Powell citado em Gordon e Trainor op. cit. Sobre o Panamá, veja Deterring Democracy, cap. 5; World Orders, cap. 1. Ropp, "Things Fall Apart. Panama after Noriega", Current History, março de 1993.

6. Sobre os documentos relevantes americanos e britânicos, e uma revisão do que se sabia sobre os esforços diplomáticos, embora escassamente relatados nos Estados Unidos (e menos ainda na Grã-Bretanha, aparentemente), veja Deterring Democracy, cap. 6, também o posfácio; e em Peters, op. cit. Sobre o trabalho mais elogiado de erudição, de Lawrence Freedman e Efraim Karsh, veja meu "World Order and its Rules", Journal of Law and Society (Cardiff), verão de 1993.

7. Citado por Gabriel Kolko, Mam Currents in American History (Pantheon, 1984); Gordon Connell-Smith, The Inter-american System (Oxford, 1966). As "crianças levadas" especificamente lembradas eram as mexicanas, naquele momento. Veja meu Turning the Tide (South End, 1985), para aprofundamento.

8. Para discussão sobre o assunto, veja meu artigo de 1977 no Le Monde diplomatique, reimpresso em Towards a New Cold War (Pantheon, 1982), cap. 11.

9. Veja Morris, "Falsifying the Record: A Fresh Look at Zionist Documentation of 1948", trechos de publicações hebraicas e francesas no Journal of Palestinian Studies, primavera de 1995.

10. Veja meu Fateful Triangle (South End, 1983), cap. 7, e The Culture of Terrorism (South End, 1988), cap. 8. Também Jonathan Marshall, Peter Dale Scott e Jane Hunter, The Iran-Contra Connection (South End, 1987), cap. 8.

[11](#). As origens congressionais das campanhas de direitos humanos foram investigadas; veja Lars Schoultz, *Human Rights and US Policy*. Um olhar mais aproximado, ainda a ser adotado sistematicamente, levam ao ativismo da década de 60.

[12](#). Veja Frank Costigliola, em Thomas Paterson, ed., *Kennedy's Quest for Victory* (Oxford, 1989).

Sobre o desprezo pela Grã-Bretanha e outros aliados europeus, veja Costigliola, "Kennedy and the Failure to Consult", *Political Science Quarterly*, primavera de 1995. Kissinger, *Towards a New Cold War*, 457; *World Orders*, cap. 3.

[13](#). Havia uma pequena comunidade judaica, aproximadamente 10% da população, na época em que a Grã-Bretanha declarou seu compromisso com um "lar nacional para o povo judeu" em 1917; mas eles eram anti-sionistas em sua maior parte, e seus descendentes ainda permanecem, em sua maioria, como tal — com uma grande parte bastante militante.

[14](#). Abraham Foxman, Diretor Nacional, Liga Anti-difamação, carta, *Wall Street Journal*, 8 de agosto de 1995, denunciando Edmund Hanauer, que fez a comparação "ultrajante" em uma carta. A LAD, muitos anos atrás uma organização genuína de direitos civis, tornou-se algo muitíssimo diferente desde 1967.

[15](#). Citado em Irwin Wall, "U.S., Algeria, and the Fourth French Republic", *Diplomatic History*, inverno de 1994.

[16](#). Veja *Deterring Democracy*, cap. 1.2.

[17](#). *La Epoca*, 4 de maio de 1991; Introdução, Thomas Fox, *Iraq* (Sheed & Ward, 1991). Sobre as reações do Terceiro Mundo, veja meus artigos na *Z magazine*, *maio, outubro, 1991*, e *Peters, op. cit.*

[18](#). Veja *Towards a New Cold War*, cap. 6; pp. 406–7; *World Orders*, cap. 3.

[19](#). Os registros documentais refutam completamente reivindicações posteriores sobre as pretensas posições do negociados americano, Arthur Goldberg. O proponente principal dessas invenções é Eugene Rostow. Veja a troca no *New Republic* entre Rostow e o oficial do Departamento de Estado David Korn, que refuta a versão de Rostow; como ele reconhece tacitamente em sua resposta evasiva; 21 de outubro, 18 de novembro, 25 de novembro, 1991.

[20](#). Tessler, *A History of the Israeli–Palestinian Conflict* (Indiana University Press, 1994) pp. 817–18.

[21.](#) Middle East Justice Network, dezembro de 1994.

[22.](#) Sobre os registros jornalísticos da década de 80, em particular o desempenho surpreendente do correspondente do *Times* em Jerusalém e vencedor do Prêmio Pulitzer, Thomas Friedman, veja meu *Necessary illusions* (South Fnd, 1989). O comentário israelense sobre a guerra no Líbano é discutido extensivamente lá e em fontes anteriores, dentre elas meu *Pirates and Emperors* (1986: Claremont, Amana, Pluto, Black Rose); veja *World Orders* para revisão.

[23.](#) Julian Ozanne, *Financial Times*, 8 de agosto de 1995.

[24.](#) Rubinstein, *Ha'aretz*, 30 de agosto de 1993; *Wall Street Journal*, 2 de maio de 1994; Benvenisti, *Ha'aretz*, 12 de maio de 1994 (Israel Shahak, "Translations from the Hebrew Press", junho de 1994); *Ha'aretz*, 6 de julho de 1995 (Tile Other Front, Jerusalem, 11 de julho).

[25.](#) Hass, palestra na Universidade de Tel Aviv University, *News from Within* (Jerusalém), julho de 1995; Usher, *Race & Class*, julho-setembro de 1994; Haim e Rivca Gordon, *Tsevet"aza*, "The Situation in the Gaza Strip — julho de 1995" (hebreu); Felber, AP, *Boston Globe*, 4 de fevereiro de 1995. Sobre os antecedentes, veja Sarah Roy, *Th' Gaza Strip* (Institute for Palestine Studies, 1995).

[26.](#) Sarah Heim, *Independent*, 3 de outubro; Patrice Claude, *Le Monde*, 5 de outubro (*Guardian Weekly*, 16 de outubro), 1994; Gellman, *Washington Post* (*Guardian Weekly*, 22 de janeiro de 1995); Yerah Tal e Ziv Maor, *Ha'aretz*, 12 de janeiro; Gidon Schmerling, *Kol Ha 'ir*, 20 de janeiro; Hannali Kim, *Ha'aretz*, 20 de janeiro (veja Israel Shahak, Relatório número 149, 29 de janeiro); *Ha aretz*, 8 de junho (*News from Within*), 1995; Editorial, *Davar*, 29 de dezembro; Motti Basuk, *Davar*, 30 de dezembro, 1994 (Shahak, Relatório número 148, 30 de dezembro); *Gazit*, *Yediot Ahronot*, 22 de janeiro, e Rubinstein, *Ha'aretz*, 10 de janeiro de 1995; citado no *Report on Israeli Settlement in the Occupied Territories*, Fundação pela Paz no Oriente Médio (Washington), março de 1995. Barton Gellman, *Washington Post Weekly*, 3–9 de julho de 1995.

[27.](#) B'Tselem Report, maio de 1995, citando a antiga planejadora da cidade de Jerusalém e membro do Conselho da Cidade, Sarah Kaminker; resumo e trechos no *Ha'aretz*, 15 de maio; *News from Within*, junho de 1995. Também Aaron Back e Eiten Felner, antigos membros do quadro de pessoal do B'Tselem, *Tikkun* 10.4, 1995. Tsaban, Olmert, *Middle East*

International, 12 de maio de 1995. Veja também Clyde Haberman, New York Times 14, 15 de maio de 1995.

[28.](#) Ben, Ha'aretz, 7 de fevereiro de 1995. Para informações adicionais e antecedentes, veja Israel Shahak, Ideology as a Central Factor in Israeli Policies (hebreu), maio–junho de 1995. Sobre as restrições de terra e fundos de desenvolvimento, veja Towards a New Cold War, cap. 9; Walter Lehn com Uri Davis, The Jewish National Fund (Kegan Paul, 1988). Para outros antecedentes, veja também Ian Lustick, Arabs in the Jewish State (University of Texas, 1980).

[29.](#) Amir Rozenblit, Jerusalem Post, 9 de setembro de 1994.

[30.](#) Middle East International, 12 de maio de 1995.

[31.](#) Shyam Bhatia, Observer (Londres), 8 de janeiro; "Mindless Murder in Israel", editorial, New York Times, 27 de julho de 1995. John Battersby, Christian Science Monitor, 5 de dezembro de 1994; 17 de maio de 1995. Rony Shaked e Yovel Peleg, Yediot Ahronot (edição americana), 4 de novembro de 1995.

[32.](#) Economist, 15 de julho; Reuter, Guardian, 10 de julho de 1995. Fisk, Independent, 22 de outubro de 1994.

[33.](#) Nir, Ha'aretz, 15 de fevereiro (Shahak "Translations", abril); Levy, Ha'aretz, 14 de maio, 23 de abril (Shahak "Translations", agosto); Kislev Ha'aretz, 17 de janeiro de 1995. Ben Efrat, Challenge no. 32, 1995. Shahak, Ideology.

[34.](#) Moshe Semyonov e Noah Lewin–Epstein, Hewers of Wood and Drawers of Water (Cornell, 1987). Shlomo Abramovitch, "The Land of Opportunities", Sheva Yamim, 3 de março; editor Hanoach Marmari, Ha'aretz, 9 de março (Shahak "Translations", abril); Ha'etzni, Ma'ariv, 5 de maio de 1995.

[35.](#) Rubinstein, "Two Banks of the Jordan", Ha'aretz, 13 de fevereiro de 1995 (Shahak, "Translations", abril). Haim Gvirtzman, Ha'aretz, 16 de maio, entrevista, Aí Hamishmar, 12 de março de 1993; Gvirtzman alega que o programa de colonização do Partido Trabalhista no West Bank (que ele apoia) foi planejado de modo a garantir o controle permanente de Israel sobre a água do West Bank; sobre cotas extensas, veja World Orders, cap. 3.5.

[36.](#) Julian O'Zanne e David Gardner, Financial Times, 8 de agosto de 1995.

[37.](#) Yosef Cohen, Kol Ha'ir 9 de dezembro de 1988, citando os diários de Shashar.

[38.](#) Reinhart, Ha'aretz, 27 de maio de 1994.

[39.](#) Shmuel Toledano, Ha'aretz, 7 de agosto; eleições de Fatah, Yediot Ahronot, 18 de novembro de 1994. Bloqueio à pesca, Robert Fisk, Tyre, Independent, 19 de fevereiro de 1995. Sequestro, Eitan Rabin, Ha'aretz, 24 de julho de 1994; um dos muitos casos.

[40.](#) New Middle East International, 31 de março, 12 de julho de 1995. Usher. Míidle East International, 6 de janeiro de 1995.

[41.](#) Chicago Council on Foreign Relations, American Public Opinion and U5 Foreign Policy, 1995.

[42.](#) Human Rights Watch, Torture and Ill-Treatment: Israel's Interrogation of Palestinians from the Occupied Territories (Nova Iorque, 1994); relatórios do B'Tselem sobre o interrogatório de palestinos, março de 1991, março de 1992.

[43.](#) Smootha, "Peace: Who Gains, Who Loses", Iton Aher, dezembro de 1993.

[44.](#) Veja meus ensaios do fim da década de 60 coletados em Peace in the Middle East? (Pantheon, 1974), e outros posteriores em Towards a New Cold War (cap. 9, 1975; posfácio, 1981). Também Fateful Triangle.

7

As grandes potências e os direitos humanos: o caso do Timor Leste

Território proibido

Fui solicitado para comentar as grandes potências e os direitos humanos. Essa será, na verdade, uma conversa muito breve.

Há duas versões da história. A oficial nos é familiar: a defesa dos direitos humanos é nosso maior objetivo, pode-se dizer que é, até mesmo, "a alma de nossa política externa", como diz o presidente Carter. E, se fracassamos, é por manter esse padrão nobre com muito rigor, em detrimento de nosso famoso "interesse nacional".

Uma segunda versão é dada pelos acontecimentos da história e pelo registro interno de planejamento. Foi apresentada com franqueza invejável em um documento estatal importante de 1948 (PPS 23) escrito por um dos arquitetos da Nova Ordem Mundial da época, o chefe do Ministério da Política de Planejamento e Apoio, o respeitado estadista e erudito George Kennan.

No decurso da distribuição a cada parte do mundo de seu próprio papel dentro da estrutura hierárquica do poder americano, ele observou que o objetivo político básico é manter a "posição de disparidade" que separa nossa enorme riqueza da pobreza dos outros; e, para atingir esse objetivo, "nós deveríamos parar de falar sobre objetivos vagos e irreais tais como os direitos humanos, a melhoria dos padrões de vida e a democratização", reconhecendo que nós devemos "lidar com conceitos claros de poder", "não dificultados por lemas idealistas" sobre "altruísmo e beneficência mundial".

Mentes mais conscientes jamais se desviaram de tais preceitos na discussão interna ou, mais importante, na ação.

É claro que o pensamento dos estadistas não é uniforme e não deveríamos observar as variações dentro do espectro. Assim, Kennan foi demitido de seu posto pouco tempo depois porque foi considerado muito suave e moralista para esse mundo duro, substituído pelo mais realista Paul Nitze que delineou a estrutura da ordem mundial poucos meses antes da deflagração da guerra da Coreia, em um outro documento importante de estado (NSC 68, abril de 1950).

Existem duas forças no mundo, explicava a NSC 68: o "estado escravo" e o defensor da "civilização". Estão em polos opostos, por natureza.

O "objetivo fundamental" do "estado escravo... "militante compulsório" é a completa subversão ou a destruição compulsória da organização do governo e da estrutura da sociedade" em todo lugar, de forma que seja possível a conquista de "autoridade absoluta sobre o resto do mundo" e o "poder total sobre todos os homens". Dado que esse "propósito implacável" e "coercitivo" é uma propriedade essencial do estado escravo, as evidências são irrelevantes (de modo que nenhuma é mencionada nesse documento importante extenso e crítico), e os caminhos da diplomacia são excluídos por definição, exceto como uma máscara para acalmar a opinião pública. A acomodação não é aceitável e o adversário deve ser destruído — pela virtude de sua natureza essencial, não a nossa.

O grande mal do estado escravo é esclarecido ainda mais completamente quando é contrastado com a perfeição absoluta do defensor da civilização, que é "fundado sobre a dignidade e o valor do indivíduo" e é marcado pela "maravilhosa diversidade", "profunda tolerância", "legitimidade", um compromisso em "criar e manter um ambiente no qual cada indivíduo tem a oportunidade de pôr em prática seus potenciais criadores". Seu "propósito fundamental" é "garantir a integridade e a vitalidade de nossa sociedade livre" e salvaguardar seus valores em todo o mundo. A sociedade perfeita "não teme, mas recebe com prazer a diversidade" e "extraí sua força de sua receptividade mesmo a ideias antagônicas". O "sistema de valores que anima nossa sociedade" inclui "os princípios da liberdade, tolerância, a importância do indivíduo e a supremacia da razão sobre o desejo". "A tolerância essencial de nossas visões de mundo, nossos impulsos generosos e construtivistas e a falta de cobiça em nossas relações internacionais são vantagens de, potencialmente,

grande influência", particularmente dentre aqueles que tiveram suficiente sorte para experimentar essas qualidades em primeira mão, como a América Latina, que se beneficiou de "nossos esforços duradouros e contínuos para criar e agora desenvolver o sistema interamericano". Nada é comentado sobre as consequências¹.

A concepção dura e implacável de Nitze serviu de fundamento para a política de "redução" que substituiu a abordagem mais compassível de seu predecessor, que fracassou em compreender corretamente a natureza das forças do bem e do mal. O conflito infundável entre esses opostos extremos — o moralismo de coração mole e o realismo cabeça-dura — não podem ser ignorados quando consideramos as grandes potências e os direitos humanos.

As lições da história e os registros documentados nos dizem muito sobre o tema. Mas, infelizmente, o que nos dizem não é politicamente correto (adotando um termo da luta ideológica contemporânea), de modo que devem ser relegados à memória. E o são, com uma facilidade surpreendente, juntamente com as milhares de páginas de documentação que demonstram a forma como os valores condutores são tão efetiva e consistentemente implementados; ou mesmo articulados, a não ser que os ouvidos errados estejam escutando. Eu poderia mencionar que, apesar de a importância incomum dos dois documentos do Estado recém-citados ser completamente reconhecida pela literatura erudita, seus verdadeiros texto e conteúdo tendem a ser evitados, e são pouco conhecidos além, como os curiosos podem rapidamente descobrir.

Considerando o que eles implicam, isso está fora de questão.

Quero comentar aqui um caso específico, um que é bastante típico, mas que, por casualidade, esclarece de modo incomum o tema e a brecha ou, mais precisamente, o abismo — que separa a doutrina da realidade: o caso do Timor Leste. Esse caso nos ensina muito sobre as sociedades livres e bastante privilegiadas nas quais vivemos e que, sabemos, não obtiveram esse privilégio pela sua aderência rigorosa aos "valores ocidentais" aclamados por pensadores respeitáveis.

Deixando de lado esses fatos relevantes, o assunto é de importância crucial porque é um dos maiores crimes de nosso século e um dos mais fáceis de ser resolvido. Não se trata do Iraque-Kuwait, ou da Bósnia, ou Angola, ou Ruanda. Não há ambiguidade, nem complicações sobre a solução apropriada e nem a necessidade da ameaça do uso de força para

alcançá-la, nem mesmo a necessidade de sanções. São desnecessários também os mediadores ou mantenedores da paz das Nações Unidas. Seria suficiente somente que os cúmplices do crime desistissem, sendo os Estados Unidos e a Austrália proeminentes dentre eles, embora não estejam sozinhos. A galeria dos malfeitores inclui a Grã-Bretanha (particularmente sob Thatcher e Major), a França, o Japão e muitos outros que dividem a compreensão de Kennan da ordem mundial e de seus valores condutores — que tencionam os grupos de liderança em todo o lugar. E provável que a retirada dos parceiros do crime fossem suficientes para induzir a Indonésia a retirar a pedra de seu sapato, nas palavras do ministro do exterior, Ali Alatas — para o alívio de muitos indonésios que conseguiram romper a forte censura imposta pelo governo para esconder a verdade da população, numa moda honrada na época.

Da mesma forma que é incorreto negar a divergência de pensamento entre os líderes mundiais — ilustrados pelo espectro de Kennan-Nitze, por exemplo — também seria injusto deixar a impressão de que os líderes mundiais não reconhecem limites para as atrocidades criminosas. Mas é verdade, alguns não observam princípios; no caso que estamos considerando, é uma ferramenta mortal que os monitores internacionais de direitos humanos estimam em mais de 1/4 da população com metade dos remanescentes levados, em 1979, para campos de concentração onde sofreram carestia comparável ao Camboja de Pol Pot e Biafra, o segundo maior índice de mortalidade infantil do mundo, destruição de 90 a 95% da criação de gado, da queda na produção agrícola e assim por diante, até o presente momento. Porém os crimes realmente significativos não passam despercebidos e, em um dos casos, foram severos o suficiente para levar à ameaça de sanções contra a Indonésia. Em novembro de 1993, em nome do movimento de não-aliados e da Organização Mundial da Saúde (OMS), a Indonésia submeteu às Nações Unidas uma resolução pedindo à Corte Mundial uma opinião a legalidade da utilização de armamentos nucleares. Em face dessa atrocidade, os guardiões da moralidade internacional saltaram para a ação. Os Estados Unidos, o Reino Unido e a França ameaçaram a Indonésia com sanções comerciais e o fim de subsídios a menos que retirasse a resolução, como o fez. Os dependentes tradicionais entendem quando uma mensagem dos poderosos deve ser observada.

Cidadãos do mundo livre foram felizes em receber a informação prontamente disponível a eles; neste caso, na imprensa da Igreja Católica do

Canadá².

Entretanto, a liberdade de informação tem limites. Em junho de 1994, a Corte Mundial aceitou a requisição da OMS para opinar apesar de uma forte campanha contrária por parte dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e de seus aliados na intenção de evitar esse ultraje. O assunto tem alguma importância. A consideração do tema pela Corte seria uma contribuição à causa da não proliferação; ainda mais a decisão de que o uso de armamentos nucleares é um crime sob a legislação internacional — consequentemente, por implicação, sua posse também. Não encontrei uma palavra com referência ao assunto na época (ou desde então, na grande imprensa), embora o tratado de não proliferação fosse um tema das manchetes, em particular a ameaça a sua renovação iminente apresentada pelos programas de armamentos nucleares dos "estados malfeitores".

Valores asiáticos

No que concerne ao Timor Leste, a situação no Ocidente tem melhorado, conquanto estejamos bastante distantes de nos igualarmos à coragem de pessoas como George Aditjondro, o erudito indonésio que expôs os crimes de seu governo condenando-os diretamente e que, enfim, teve de buscar exílio na Austrália. Ou as organizações estudantis da Indonésia que exigiram de seu governo, "para o bem da humanidade e nosso bem-estar comum, [para] reconsiderar o falso processo de integração do Timor Leste", pedindo que a Indonésia retirasse suas forças e garantisse um direito de autodeterminação" completo e livre para o povo do Timor Leste". Ou o diretor do Instituto de Jakarta para a Defesa dos Direitos Humanos, H.J.C. Princen, que pediu a seus "queridos amigos na Austrália" para se unirem a ele e "defender o direito de autodeterminação da ilha do Timor Leste" e para não "ser ludibriado pelas palavras doces de nossos políticos, preocupados somente com poder e dinheiro". Ou Luhut Pangaribuan, o diretor do Instituto de Auxílio Legal da Indonésia, que, em uma visita patrocinada pelo governo australiano, combinou uma "avaliação contundente do abuso dos direitos humanos em seu país" com um apelo à Austrália para cumprir sua "função moral com o Timor" e sua "obrigação internacional de criticar fortemente a Indonésia pelas violações dos direitos humanos" em vez de priorizar as questões comerciais³.

Desnecessário dizer, é mais difícil que os indonésios assumam uma postura pública sobre esses temas do que respondermos aos seus apelos.

Quando as pessoas aqui, ou em qualquer outro lugar do Ocidente, falam da necessidade da manutenção de boas relações com a Indonésia, o que deveríamos perguntar é: "Que Indonésia eles têm em mente?" A família e os amigos íntimos do general Suharto e os associados de investidores estrangeiros? Essa é uma Indonésia, mas há também uma outra Indonésia, uma terra de pessoas lutando por liberdade e justiça. Nessa segunda Indonésia encontramos ativistas de direitos humanos, intelectuais independentes e organizações estudantis; o juiz que indeferiu a ordem do governo visando impedir a circulação de *Tempo*, a mais importante revista semanal, a associação independente de jornalistas que desafia as ordens do governo para dispersar; os defensores de uma sociedade mais livre e aberta que se encontram duas vezes por semana sob a rubrica de Petição 50 num desafio às regras contrárias a assembleias sem licença, na casa do antigo comandante da Marinha, Ali Sadikin, que foi punido porque criticou o "sistema totalitário" de Suharto. Ele disse a um repórter americano em Jakarta que "os americanos conversam sobre democracia, mas é só conversa, enquanto Suharto dá lucro aos americanos e ao mundo capitalista"; os líderes trabalhistas foram jogados na prisão para limpar o lugar para a reunião da APEC de 1994; os milhares de trabalhadores que, em face da forte repressão, continuam a encontrar-se, a entrar em greve e a realizarem demonstrações de protesto contra as condições abissais de trabalho em um país onde os salários estão à metade dos níveis da China e que não tem sindicatos independentes — mas dispensado das condições de direitos humanos pelo governo Clinton. A outra Indonésia inclui a grande maioria das pessoas, que se uniriam ao protesto se pudessem saber a verdade e reagir sem medo — como nós podemos, sem nenhuma dificuldade⁴.

Os argumentos usuais de que a crítica deve ser evitada porque devemos "respeitar os valores asiáticos" e "manter boas relações com a Indonésia" são o cúmulo da insignificância, mera fraude, a não ser que nos digam à qual Ásia e à qual Indonésia o orador se refere. A escolha é, habitualmente, tácita, refletindo não um "curso pragmático" como sustentado cinicamente, mas os valores daqueles expressam os argumentos e os resultados que preferem. Essas são verdades simples que deveriam ser trazidas à tona.

Valores ocidentais

Durante longo tempo, a "censura voluntária" das sociedades livres (para tomar emprestada uma expressão de Orwell) foi incomumente rigorosa nos Estados Unidos, enquanto Washington fornecia o apoio militar e diplomático decisivos ao pior massacre relativo à humanidade desde o holocausto.

A razão não é, como depois aclamada pelos apologistas, a falta de fontes ou o fato de que aquela canto do mundo fosse muito remoto para merecer atenção. As fontes foram sempre amplas em comparação a outros casos mantidos claros, de modo proeminente, porque a culpa poderia ser atribuída a inimigos oficiais, um contraste tão dramático naqueles anos que foi exigida alguma disciplina para "esquecê-lo". E, anteriormente à invasão indonésia, a cobertura sobre o Timor Leste era considerável na imprensa porque algo que importava aos valores ocidentais estava em jogo: o destino do império português que causava, então, muita preocupação. A invasão e as atrocidades subsequentes foram acompanhadas de um declínio acentuado na atenção. A cobertura da mídia chegou a zero em 1978 (como também aconteceu no Canadá), quando o ataque indonésio alcançou seu auge em ferocidade quase genocida enquanto o presidente Carter — com fama em direitos humanos — mandava novas remessas de armamentos para acelerar o massacre. Antes do corte total de 1978, os relatos e comentários limitados raramente passavam das mentiras do Departamento de Estado negando as atrocidades e de pronunciamentos de generais da Indonésia, apresentados como fatos. O papel americano foi obliterado, e ainda é [5](#).

Essa situação, entretanto, mudou significativamente. Neste momento, há alguma cobertura dos fatos e condenações editoriais são consistentemente fortes e razoavelmente regulares, embora o papel decisivo americano permaneça virtualmente sem comentários e assuntos importantes estejam fora da agenda, incluindo a importância crucial do petróleo no Timor. E os registros horríveis da mídia de anos anteriores é suprimido em favor de histórias mais úteis sobre a coragem e a integridade das tribunas de pessoas com olhar aguçado que jamais relaxam sua vigilância, expondo a iniquidade

dos poderosos. A iniquidade que foi, finalmente, reconhecida é que os Estados Unidos "desviaram seus olhos do Timor Leste" e "poderiam ter feito muito mais do que fizeram para se distanciar da carnificina" (James Fallows). Não fizemos o suficiente para parar o que o *New York Times* finalmente condenou como a "vergonha da Indonésia" — não a vergonha dos Estados Unidos e de suas instituições ideológicas.

Neste espírito de arrependimento, nós, conseqüentemente, reconhecemos que os Estados Unidos "poderiam ter feito muito mais do que fizeram para distanciar-se" de sua contribuição entusiástica e decisiva ao massacre em andamento, conduzido com armas americanas, com fornecimentos imediatos de novos equipamentos aos invasores para evitar a revolta. Isso se refere, em segundo plano, ao silêncio da imprensa e dos intelectuais à medida que tais acontecimentos desenrolavam-se diante de seus olhos, e enquanto Carter intensificava o fluxo de armamentos quando diminuía os da Indonésia devido à ferocidade de seu ataque, organizando até mesmo o despacho de jatos americanos via Israel para evitar o (menor) perigo de exposição pública. No princípio, os Estados Unidos agiram para tornar as Nações Unidas "completamente ineficientes em quaisquer medidas que tomassem" porque "os Estados Unidos desejavam que as coisas ocorressem como ocorreram" e "trabalharam para isso", como explicou com muito orgulho, em suas memórias de 1978, o agente do crime, o embaixador para as Nações Unidas, Daniel Patrick Moynihan, aclamado desde então por sua defesa consistente da legislação internacional e sua condenação firme dos demônios estrangeiros (propriamente selecionados).

No extremo crítico, agora escutamos que "há algo incômodo na forma como escolhemos nossos casos para intervenção" — o historiador de Harvard, Stanley Hoffmann, notável por sua recusa a submeter-se às regras, que observa ainda que não houve "súplicas internacionais pedindo a intervenção no derramamento de sangue étnico no Timor Leste". Desconsiderando o fato de que "derramamento de sangue étnico" não é exatamente o termo aplicado à invasão soviética do Afeganistão ou à invasão do Iraque ao Kuwait, algumas questões certamente são lembradas: quem poderia pedir tal intervenção e como ela deveria ocorrer? Pelos bombardeios de Washington e de Londres, os principais apoiadores da agressão Indonésia e do massacre em massa? Suponhamos que um comentarista da Rússia pré-Gorbachev tivesse encontrado alguma coisa

incômoda sobre a política intervencionista soviética, querendo saber por que a Rússia não interveio para prevenir a imposição da lei marcial na Polônia ou a repressão na Tchecoslováquia ou na Hungria. Nós, pelo menos, ríamos? Como Moscou poderia intervir para barrar políticas que apoiava ativamente? Em uma cultura intelectual propriamente disciplinada, tais questões não surgem. Ninguém ri.

A opinião britânica respeitável é muito diferente. Escrevendo no (londrino) *Times Higher Education Supplement*, Leslie MacFarlane, adjunto emérito de política na Universidade St. John em Oxford, reconhece que os Estados Unidos e o Reino Unido, "para sua vergonha, fracassaram em pressionar o presidente Suharto a desistir da invasão" do Timor Leste. Mas as 200.000 ou mais mortes "não podem ser atribuídas "ao Ocidente"", acrescenta ele, reprovando Edward Herman por incluí-las em sua contagem das violências de estado que têm o ocidente como pano de fundo.

Nenhuma "promoção ou apoio à invasão e à pacificação do Timor Leste no início da década de 80 [sic] está colocada nas portas do ocidente", nos instrui MacFarlane⁶.

A cobertura esporádica e limitada é muito para algumas figuras proeminentes: o ministro do Exterior australiano, Gareth Evans, por exemplo, que "aceitou a oportunidade" de um encontro com os editores do *New York Times* "para reclamar das críticas daquele jornal às violações dos direitos humanos na Indonésia" e de seus "comentários continuados sobre a invasão Indonésia do Timor Leste". O senador Evans está certo, as coisas mudaram desde os bons velhos tempos de silêncio e negação. Até mesmo os editores do *Wall Street Journal*, para os quais nenhum crime no qual os Estados Unidos estejam envolvidos poderia ser criminoso, aconselharam Suharto a tirar a pedra de seu sapato e "livrar-se do albatroz do Timor Leste" — somente para esclarecer, não sem preocupações para as vítimas. As preocupações do Congresso são substanciais, estendendo-se além do espectro político. Existe um movimento solidário efetivo que distribui informação (a maioria oriunda da Austrália, como tem sido desde o início). E há uma considerável conscientização pública⁷.

Nos Estados Unidos durante anos, o fardo foi carregado por uma grande quantidade de jovens ativistas em sua maioria, que conseguiram muito, embora o ritmo fosse dolorosamente lento. Uma consequência direta é o aumento da atenção da imprensa que tanto estressa o ministro do Exterior. A forma como aconteceu é instrutiva, uma história que deveria ser contada

qualquer dia, conquanto talvez não agora; ela não se adapta bem à versão autocongratatória oriunda do santuário interno e que parece convencer a imprensa estrangeira. A história, entretanto, inclui casos de verdadeira integridade jornalística desde o início dos anos 80 e mostra o que pode ser feito se mesmo umas poucas pessoas se dedicarem à tarefa — uma lição importante⁸.

O protesto público começou a dificultar a participação de Washington nas atrocidades em andamento. O Congresso acabou com as vendas de armas de pequeno porte e cortou os fundos para o treinamento militar, compelindo o governo Clinton a fazer manobras complexas para se desviar da lei. Delicadamente selecionando o aniversário da invasão Indonésia, o Departamento de Estado anunciou que "a ação do Congresso não impediu a compra, com seus próprios recursos, de treinamento por parte da Indonésia", de maneira que pode prosseguir apesar da proibição, com Washington pagando, talvez, através de algum outro bolso. O senador Evans deve ter ficado satisfeito em saber que o anúncio foi escassamente notado e não recebeu nenhum comentário na imprensa. Mas levou o Congresso a expressar seu "ultraje", reiterando que "foi e é a intenção do Congresso proibir o treinamento militar americano para a Indonésia" (Comitê de Verbas do Congresso): "nós não queremos funcionários do governo americano treinando indonésios", reiterou vigorosamente um membro do quadro de pessoal, mas sem nenhum efeito⁹.

A justificativa para o treinamento e o suporte militares é aquela conhecida, oferecida reflexivamente para explicar os critérios para extensão de uma mão amiga a torturadores e assassinos. "Há um consenso bastante difundido de que... [o treinamento militar] atende à função muito positiva de exposição dos militares estrangeiros aos valores americanos", um oficial do Departamento de Estado informou a imprensa em resposta às investigações sobre os US\$ 100 milhões em vendas de armamentos para a Indonésia autorizados pelo governo em 1994 e os planos de renovação do treinamento sem constrangimentos ou subterfúgios. O senador democrata Bennett Johnston, que encabeçou os esforços do governo Clinton para debilitar as restrições do Congresso, tomou a mesma posição. Sua evidência foi uma afirmação do comandante das forças americanas no pacífico, Admiral Larson, que disse que "estudando em nossas escolas", os oficiais do Exército indonésio "passam a apreciar nosso sistema de valores, especificamente o respeito pelos direitos humanos, a aderência aos

princípios democráticos e o domínio da lei". As vendas de armamentos também facilitam um "diálogo" construtivo e permitem que mantenhamos nossos níveis de poder e influência". Observamos os resultados durante muitos anos na América Latina, Haiti, nas Filipinas e em outros lugares onde o suporte e o treinamento militares geraram "o apreço por nosso sistema de valores"[10](#).

O diretor em Washington do Human Rights Watch/Ásia observou que os oficiais indonésios têm sido treinados nos Estados Unidos desde a década de 50, sem "aperfeiçoamentos perceptíveis".

Mas o comentário reflete os padrões incorretos dos monitores de direitos humanos que não apreciam propriamente os sucessos em instilar os valores corretos, demonstrados mais dramaticamente, talvez, pelos oficiais treinados pelos americanos que ajudaram a organizar o "terrível massacre em massa" quando o atual governo da Indonésia subiu ao poder em 1965, um "banho de sangue fervente" que deu "esperança onde antes não havia nenhuma", fornecendo "as melhores notícias do ocidente durante anos na Ásia"[11](#).

A assistência militar americana teve um papel significativo nesse triunfo, relatou o secretário de Defesa, Robert McNamara, ao presidente Johnson. "Encorajou" o Exército a agir "quando a oportunidade foi apresentada". O treinamento e as instruções foram particularmente valorosas, continuou McNamara, destacando os programas que trouxeram militares indonésios aos Estados Unidos para o treinamento em universidades, "fatores muito significativos para determinar a orientação favorável da nova elite política indonésia" (o Exército). O Congresso concordou, ressaltando os "enormes dividendos" do treinamento militar americano dos assassinos e a comunicação continua com eles enquanto estivessem limpando a sociedade.

À parte de inculcar nosso sistema de valores, os contatos estabelecidos pelo suporte e treinamento americanos geraram "poder e influência" de outras maneiras, facilitando também o fluxo de armas e outros equipamentos militares visando implementar a política anunciada "para acabar com o PKI" (o partido comunista indonésio). Washington e a imprensa dificilmente puderam conter sua satisfação com esses sucessos. O representante chefe de missão, Francis Galbraith, mais tarde embaixador, "deixou claro" aos altos oficiais que "a Embaixada e o USG foram, em geral, complacentes e admiraram o trabalho do exército". O principal

negociador político do governo, George Ball, observou que o suporte e o treinamento militar americanos "deveria ter estabelecido claramente nas mentes dos líderes do Exército que os Estados Unidos permanece por detrás deles se necessitarem, eventualmente, de ajuda", mas instruiu a embaixada de Jakarta para que treinasse com "extrema prudência a fim de que nossos esforços bem intencionados para oferecer assistência ou endurecer suas resoluções possam, de fato, favorecer Sukarno e [seu aliado político] Subandrio", que corriam o risco de exoneração como parte da conquista do Exército e do massacre. O secretário de Estado Dean Rusk acrescentou que "se o desejo do Exército de seguir adiante contra o PKI é, de algum modo, dependente ou sujeito à influência dos Estados Unidos, não queremos perder a oportunidade de considerar a ação americana".

A imprensa concordou plenamente. Sob a manchete "Um Raio de Luz na Ásia", o importante comentarista liberal do *New York Times*, James Reston, garantiu a seus leitores, com base em seus contatos com altos oficiais do governo, que os Estados Unidos tiveram um papel muito mais importante do que o que estava sendo admitido e que "muito duvida-se que o golpe" do general Suharto e os bons acontecimentos seguintes "tivessem sequer sido tentados sem a demonstração de força dos americanos no Vietnã ou que tivessem sido mantidos sem o apoio clandestino que recebeu indiretamente daqui". Os editores reconheceram que "a situação... levanta questões críticas para os Estados Unidos", mas elogiaram Washington por respondê-las corretamente, tendo "permanecido sabiamente no plano de fundo durante as recentes convulsões social e política", reconhecendo que os "moderados indonésios" que tinham coberto o país com cerca de meio milhão de cadáveres podiam ser prejudicados por um "abraço" muito caloroso e público — a única "questão crítica" que vem à mente. Washington também demonstrou sua sabedoria recompensando os moderados "com promessas generosas de arroz, algodão e maquinaria" e com a continuação do auxílio econômico que havia sido cortado antes de que o "terrível massacre em massa" colocasse as coisas em ordem¹².

O mesmo treinamento facilitou os crimes de guerra no Timor, e em muitos outros lugares.

Certamente, é razoável que continuem.

A Indonésia não é uma exceção à regra. É fácil não entender o significado de decisões políticas se nos restringimos a somente uma época e lugar específicos; uma grande potência tem uma visão mais ampla e uma

investigação séria levará as ações de volta às suas fontes; neste caso, compreender-se-ia melhor os acontecimentos. Direccionando-nos a uma outra parte do mundo na mesma época, depois da derrubada do regime parlamentar do Brasil pelos generais neonazistas apoiados pelos Estados Unidos, os liberais de Kennedy que ainda estavam controlando a situação observaram mais de perto os resultados de sua decisão histórica de modificar a missão dos militares latino-americanos para "segurança interna". Em junho de 1965, o Ministério da Defesa de McNamara distribuiu um memorando (secreto) intitulado "Estudo da Política Americana Direccionada às Forças Militares da América Latina", expressando contentamento pelo sucesso em "atingir os objetivos estabelecidos" pelos programas de suporte e treinamento militares que melhoraram as "aptidões da segurança interna", estabeleceram a "influência militar americana predominante" e deram aos militares a compreensão dos objetivos americanos e a orientação em direção a eles", em particular, a necessidade de proteger e promover o investimento e o comércio americanos", a "raiz econômica" de política que se tornou "mais forte" do que outras. Essa compreensão e orientação têm importância singular no "ambiente cultural latino-americano", onde os militares devem estar preparados para tirar os líderes do governo dos gabinetes a qualquer momento; no julgamento dos militares, a gestão desses líderes é prejudicial ao bem-estar da nação". Considerando-se que os militares são "provavelmente, os menos antiamericanos dentre quaisquer grupos políticos [sic] na América Latina", eles devem ter um papel fundamental na "luta revolucionária pelo poder entre os grandes grupos" observados nesse processo pelos marxistas reinantes em Washington, como tinha recém-ocorrido, com sucesso, no Brasil e breve ocorreria em quase toda a América Latina. As mesmas razões mantiveram-se, e logo foram aplicadas, na Indonésia, nas Filipinas, na Tailândia, na Grécia e em muitos outros lugares.

Lembre-se de que essa é a avaliação do extremo liberal baseada nas antigas ideias de George Kennan de que "não deveríamos hesitar ante a repressão policial pelo governo local" e de que "é melhor ter um regime forte no poder do que um governo liberal se este é indulgente, brando e penetrado por comunistas". Lembre-se também de que o último termo é interpretado de modo muito amplo, incluindo virtualmente qualquer um que esteja no caminho, e que o problema apresentado pelos "comunistas" é, algumas vezes, encarado honestamente. Como o presidente Eisenhower e o

secretário de Estado Dulles concluíram com lástima em uma discussão privada, os "comunistas" podem "apelar diretamente às massas" e "obter o controle dos movimentos de massa", "algo que não temos capacidade para repetir" porque os pobres são aqueles para os quais apelam e eles sempre quiseram espoliar os ricos". É necessário, conseqüentemente, voltarmos aos militares que, com treinamento apropriado em universidades americanas e instalações militares, ganharão "a compreensão dos objetivos americanos e a orientação em direção a eles" sobre quem deveria espoliar quem. A história subsequente da Indonésia é um caso em questão para o qual nos voltamos diretamente [13](#).

Retornando aos subterfúgios de Clinton às restrições congressionais e com o apoio dos senadores democratas, o governo foi capaz também de evitar as condições de direitos humanos das quais dependiam o auxílio à Indonésia. O representante de comércio, Mickey Kantor, anunciou que Washington suspenderia sua revisão anual das práticas trabalhistas da Indonésia. Concordando com o senador Johnston que estava impressionado com "os caminhos tomados pela Indonésia... para melhorar as condições para os trabalhadores na Indonésia", Kantor condenou o país por "conseguir que sua legislação trabalhista e a prática estejam em quase total conformidade com os padrões internacionais" — um chiste que é, particularmente, de mau gosto, embora se deva admitir que a Indonésia realmente progrediu um pouco, temendo que o Congresso pudesse ignorar seus amigos na Casa Branca. "As reformas impetuosamente implementadas pelo governo da Indonésia nos últimos meses incluem a retirada da autoridade dos militares para intervirem nas greves, permitindo que os trabalhadores formem sindicatos para negociar os contratos trabalhistas e aumentando o salário mínimo em 27% em Jakarta" a, aproximadamente, US\$ 2 por dia, relatou o *Guardian*. As reformas ainda deixaram algo a desejar. Os novos sindicatos, generosamente autorizados, devem se unir ao Sindicato Trabalhista de Toda-Indonésia, o "sindicato" estatal; e para evitar qualquer falta de compreensão, as autoridades também prenderam 21 ativistas. Um ano mais tarde, em junho de 1995, a Anistia Internacional divulgou as últimas informações sobre os direitos dos trabalhadores na Indonésia, relatando que os "defensores dos direitos trabalhistas na Indonésia continuaram a atuar sob a ameaça de intimidação, prisão e tortura", enquanto demonstrações recentes "foram dispersas, com violência, pela polícia", dentre outros abusos.

"Nós fizemos muito para mudar e melhorar", disse o ministro do Exterior da Indonésia, "assim, de acordo conosco, não há razão para revogar" os privilégios comerciais. Os liberais de Clinton concordaram. Suharto é "nosso tipo de cara", como observou um importante especialista em Ásia do governo Clinton, comentando sobre sua calorosa recepção em Washington. Uma das consequências do ativismo da década de 60 foi a pressão sobre o Congresso para impor condições de direitos humanos ao auxílio, ao comércio e às vendas de equipamentos militares.[14](#)

Cada governo, desde Carter até hoje, buscou formas de fugir de tais restrições. Na década de 80, tornou-se uma piada doentia, à medida que os reaganistas asseguravam regularmente ao Congresso (sempre contente em ser enganado) que seus assassinos e torturados prediletos estavam fazendo progresso louvável. Clinton não está inventando novos caminhos com seus chicanis indonésios.

No início de 1995, Washington aumentou seus esforços para voltar a ter uma participação completa nas atrocidades na Indonésia. Em 15 de março, o embaixador na Indonésia, Robert Barry, em um discurso em Washington, anunciou planos para obter autorização do Congresso para renovar o programa de treinamento militar, confirmado no dia seguinte pelo almirante William Owens, vice-presidente do *Joint Chiefs of staff* que relatou a visão do Pentágono de que os militares indonésios estão preocupando os americanos devido à situação do Timor Leste.

O almirante Owens não especificou o que exatamente tinha em mente. Talvez a execução de seis aldeias em Liquica poucas semanas antes. Ou talvez ele estivesse pensando nas experiências do trabalhador australiano em saúde, Simon de Faux, em um programa de saúde controlado pela igreja: uma criança com 8 anos de idade com metade do rosto despedaçado por um soldado que empunhava um rifle e com o olho "virtualmente arrancado de sua face"; outras crianças com histórias similares gritando "por favor, ajudem"; torturas hediondas e estupros contínuos; as condições de saúde estarrecedoras entre as pessoas que não queriam ir a médicos indonésios ou tomar remédios por medo de que isso fosse "parte de um "genocídio"; o terror e os assassinatos em Dili pelos ninjas que eram realmente, comandados de Red Beret; os relatos do clero informando seis massacres "de igual magnitude" depois do massacre de novembro de 1991 em Dili que matou centenas de pessoas; o jovem timorense de 19 anos que correu o grande risco de ajudar de Faux a escapar de uma cidade depois de

ameaças dos militares, que dizia "eu cresci em lágrimas, eu vivo em lágrimas, eu vou morrer em lágrimas, eu estava morto desde o minuto em que nasci" à medida que relatava o destino de sua família — sua mãe, estuprada; seu pai, assassinado; um irmão desaparecido — o tipo de história que de Faux ouvia em todo lugar.

Os relatos de Faux não mereceram nenhum comentário nos Estados Unidos, nem seu testemunho ao Comitê de Descolonização das Nações Unidas em Nova Iorque. Mas estavam, presumivelmente, disponíveis ao Serviço de inteligência americano e, por consequência, aos chefes de junta, já que de Faux encontrou-se no Timor com diplomatas canadenses, incluindo o embaixador e descreveu suas experiências também a um grupo diplomático australiano visitante incluindo o embaixador e seu primeiro secretário que "não queria saber o que eu tinha visto", acreditou de Faux, o advertindo a "desistir" e a "não falar à imprensa"[15](#)

Sem dificuldades, pode-se acrescentar outros exemplos das melhorias que impressionaram aos chefes de junta.

No dia que o almirante Owens anunciou os planos do governo Clinton, John Shattuck, o secretário de Estado assistente para Direitos Humanos, informou ao Congresso que a situação dos direitos humanos no Timor Leste "que começaram a piorar no fim de 1994, ficaram ainda piores em janeiro deste ano". A Human Rights Watch / Ásia tinha recém divulgado um documento sobre a "Deterioração dos Direitos Humanos no Timor Leste", descrevendo as "execuções extrajudiciais, a tortura, os desaparecimentos, as prisões e detenções fora da lei" e outros abusos. Citando esses fatos (geralmente não relatados), os editores do pró-Clinton *Boston Globe* comentaram que "a forma mais generosa de descrever a abordagem do governo Clinton aos direitos humanos é chamá-la de ambivalente" — querendo dizer que as palavras ditas em segredo internamente são, com frequência, muito decentes, embora as ações tomadas as contradigam consistentemente[16](#).

Esse é um justo resumo da questão que me pediram que abordasse nesta conversa.

Poucos meses depois, o secretário de Estado propôs a venda de mais jatos F-16 à Indonésia. O serviço postal, em segredo, lançou novas regras anunciando uma "mudança no país": "O Timor Leste está suprimido. E parte da Indonésia." Na Conferência APEC de Jakarta em novembro de 1994, o Serviço de Informação americano distribuiu um documento

afirmando que os Estados Unidos "não contestam a integração do Timor Leste à Indonésia". E Clinton recusou-se a comentar os pedidos dos timorenses por autodeterminação enquanto anunciava sua confiança na promessa do governo de que "não [haveria] represália" aos participantes em demonstrações "por exercitarem sua expressão política e trazer suas preocupações a nós" em sua atitude corajosa em frente à embaixada dos Estados Unidos em Jakarta.

Apesar disso tudo, alguns acreditam que o governo está adotando uma postura muito severa e descompromissada. O ministro do Exterior, Evans, criticou a "abordagem irreduzível" de Clinton, dizendo que suas "declarações obtusas ao presidente Suharto, da Indonésia, em novembro, sobre a questão da autonomia do Timor Leste desapontaram". Não é fácil comentar¹⁷.

Os esforços de Washington para ampliar sua parceria no crime persistiram, assim como os esforços das pessoas que continuam a estar horrorizadas com o que está sendo feito em seu nome. Esses esforços atingiram um sucesso extraordinário: nas salas do Congresso, na imprensa e, muito mais importante, dentre o público em geral, que é capaz de fazer fortes pressões. A Indonésia foi compelida a buscar armas em outro lugar, primeiramente na Grã-Bretanha, onde o governo e as corporações estão satisfeitos com as novas oportunidades de lucros, desimpedidas até agora pela forte aprovação popular, embora John Pilger e alguns outros tenham colocado muitas pedras no sapato do ministro do Exterior Douglas Hurd e de outros; e Pilger está, particularmente, sendo bombardeado com críticas originadas de altos escalões de Londres e de seu país natal, a Austrália — graças ao seu crédito.

A Grã-Bretanha uniu-se quando as atrocidades chegaram ao seu auge em 1978. A França declarou seu forte apoio à Indonésia na mesma época, anunciando que venderia armamentos à Indonésia e a protegeria de qualquer "embaraço" público causado pelo erro timorense; os intelectuais franceses mantiveram o silêncio, preferindo desfilar diante das câmeras com a angústia relacionada aos outros crimes comparáveis de seus companheiros no Camboja — a postura habitual. Na década de 80, sob o comando de Thatcher, a Grã-Bretanha conquistou o primeiro lugar no empreendimento altamente lucrativo dos crimes de guerra. As razões foram explicadas pelo ministro executor da Defesa, Alan Clark: "Eu realmente não ocupo muito a minha mente com o que um grupo de estrangeiros está

fazendo ao outro" quando há dinheiro em jogo. À parte disso, compreende-se que a Grã-Bretanha deva continuar a "reservar-se o direito de bombardear negros", como o notável estadista Lloyd George descreveu a missão de civilização há 60 anos.

Em novembro de 1994, Pilger descreveu novas evidências de que as aeronaves Hawk fornecidas pela Grã-Bretanha estavam sendo utilizadas para atacar alvos civis e que, contrario as fabulas oficiais, o gabinete do Exterior sabia que "eles servem a propósitos ofensivos" (antigo oficial Mark Higson, que testemunhou à Comissão Scott sobre "ficções" semelhantes no que concerne à venda de armas a Saddam Hussein, parte da "cultura de mentir", disse). Alguns dias antes, o jornal londrino *Observer* tinha relatado que "a Grã-Bretanha está preparando um grande acordo com a Indonésia para a venda de armamentos, num desafio aos apelos internacionais pedindo um embargo devido ao histórico aterrorizante de direitos humanos naquele país", um "acordo secreto estimado em dois bilhões de libras esterlinas". Estavam incluídos os jatos Hawk. "A Grã-Bretanha também está trabalhando duro para fechar um acordo que envolve uma ampla gama de outros equipamentos militares", enquanto também "treina as tropas indonésias que não tiveram acesso aos programas de treinamento americanos por causa da questão dos direitos humanos". Esses relatos vieram à tona uma semana depois do julgamento da Suprema Corte contra Douglas Hurd por usar o auxílio estrangeiro Como um "adoçante" para os acordos de armas. O Canadá também se reserva o direito de bombardear negros". Em face do protesto popular, seu governo conservador parou de vender armas depois do massacre de Dili, mas o governo liberal que o substituiu reverteu essa política, liberando novas autorizações que chegam perto dos níveis autorizados durante toda a década de 80.[18](#)

Quando desembarquei no aeroporto de Sidney, a manchete que me dava as boas vindas dizia que a Austrália pretendia vender à Indonésia uma quantidade de fuzis avaliada em US\$ 100 milhões, "considerados os fuzis mais avançados e fatais na costa asiática do Pacífico", "o maior e mais lucrativo acordo de defesa que a Austrália fechou com a Indonésia". Sem dúvida, os fuzis vão contribuir enormemente à defesa australiana e indonésia dos agressores estrangeiros que os atacam de todos os lados; particularmente a Austrália, à luz do fato de que a "Indonésia é o país na posição mais favorável para atacar a Austrália", como observou o

departamento de Defesa há 20 anos, declarando que já tinha a capacidade de "importunar um pouco; algo que criaria problemas difíceis".[19](#)

É suficientemente fácil compreender por que a Austrália quer vender fuzis avançados de ataque que a Indonésia, provavelmente, utilizará da maneira mais óbvia. Como a Grã-Bretanha e o Canadá, a Austrália espera lucrar com esse novo "nicho de mercado" que se abriu como resultado às barreiras a tais vendas por parte dos Estados Unidos. Isso "faz sentido", concluem os editores do *Australian*: "Os interesses da nossa relação de longo tempo com a Indonésia e a viabilização crescente de nossa indústria interna de defesa torna desejável que essa oportunidade... seja perseguida com tanto vigor quanto nos é possível". "A realidade comercial para a Austrália é de que a indústria internacional de armamentos é muito valiosa para ser ignorada", independente do que "um grupo de estrangeiros está fazendo ao outro", como disse o ministro de Thatcher. De qualquer forma, há muitos outros que "se moveriam rapidamente a qualquer vácuo do mercado".

Isso é verdade suficiente. Sob Bush e Clinton, os Estados Unidos controlavam 1/4 do mercado de armas para os países do Terceiro Mundo — com 85% das vendas dirigidas a "governos não democráticos" como definidos pelo departamento de Estado, uma política que sofre a oposição de 96% da população. Mas outros estão tentando com afinco. O Serviço de Investigação do Congresso relatou que a França tomou recentemente a liderança em acordos de transferência direta de armas, talvez impressionado pelos resultados da proteção e das armas francesas a assassinos do governo na Ruanda, embora os especialistas no controle de armas de Washington considerem esse "um breve hiato"; os Estados Unidos retêm uma forte liderança nas vendas totais de armas autorizadas pelo governo, com 52%, de todo o fornecimento de armas e 35% de todos os acordos.[20](#)

Em qualquer evento, o argumento padrão, repetido pelos editores do *Australian*, está absolutamente correto. Pessoas racionais deveriam, por consequência, somente aplaudir quando eles vêm a ser utilizados, com igual valor, a outros empreendimentos meritórios. E, com certeza, um absurdo, por exemplo, deixar o contrabando internacional de narcóticos nas mãos de amadores (com frequência, indiretamente, tendo como cúmplices as grandes potências), quando poderia facilmente ser controlado pelas novas agências do governo dedicadas abertamente à venda de drogas letais, um

outro mercado que é "muito valorizado para ser ignorado" nesses dias de austeridade do governo.

Nos Estados Unidos, o protesto popular teve outros efeitos, um deles muito recentemente em Boston, onde uma Corte Federal indenizou Helen Todd com US\$ 14 milhões por danos porque seu filho — um cidadão da Nova Zelândia e estudante universitário em Sidney — foi assassinado pelas forças indonésias na série de crimes chamado o "Massacre de Dili". O advogado de defesa foi o general Sintong Panjaitan, um dos planejadores do massacre que foi considerado de mau gosto pelo Ocidente. Supõe-se que os massacres devem ser conduzidos em segredo, fora do alcance das câmeras de TV e é considerado de mau gosto bater e quase matar repórteres americanos, mesmo que sejam dissidentes *free lancer* como nesse caso (Alan Naim e Amy Goodman). Esse erro técnico pede uma resposta de rotina. Primeiro, a consternação ante o "comportamento aberrante de um grupo de militares que receberam uma resposta de um modo razoável e crível por parte do governo da Indonésia" (senador Evans). Então, tratar de encobrir o caso da justiça e louvar os "moderados", responsáveis por essa e muitas atrocidades piores que estão atualmente mostrando sua honra e sua coragem, enfrentando de "um modo razoável e crível" a aberração que foi, acidentalmente, exposta. Seguindo a rotina, frases esclarecedoras foram ditas a uns poucos soldados, enquanto os sobreviventes foram sentenciados a muitos anos na prisão, incluindo até a prisão perpétua, por crimes como expressar hostilidade a seus benfeitores. Enquanto isso, é bom evitar a reação dos planejadores do erro, por exemplo, o general Try Sutrisno, comandante das Forças Armadas (e, mais tarde, vice-presidente), que disse que os participantes das demonstrações "espalharam o caos" colando pôsteres de descrédito ao governo e gritando "muitas coisas inaceitáveis", e quando "eles insistiram com seus crimes... eles tinham que ser baleados.

Essas pessoas malcriadas têm que ser baleadas. .. e nós vamos atirar nelas"[21](#).

A operação foi conduzida suavemente, uma homenagem, talvez, à habilidade inabalável em relações públicas que envolve as questões da Indonésia. Os monitores de direitos humanos estavam horrorizados, mas as pessoas importantes estavam, apropriadamente, impressionadas.

Não obstante, pensou-se em um meio de enviar o general Panjaitan para fora do país. De acordo com o Centro para Direitos Constitucionais, que conduziu o processo civil com sucesso, ele foi mandado à Universidade de

Harvard, talvez para melhorar suas capacidades na maneira descrita pelo secretário de defesa McNamara e pelo Congresso depois do "terrível massacre em massa" de 1965. Quando ativistas locais em Boston souberam, eles pediram informações à Universidade, que negou que o general estivesse lá. Investigações adicionais localizaram Panjaitan, levando a uma matéria publicada na imprensa de Boston sobre o primeiro aniversário do massacre de Dili sob a manchete "General Indonésio, Respondendo a Processo, Deixa Boston". Ele foi julgado à revelia, e sentenciado, dizendo a Reuters: Simplesmente finjam que é uma brincadeira". Aparentemente, o governo australiano concordou, recebendo-o poucos meses mais tarde como parte de uma delegação indonésia estudando tecnologia de pesquisa civil e de defesa. Isso foi bastante apropriado, explicou o ministro do Exterior Evans, porque embora o general Panjaitan "tivesse sido considerado responsável pelas mortes em Dili, ele não foi o que deu a ordem para atirar nos participantes da demonstração" nessa "aberração" que as Nações Unidas qualificou como "uma operação militar planejada contra civis desarmados"[22](#).

A questão Panjaitan é quase uma repetição exata dos acontecimentos de um ano antes em Boston, neste caso envolvendo o general, Hector Gramajo, da Guatemala, responsável por dezenas de milhares de mortes nas regiões montanhosas do país no início da década de 80 (com o apoio fervoroso do governo Reagan). Ele estava sendo preparado pelo departamento de Estado para a próxima etapa, talvez até a presidência, e foi mandado a Harvard fazer um treinamento adicional.

Os ativistas locais souberam do fato pela a imprensa da América Central e verificaram com Harvard, que nunca ouviu falar dele. Investigações posteriores revelaram que ele realmente estava lá. Um processo civil por tortura e outras atrocidades foi impetrado contra o general Gramajo pelo Centro para Direitos Constitucionais. Alan Naim apresentou formalmente a intimação; foi ele quem, originalmente, expôs as iniciativas americanas ante a organização dos esquadrões de morte na América Central, tendo um excelente histórico para o jornalismo independente corajoso e também um instinto para o dramático. Naim acelerou e conduziu a intimação ao general enquanto ele recebia seu diploma nas cerimônias de graduação, não havendo ambiguidade sobre onde ele estava e nenhum problema de conhecimento público, pelo menos localmente. Gramajo também fugiu do

país, sendo sentenciado à revelia por crimes (incluindo a tortura de uma freira americana), com uma multa de US\$ 47 milhões²³.

Tais assuntos não têm uma relevância pequena. É importante deixar claro que nem todos apreciam as façanhas dos matadores prediletos do departamento de Estado. Além do mais, o treinamento de oficiais militares em universidades americanas tem um papel reconhecido e admirado, como discutido anteriormente.

"O bem-estar do sistema capitalista mundial" e "o problema da Indonésia"

Para entender o que tem acontecido, é necessário observar mais detalhadamente os antecedentes. Deveríamos começar pelo fim da Segunda Guerra Mundial, quando "os Estados Unidos assumiram, sem auto interesse pessoal, a responsabilidade pelo bem-estar do sistema capitalista mundial". Estou citando o historiador diplomático Gerald Haines, também historiador veterano da CIA, em um estudo altamente detalhado da tomada americana do Brasil como parte desse programa de bem-estar. "Os líderes americanos tentaram reorganizar o mundo para que se adequasse às necessidades e padrões americanos", continua Haines. Esperavam um "mundo aberto" - aberto à exploração por parte dos ricos, mas não completamente aberto nem para eles próprios. Os Estados Unidos desejavam um "sistema hemisférico fechado em um mundo aberto", explica Haines. Além do mais, não tinham a intenção de permitir que outros interferissem em seu controle da importante região do Oriente Médio, como discutido no capítulo anterior. E, internamente, os Estados Unidos, que possuíam metade da riqueza do mundo na época, não somente mantiveram mas, de fato, expandiram dramaticamente o papel histórico do Estado na proteção e no subsídio dos "empreendimentos livres, agora sob o pretexto de "defesa" baseados nos Estados Unidos²⁴.

A responsabilidade pelo bem-estar dos ricos e privilegiados foi levado muito a sério. Os líderes políticos e comerciais americanos estiveram

fazendo um planejamento global sofisticado durante a guerra, pensando na futura dominação do mundo que previram. Os planos foram implementados com a extensão possível como consequência. A principal tarefa foi reconstruir as sociedades ricas, e, de modo crucial, "as grandes oficinas de trabalho", a Alemanha e o Japão. Pensou-se que isso era necessário para o bem-estar dos ricos internamente, que tinham de encontrar mercados para o excedente manufatureiro americano e oportunidades para o investimento estrangeiro lucrativo na economia global que imaginaram. Uma grande preocupação de Dean Acheson e outros era a "lacuna do dólar", que impedia as exportações. Várias estratégias foram tentadas para solucionar o problema, incluindo o Plano Marshall (em grande medida, um subsídio do contribuinte às corporações americanas com o qual os europeus ganharam benefícios indiretos). Mas o que finalmente funcionou foi um amplo programa de rearmamento, chamado pelo historiador William Borden de "keynesianismo militar internacional" em seu importante trabalho sobre a reconstrução pós-guerra (*The Pacific Alliance*). O mundo dos negócios entendeu bem a questão. Refletindo a compreensão geral, a revista *Magazine of Wall Street* encarou o gasto militar como uma forma de "injetar novas forças ao conjunto da economia" e considerou "óbvio que as economias estrangeiras, tanto quanto a nossa, são em grande parte dependentes do alcance do gasto contínuo com armamentos neste país", que finalmente sucedeu em reconstruir sociedades industriais capitalistas de estado no exterior, sobrepondo-se à lacuna do dólar e também colocando os fundamentos da expansão imensa das multinacionais, essencialmente baseadas nos Estados Unidos.

Foi também entendido muito cedo que para implementar o projeto seria necessário reconstituir algo como o antigo sistema colonial. Parte da responsabilidade americana para com o bem-estar dos ricos era garantir os interesses econômicos coloniais" dos aliados europeus ocidentais (memorando da CIA de 1948) e, na região da Ásia-Pacífico, reconstituir o "império [japonês] em direção ao sul", como aconselhou George Kennan; agora a Nova Ordem do Japão estaria sob o controle americano, não sendo mais, por consequência, um problema. De fato, também não era um problema real anteriormente, exceto pelo fato de que não se garantia um ingresso privilegiado aos Estados Unidos — um dos muitos aspectos interessantes da Segunda Guerra Mundial que não conseguiu ver a luz do dia nem durante o frenesi patriótico avivado no 500 aniversário.

Uma consequência da reconstrução da ordem colonial sob um pretexto diferente foi o estabelecimento de modelos triangulares de comércio pelos quais as potências industriais secundárias ganhavam dinheiro com as importações americanas de matérias-primas de antigas colônias, capacitando-as a absorverem as exportações americanas. De maneira mais genérica, os planejadores definiram um papel específico a cada parte do mundo. O nacionalismo independente interferiria no projeto, consequentemente não poderia ser tolerado. Para grande parte do mundo, o "desenvolvimento complementar" era o máximo que poderia ser permitido; há exceções interessantes na região de influência japonesa, onde as duas principais antigas colônias japonesas, muito pelo estímulo do "keynesianismo militar" da Guerra do Vietnã, puderam reavivar o rápido crescimento econômico que ocorrera sob o domínio colonial severo do Japão que, ao contrário do Ocidente, desenvolveu suas colônias. Desde o início, os Estados Unidos estavam em um curso de colisão com o nacionalismo do Terceiro Mundo, um dos principais temas da história do pós-guerra, geralmente oculto em uma estrutura de Guerra Fria.

O hemisfério ocidental e os principais recursos energéticos do mundo no Oriente Médio foram destinados ao próprio controlador global. A África deveria ser destinada aos seus padrões coloniais tradicionais para ser aproveitada", como diz George Kennan, para sua reconstrução; uma oportunidade que podia dar aos europeus uma força psicológica necessária, sentia ele. O sudeste asiático devia "cumprir sua função principal como uma fonte de matérias primas para o Japão e a Europa ocidental" (Departamento de Estado de Política de Planejamento de Pessoal de Kennan) dentro do sistema de comércio triangular, e também para os Estados Unidos. O princípio de autodeterminação não estava esquecido, mas seria aplicado na hora oportuna. Sumner Welles, um alto oficial particularmente próximo ao presidente Roosevelt, sentia que um governo com autodeterminação verdadeiro seria possível no Congo belga em 100 anos. Também contemplava-se a autodeterminação para o Timor [Leste] português, embora "certamente levasse 1000 anos", acreditava Welles²⁵.

O termo técnico para esse compromisso de autodeterminação é "idealismo wilsoniano", considerado pelos pensadores "realistas" mais cabeças-duras como uma imperfeição moralista que prejudica o "interesse nacional".

Nesse contexto, o sudeste asiático adquiriu muita importância, particularmente a Indonésia, o prêmio mais rico. Em 1948, Kennan descreveu "o problema da Indonésia" como "a questão mais importante do momento na nossa luta com o Kremlin".

Podemos observar que a expressão "luta com o Kremlin" é um outro termo técnico. Refere-se, na prática, ao conflito com as tendências nacionalistas independentes que interferem no papel funcional designado — algumas vezes direcionando-se aos russos para a defesa e, dessa forma, tornando-se agentes da conspiração do Kremlin com o objetivo de obter "autoridade absoluta sobre o resto do mundo". Quando passou tempo suficiente depois da derrota dos arrogantes, a história segue seu caminho convencional: agora disse que o nacionalismo foi "mal-entendido" como uma conspiração do Kremlin, um erro comum atribuído à "postura defensiva", que é um elemento profundamente enraizado de nossa cultura, e à nossa ingenuidade incorrigível sobre o feio mundo além das fronteiras.

A própria Rússia tornou-se um inimigo pelas mesmas razões. Em 1917, desviou-se da "função principal" que cumpria desde os tempos pré-colombianos como uma área de serviço para o desenvolvimento da Europa ocidental, estendendo, mais tarde, seu domínio imperial a outras regiões e até mesmo a partes do próprio ocidente industrial. O esforço para restabelecer o antigo *status quo* é um componente da "Guerra Fria" que ainda deve ser aceito.

Na Indonésia, não houve "luta com o Kremlin" em 1948, exceto no sentido técnico. Depois da guerra, as forças britânicas (como em toda região) depuseram o "já em atividade, mesmo que imperfeita, o governo indonésio" dos líderes nacionalistas Sukarno e Hatta, Audrey e George Kahin, citados em um importante estudo acadêmico, rearmando "regimentos inteiros de tropas japonesas" no seu esforço para restaurar o domínio imperial holandês; os holandeses foram também ajudados pelo "poder militar australiano". Os Estados Unidos deram apoio "discreto e bastante indireto" para a reconquista holandesa, de acordo com os planos gerais para a região.

"Alguns dos organizadores americanos de política externa mais influentes consideravam as índias Orientais holandesas como uma das principais fontes de renda da economia do país — fornecendo aproximadamente 20% da receita nacional" — e temiam "o crescimento das forças políticas radicais" na Holanda se o país não conseguisse explorar os

valiosos recursos da Indonésia para a sua reconstrução. Eles observam ainda que o Plano Marshall auxiliou a França e a Holanda, quase igualando os seus gastos na reconquista de suas antigas colônias no sudeste asiático, com armamentos americanos. A destruição e a perda de vidas teriam sido muito menores no Vietnã e na Indonésia se não fossem o suporte americano-britânico para as potências coloniais, aponta George Kahin, sugerindo ainda que "o cronograma para mudança sócio-econômica na República [Indonésia] teria progredido consideravelmente mais do que de fato progrediu", com os líderes indonésios "cientes de que a grande sombra jogada pelos anglo-americanos continuaria por trás dos holandeses".

A política americana mudou quando Sukarno e Hatta reprimiram uma revolta "de um grupo desorganizado de comunistas indonésios influenciados pelos soviéticos" (a rebelião Madiun), com o auxílio dos "comunistas nacionalistas", cujo programa socioeconômico "era ainda mais hostil aos interesses econômicos ocidentais na Indonésia do que aquele de seus agora subjugados rivais pró-soviéticos". Para o infortúnio dos holandeses, Washington começou a apoiar o exército indonésio e o governo Sukarno-Hatta, em parte temerosos de que os "anti-stalinistas, comunistas fortemente nacionalistas" e outros "radicais socioeconômicos" estendessem seu apoio popular se a guerra sangrenta holandesa de agressões continuassem. A CIA, inclusive, rompeu o bloqueio holandês a que oficiais indonésios voassem de Jakarta, a capital da República Indonésia, a instalações militares americanas para receberem treinamento especial — as origens dos programas de treinamento que se tornaram muito importantes nos anos seguintes; se podemos acreditar no Pentágono²⁶.

Apesar de sua invocação ritual da "luta com o Kremlin", Kennan tinha uma visão clara o suficiente para entender as verdadeiras razões do porquê ele considerava "o problema da Indonésia" a questão "mais crucial" dos assuntos internacionais em 1948. "A Indonésia é o elo na corrente de ilhas que se estendem de Hokkaido a Sumatra, o qual nós deveríamos desenvolver como uma força política econômica contrária ao comunismo", continuou ele, e uma "área-base" de possíveis ações militares externas. Uma Indonésia comunista seria uma "infecção" que seria varrida na direção do oeste" Por todo o sul da Ásia. O medo — crescente nos anos seguintes — era de que as pessoas compromissadas com os programas de desenvolvimento independentes, não encaixadas ao "bem-estar do sistema capitalista mundial", pudessem obter uma vitória política — poucos anos

mais tarde, o Partido Comunista Indonésio (PKI), que se uniu à China no início da década de 60.

Os especialistas indonésios consideraram irreais esses prospectos. Harold Crouch escreve que "o PKI recebeu amplo apoio não como um partido revolucionário, mas como uma organização defendendo os interesses dos pobres dentro do sistema existente", desenvolvendo uma "base de massa dentre os camponeses através de seu "vigor na defesa de seus interesses dos... pobres"[27](#).

Pode-se entender por que as perspectivas de democracia na Indonésia atingiram tal interesse. Os receios são os habituais, até mesmo a terminologia na qual eles são expressos ("luta com o Kremlin", "infecção", etc.). Em um caso típico, Kissinger descreveu o Chile democrático como um "exemplo contagiante" que poderia "infectar" não somente a América Latina, mas também o sul da Europa, enviando aos eleitores italianos a mensagem de que a reforma social democrática era uma opção possível. Foi, por consequência, necessário destituir o governo e impor uma ditadura militar brutal, uma outra característica familiar do mundo pós-guerra. A democracia é admirável, e nós a adoramos tanto quanto os direitos humanos, mas somente quando as condições garantem que a "livre escolha" vai satisfazer as nossas exigências.

As preocupações persistiram durante toda a década de 50. Em 1958, o secretário de estado John Foster Dulles informou ao Conselho de Segurança Nacional que a Indonésia era uma das três principais crises mundiais, juntamente com a Argélia e o Oriente Médio, enfatizando com a concordância "vociferante" do presidente Eisenhower, que a União Soviética não estava envolvida nesses casos. O problema fundamental era a ameaça de democracia. Embora os registros documentais estejam sendo demasiadamente escondidos, partes foram recentemente divulgados, incluindo comunicados da embaixada americana em Jakarta em 1958 relatando que o governo de Sukarno estava "começando a chegar à conclusão de que os comunistas não poderiam ser vencidos por métodos democráticos comuns em eleições. Não é improvável que seja adotado, tornando ilegal o Partido Comunista, um programa de eliminação gradual dos comunistas pela polícia e Exército num futuro relativamente próximo". Os chefes da Junta de Pessoal, no mesmo dia, insistiram que "ações devem ser tomadas, incluindo medidas públicas como exigido, para assegurar ou o

sucesso dos dissidentes ou a supressão dos elementos pró-comunistas do governo de Sukarno".

Os "dissidentes" eram o "governo revolucionário" instituído em uma rebelião nas ilhas do exterior, onde se encontrariam, em grande parte, o petróleo e os investimentos americanos. A rebelião teve apoio substancial americano que ainda está sendo encoberto. A Austrália também estava envolvida, aparentemente, pela mesma razão básica: o medo da democracia. Os documentos divulgados oficialmente referem-se, de modo escasso, ao nível extraordinário dos esforços do governo americano revelados pelos *Kahins* em seus estudos, conquanto o que tenha sido divulgado indique a ambivalência em Washington visto que os prováveis resultados não eram claros. Em particular, temia-se que o envolvimento americano estivesse alienando os generais indonésios pró-americanos nos quais Washington estava confiando e induzindo-os a se voltarem aos russos. Os indonésios sabiam, é claro, da intervenção americana, embora fosse negada internamente, onde a imprensa denunciava ferozmente a Indonésia por seus relatos precisos — "claramente falsos", bradava o *New York Times*, como provado pela "declaração... enfática" do secretário de Estado de que os Estados Unidos não estavam envolvidos. A intervenção americana, a mais severa do período Eisenhower, permanece "um dos segredos guardados com mais zelo na história das operações externas secretas dos Estados Unidos", comenta o *kahins*.

Depois do colapso da rebelião e da declaração (na Indonésia) do envolvimento americano, a Inteligência concluiu que "os acontecimentos do último ano na Indonésia fortaleceram muito a posição dos comunistas do país (o PKI). Se tivessem sido mantidas as eleições programadas para 1959, o PKI iria provavelmente surgir como o maior partido na Indonésia e estar em uma forte posição para exigir a representação nos gabinetes" — algo completamente inaceitável no caso de uma organização política que defende os interesses da esmagadora maioria, de acordo com a teoria democrática predominante²⁸.

Embora a rebelião tenha fracassado, a intervenção americana foi bem-sucedida em seu objetivo primordial de prejudicar a ameaça da democracia. "A mais imediata e, ao mesmo tempo, mais duradoura consequência da guerra civil foi a destruição do governo parlamentar", conclui *kahins*, observando que a Indonésia "nunca mais experimentou um governo representativo". A guerra civil também "se opôs de maneira devastadora a

quaisquer perspectivas futuras para a devolução do poder do governo central de Jakarta às autoridades nas regiões e a quaisquer medidas de descentralização e de autonomia local". A Indonésia tornou-se um "Estado autoritário centralizado" e tem permanecido dessa forma, sob controle presidencial-militar.

A rebelião deixou o país com uma "tripolarização frágil e tensa de apenas três forças políticas importantes, cada uma delas mais forte do que antes", eles continuam: o Exército, o Partido Comunista e Sukarno. A próxima tarefa foi assegurar a vitória do Exército, que tinha as prioridades corretas. Diferente do PKI, aponta Crouch, sua "concepção de desenvolvimento econômico", implementada assim que assumiu o poder, era, "em primeiro lugar, orientada na direção dos interesses da elite e da classe média de colarinho branco e a classe de "agentes" associados às corporações estrangeiras, "a elite militar, os burocratas civis e os grupos de negócios — tanto internos quanto externos — intimamente ligados a eles". Se os saqueadores corretos pudessem ser postos no controle, tudo estaria bem²⁹.

O início da década de 60 foi um período tenso e difícil à medida que as três forças faziam manobras para chegar ao poder. Havia também complicações internacionais, em parte relacionadas à tentativa britânica de construir uma federação malásiana, defendida pela Austrália "como a melhor maneira de manter os territórios sob a influência ocidental", relata Gregory Pemberton, revisando os recém-divulgados registros de gabinete. Em março de 1963, o ministro de Defesa observou a preocupação da Austrália com o "crescimento da Indonésia como uma potência militar, sua oposição declarada à federação malásiana e sua utilização do poder militar na defesa de interesses diplomáticos". Não havia, a princípio, objeção a tal uso do poder militar; poucos meses antes, em dezembro de 1962, uma operação militar australiano-britânica havia "reprimido, com o uso da força, um movimento popular em Brunei que provocou o domínio não democrático do sultão e seu apoio à Malásia", atitudes que a Indonésia usou como um "pretexto" para sua oposição à Confederação Malásia da Grã-Bretanha, levando a "Austrália a um conflito direto com a Indonésia em 1963" (Pemberton)³⁰.

Para a própria Indonésia, a prioridade ocidental era assegurar que o exército saísse vencedor da luta tripolar pelo poder. Para atingir esse objetivo, os Estados Unidos adotaram o procedimento operacional padrão

para destituir os governos civis que saíssem fora do controle: cortar a assistência, mas continuar os treinamento e auxílio militares, mantendo o contato com a única força que pode realizar o trabalho. Na época em que o objetivo foi finalmente atingido com o golpe de 1965–66 e com o massacre os Estados Unidos tinham "treinado 4000 oficiais do Exército indonésio — metade do efetivo total de oficiais, incluindo 1/3 do quadro de pessoal geral" (Toohey e Pinwill)[31](#).

Como mencionei anteriormente, os liberais de Washington seguiam o mesmo curso na América Latina na mesma época, com sucessos que eles e a comunidade de negócios consideravam animadores à medida que governos parlamentares eram depostos em favor de ditaduras militares brutais. Os mesmos métodos foram tentados no Irã depois da queda do Xá, mas fracassaram. A técnica é compreensível; não é fácil pensar em uma alternativa, dada a inabilidade conhecida para "apelar diretamente às massas" e "ganhar o controle dos movimentos de massa" como os comunistas" são capazes de fazer, usando as vantagens injustas que obtêm da "defesa dos interesses dos pobres" — "comunista" utilizado aqui no sentido técnico que abrange também os militantes não comunistas com as prioridades erradas.

O problema resolvido

No início da década de 60, especialistas norte-americanos estavam insistindo com seus contatos militares indonésios para que "parem e limpem a casa" (Guy Pauker, da Corporação RAND, patrocinada pelo Pentágono, em um estudo publicado pela Princeton University Press); "se o corpo de oficiais apreciasse seu papel histórico, poderia ser a salvação da nação", ele escreveu em um estudo da Universidade da Califórnia. O especialista da Universidade da Pensilvânia, William Kintner, antigo membro da CIA e, então, em um instituto de pesquisa subsidiado pela mesma agência, comentou que com a ajuda do Ocidente, "líderes políticos asiáticos livres — unidos aos militares — devem não somente manter-se e controlar, mas realizar reformas e avanços enquanto liquidam os exércitos políticos e

guerrilheiros do inimigo". A ameaça era premente, advertiu, porque "se o PKI for capaz de manter sua existência legal e a influência soviética continuar a crescer, é possível que a Indonésia seja o primeiro país do sudeste asiático a ser controlado por um governo comunista legalmente eleito e com base popular". Os "exércitos" eram "políticos", conforme ele sabia, mas ele pensou que deveria ser possível eliminá-los com a ajuda americana de maneira que pudéssemos ter "democracia". Pauker não estava tão certo de que isso poderia ser feito, temendo que aos favoritos americanos "provavelmente, faltasse a crueldade que tornou possível aos nazistas eliminar o Partido Comunista da Alemanha... [Esses direitistas e militares] são mais fracos do que os nazistas, não somente em quantidade e em apoio popular, mas também em unidade, disciplina e liderança" (memorando RAND, 1964).

Novamente, é válido recordar que as políticas emanam de uma fonte central, Washington, e é, por consequência, provável que elas sejam similares em uma ampla gama de casos (como na América Latina, na mesma época). Somente um ano antes, o governo Kennedy expressou as mesmas preocupações com o Vietnã, onde os planos estavam em andamento para a deposição do governo Diem por medo de que fosse pôr em prática sua ameaça de exigir aos invasores americanos que se retirassem, chegando a um acordo político com o Vietnã do Norte. O embaixador Henry Cabot Lodge explicou ao presidente Kennedy que o "Vietnã não é um estado político completamente forte... porque, diferente da Alemanha de Hitler, não é eficiente", sendo, assim, incapaz de eliminar os oponentes numerosos e bem organizados fortemente motivados e com vigor sempre renovado por um ódio vigoroso". Os vietnamitas parecem estar mais ansiosos do que nunca para serem deixados sozinhos", e, embora "tenha-se dito que eram capazes de atos de grande violência na ocasião", "não há nenhuma indicação disso no presente momento", um impedimento aos esforços americanos para defender a democracia sul-vietnamita³².

No Vietnã, ocorreu o golpe patrocinado por Kennedy, mas os generais nunca satisfizeram os padrões dos liberais de Camelot. Seus aliados indonésios e os estudantes demonstraram uma melhor compreensão dos valores de seus tutores e "limparam a casa" no "terrível massacre em massa" de 1965-66 que causaram tanta euforia nos Estados Unidos, compreensivelmente. O partido que estava atendendo aos interesses da maioria pobre foi "liquidado" no que Crouch chama de uma "guerra santa

de extermínio" em áreas onde o PKI não estava, virtualmente, presente, arruinando os trabalhadores do campo, camponeses sem terras e muitos outros, com o apoio e o incentivo do exército. Pauker reconheceu que seu pessimismo anterior havia sido infundado; e os militares mostraram a crueldade que eu não havia previsto um ano antes".

A escala do massacre é discutida, mas foi, sem dúvida, muito grande. A CIA o coloca "como um dos piores assassinios em massa do século XX, juntamente com os expurgos soviéticos da década de 30, os assassinios em massa praticados pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial e o banho de sangue maoista do início da década de 50. Nesse contexto o golpe indonésio é certamente um dos acontecimentos mais significativos do século XX". O objetivo de eliminação do PKI como uma força política foi atingido. O país foi rapidamente transformado em um "paraíso para investidores", e a ameaça da vitória política de um partido representando as pessoas erradas foi afastada por um longo tempo³³.

Como mencionei, os Estados Unidos apoiaram os massacres, temendo somente que o envolvimento explícito pudesse beneficiar o presidente Sukarno, que foi expulso pouco tempo depois, desfavorecendo os americanos. Deve-se ler os relatos de satisfação incontida em relação a "banho de sangue fervente" para que se possa acreditar. Eu os observei detalhadamente para os Estados Unidos e não sei se ocorreu o mesmo em outros lugares, embora suspeite que a reação foi, em grande parte, a mesma. Valeria a pena uma observação cuidadosa.

Lembre-se do testemunho do secretário de Defesa, McNamara, sobre o valor do auxílio e treinamento militares aos oficiais da Indonésia que lhes ensinaram a "orientação correta, como na América Latina. Seu orgulho parece se justificar. No mais importante estudo acadêmico sobre o massacre, Robert Cribb aponta que "em muitos casos, as mortes não começaram até que unidades militares de elite não tivessem chegado a uma localidade e incentivado a violência pela instrução ou pelo exemplo", e no campo, onde ocorreram decididamente, os piores massacres", "os principais matadores eram unidades do Exército". Pode-se entender a importância de mandar o general Panjaitan a Harvard.

À parte do júbilo público, as reações mais interessantes estavam relacionadas às guerras americanas na Indochina, na época, encaminhando-se bem a seu número eventual de, aproximadamente, quatro milhões de mortos. *Freedom House* publicou um comunicado de importantes eruditos

aclamando os "acontecimentos dramáticos" na Indonésia, oferecendo-os como justificativa para o que chamaríamos de "o ataque americano contra o Vietnã do Sul" se um pouco de honestidade fosse concebível. As forças americanas no Vietnã forneceram um "escudo" que encorajou os generais indonésios a fazerem seu trabalho necessário, argumentaram em *Freedom House* e seus "distintos americanos", concordando com James Reston e outros.

Anos mais tarde, planejadores importantes demonstraram sua reação retardada aos "acontecimentos dramáticos". McGeorge Bundy, conselheiro de Segurança Nacional nos governos Kennedy e Johnson e antigo reitor da Universidade de Harvard, finalmente compreendeu, disse ele, que "nosso esforço" no Vietnã deveria, talvez, ter chegado a um fim depois de outubro de 1965, quando "um novo governo anticomunista tomou o poder na Indonésia e acabou com o Partido Comunista". Com a Indonésia protegida da infecção, pode ter sido "excessivo", ele pensou, continuar a arrasar a Indochina a custos descomedidos para nós mesmos. O restante da região estava sendo imunizado de um modo similar, se não tão espetacular, enquanto o vírus do nacionalismo independente na Indochina era destruído tão completamente que, por volta do início dos anos 70, a imprensa especializada em negócios reconheceu que os Estados Unidos tinham, basicamente, ganho a guerra. Tinha, se consideramos os objetivos fundamentais, embora objetivos mais altos não tenham sido alcançados, de forma que a vitória parcial somente pode ser formulada como uma humilhante derrota e as questões essenciais permaneçam amplamente alheias à cultura intelectual, exceto por uma aprovação ocasional do tipo Bundy.

Roberto McNamara, o arquiteto principal da guerra do Vietnã, acrescentou um comentário em suas memórias de 1995, no qual ele desculpou-se, emocionado — aos americanos, pelo que fez a eles e sua sociedade. Qualquer referência ao seu orgulho do papel do Pentágono no "terrível massacre em massa" foi omitido, embora ele realmente observe que a Indonésia "reverteu o curso" depois do assassinato de "300.000 ou mais membros do PKI... e agora esteja nas mãos dos nacionalistas independentes liderados por Suharto". Ele revê sua frustração com a recusa irracional e inflexível do inimigo vietnamita em aceitar sua próxima oferta de um acordo negociado no qual eles largariam as armas e se tornariam parte de um "Vietnã do Sul não comunista e independente". A Indonésia de

Suharto é o modelo de "nacionalismo independente" que McNamara estava oferecendo — sem nenhuma vergonha ou, provavelmente, compreensão — ao que ele deve ter conhecido como o único "partido político no Vietnã do Sul verdadeiramente embasado nas massas" (Douglas Pike, especialista no governo da Indochina). Pelo menos, a atitude tem o mérito da coerência, considerando a reação que o general compartilhou ao destino da maior organização política da Indonésia³⁴.

Não foram expressas, no Congresso, preocupações com o massacre; nenhuma grande organização de assistência ofereceu ajuda. O Banco Mundial emprestou dinheiro à Indonésia, logo tornando o país o terceiro maior devedor. Governos ocidentais e corporações seguiram o exemplo.

Em poucos anos, os papéis se inverteram. Em 1977, um especialista veterano em Ásia, George McArthur, escreveu que o PKI tinha "sujeitado o país a um banho de sangue", colocando suas cabeças a prêmio em uma grande atrocidade comunista. No tocante ao líder Suharto "tranquilamente determinado" com seu "rosto quase inocente" e confiança "escrupulosamente constitucional" na "lei, e não simplesmente no poder" (*Time*), o "moderado indonésio" admirado pelo *New York Times* que estava controlando os massacres e "encorajando a maior participação possível... como uma maneira de comprometer os eleitores à vitória da causa anticomunista" (Cribb), ele manteve seu status de moderado à medida que prosseguia a compilar, na Indonésia, um dos piores registros de direitos humanos do mundo, sem falar de outros abusos.

"Muitos no Ocidente estavam entusiasmados em manter as boas relações com o novo líder moderado de Jakarta, Suharto", depois dos acontecimentos dramáticos de 1965–66, relatou a *Christian Science Monitor* anos depois, conquanto alguns tenham reconhecido que seu histórico em direitos humanos é "diversificado" (correspondente da *Times* no sudeste asiático, Philip Shenon). A revista londrina *Economist* descreveu os principais assassinos em massa e os torturadores como "no fundo, bondosos" — no que diz respeito aos investidores estrangeiros, pelo menos — enquanto denunciava os "incentivadores das guerrilhas" no Timor Leste e IrianJaya [Papua] com seu "discurso da selvageria armada e do uso da tortura" — incluindo o bispo e outras fontes da Igreja, milhares de refugiados na Austrália e em Portugal, diplomatas ocidentais e jornalistas que escolheram enxergar, os monitores internacionais de direitos humanos mais respeitados, todos os "incentivadores" em vez de paladinos intrépidos

dos direitos humanos porque estes têm a história errada para contar. Entretanto, os acontecimentos de 1965 estão bem claros em uma matéria do *Wall Street Journal* sobre as conquistas de Suharto; lê-se o seguinte em uma das frases: Suharto "tomou o controle do esforço para reprimir a tentativa de golpe, e foi bem-sucedido". O editor do jornal na Ásia, Barry Wain, descreveu a forma como Suharto "tomou atitudes audaciosas visando derrotar os golpistas e consolidar seu poder", usando "força e astúcia" para obter o controle total.

"Pela maioria dos padrões, ele fez bem", continua Wain, embora como Shenon, ele reconheça que seu histórico em direitos humanos é "diversificado", citando o envolvimento do governo na morte de muitos milhares de supostos criminosos de 1982 a 1985. Deixando de lado algumas questões referentes a anos anteriores, um artigo igualmente elogioso no *Asiaweek* algumas semanas antes relatou um outro massacre em Sumatra, onde tropas armadas incendiaram um vilarejo de 300 pessoas, matando dezenas de civis, parte de uma operação para por fim à agitação na província.

Mas nada poderia macular a reputação do "moderado" que é "no fundo, bondoso".

Neste momento, a reconstrução da história tornou-se quase surrealista. No 50º aniversário da independência da Indonésia, o governo soltou Subandrio, o sócio íntimo de Sukarno, agora com 81 anos, e dois outros que estavam presos desde 1965. Eles foram perdoados pelo "presidente Suharto, que subiu ao poder no meio do banho de sangue dos anos 60" e "tem o crédito por acabar com a... tentativa de golpe que levou às mortes de centenas de milhares de pessoas", relatou o correspondente do *New York Times* no sudeste asiático, Philip Shenon. A acusação contra eles é de que "tramaram a tentativa de golpe em 1965 que derrubou o presidente Sukarno, o predecessor do senhor Suharto" — "seguindo-se o massacre de chineses", acrescentam os editores, referindo-se também à "sensível" questão do Timor Leste, onde "a carestia atingiu dezenas de milhares e o tumulto persiste desde então"[35](#).

O problema de Timor Leste

A reação aos acontecimentos de 1965-66 esclarece um pouco sobre a civilização ocidental. Um pequeno prodígio que desapareceu da história³⁶. Também fornece parte do contexto da reação ocidental à invasão indonésia do Timor Leste 10 anos depois. Os generais indonésios acabaram com o partido dos pobres, destruíram a ameaça de democracia e abriram o país a pilhagem estrangeira. Com os assuntos de estado seguros nas mãos dos assassinos em massa com as prioridades corretas, a Indonésia não era mais um "assunto crucial na nossa luta com o Kremlin", e poderia prosseguir no intuito de "cumprir suas funções principais". Esses são préstimos aos valores ocidentais não muito fáceis de serem dissimulados. Dificilmente se poderia esperar que um outro "terrível massacre em massa" rompesse as relações amistosas estabelecidas pelo exemplo bem-sucedido dos nazistas, acalmando dúvidas anteriores.

Havia, é claro, razões mais específicas para o ocidente auxiliar nas novas atrocidades. O destino do império português era uma questão de muita preocupação. Como comentei, a cobertura do Timor Leste foi bastante alta nos Estados Unidos, nesse contexto. E é bom lembrar que não somente o Timor Leste estava sujeito a um ataque devastador com o ocidente como coadjuvante.

O mesmo valia para as antigas colônias portuguesas na África. O eminente historiador da África, Basil Davidson, escreve que "todos aqueles responsáveis pelas "contra" subversões em Angola e Moçambique serão amaldiçoados pela história por seus grandes e terríveis crimes, que pesarão durante muito tempo sobre todo o sul da África". A escala desses crimes é indicada por um estudo das Nações Unidas que estima os danos em mais de US\$60 bilhões de dólares e um milhão e meio de mortos somente durante os anos Reagan, para o sul da África, com o suporte americano-britânico sob o pretexto de "emprenho construtivo". Em Angola, o terror continuou, em um nível pior do que o da Bósnia na mesma época. Desde o início, as preocupações eram as habituais: o vírus do nacionalismo que podia ser "independente" em um estilo diferente de Suharto e o risco de que pudesse se espalhar — sendo alegadas também as justificativas de Guerra Fria da maneira usual. Há razões para crer que o mesmo aplicava-se à invasão indonésia do Timor Leste e ao apoio ocidental a ela; a invasão foi

"motivada pelo medo de que um Timor independente tornar-se-ia uma fonte de subversão na própria Indonésia", escreve Harold Crouch³⁷.

Como o Timor Leste conduziria essa "subversão"? Somente pelo temido "efeito da demonstração" que sempre inspirou tais horrores, frequentemente chamados de "agressão dissimulada", "agressão interna" ou mesmo agressão cabal. Em um estudo de 1955, os Chefes da Junta de Pessoal delineiam duas "formas básicas de agressão" em acréscimo à agressão no sentido literal da palavra: "ataque armado aberto de dentro do território da cada um dos Estados soberanos" e "agressão não-armada, por exemplo, luta política ou subversão". Uma insurreição interna contra uma política de estado imposta pelos americanos, ou resultados errados nas eleições, são formas de "agressão" que os Estados Unidos e seus aliados têm o direito de combater através da violência arbitrária; atividades políticas indesejadas constituem "subversão", algo que nenhuma sociedade pode tolerar independente de quão democrática ela seja, nem mesmo o defensor da "própria civilização" com sua "profunda tolerância" e famosa "receptividade mesmo às ideias mais antagônicas". As premissas são uma característica constante da história, pública e secreta, e a preocupação de que o Timor Leste pudesse "fomentar a subversão" tem, pelos padrões predominantes, bastante fundamento.

À parte dessas questões, havia também a preocupação com "a enorme significância estratégica do Timor Leste no sudeste asiático (especialmente para a Austrália)" (Gerry Simpson) e também, relacionado a esse tema, com a passagem em águas profundas de submarinos nucleares em sua costa. Mas suspeito que, se os registros forem liberados, descobriremos que um fator crucial foi aquele enfatizado pelo embaixador australiano em Jakarta, Richard Woolcott, em agosto de 1975, quando ele aconselhou (em segredo) que a Austrália continuasse com a invasão prevista por ele porque o país poderia fazer melhores acordos sobre as reservas de petróleo no Timor com a Indonésia "do que com Portugal ou com o Timor português independente", "uma postura pragmática ao invés de baseada em princípios", acrescentou, observando precisamente que "e a isso que se referem o interesse nacional e a política externa". Os interesses das corporações de energia são "o interesse nacional" por definição, embora seja um pouco equivocado dizer que a abordagem recomendada não é "baseada em princípios"; o princípio está bem claro e é, no mundo real, perseguido com coerência rara³⁸.

Parece que o reconhecimento australiano, de direito, em 1979, da anexação à Indonésia do território ocupado em 1976 fazia parte desse contexto. O acordo para roubar o petróleo do Timor Leste foi assinado em 1989 e ratificado pelo Parlamento pouco tempo depois. Foi posto em prática imediatamente depois do massacre de Dili, quando a junta de autoridade Indonésia-Austrália começou a assinar contratos de exploração com as grandes companhias para explorar o petróleo do que o Acordo chama de "a província indonésia do Timor Leste" que não merece o direito inalienável da auto-determinação, nos dizem, porque não é viável economicamente. O Acordo Indonésia-Austrália do Timor, que não oferece uma migalha às pessoas das quais o petróleo está sendo tirado, "é o único acordo legal do mundo que reconhece, efetivamente, o direito da Indonésia de dominar o Timor Leste", observa a imprensa australiana³⁹. É claro, a Austrália confirma o direito sagrado do povo do Timor à autodeterminação, como insistiu diante da Corte Mundial. Não há necessidade de discutirmos o casuísmo que acompanha a solene afirmação deste direito como princípio enquanto o direito da Indonésia de anulá-lo é endossado na prática.

Nesse tratado sobre a política externa australiana, o Ministro do Exterior, Evans, oferece o Acordo do Timor como um exemplo de uma solução não militar a um problema que, historicamente, com frequência, tem levado a conflitos", um modelo a ser seguido pelo mundo. Muito impressionante!

Mais recentemente, ele o sugeriu "como um modelo para a solução de uma disputa no Mar do Sul da China sobre as Ilhas Spratly". Essa perseguição incessante à não violência talvez se enquadre no que Evans chama de "boa cidadania internacional", que "exige nada menos do que a ação para ajudar a garantir a aderência universal aos direitos universais" e a perseguição de "objetivos além de nossos interesses". Linhas de ação pragmáticas não vêm à tona⁴⁰.

Dever-se-ia observar que nem considerações legais nem morais são influenciadas pela decisão de 1995 da Corte Mundial — já que a Indonésia rejeita a sua jurisdição — reafirmando que "o território do Timor Leste permanece um território sem governo próprio e seu povo tem direito, por essas razões, à autodeterminação. A questão "não é lei, mas justiça", comentou, com precisão, a imprensa tailandesa à medida que iniciaram os procedimentos da Corte e, pelos padrões da justiça, "não pode haver defesa do acordo cínico de exploração de petróleo assinado entre a Austrália e

Jakarta", embora "ao mesmo tempo, o contrato não tenha relação com o sofrimento dos timorenses... Há poucos lugares no mundo onde os direitos humanos são tão sistematicamente menosprezados como no Timor Leste"[41](#).

Pelo menos os "valores ocidentais" tão soberbamente proclamados são compreendidos em algum lugar.

O histórico da invasão indonésia em dezembro de 1975 e sua consequência é, pelo menos, familiar aos australianos — e não o recontarei. Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Austrália estavam bastante conscientes que desde agosto a Indonésia estava planejando invadir e estava, de fato, conduzindo operações militares dentro do Timor Leste — incluindo forças especiais, tropas regulares, armamentos pesados e bombardeamento aéreo e naval — em preparação à invasão em larga escala que ocorreu em 7 de dezembro, retardada em algumas horas para não embarçar o presidente Ford e Henry Kissinger, então em visita a Jakarta[42](#). Todos os três países, efetivamente, autorizaram a invasão que foi conduzida com armas e apoio diplomático americanos, como testemunhou o embaixador Moynihan das Nações Unidas. Novas armas foram enviadas imediatamente para intensificar o massacre. Assim continuaram as coisas durante a década de 70, enquanto a cumplicidade ocidental decisiva em grandes crimes foi negada com justificativas vergonhosas, ou simplesmente ocultada.

A história realmente começou a despertar alguma atenção por volta de 1980, quando estava se tornando um pouco difícil não notar a semelhança com as atrocidades de Pol Pot dos mesmos anos. Jornalistas importantes ainda consideravam a história desmerecedora de atenção. Na extrema esquerda, no Nation, o antigo correspondente do Times, A.J. Langguth, menosprezou preocupações com o Timor Leste com base em que "se a imprensa mundial fosse convergir repentinamente para o Timor, ele não melhoraria mais do que um simples Camboja", as últimas "vítimas merecedoras" cujo trágico destino pode ser atribuído somente aos inimigos oficiais (com uma limitação de visão muito conveniente). No Washington Journalism Review, uma importante revista de crítica de imprensa, o especialista em Ásia e correspondente estrangeiro, Stanley Karnow, ridicularizou uma matéria de janeiro de 1980 sobre o Timor Leste que ele disse não poder ler porque "não tinha nada a ver comigo", enquanto Richard Valeriani, o respeitado comentarista de TV, a repudiou como um

desperdício de espaço porque "eu não me preocupo com o Timor", obviamente a história errada, com as lições erradas. Eles acrescentaram ainda que "99,99% do povo americano não se importa com o Timor", enquanto depreciavam "aquela longa história sobre o Timor no New York Times" que podia torná-los conhecedores do segredo; e, nesse caso, eles certamente se importariam, diferentemente de seus superiores. Em particular, se descobrissem o papel americano ainda ocultado.

O correspondente do Times nas Nações Unidas, Bernard Nossiter, recusou um convite para uma conferência de imprensa das Nações Unidas sobre o Timor Leste em outubro de 1979 porque ele considerou a questão "um tanto esotérica", também escolhendo não relatar sobre o debate que incluía testemunhos de refugiados timorenses e de outros sobre a continuidade das atrocidades nas mãos erradas⁴³. O *Wall Street Journal* dedicou um editorial à "campanha interessante" que se desenvolvia no Timor Leste, observando que muitas centenas de milhares de pessoas podem ter morrido e que "soa suspeitamente como o Camboja, dizem algumas pessoas", conquanto "essa é nossa", conduzida com armas americanas. Essa acusação, o journal explicou, "nos diz menos sobre o Timor do que nos diz sobre certas variações do pensamento político americano", que não compreende que os Estados Unidos não podiam fazer nada porque "a violência que amaldiçoou o lugar é um sinal totalmente esperado de uma ordem mundial desintegradora" e "é mais provável que falar sobre os males do poder americano acelere essa desintegração, não a suspenda".

Buscando deixar a população em geral consciente das ações do governo americano, os críticos da política do país estão, por consequência, contribuindo com as atrocidades conduzidas com armas e apoio americanos; são aqueles que ocultam os fatos que estão engajados no esforço humanitário para ajudar as vítimas.

É duvidoso que o Pravda pudesse ter alcançado cumes mais elevados.

A comparação com o Camboja foi esquecida pouco tempo depois, quando o departamento de Estado explicou que os dois casos eram bastante diferentes. Os Estados Unidos estavam apoiando o governo embasado no Khmer Rouge no exílio porque sua "continuidade" com o regime de Pol Pot, "inquestionavelmente", o faz "mais representativo do povo cambojano do que o Fretilin é do povo timorense". Embora não tenha sido relatada, a posição oficial decide a questão⁴⁴.

O assunto chegou ao conhecimento novamente quando o Iraque invadiu o Kuwait. De novo, foi necessária disciplina para não notar os paralelos. Mas as diferenças cruciais foram explicadas, com eloquência, por acadêmicos importantes e outros comentaristas. Vou poupá-los dos detalhes, que somente podem demonstrar que pouca coisa mudou, exceto pelo queda na qualidade da retórica, dos dias em que Pascal lembrou com um escárnio conveniente "como os casuístas conciliam as contrariedades entre suas opiniões e as decisões do papas, dos concílios e das Escrituras", de forma que possamos aderir com muita fé às pregações do Evangelho de que "os ricos estão destinados a dar esmolas de sua superabundância, [embora] raramente ou nunca será obrigatório na prática" graças à "utilidade das interpretações".

A atenção mundial voltou-se novamente ao Timor Leste depois do massacre de Dili, o erro técnico que já mencionei, mas brevemente e sem efeito no que concerne a questões mais importantes como a tomada de controle das fontes de petróleo do Timor Leste.

Permitam-me concluir com o que é mais importante. Essa história de horror pode chegar a um fim se os ocidentais puderem demonstrar pelo menos uma fração da integridade e da coragem demonstradas pelos indonésios que protestam contra o que seu governo está fazendo, sob condições muitíssimo mais onerosas do que qualquer um de nós pode imaginar — nem falo da incrível coragem dos timorenses, que nos envergonha, e aos australianos de modo especial devido ao débito de sangue que persiste desde a Segunda Guerra Mundial, como estou certo que você sabe.

Nós estamos, creio, em um importante ponto de mutação. Com suficientes energia e compromisso com a mudança das políticas ocidentais, há razões para suspeitar que o governo da Indonésia pode ser encorajado a remover a pedra de seu sapato, que uma das maiores histórias de atrocidades do mundo pode chegar a um fim e que o povo do Timor Leste pode vir a desfrutar de seu direito inalienável de autodeterminação — talvez em menos de 1000 anos.

1. Para discussão e fontes adicionais, veja meu *On Power and Ideology* (South End, 1987) e *Deterring Democracy*. Veja Year 501, cap. 4, para referências não citadas acima sobre as relações Indonésia e Estados Unidos.

2. Catholic New Times, 9 de janeiro de 1994. Veja também John Pilger *New Statesman and Nation*, 3 de junho de 1994, o único jornalista profissional que investigou, segundo o que sei. Sobre os custos da invasão, veja entre outros, George Aditjondro, *In the Shadow of Mount Ramelau* (INDOC, Leiden, 1994), uma narração espantosa baseada principalmente em fontes indonésias; e Ian Robinson, em Michel Cranna, ed., *The True Cost of Conflict* (New Press, 1994), citando a Anistia Internacional, o Observadores em Direitos Humanos, USAID, e uma ampla gama de outras fontes.

3. Aditjondro op. cit, Associação de Estudantes Jakarta e outros 11 conselhos estudantis javaneses, novembro de 1991, *ibid.* Veja também a entrevista de Aditjondro no semanário Sinar, 19 de novembro de 1994, pedindo à Indonésia que coloque em prática "o espírito da Constituição", que sustenta o direito de independência "para todos os povos e exige que o colonialismo deve ser erradicado da Terra"; e Herbert Feith, "George Aditjondro and East Timor", incluindo a transcrição de uma entrevista de Aditjondro para a rede de TV ABC (Timor Leste Fala Campanha, Fitzroy, Austrália). *Asilo político*, Australian, 6 de junho; *West Australian*, 9 de junho; *Far Eastern Economic Review*, 29 de junho, 1995. *Princen*, 30 de setembro de 1994; *Inside Indonesia*, dezembro de 1994. Pangaribuan, Stuart *Rintoul Australian*, 23 de fevereiro de 1995.

4. Para muitos exemplos de bravura dos estudantes indonésios, trabalhadores e outros, veja John Pilger, "The Rising of Indonesia", *New Statesman*, 16 de junho de 1995. Tempo, Patrick Walters, *Australian*, 8 de maio de 1995. Charles Radin, *Boston Globe*, 20 de novembro de 1994. *Salários*, *Economist*, 2 de abril de 1994. Sobre a ação trabalhista e as condições chocantes de trabalho, veja Jeremy Seabrook, "Indonesian workers risk freedom for rights", *Guardian Weekly*, 23 de outubro; Merrill Goozner "Asian labor: Wages of shame, western firms help to exploit brutal conditions", *Chicago Tribune*, 6 de novembro de 1994.

5. Para uma revisão, veja meu *East Timor: The Press Cover-Up*, *Inquiry*, 19 de fevereiro de 1979; e para mais detalhes, Chomsky e Edward S. Herman, *The Political Economy of Human Rights (PEHR)*, vol. 1 (South

End, 1979); e atualizações subsequentes em *Towards a New Cold War* e em outros. Um exemplo de como o sistema doutrinal estava operando é que o artigo citado é o primeiro em qualquer jornal americano dedicado ao Timor Leste, com a exceção de um sobre a Indonésia com ênfase no Timor escrito por Arnold Kohen ("The Cruel Case of Indonesia", *Nation*, 26 de novembro de 1977), cujas contribuições nesses anos salvaram muitas milhares de vidas e certamente teriam dado a ele um Prêmio Nobel da Paz, se fosse premiado o mérito.

[6.](#) Fallows, *Atlantic Monthly*, junho de 1982. Anthony Flint, BG, 4 de março de 1994, narrando uma conferência sobre a intervenção na Tufts University aberta com um discurso de Hoffmann. McFarlane, revisão de Alexander George, ed., *Western State Terrorism*, *Times Higher Education Supplement*, 26 de junho de 1992.

[7.](#) Brian Toohey, *Australian Financial Review*, 24 de novembro de 1994. Editorial, "Indonesia's People", *WSJ*, 17 de novembro de 1994.

[8.](#) Veja referências da nota 6. Para a imagem, veja Peter Wilson, *Australian*, 1 de agosto de 1995.

[9.](#) Reuters, *New York Times*, 8 de dezembro de 1993, algumas linhas em uma página interna; Irene Wu, *Far Eastern Economic Review*, 30 de junho de 1994.

[10.](#) Jeffrey Smith, *Washington Post*, 18 de março de 1995. Johnston, carta, *Nation*, abril de 1994.

[11.](#) *New York Times*, *Time*, *US News and World Report*, *Time*, respectivamente.

[12.](#) Veja Year 501, cap. 4, para revisão da participação e reação americanas. Política "para exterminar o PKI", citada por Audrey e George Kahin, *Subversion as Foreign Policy* (New Press, 1995).

[13.](#) McNamara para o Conselheiro de Segurança Nacional McGeorge Bundy, 11 de junho de 1965; veja meu *On Power and Ideology*, cap. 1. Kennan, *ibid.* Dulles Eisenhower, veja *World Orders*, cap. 1. Sobre o Brasil e a forma de pensamento como expressa pelos planejadores da Constituição, veja cap. 5, acima.

[14.](#) *Counterpunch* (Institute for Policy Studies, Washington), 15 de fevereiro, 15 de março; Nicholas Cumming-Bruce, *Guardian*, 16 de fevereiro de 1994; AI, "Indonesia: Workers-rights still challenged", junho de 1995; David Sanger *New York Times*, 31 de outubro de 1995.

[15.](#) "US Military Training", FEER, 30 de março de 1995. De Faux, Gary Hughes, Age, 16 de maio; testemunho nas NU, 11 de julho de 1995, distribuído pela TAPOL (Londres). Eyal Press, National Catholic Reporter, 11 de agosto de 1995 o único relatório americano, segundo tenho conhecimento.

[16.](#) Editorial, Boston Globe, 3 de abril de 1995.

[17.](#) International Herald Tribune, 3 de agosto de 1995; Postal Bulletin, impostos e honorários internacionais, efetiva 9 de julho de 1995. Charles Radin, BG, 15 de novembro de 1994. Cameron Stewart e Colleen Egan, Australian, 14 de junho de 1995.

[18.](#) Pilger, Distant Voices (1994); New Statesman, 25 de novembro de 1994. França, PEHR, Michael Durham e Hugh O'Shaughnessy, Observer, 13 de novembro de 1994. Briarpatch (Saskatchewan), julho de 1995. Lloyd George, citado por V.G. Kiernan, European Empires from Conquest to Collapse (Fontana, 1982).

[19.](#) J.R. Walsh e G.J. Munster, Documents ou Australian Defense and Foreign Policy 1968–1975

(Hong Kong, 1980), pág. 219. O livro foi proibido por uma ação na Corte, mas os documentos mais importantes dele são citados com frequência. Entre outros, veja PEHR; Brian Toohey e Marian Wilkinson, The Book of Leaks (Angus & Robertson, 1987); Geoffrey Gunn, A Critical View of Western Journalism and Scholarship on East Timor (Journal of Contemporary Asia Publishers, Manila, 1994). Gunn aponta que o livro está pouco disponível na Austrália, mesmo em bibliotecas públicas. Vendas de armas, Cameron Stewart, Australian, 17 de janeiro de 1995.

[20.](#) Ibid.; editorial, Australian, 17 de janeiro de 1995. Eric Schmitt, New York Times, 8 de agosto; carta, David Isenberg, Centre for Defence Information, New York Times, 13 de agosto de 1995.

[21.](#) Evans, citado por Gunn, op. cit., 250. Gen. Sutrisno, citado em Power and Impunity (Anistia Internacional, 1994), pág. 54. Em março de 1995, Evans reiterou que o massacre de Dili não foi "nunca avaliado... como distinto de um comportamento local excessivamente monstruoso", explicando por que não é mencionado na nova edição de seu livro Australia's Foreign Relations (veja nota 41, abaixo); Melbourne Herald–Sun, 12 de março de 1995.

[22.](#) Randolph Ryan, BG, 25, 28 de outubro; Reuters, 25, 27 de outubro; Michael Ellis, Sydney Morning Herald, 29 de outubro de 1994. Brian

McGrory, BG, 12 de novembro de 1992. Cameron Stewart, Australian, 16, 17 de março; Geoffrey Barker "Dili massacre general's visit sure to outrage Timorese", Australian Financial Review, 15 de março de 1995. Relatório das NU, David Watts (Londres), Australian, 21 de dezembro de 1994, citando o London Times e a AFP; não relatado nos Estados Unidos (verificação no banco de dados).

[23.](#) Judy Rakowsky, BG, 13 de abril de 1995.

[24.](#) Para referências e discussões adicionais, veja Year 501, caps. 2, 4, 7 e 11; e World Orders.

Também caps. 4 e 5, acima.

[25.](#) Veja Wm. Roger Louis, Imperialism at Bay (Oxford, 1978), pág. 237. Towards (7 New Cold War, pág. 373, para debate adicional.

[26.](#) Kahin e Kahin, op. cit. George Kahin, "Democracy in Indonesia", em David Bourchier e John Legge, eds, Democracy in Indonesia, Monash Papers on Southeast Asia no. 31, 1994.

[27.](#) Crouch, Army and Politics in Indonesia (Cornell, 1978), pp. 351, 155; alinhamento da China, 64n.

[28.](#) Foreign Relations of the United States, 1958-1960, Vol. XVII, Indonesia (Washington, 1994); 8 de abril 12 de agosto de 1958. Kahin & Kahin, op. cit. envolvimento australiano, veja particularmente Brian Toohey e William Pinwill, Oyster (Heinemann, 1989), pág. 69ss.

[29.](#) Ibid. Crouch, op. cit., pp. 273, 299, 303.

[30.](#) Weekend Australian, 1,2 de janeiro de 1994, sobre os registros de gabinete divulgados em primeiro de janeiro.

[31.](#) Op. cit., pág. 93. A União Soviética tinha, então, dado à Indonésia US\$1 bilhão em auxílio, relatam.

[32.](#) Veja meu Rethinking Camelot (South End, 1993), para detalhes e antecedentes, dos registros oficiais liberados recentemente. Pauker Kitner, citados por Peter Dale Scott em Malcolm Caldwell, ed., Ten Years of Militar Terror in Indonesia (Spokesman, 1975); veja Year 501 para revisão. Pauker (UC) em Toohey e Pinwill, op. cit.

[33.](#) Relatório da CIA citado por Robert Cribb, ed., The Indonesian Killings of 1965 –1966 (Monash Papers on Southeast Asia, no. 21, 1991).

[34.](#) Bundy citado por David Fromkin e James Chace, Foreign Affairs (primavera de 1985). McNamara, In Retrospect (Times Books, 1995). Pike, Viet Cong (MIT 1965).

[35.](#) McArthur, International Herald Tribune, 5 de dezembro de 1977. Time, 15 de julho de 1966. Editorial, NYT, 22 de dezembro de 1965. Cribb, op. cit. John Murray Brown, CSM, 6 de fevereiro de 1987. Shenon, NYT, 3 de setembro de 1992. Economist, 15 de agosto de 1987. Richard Borsuk, WSL 8 de junho de 1992. Wain, WSL 25 de abril de 1989. Asiaweek, 24 de fevereiro de 1989, citado em TAPOL Bulletin, abril de 1989. Shenon, editorial, NYT, 17 de agosto de 1995.

[36.](#) Cribb cita Communist Collapse in Indonesia, de Arnold Brackman, e uma dissertação de doutorado não publicada da "para um sumário de respostas internacionais aos assassinatos ; o primeiro, pelo menos, evita a matéria quase que completamente. A única revisão publicada na época em que Cribb escreveu era a de Peter Dale Scott no livro de Caldwell Teu Years" Military Terror, repudiado por Cribb por seu fracasso "para penetrar profundamente nos detalhes dos assassinatos".

[37.](#) Davidson, comentário sobre William Minter Apartheid's Contras (Zed, 1994). Inter-agency Task Force, Africa Recovery Program / Economic Commission, South African Destabilization: the Economic Cost of Frontline Resistance to Apartheid, NI, NU, 1989, pág. 13. Crouch, op. cit., pág. 341.

[38.](#) Walsh e Munster, op. cit., pág. 200. Simpson, "Judging the East Timor Dispute", Hastings International and Comparative Law Review, University of California, inverno de 1994.

[39.](#) Ian Verrendei, Sydney Morning Herald, 19 de novembro de 1994. Veja Roger Clark, "Timor Gap Treaty", Pace Yearbook of International Law, 1992; e Christine Chinkin, "Australia and East Timor in International Law", em International Law and the Question of East Timor (Catholic Institute of International Relations, 1995).

[40.](#) Evans e Bruce Grant, Australia's Foreign Relations (Melbourne University Press, 1991), pág. 109. Gordon Feeny, Melbourne Herald-Sun, 1 de agosto de 1995. Evans (citando Hedley Bull sobre "propósitos"...) citado por Scott Burchill, Australia "5 International Relations (Australian Institute of International Affairs e Deakin University, 1994), págs. 8 e 67.

[41.](#) ICJ, Year 1995, General List no. 84, Portugal v. Austrália. 30 de junho de 1995. Bangkok Post, 21 de fevereiro; citado em Daily Telegraph Mirror, 21 de fevereiro de 1995.

[42.](#) Para detalhes, veja o tráfego de mensagens em Toohey e Wilkinson, op. cit.

[43](#). Para uma olhada no que ele considerou válido de relatar na época, veja *Towards a New Cold War*, págs. 346 e 475.

[44](#). Para uma revisão detalhada desses anos, veja *Towards a New Cold War* e ensaios sobre o Timor Leste e o Camboja reimpressos em James Peck, ed., *Chomsky Reader* (Pantheon, 1988).

8

O Timor Leste e a Ordem Mundial

Aprecio muito a oportunidade de discutir alguns assuntos correntes. Há alguns poucos que parecem urgentes e impressionantes. Gostaria de enfocar um que é, certamente, uma preocupação compartilhada e com o qual ainda mantemos um tipo de relacionamento especial.

Parece também ser muito relevante nesta época, de grande significação humana e um tipo de microcosmo dos princípios básicos da ordem mundial do qual depende qualquer esperança de um futuro decente: o caso do Timor Leste. Em jogo está o destino de um povo que sofreu miseravelmente, e ainda sofre, para com o qual a Austrália tem uma dívida única, como se sabe.

Igualmente em jogo estão os fundamentos da ordem mundial e da legislação internacional, incluindo os princípios cruciais da Declaração das Nações Unidas sobre o uso da força e o direitos inalienáveis de autodeterminação, uma obrigação moral referente a todos os estados. O assunto ganha ainda mais importância porque pode estar em um ponto de mutação, talvez decisivo, e porque é tão facilmente solucionável se comparado a outros mais truculentos. Adquire significação adicional porque ilumina clara e cruelmente a natureza de nossas sociedades livres e democráticas e a cultura intelectual que predomina sobre elas — talvez a questão mais difícil de ser encarada honestamente e uma das mais importantes.

O último aspecto está relacionado ao relacionamento especial que mencionei. Muito do que sei sobre o assunto vem de fontes australianas, incluindo a imprensa. A razão é simples. Quando me tornei seriamente preocupado depois da invasão indonésia, as fontes americanas, em grande

parte, secaram e a qualidade do que permaneceu era vergonhosa. Enquanto isso, o dinheiro de meus impostos estava sendo utilizado para fornecer 90% das armas da Indonésia — restritas à autodefesa, de acordo com a lei — com novos despachos de armas destinados à contrarrevolta imediatamente depois da invasão e um acréscimo renovado em 1977–78 quando as atrocidades atingiram seu ápice e a cobertura da imprensa chegou a zero. Havia muita informação disponível de fontes altamente confiáveis, incluindo o testemunho do Congresso, mas foi escrupulosa mente retida daqueles que estavam pagando as contas, não apenas na imprensa, mas também nos jornais de opinião¹. Meus próprios discursos, testemunho nas Nações Unidas e publicações basearam-se substancialmente em fontes australianas. Essa é a razão para o relacionamento especial, que já nos ensina muito sobre o quão livre as sociedades funcionam — se escolhemos aprender.

A situação mudou nos últimos anos. As vendas de armas para a Indonésia caíram como um resultado de pressões populares e do Congresso, resultado do trabalho de uns poucos ativistas muito dedicados, com o apoio da Igreja e outros. A Grã-Bretanha assumiu o papel principal de enriquecer com o derramamento de sangue, com um grau de cinismo surpreendente nos altos escalões, mesmo para seus padrões tradicionais. A cobertura da imprensa americana aumentou, mas é ainda inexpressiva. Para citar um exemplo crucial, à parte de alguns detalhes, a questão do petróleo no Timor ficou oculta — e não é a única.

O domínio da lei

Os pontos básicos sobre a matéria estão tão claros quanto qualquer coisa relacionada aos assuntos mundiais. A invasão Indonésia de dezembro de 1975, subsequente a vários meses de ações militares bem conhecidas dos australianos, americanos e britânicos, foi um ato não provocado de agressão, um crime de guerra, que torna todos os participantes criminosos de guerra, de Henry Kissinger para baixo. A agressão foi imediatamente condenada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Respondendo à recomendação de que tomasse uma 'atitude urgente', o Conselho de Segurança, com unanimidade, exigiu a retirada de todas as forças indonésias "sem retardo", exigiu que "todos os Estados respeitassem a integridade territorial do Timor Leste bem como o direito inalienável de seu

povo à autodeterminação", e pediu ao secretário-geral que agisse para implementar a resolução².

Essa posição tem uma base firme na legislação internacional. Gostaria de dizer algumas palavras sobre isso, mas com uma restrição preliminar. Não estou realmente preocupado com as questões técnicas, mas com os princípios que as fundamentam. É triste mas é verdade que vivemos sob o domínio da força, não o domínio da lei, no sentido de que as grandes potências fazem o que querem, como fazem outros se podem prosseguir independente de lei ou de princípios altamente sadios. Um exemplo recente dramático foi o esforço da Nicarágua em utilizar os métodos pacíficos exigidos pela legislação internacional em resposta ao ataque terrorista americano. A Nicarágua foi à Corte Mundial; os Estados Unidos reagiram com a negativa de aceitação de sua jurisdição.

Quando a Corte proferiu a sentença, os Estados Unidos simplesmente a desprezaram. A Nicarágua, então, voltou-se para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, que divulgou uma resolução insistindo em que todos os Estados obedecessem a legislação internacional (11-1, três abstenções; bloqueado pelo veto americano). A Nicarágua tentou a Assembleia Geral, em que os Estados Unidos novamente vetaram as resoluções em dois anos consecutivos, em uma das vezes com o apoio de Israel e El Salvador e, na segunda vez, somente com o apoio de Israel; um voto americano negativo significa um veto. A mídia não prestou atenção, corretamente considerando a opinião mundial irrelevante quando o Estado mais poderoso assim o decide.

Seria incorreto dizer que a ordem da Corte Mundial foi ignorada. A Corte exigiu que os Estados Unidos acabassem com o "uso de força ilegal" contra a Nicarágua — um outro crime de guerra — e sua campanha econômica ilegal, e que pagassem reparações substanciais, determinando também, explicitamente, que toda a assistência às forças terroristas controladas pelos americanos que atacavam o país era "auxílio militar" e não "auxílio humanitário". Houve uma resposta imediata. O Congresso aumentou subitamente o auxílio militar às forças terroristas. A imprensa e a opinião intelectual — incluindo defensores bem conhecidos da ordem mundial e da legislação internacional — condenaram a Corte por causar o descrédito de si mesma emitindo seu julgamento. Os conteúdos essenciais jamais foram relatados. O auxílio militar continuou até que os Estados Unidos impuseram seu desejo (denominado "auxílio humanitário" no

Congresso e na imprensa). Depois que o país despedaçado finalmente aceitou as exigências americanas, foi compelido a desistir de seu pedido por reparações conforme chegava a uma grande desgraça humanitária, decaindo rapidamente ao caos, à miséria e à falta de esperança depois que o controle tradicional americano foi finalmente estabelecido; os fatos não são relatados à parte de referências sarcásticas ocasionais a incompetência e aos crimes dos sandinistas. Ainda mais grotesco, o resultado é amplamente aclamado em todo o âmbito de opinião articulada como um outro exemplo de como os Estados Unidos "serviu de inspiração ao triunfo da democracia em nossos tempos" — um triunfo ilustrado bem pela câmara regional de horror, um tópico que não está dentro da esfera de discussão dos círculos respeitáveis³.

Essa é somente uma pequena amostra. Seria difícil ilustrar de forma mais clara a feia realidade.

Por tais razões, discutirei os alicerces da legislação internacional até onde revelam, como penso que o fazem, os princípios com os quais pessoas decentes deveriam estar compromissadas e que deveriam compelir seus governos a observar — impossível em muitos países, fácil suficiente em outros, se escolhemos.

As resoluções das Nações Unidas sobre o Timor Leste e as obrigações que impõem sobre todos os estados ganham significação adicional do fato de que as resoluções meramente ratificam, para esse caso em particular, a linguagem de duas resoluções criticamente importantes adotadas, com unanimidade, pela Assembleia Geral das Nações Unidas de 1970 e de 1974: a Declaração de Princípios da Legislação Internacional Concernente às Relações Amistosas e à Cooperação entre Estados e a Resolução sobre a Definição de Agressão⁴. Tais resoluções declaram, inequivocamente, que "nenhuma aquisição territorial resultante de ameaça ou do uso da força deve ser reconhecida como legal" e que nenhuma "vantagem especial resultante de agressão deve ser reconhecida como legal": em ambos os casos, não *deveria*, mas *deve* — ou seja, uma obrigação. A aplicação desses princípios à invasão indonésia do Timor Leste um pouco depois é imediata, e foi assim reconhecida pelo Conselho de Segurança em seu pedido para que todos os estados se ativessem aos princípios da legislação internacional que eles haviam tão recentemente ratificado.

A Declaração de Relações Amistosas tem um caráter importante único na legislação internacional, como tem sido constantemente afirmado. Foi adotado na comemoração do 25º aniversário das Nações Unidas, depois de

anos de planejamento cuidadoso. Para seu crédito, o governo da Austrália teve participação ativa durante o processo e co-patrocinou o projeto final. A posição oficial da Austrália era de que a Declaração não aprimora a Resolução das NU, mas meramente "elabora alguns de seus princípios mais importantes", em particular, aqueles relacionados ao uso da força e ao direito de autodeterminação. A Austrália descreveu a Declaração como uma contribuição ao "desenvolvimento progressivo e à sistematização da legislação internacional", citando o artigo 13 do Decreto da NU que conferiu esse papel na Assembleia Geral.

A posição australiana muito baseada em princípios tem sido confirmada repetidamente desde então, começando imediatamente em 1971, quando a Corte Mundial divulgou sua Opinião Consultiva da Namíbia que obrigava todos os estados a privarem-se de reconhecer a ocupação ilegal sul-africana da Namíbia, declarando ainda que "os estados membros têm a obrigação de se absterem de entrar em quaisquer acordos com a África do Sul em todos os casos nos quais o governo da África do Sul pretenda agir em nome da Namíbia ou em assuntos relacionados a ela". A Corte acrescentou que "todos os Estados devem ter em mente que a entidade injuriada é um povo que busca na comunidade internacional assistência em seu progresso em direção a objetivos para os quais a custódia sagrada foi instituída", referindo-se à "custódia sagrada da civilização" que ratificou o princípio da não-anexação e a responsabilidade da comunidade internacional pelo bem-estar e o desenvolvimento dos povos que ainda não conseguiram a independência.

Quatro anos antes do episódio, o julgamento da Corte é interpretado como um virtual ditame das obrigações de todos os Estados que se mantêm fiéis à lei no caso da Indonésia e do Timor Leste, especialmente no que concerne ao reconhecimento da ocupação ilegal e da anexação e no que diz respeito a qualquer acordo que a Indonésia possa tentar implementar relativo ao território ocupado.

Não poderia haver um pedido mais constrangedor à ação em benefício do povo do Timor Leste", comenta Bill Bowring. Talvez uma afirmação branda, visto que objetável, como aponta Roger Clark, mas a ocupação sul-africana da Namíbia não era "do mesmo tipo do Timor Leste, onde o direito à autodeterminação foi negado por uma simples invasão das fronteiras internacionais"[5](#).

A reconfirmação mais surpreendente da Declaração de Relações Amistosas foi, talvez, na decisão da Corte Mundial sobre os Estados Unidos e a Nicarágua, que a destacou por demonstrar que o acordo de obrigação do Decreto da NU para abster-se do uso da força é uma obrigação do ponto de vista da legislação internacional consuetudinária, aceita como válida por todos os Estados que endossaram a Declaração, notavelmente a Austrália, dado seu papel principal.

A Declaração ganha força adicional, diretamente aplicável ao presente caso, a partir da Convenção de Viena de 1974 sobre a Lei dos Acordos, também endossada pela Austrália sem reservas, que considera um acordo "inválido" se conflita com a legislação internacional: a Comissão de Legislação Internacional que convocou a Convenção destacou a Declaração de Relações Amistosas como a base para a determinação de quando um acordo é inválido, assim como tratados explicativos adicionais.

Parece simples o suficiente imaginar o que a Opinião da Namíbia, a Convenção de Viena, as Resoluções e os princípios básicos que as fundamentam, bem como a "custódia sagrada da civilização" impõem sobre um tratado baseado na aquisição de território pela força e na negação do direito inalienável de autodeterminação, e oferecendo uma "vantagem especial" aos seus signatários, um acordo no qual um conquistador simula agir em benefício do povo desamparado que ainda têm negado seu direito de autodeterminação e que deve confiar na comunidade internacional para a defesa de seus direitos. Conheço somente um acordo desse tipo, denominado o Acordo do Timor que foi implementado há cinco anos onde nos encontramos, pelo parlamento australiano, tratando das ricas fontes de petróleo da área que o acordo descreve como estando entre "a província indonésia do Timor Leste e o norte da Austrália".

Em síntese, a questão dos crimes de guerra parece tão clara quanto esses assuntos podem estar, e as obrigações de todos os estados de se privarem de endossar ou obter vantagens especiais com esses acordos também. Dificilmente se poderia encontrar um caso mais claro para determinar se a legislação internacional e a ordem mundial realmente representam alguma coisa, além de sua utilidade como armas para combater inimigos oficiais.

Os resultados do experimento estão dramaticamente claros. O modelo de comportamento internacional foi estabelecido de uma só vez pelo estado mais poderoso do mundo, que também mantém uma posição de comando na invocação orgulhosa de princípios nobres e na impressionante retórica de

autocongratulação usada para sustentá-los. Os Estados Unidos responderam à Resolução do Conselho de Segurança por meio do rápido aumento de sua participação decisiva no crime, numa violação direta da injunção a todos os estados que tinha recém endossado. O endosso dos nobres princípios foi público; a renúncia instantânea a eles foi secreta, também encoberta pela mídia, que tinha a evidência, mas escolheu suprimi-la. A razão para o segredo foi, como de hábito, a aversão a democracia, medo de que o inimigo primário, o público interno, pudesse não apreciar o que vem sendo feito em seu nome e com seu dinheiro. O secretário de Estado Henry Kissinger, imediatamente aumentou o fluxo de armas e instruiu seu embaixador nas Nações Unidas a impedir qualquer reação diplomática à agressão criminosa da Indonésia, adotando a postura de que o diplomata australiano Richard Woolcott — novamente em segredo — chamou, surpreendentemente, de "realismo kissingeriano", um termo técnico para assassinio covarde e criminalidade. Woolcott instigou a Austrália a seguir o mesmo caminho, e seu conselho foi aceito.

Nos Estados Unidos, ninguém é mais reverenciado por sua defesa da legislação internacional e de sua universalidade do que o senador Daniel Patrick Moynihan, que era embaixador nas Nações Unidas na época da invasão direta em dezembro de 1975 e que foi gentil o suficiente para nos contar em suas memórias o modo como ele defendeu esses nobres princípios. Em suas próprias palavras: Os Estados Unidos queriam que as coisas ocorressem como elas ocorreram e trabalharam para que isso acontecesse. O Departamento de Estado desejava que as Nações Unidas se mostrassem completamente ineficientes em quaisquer medidas que tomassem. Essa tarefa me foi dada e eu a conduzi com um sucesso considerável.

Moynihan continua para explicar como as coisas aconteceram", observando que em poucas semanas aproximadamente 60.000 pessoas haviam sido assassinadas, "10% da população, quase a mesma proporção de vítimas da União Soviética na Segunda Guerra Mundial. Tendo-se comparado orgulhosamente aos nazistas, Moynihan aborda outras matérias, seguro de que sua reputação como um grande humanitário e a liderança da nação na defesa da legislação internacional continuarão inabaladas. Ele mesmo um antigo professor, a avaliação de Moynihan da comunidade intelectual provou-se bastante precisa, uma outra observação sobre as sociedades livres.

Não há necessidade de revisar o alarde que se seguiu quando os diplomatas sentiram o cheiro do dinheiro e do poder, sempre proclamando solenemente sua devoção aos princípios da legislação internacional e corretamente denunciando aqueles que violavam seus princípios sagrados (em casos apropriadamente selecionados), e difundindo a aclamação da comunidade intelectual respeitável, com raras exceções.

Responsabilidades internacionais

Prescindindo dessa fábula sórdida, voltemo-nos à postura oficial da Austrália sobre tais assuntos.

Não sou um especialista em política externa australiana, de modo que vocês vão me perdoar, espero, se eu confiar em fontes secundárias. Um lugar natural para observar é o tratado de 1991 de *Relações Exteriores da Austrália* pelo Ministro do Exterior e pesquisador sobre leis Gareth Evans, presumidamente um mentor com autoridade⁶. Ele escreve que "a Austrália sempre levou suas responsabilidades internacionais muito a sério... Uma vez que subscrevemos um tratado, nos mantemos fiéis a suas exigências em cada detalhe", diferente de outros estados mais negligentes.

A postura pública da Austrália está sublinhada por seu papel, baseado em princípios, na compreensão das obrigações de todos os estados em sustentar o direito inalienável de autodeterminação, recusando-se a reconhecer a aquisição de território pela força ou a ganhar qualquer "vantagem especial" gerada por tais crimes.

O compromisso oficial australiano com os princípios mais nobres formulado pelo ministro do exterior foi reiterado vigorosamente pelo primeiro-ministro Hawke, que advertiu que "países grandes não podem invadir vizinhos menores e levar isso avante". Graças aos virtuosos anglo-americanos e seus associados, os fracos vão "sentir-se mais seguros porque sabem que não estarão sozinhos caso sejam ameaçados", e "pretensos agressores vão pensar duas vezes antes de invadir vizinhos menores". "Todas as nações deveriam saber que o domínio da lei deve prevalecer

sobre o domínio da força nas relações internacionais", declarou o primeiro-ministro.

Difícilmente se poderia ser mais claro e explícito. Tudo isso se refere à invasão iraquiana do Kuwait, que o senador Evans apropriadamente denunciou como "agressão clara indefensável de um país soberano forte, ambicioso e impiedoso sobre um vizinho mais fraco".[7](#)

A posição baseada em princípios da Austrália foi também ilustrada pela decisão do governo Fraser de revogar o reconhecimento *de direito* da incorporação dos países bálticos à URSS, reconfirmada solenemente pelo primeiro-ministro Hawke em 1983 como "demonstra[ndo] nosso compromisso contínuo com os propósitos e os princípios do Decreto das Nações Unidas [redigido cinco anos depois que os países bálticos foram retomados pela Rússia] e com a causa da democracia e da liberdade no mundo". No que concerne ao Timor Leste, as atitudes australianas foram esclarecidas ainda com a divulgação dos registros de gabinete do início dos anos 60. O gabinete de Menzies resolveu, então, que nem a Austrália nem o Ocidente aceitariam uma conquista armada do Timor Leste, embora a Austrália não tivesse outra alternativa além de concordar com a anexação indonésia se ela fosse realizada com métodos pacíficos – não exatamente o que ocorreu.[8](#)

Com esses antecedentes, nos resta somente ficar perplexos quando lemos o estudo do ministro do exterior sobre as relações exteriores da Austrália. Não há nada sobre as normas da legislação internacional que a Austrália teve um papel predominante no estabelecimento como obrigações de todos os estados. Tampouco há uma palavra sobre a aplicação desses nobres princípios à invasão indonésia do Timor Leste, como enunciado com unanimidade pelo Conselho de Segurança das NU – com um cinismo completo, como casualmente observou o embaixador dos Estados Unidos. De fato, há somente umas poucas frases sobre todo o assunto. Uma cita o reconhecimento *de direito* da anexação da Indonésia do Timor Leste pelo mesmo governo que revogou o reconhecimento da anexação soviética dos Estados bálticos. Há uma simples frase sobre "a conquista indonésia do Timor Leste em 1975, quando os militares agiram com menos do que uma rapidez decente para tomar o lugar dos colonialistas portugueses recém partidos, com cinco jornalistas australianos sendo mortos no processo" — de alguma maneira não especificada; Roger East aparentemente perdeu a sua vida de um modo diferente. Esse é o registro completo: o problema é o

menos do que uma rapidez decente, que era embaraçoso, não o crime de agressão ou os crimes contra a humanidade, ou o comportamento dos auxiliares que estavam sempre prontos com a retórica enaltecida, quando serve às necessidades do dinheiro e do poder.

Podemos concluir somente que a questão das obrigações internacionais australianas é considerada irrelevante à política externa. Se é assim, a Austrália está em boa companhia: a das Nações Unidas de A a Z.

A irrelevância para a política externa a lei e dos princípios — ou mesmo dos fatos — é esclarecida mais completamente pelo senador Evans em sua revisão do "O Caso para Participação Australiana" na Guerra do Golfo⁹. Os princípios nobres são vigorosamente reiterados, e a violação deles por parte do Iraque, resolutamente condenada. A invasão iraquiana do Kuwait "demonstrou que os hábitos do milênio — ganância, violência, e a busca desenfreada da dominação e do poder — ainda estavam conosco, guiando o comportamento de, pelo menos, algumas nações", especialmente o Iraque, que invadiu e anexou um outro país, o saqueou e cometeu muitos crimes, "tudo em desafio a possíveis expressões muito fortes de repulsa e ao texto da legislação internacional". Tal comportamento é profundamente ofensivo à Austrália, que teve de responder pela "gravidade das afrontas do Iraque à legislação internacional e às normas de comportamento civilizado". Particularmente vil foi "a utilização do poder militar e a modificação na perseguição de seus objetivos" do Iraque, "a brecha ruidosa e incontestável das leis e normas internacionais", e "a natureza inflexível e incontestável das ações do Iraque: a invasão, a ocupação militar e a anexação de um país soberano por outro". Dado seu comprometimento com a justiça internacional, a "Austrália tinha um interesse muito grande em demonstrar que atos de agressão deste tipo não eram toleráveis e que a comunidade internacional tinha a intenção de responder a ela e os métodos para isso". Com o fim da Guerra Fria, a honra e os interesses da Austrália residem em negar o direito de "potências com base regional para perseguir ambições hegemônicas e recorrer a agressões não provocadas contra seus vizinhos".

Isso soa familiar, justo na soleira da porta da Austrália? Evans está consciente da similaridade, é claro, mas a despreza com base no fato de que os casos não são comparáveis. Isso é, de fato, verdadeiro. As atrocidades auxiliadas pelo ocidente no Timor Leste foram (e ainda são) incomparavelmente mais sérias do que qualquer das atitudes de Saddam Hussein no Kuwait. E ninguém entrou em acordo com o Iraque para roubar

o petróleo do Kuwait. Mas Evans não menciona essas diferenças; em vez disso, cita diferenças muito menos relevantes. O Timor Leste "não era soberano de seu próprio direito, mas era uma dependência colonial cujo futuro estava em disputa"; ou seja, disputado pelo conquistador, não pela comunidade internacional, pelo menos em sua reação retórica nas Nações Unidas. E "havia um conflito civil significativo" no Timor Leste, especificamente, a revolta patrocinada pela Indonésia (que o ministro do exterior conhece bem, mesmo que seja a partir das ligações diplomáticas que vazaram) e que terminou muitos meses antes da invasão completa. E se não havia "conflito civil" no Kuwait é porque a grande maioria de sua população, incluindo os semi-escravos que realizavam quase todo o trabalho, não faziam da pequena minoria super-privilegiada de cidadãos verdadeiros e temiam abrir suas bocas em protesto, abandonando a ideia de conflito civil.

Evans também omite a diferença mais óbvia entre os dois casos, a que de fato determinou a reação diferencial: no caso do Timor Leste, o apoio a crimes de guerra e crimes contra a humanidade foi altamente lucrativo para a Austrália e serviu aos interesses representados pelos planejadores da política; a conquista do Kuwait prejudicavam esses interesses. O mesmo se aplica aos seus aliados igualmente nobres.

Os mesmos acontecimentos trivialmente óbvios foram, de algum modo, "esquecidos" por uma gama impressionante de distintos diplomatas e comentaristas, ou foram simplesmente negados, com argumentos não menos convincentes do que aqueles do ministro do Exterior. A lição é instrutiva para aqueles que se importam em compreender algo sobre "a custódia sagrada da civilização", tomando seu lugar em uma biblioteca um tanto cheia de casos semelhantes, no passado e no presente.

Uma consideração adicional sobre a postura baseada em princípios da Austrália depois da invasão do Iraque, em agosto de 1990, continua o ministro do exterior, foi "a evidência inicial da determinação do Iraque de permanecer no Kuwait", e o comportamento seguinte de Saddam quando ele "recusa-se categoricamente a considerar a retirada". O tirano iraquiano um grande amigo e aliado do Ocidente antes de seu crime de desobediência, o primeiro que importou — teve muitas oportunidades de aproveitar saídas negociadas, mas as ignorou ou as recusou todas", declarou Evans como um fato inqualificável.

Não sei se a imprensa australiana relatou a grande quantidade de informações disponíveis desde agosto de 1990 até que o bombardeio americano começou em janeiro de 1991, concernentes às ofertas do Iraque para se retirar e às rejeições instantâneas e inqualificáveis por parte do governo americano que, sem qualificação ou exceção, recusou suas "muitas oportunidades de aproveitas saídas negociadas". É difícil imaginar que ninguém, mesmo no serviço de inteligência australiano, leu a história de primeira página do correspondente diplomático chefe do *New York Times*, Thomas Friedman, em 22 de agosto sob a manchete "Linha-dura de Bush", explicando a recusa de Washington em considerar "um caminho diplomático" por medo de que as negociações pudessem "diminuir qualquer possibilidade de uma crise" e recuperar o *status quo* anterior à custa de "uns poucos ganhos no Kuwait" para o ditador iraquiano. Os poucos ganhos eram "uma ilha kuwaitiana ou pequenos ajustes de fronteira", ambas questões sob disputa há muito tempo: a "ilha" era uma extensão de terra lamacenta desabitada deixada a descoberto durante a maré baixa atribuída à colônia kuwaitiana da Grã-Bretanha quando da colonização imperial para garantir que o Iraque permaneceria sem acesso ao mar; o ajuste de uma fronteira duvidosa envolvia o campo de petróleo Rumailah, 95% dentro do território iraquiano e explorado com perfurações em plano inclinado pelo Kuwait, segundo o Iraque. Não parecia impossível que a diplomacia pudesse resolver tais questões, como temia Washington, e o mundo literado sabia. E como poderia ter sido compreendido mais claramente, pelo menos pelo povo de Nova Iorque, onde cada banca de jornal apresentou uma semana depois manchetes no *Newsday* sobre a oferta iraquiana que aparentemente inspirou o artigo de Friedman, e com o reconhecimento no *Times* do dia seguinte, em letras miúdas, que tinha a matéria mas que não a havia publicado.

É possível, entretanto, que outras informações publicadas tenham escapado à observação dos comentaristas e do serviço de inteligência australianos; por exemplo, o relato do correspondente de Washington, Knut Royce, em 2 de janeiro de 1991, em que oficiais americanos revelavam a oferta de Saddam para "retirar-se do Kuwait se os Estados Unidos garantissem não atacar quando os soldados estivessem saindo, se as tropas estrangeiras deixassem a região e se houvesse acordo sobre o problema palestino e sobre a proibição formal de todos os armamentos para destruição em massa na região", uma oferta descrita pelos altos oficiais em

Washington como "interessante" porque não tratou do assunto das fronteiras e "sinaliza o interesse iraquiano em um acordo negociado". Era "uma posição pré-negociação séria", observou um especialista em Oriente Médio do Departamento de Estado, embora Washington "tenha rejeitado imediatamente a proposta¹⁰". É verdade que a mídia trabalhou com vigor para suprimir os fatos indesejados, e ainda o faz, e que são acompanhados por muitas instituições nesta empreitada. Porém, certamente, os acontecimentos estavam disponíveis.

É também difícil imaginar que a inteligência australiana pudesse não informar o ministro do Exterior que o maior medo do presidente Bush e de seus conselheiros desde o primeiro dia da invasão iraquiana era de que os estados árabes aceitassem a retirada iraquiana que previram, abandonando um regime de marionetes (imitando o que os Estados Unidos tinham recém-feito no Panamá). Esses acontecimentos, pelo menos, são reconhecidos até por eruditos que baixam a cabeça relutantemente tentando apresentar as ações americano-britânicas do ponto de vista mais favorável, suprimindo todas as evidências documentais importantes para este fim, mas concedendo que "Saddam, aparentemente, não pretendia anexar oficialmente o pequeno emirado nem pretendia manter lá uma presença militar permanente. Em vez disso, ele buscava estabelecer hegemonia sobre o Kuwait, garantindo sua completa subserviência financeira, política e estratégica de acordo com seus desejos" — novamente, como os Estados Unidos no Panamá alguns meses antes¹¹.

O balanço de Evans sobre esses temas ilustra que o fato é tão irrelevante quanto o princípio quando "o interesse nacional" está em jogo, quando é determinado pelo poderosos e privilegiados.

Não pela população, como sabemos que ocorre nos Estados Unidos pelo menos. Dias antes do bombardeio, por dois a um, os americanos defenderam um acordo diplomático inspirado nas cláusulas da última proposta iraquiana, embora ninguém estivesse ciente dos (bem omitidos) fatos; se a mídia e os intelectuais não tivessem cumprido suas tarefas com tanto sucesso, o índice seria certamente muito mais elevado, e não teria sido tão fácil "ignorar ou recusar todas" as muitas oportunidades para um acordo diplomático; questões válidas de discussão e que talvez até possam entrar na agenda permitida em um futuro distante.

O texto de abertura do tratado escrito por Evans é agraciado com as palavras amáveis do ministro do Exterior indonésio, Ali Alatas, para "meu

bom amigo e colega, Careth Evans", sentimentos que foram, retribuídos quando o senador Evans apresentou o Prêmio Honorário na Ordem da Austrália para "meu companheiro e amigo indonésio, o ministro do Exterior Ali Alatas", expressando sua "satisfação" em fazê-lo. Pouco tempo antes, Alatas havia elogiado o livro, reafirmando a posição da Indonésia sobre o Timor Leste no Clube Nacional de Imprensa em Washington: "Apesar de o povo indonésio ter recebido bem o desejo expresso pelo povo timorense para a integração, o governo declarou que não aceitaria até que tivesse sido conduzido um exercício apropriado do direito de autodeterminação. Por consequência, uma Assembleia do Povo do Timor Leste foi formada provisoriamente... Na cidade de Dili em 31 de maio de 1976, essa Assembleia, em uma sessão pública... vota formalmente para escolher a independência pela integração com a República da Indonésia"[12](#).

Comentários são desnecessários.

Em dezembro de 1989, talvez quando o senador Evans estava completando seu estudo sobre as relações exteriores da Austrália, ele tirou uma folga para beber champanhe com seu "bom amigo e colega" em um avião sobrevoando o campo de petróleo do Timor para assinar o acordo que dividia os espólios da conquista armada da Indonésia, endossada pelo Parlamento à medida que o livro ia para o prelo. O Acordo não oferece nada para o povo do Timor Leste, mas felizmente, explicou o senador Evans, "o fechamento do Acordo do Timor com a Indonésia não infringe de modo algum os direitos do povo timorense", cujos recursos estão sendo roubados pelos criminosos e seus associados[13](#).

Os comentários do Ministro do Exterior sobre a boa sorte dos timorenses foram feitos depois da decisão da Corte Mundial de não considerar os méritos" do caso levados por Portugal contra a Austrália sobre a matéria do Acordo, porque a Indonésia recusou-se a aceitar a jurisdição da Corte. Certamente permanece claro o suficiente que, independentemente da atitude da Indonésia em relação à legislação internacional, a Austrália está comprometida com o princípio de que os acordos são invalidados se eles conflituam com as obrigações de todos os estados enunciados no Decreto das Nações Unidas, definidas sob a liderança australiana em instrumentos internacionais, aglutinando todos os Estados, que declara ilegal qualquer aquisição de território pela força ou qualquer vantagem especial que possa ser ganha com a aquiescência imprópria de tais crimes, princípios aplicados diretamente à invasão

indonésia pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Independentemente do que a Corte Mundial possa decidir, o Acordo do Timor renuncia, definitiva e explicitamente, a tudo o que a Austrália quer, de acordo com o Ministro do Exterior e com posições oficiais mantidas durante muitos anos.

O estudo de Evans sobre as relações exteriores australianas não menciona o Acordo do Timor: é "um exemplo de uma solução não militar a um problema que com frequência, historicamente, tem levado a conflito". À parte das questões sobre a forma como a solução foi alcançada, vocês vão, tenho certeza, recordar a mensagem secreta enviada pelo embaixador em Jakarta, Richard Woolcott, em agosto de 1975, aconselhando que a Austrália aprovasse a provável invasão porque acordos favoráveis visando à obtenção de uma parte do petróleo do Timor Leste "poderia ser mais prontamente negociado com a Indonésia... do que com Portugal ou com um Timor Leste independente". E o relato de Michael Richardson, um ano mais tarde, de que a Indonésia estava preparada para oferecer condições generosas à Austrália em troca do reconhecimento da invasão indonésia. Tudo isso pavimentou o caminho para uma contribuição exemplar à ordem mundial, um bom modelo de uma "solução não militar".[14](#)

No conjunto, um desempenho bastante formidável.

No debate parlamentar, o ministro do exterior explicou mais detalhadamente sua posição, declarando que "não há uma obrigação legal de não reconhecimento de territórios adquiridos pela força". Ainda mais para a Declaração de Relações Amistosas, que assevera que "nenhuma aquisição territorial resultante de ameaça ou de uso da força deve ser reconhecida como legal", sentença ratificada pela Corte Mundial como uma obrigação legal sob a legislação internacional, e compreendido pela Austrália como sendo não mais do que uma abordagem pormenorizada de um tema do Decreto das NU, o acordo básico da obrigação de todos os estados.

O senador Evans também afirmou que o *status* legal da Declaração de Relações Amistosas tem "sido, durante longo tempo, fervorosamente contestado". Isso foi há nove anos e ainda esperamos a evidência que, até este momento, especialistas legais foram incapazes de desvendar como observou Roger Clark em um desafio ainda não respondido, na discussão mais proeminente do Acordo (veja observação 5). Evans avaliou ainda que "o mundo é um lugar bastante injusto, cheio de exemplos de aquisição pela

força" e que pode, por consequência, ser reconhecido livremente por aqueles que esperam ganhar uma "vantagem especial" com isso; não deveria ter-nos incomodado excessivamente se a Líbia tivesse assinado um acordo com o Iraque para dividir o petróleo do Kuwait. Ao mesmo tempo, o ministro do exterior bloqueou oficialmente os contatos com a OLP devido à sua "defesa e associação constantes com a invasão do Iraque ao Kuwait" — embora ele não acuse, eu penso, a OLP de garantir o reconhecimento oficial a uma violação brutal da Declaração das Relações Amistosas ou de assinar um acordo para ganhar "vantagem especial" com a agressão do Iraque, dividindo as reservas de petróleo do Kuwait com o conquistador¹⁵.

Tenho certeza de que qualquer estudante de Direito competente pode demonstrar que tudo isso é um modelo perfeito de consistência. Mas como mencionei, estou interessado agora em um tópico distinto: o que realmente guia os atos dos poderosos, como esses são apresentados ao público em geral e que posição as pessoas honestas deveriam tomar, como cidadãos de sociedades democráticas.

Pragmatismo e interesse nacional

Depois de tudo isso, é um alívio voltarmos a um relato direto e honesto do que está acontecendo.

O melhor que conheço está na mensagem de Richard Woolcott de agosto de 1975, na qual ele recomendou "uma postura pragmática ao invés de uma postura baseada em princípios" no que concerne à futura invasão indonésia, porque "é disso que se trata o interesse nacional e a política externa". A doutrina Woolcott simplesmente rompe as amarras. Não há problemas, não há inconsistências, não há necessidade de casuísmo adicional uma vez que os princípios foram todos abandonados e é francamente entendido que os poderosos fazem o que eles querem, agindo com "realismo kissingeriano". Essa posição é preferível, na minha opinião, à retórica inflada e autoelogiatória direcionada ao público — para o "controle da população interna" (para tomar emprestada uma expressão da terminologia da teoria de pacificação).

Entretanto, tenho uma sugestão. A expressão "interesse nacional" é um resquício de orwelliano que deveria ser suprimido em benefício da higiene semântica. O termo é utilizado convencionalmente para designar os interesses especiais daqueles cujo poder interno lhes permite planejar a política de Estado para seus próprios objetivos, algo com origens tão distantes quanto, pelo menos, o incorrigível extremista marxista Adam Smith que observou que os "comerciantes e manufatureiros" da Inglaterra são "os principais arquitetos" da política, e utilizam seu poder para garantir que seus próprios interesses sejam "atendidos mais especialmente", embora com um "doloroso" impacto sobre outros. Francamente, há outras concepções de "o interesse nacional".

Bem pode haver australianos que sintam que "o petróleo do Timor cheira melhor do que o sangue e as lágrimas timorenses", nas palavras amargas do padre timorense que narrou o horrível massacre de Kraras de 1983. Mas como você sabe muito melhor do que eu, há muitos australianos que rejeitariam esse conceito de interesse nacional com desprezo e revolta. Muitos deles foram bastante sinceros, não somente na mídia e nos jornais. A história comovente de Michelle Turner dá vários exemplos. Tome, digamos, Paddy Kenneally, que desembarcou no Timor em 1942 com as forças australianas, pouco tempo depois que a Austrália invadiu a colônia portuguesa, travando uma guerra com o Japão na qual 60.000 timorenses morreram, incluindo muitos que ajudaram a proteger o destacamento australiano, com um alto custo para o povo do Timor. Eles morreram, e continuaram a morrer depois que as tropas australianas partiram, enquanto preveniam uma provável invasão japonesa da Austrália. Como para o Acordo do Timor, Kenneally diz "conosco é só cobiça... Em 1942, se os timorenses tivessem dito "bem, seus feridos ou sua alimentação não são problema nosso", muitos de nós não teríamos voltado", e muitos timorenses teriam sobrevivido. Ele continua para expressar sua amargura com a "traição" da Austrália e está longe de ser o único a conceber o "interesse nacional" em termos de moralidade e integridade elementares¹⁶.

Esquecendo o débito de sangue, muitos australianos certamente não aceitariam o conceito "pragmático" de "interesse nacional", razão precisa pela qual é articulado em segredo e porque tais esforços foram feitos para suprimi-lo depois que veio à tona. O fato de que a discrição do governo é amplamente motivada pelo medo da democracia torna-se mais evidente

quando avançamos, com dificuldade, pelos registros tornados públicos — e é conhecida dos historiadores diplomáticos.

O Comitê Consultivo Histórico do Departamento de Estado Americano — não exatamente um grupo de radicais — escreveu recentemente uma carta formal ao Secretário de Estado objetando as violações às normas tradicionais da divulgação de documentos oficiais, uma interferência na liberdade de informação iniciada pelos reacionários estadistas de Reagan que acreditavam fortemente que o Estado progressivamente poderoso que nutriam deveria ser protegido da avaliação pública. O comitê de historiadores escreveu que "a recusa de tornar público o material deriva do temor ao embaraço ao invés da segurança nacional". Eles poderiam ter acrescentado que a discricção serve amplamente a esse temor em primeiro lugar.

À parte do interesse das pessoas de todo o lugar em viver à altura dos ideais que são entoados de forma impressionante quando a vantagem poderá ser obtida desse modo e também à parte do débito especial que os australianos têm com os timorenses, podemos somente perguntar quais são os altos custos para "o interesse nacional" no sentido técnico se a Austrália decide aderir a suas obrigações sob a legislação internacional e a justiça elementar. Talvez, como pensava o embaixador Woolcott, a Austrália pudesse fazer um acordo mais lucrativo com a Indonésia para explorar as reservas de petróleo do Timor. Mas o que um Timor Leste independente vai fazer com seu petróleo? Bebê-lo, talvez? Como todos sabem, eles vão chamar para um acordo as mesmas companhias de petróleo, possivelmente em termos levemente diferentes. Mesmo com base no realismo kissingeriano, tais elementos são suficientes para que a Austrália assuma a liderança em endossar crimes terríveis e lucrar com eles?

E sobre as relações com a Indonésia em geral? É provável que sofram se a Austrália assumir uma postura calma, dignificada e baseada em princípios? Os dois países possuem sistemas sócio-econômicos complementares e importantes interesses em comum, econômicos e estratégicos, e essa é uma base firme para interações, sem a necessidade de negociar as vidas do povo sofredor cujo único crime é que são pequenos e fracos.

Isso nos traz à questão do "interesse nacional" da Indonésia. Novamente, as mesmas perguntas surgem. De que indonésios estamos falando? Quais os que decidimos apoiar? Os interesse da família e amigos

do general Suharto não são aqueles dos indonésios que lutam por liberdade e justiça. Há muitos deles, incluindo as pessoas que estão pedindo a seus "queridos amigos na Austrália" para que se unam a eles com o objetivo "defender o direito de autodeterminação da ilha do Timor Leste" e para que não se deixem "ludibriar pelas palavras doces de nossos políticos que estão preocupados somente com poder e dinheiro" (ativista de direitos humanos indonésio, H.J.C. Princen). A razão pela qual o governo indonésio impôs uma censura severa sobre suas explorações é a habitual: proteger-se de sua própria população. Ninguém mais é logrado, a não ser que assim escolha. O governo temia, corretamente, a probabilidade de que o povo da Indonésia escolha o conceito errado de "interesse nacional". Pode ser que não fiquem muito contentes se souberem que o orçamento necessário às forças armadas para a manutenção do Timor Leste "reduziu drasticamente o orçamento estatal destinado à educação e à saúde", como narra o corajoso ativista indonésio e erudito George Aditjondro, citando estudos acadêmicos. Ou com as dezenas de milhares de mortes registradas e os custos da guerra, do terror e da ocupação.

E não são menos capazes do que os australianos de perceber as questões morais, razão pela qual houve muitos protestos na Indonésia quando os fatos começaram a vazai, juntamente com exigências de retirada e a garantia do "direito de autodeterminação" completo e livre para o povo do Timor Leste"[17](#).

Tais reações internas são uma parte interessante da famosa pedrinha no sapato que incomodou o ministro do Exterior, Alatas, e que seu governo pode decidir remover para alívio dos indonésios que têm seu próprio conceito de interesse nacional.

Foi repetidamente argumentado aqui que a Indonésia não pode se livrar da pedra no sapato por medo do fortalecimento dos movimentos separatistas ou, talvez, da honra nacional, os mesmos argumentos apresentados para justificar a manutenção russa dos países bálticos ou seu ataque atual à Chechênia, para mencionar somente dois exemplos de uma lista infame. Em muitos casos como esses, as matérias não são triviais, e incluem questões complexas de valor e julgamento sobre federalismo e independência ou centralização de poder estatal. Cada caso deve ser observado em seus próprios méritos; dificilmente os argumentos no caso presente impressionam.

O papel principal dos alternativos é tentar, o máximo possível, ajudar o povo atingido a ganhar o direito e o poder de tomar suas próprias decisões — o *povo atingido*, não seus governantes autocráticos, ou investidores estrangeiros, ou os "principais arquitetos da política" em nossos próprios países. A norma dos alternativos certamente não é apropriar-se antecipadamente da escolha colocando, com vigor, as botas nos pescoços do povo sofredor.

Também não é papel dos alternativos afetar uma alta postura moral, como quando um Douglas Hurd — dentre todos — explica solenemente que o ocidente não pode "exportar valores ocidentais [sobre direitos humanos] a nações em desenvolvimento", valores sobre os quais o Terceiro Mundo aprendeu muito bem, obrigado. Em se tratando de denúncias de outros por seus crimes, não há muita gente e nem muitas instituições de poder que estejam em posição privilegiada para tomar tal atitude.

Minha própria visão, para o que é válida, é que deveríamos observar primeiramente a nós mesmos.

Em 1980, a imprensa americana finalmente começou a dar algum reconhecimento ao que havia ocorrido no Timor Leste, depois de quatro terríveis anos. O *New York Times* publicou um editorial poderoso intitulado "A Vergonha da Indonésia". Eu escrevi uma carta, que eles não publicariam, embora algumas ONGs o tenham feito, sugerindo que o título e a introdução do editorial deveriam ter sido "A Vergonha dos Estados Unidos" (ou a vergonha do *New York Times*, conquanto eu não tenha sugerido isso, na esperança vã de passar através daquelas augustas portas). Temos nossos próprios crimes a considerar no caso do Timor Leste, crimes sérios e críticos, e dificilmente estamos em posição de divulgar uma condenação completa da Indonésia, cujo povo não teve maneiras de descobrir o que estava acontecendo, e não descobriu, com poucas exceções, como George Aditjondro, que não necessita de lições nossas.

A questão é ampla, mas não me estenderei. As implicações parecem óbvias.

Vou concluir reiterando algo que também deveria ser óbvio. Estive falando de um dos maiores crimes da era moderna, um crime no qual tínhamos e ainda temos um papel primordial. E também um dos casos mais fáceis de resolver, em assuntos mundiais. A pedra no sapato pode ser removida, e poderíamos facilitar o processo, se assim escolhêssemos.

Notas

[1.](#) A única exceção foi Arnold Kohen, "The Cruel Case of Indonesia", Nation, 26 de novembro de 1977. Meu artigo "East Timor: the Press Cover-Up", Inquiry, 19 de fevereiro de 1979, baseado em um depoimento anterior nas Nações Unidas, *foi o primeiro no país especificamente dedicado ao Timor Leste depois de mais de três anos de atrocidades horrendas patrocinadas pelos americanos.*

[2.](#) Para os documentos, veja Background Information (Commission of the Churches on International Affairs, World Council of Churches, 1995/1). Para maior discussão, veja International Law and the Question of East Timor (Catholic Institute of International Relations, 1995).

[3.](#) New Republic, 19 de março de 1990. Para uma revisão, veja meu Necessary Illusions (South End, 1989). Sobre as consequências, veja Detering Democracy e World Orders, Old and New.

[4.](#) A fonte primária sobre os aspectos legais da questão é Roger Clark, "Timor Gap Treaty", Pace Yearbook of International Law, 4, 1992, o qual eu estou consultando aqui, a não ser que indicado diferentemente. Veja também seu relato e outros em International Law.

[5.](#) Bowring, *ibid.*; Clark, *ibid.*; Gerry Simpson, "Judging the East Timor Dispute", Hastings International and Comparative Law Review, inverno de 1994.

[6.](#) Evans e Bruce Grant, Australia "5 Foreign Relations (Melbourne University Press, 1991).

[7.](#) Citado por Gunn, Critical View, citando um "Background" de Evans sobre a Guerra do Golfo. Para outras fontes, aqui e abaixo, veja meu Year 501, cap. 4

[8.](#) Evans e Grant, *op. cit.*; Hawke, Clark, em International Law. Cameron Stewart, Gregory Pemberton e AAP Weekend Australian, 1-2 de janeiro de 1994.

[9.](#) Murray Goot e Rodney Tiffen, Australia's Gulf War (Melbourne University Press, 1992).

[10.](#) Knut Royce, Newsday (Nova Iorque), 29 de agosto de 1990; 3 de janeiro de 1991.

[11.](#) Lawrence Freedman e Efraim Karsh, *The Gulf Conflict 1990–1991: Diplomacy and War in the New World War* (Princeton, 1992). Veja cap. 6, acima. Para discussão na época e desde então, veja meus artigos na *Z magazine*, *Boston Globe* e o *Guardian* londrino de setembro de 1990 a janeiro de 1991, e discussão mais aprofundada em *Detering Democracy e World Orders*. Eu também relatei os acontecimentos (que eram, no fim das contas, públicos para aqueles que escolhessem saber) sobre a rádio nacional em muitos países nos mesmos meses, incluindo a Austrália, se minha memória não me falha.

[12.](#) Evans, Release de imprensa, 29 de março de 1995; Alatas, março de 1992, citado por Simpson, op. cit.

[13.](#) Release de imprensa, 30 de junho de 1995. Assinatura, Gunn, op. cit., pág. 160.

[14.](#) Richardson, *Australian Financial Review*, 19 de outubro de 1976, citado por Simpson, op. cit.

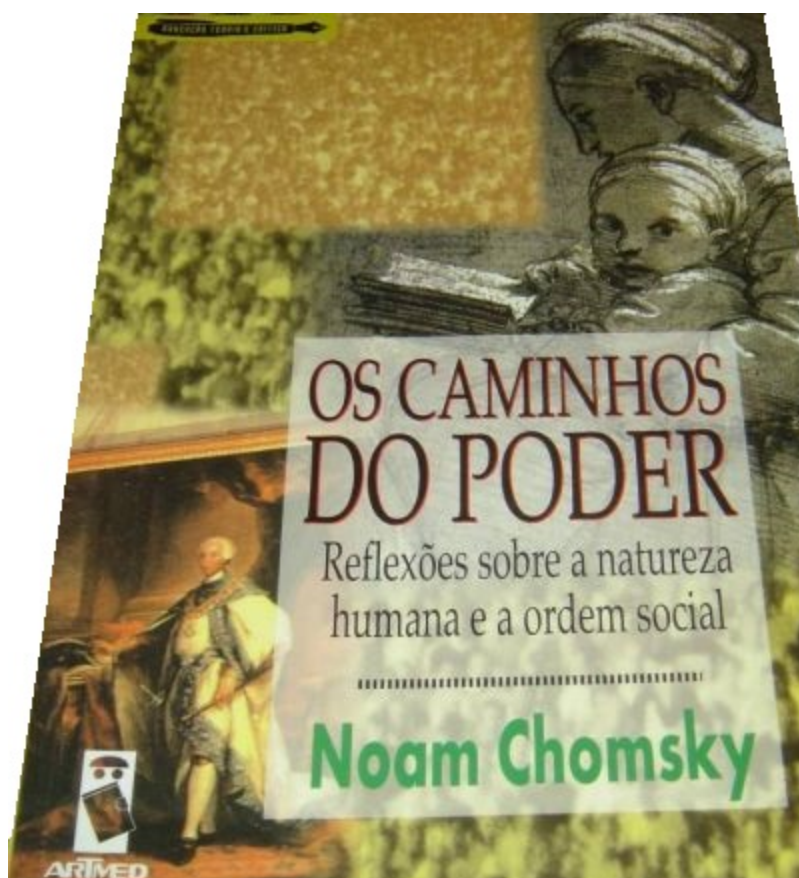
[15.](#) Veja Year 501, cap. 4, para referências.

[16.](#) Turnei, M., *Telling: East Timor, Personal Testimonies* (University of New South Wales Press, 1992). Veja capítulo anterior.

[17.](#) Aditjondro, George; Ian Robinson, em Michael Cranna, *True Costs*.

www.sabotagem.cjb.net

Capa original





Your gateway to knowledge and culture. Accessible for everyone.



z-library.se

singlelogin.re

go-to-zlibrary.se

single-login.ru



[Official Telegram channel](#)



[Z-Access](#)



<https://wikipedia.org/wiki/Z-Library>